

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS  
VOLUME 8, Nº2, ANO 2023 ISSN- 2675-5815

REVISTA CIENTÍFICA



**REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**

**Volume 8, número 2**

**Vitória**

**2023**

**EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2675-5815**

**Temática: Humanas**

**Capa**

***Marketing* Faculdade Brasileira Multivix – Vitória**

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.*

**Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Centro Universitário Multivix-Vitória**

Rua José Alves, 135, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: [pesquisa.vitoria@multivix.edu.br](mailto:pesquisa.vitoria@multivix.edu.br)

[Pablo.oliveira@multivix.edu.br](mailto:Pablo.oliveira@multivix.edu.br)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MULTIVIX – VITÓRIA****DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**DIRETORA ACADÊMICA**

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Fernando Bom Costalonga

**COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO**

Pablo Gatt

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Barbosa Oliveira

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Michelle Moreira

Patricia de Oliveira Penina

Pablo Gatt

**ASSESSORIA EDITORIAL**

Cecília Montibeller Oliveira

Daniele Drumond Neves

Helber Barcellos Costa

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Pablo Gatt

**ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Adam Lúcio Pereira

Cecília Montibeller Oliveira Daniele

Drumond Neves

Giselle Almeida Alves

Pablo Gatt

## APRESENTAÇÃO

A Revista Esfera Acadêmica - Ciências Humanas é uma publicação científica da Faculdade Multivix, dedicada à divulgação de pesquisas e estudos nas diversas áreas das Ciências Humanas. Seu objetivo é fomentar o conhecimento acadêmico por meio de um espaço plural e interdisciplinar, que permita o diálogo entre pesquisadores, professores, estudantes e demais interessados em temas que abrangem a complexidade da experiência humana. Esta revista apresenta artigos originais, ensaios teóricos, resenhas críticas e revisões de literatura, abordando questões contemporâneas relacionadas à Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação, História, Comunicação, Cultura e outras disciplinas correlatas. A proposta é contribuir para o avanço do saber científico e para o desenvolvimento de reflexões que impactem a sociedade e promovam o entendimento dos fenômenos sociais, culturais e históricos. Com periodicidade semestral, a Revista Esfera Acadêmica - Ciências Humanas é um veículo de disseminação de conhecimento que valoriza a qualidade acadêmica e a relevância social das pesquisas publicadas. Todos os artigos submetidos passam por um rigoroso processo de avaliação por pares, assegurando o compromisso com a excelência científica e a integridade ética. Agradecemos aos autores, avaliadores e colaboradores que tornam esta revista um espaço de construção coletiva do saber, contribuindo para o fortalecimento das ciências humanas no cenário acadêmico nacional e internacional.

### ***Conselho Editorial***

***Prof. Dr. Pablo Gatt***

***Revista Científica ESFERA ACDÊMICA HUMANAS***

## SUMÁRIO

**O IMPACTO DO APRISIONAMENTO NA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESPÍRITO SANTO - p. 07** - Estéfany Maria de Oliveira Tosato, Luziene Zucolotto Honorato, Rodrigo Rohr Wetler Gomes, Adriana Elisa de Alencar Macedo; Cláuder Oliveira Ramalho; Felipe Fernandes Moça Matos; Luiz Augusto Bittencourt Campinhos; Ruy Rocha Gusman.

**PERCEPÇÃO DO ENDOMARKETING PELOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - p. 22** - Gabrielly Pifer Fraga, Rebeca Barbosa Pancho Villa, Bruno Arrigoni Pazini.

**A NUTRIÇÃO COMPORTAMENTAL NA DIMENSÃO CULTURAL: RESGATE DE RECEITAS DE PREPARAÇÕES CULINÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ES – p. 39** - Ana Cristina Oliveira Soares, Drielly Kirmse.

**INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA E CAPS-CIDADE: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS(OS) USUÁRIAS(OS) – p. 61** - Nilson Sant'Ana Aliprandi, Patriana dos Santos Teixeira, Vitória Tedoldi Moreira, Adriana Elisa de Alencar Macedo.

**AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DA UTILIZAÇÃO DO DRONE NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – p. 74** - Letícia Gonçalves Valadares, Manuely Lirio Foratini, Maria Eduarda Oliosio Mariano, Gabriel Batista Martinelli.

**A FERRAMENTA DA ARTETERAPIA COMO FATOR DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA – p. 94** - Carolina Vieira de Souza Oliveira Rezende; Moara Sant'Ana; Suelen Araújo do Rosário Ferreira; Gustavo Tassis Baptista; Kirlla Cristhine Almeida Dornelas; Jhuli Keli Angeli; Barbara Ribeiro Malacarne Paiva; Rodolfo Nicolau Soares.

**A RECORRÊNCIA DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS EM MULHERES: A TERAPIA DO ESQUEMA COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – p. 113** - Edileuza Santos Camilo; Elenilce Barbosa da Silva; Marcia Freitas Rapchan; Lilian Gazzoli Zanotelli; Mauricio Vaillant Amarante; Naeme José de Sá Filho; Felipe Fernandes Moça Matos; Camila Saltini Müller.

**PELA PLURALIDADE DE EXISTÊNCIAS: UMA PSICOLOGIA ANTI-CAPACITISTA – p. 126** - Isabela Faria Moyzes da Silva; Júlia Brandão Amorim Chagas; Marina Almeida Moura; Thiago de Sousa Freitas Lima; Ana Carolina Simões Ramos; Mauricio Vaillant Amarante; Barbara Ribeiro Malacarne Paiva; Laêmecy Emanuelle Gonçalves Martins.

**DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PARA O MANEJO DA ANSIEDADE EM ADOLESCENTES EM FASE ESCOLAR – p. 141** - Josiane Gramelich, Lilian de Jesus Brandão; Talissa Zara Riegert; Eduardo Silva Miranda; Lara Pignaton Perim; Gabriela Vieira de Abreu; Wakyla Cristina Amaro Corrêa; Anderson Patrick Luchi.

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA TRILOGIA “MINHA MÃE É UMA PEÇA” – p. 160** - Lorena Sathler da Rocha Saiter; Viviane Reis Balestrero; Viviane Veronez; Isabele Santos Eleotério; Felipe Fernandes Moça Matos; Joyce Karolina Ribeiro Baiense; Gabriela Vieira de Abreu; Wakyla Cristina Amaro Corrêa; Naeme José de Sá Filho.

# O IMPACTO DO APRISIONAMENTO NA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESPÍRITO SANTO

Estéfany Maria de Oliveira Tosato<sup>1</sup>,

Luziene Zucolotto Honorato<sup>1</sup>,

Rodrigo Rohr Wetler Gomes<sup>1</sup>,

Adriana Elisa de Alencar Macedo<sup>2</sup>; Clauder Oliveira Ramalho<sup>3</sup>; Felipe Fernandes Moça Matos<sup>3</sup>; Luiz Augusto Bittencourt Campinhos<sup>3</sup>; Ruy Rocha Gusman<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix – Vitória

<sup>2</sup>Doutora em Psicologia - Docente Multivix – Vitória

<sup>3</sup>Docentes do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix – Vitória

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar o impacto do cárcere à saúde mental das pessoas privadas de liberdade no estado do Espírito Santo, bem como a influência do encarceramento na produção de sofrimento psíquico na população carcerária. Para tal, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, alicerçada em uma revisão narrativa que se centrou na literatura clássica bem como em publicações científicas indexadas nas bases de dados do SCIELO, PUBMED e Google Acadêmico. Como resultado evidenciou-se que as prisões são ambientes hostis, que praticam inúmeras formas de violências, revelando não só a não observância aos direitos básicos que promovem a garantia da dignidade humana, como também, a má aplicação das legislações que afiançam esses direitos. Conclui-se ainda que, apesar da condição de privação de liberdade por si só já ser produtora de profundo sofrimento psíquico, essa, associada à não observância às leis penais de proteção e garantia de direitos ao aprisionado só revelam ainda mais a decadência do sistema prisional.

## PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Direitos Humanos; Aprisionamento; Saúde Mental.

## ABSTRACT

The following article aims to problematize the impact of incarceration on the mental health of individuals deprived of their freedom in the state of Espírito Santo, as well as in the influence of imprisonment on the production of psychological suffering in the prison population. To this end, a research of a qualitative nature was conducted, based on a narrative review centered in the classical literature as well as in scientific publications indexed in SCIELO, PUBMED and Google Scholar databases. As a result, it was showed that prisons are hostile environments that engage in innumerous forms of violence, revealing not only the non-observance of basic rights that promote the guarantee of human dignity, but also the poor application of legislation that should ensure these rights. It is further concluded that, despite the condition of deprivation of liberty itself being a producer of profound psychological suffering, when associated to the non-compliance with penal law protecting and guaranteeing the rights of the imprisoned, only further reveals the decay of the prison system.

## KEYWORDS

Public Policies; Human Rights; Imprisonment; Mental Health.

## INTRODUÇÃO

Segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), em 2022, houve um crescimento de 0,9% na taxa de pessoas privadas de liberdade, o que em números absolutos referem-se a 832.295 pessoas com sua liberdade cerceada em todo Brasil, destas, 23.179 somente no estado do Espírito Santo. Ainda, segundo o anuário, existe uma ausência importante de vagas, o que enfatiza ainda mais a falência do sistema

prisional, e uma violação de direitos fundamentais, visto que ainda existem 230.578 pessoas privadas de liberdade a mais do que o sistema comporta, o que significa que estes operam com quase 50% além da sua capacidade, tendo 1,4 indivíduos por vaga disponível, logo a integridade física, moral e psicológica destas pessoas é banalizada.

De acordo com Bispo *et al.* (2021), o contexto deste crescimento da população carcerária e as complexidades do ambiente prisional têm contribuído para uma saúde ineficaz, provocando efeitos negativos nas dimensões físicas e psicológicas das pessoas privadas de liberdade.

Insta salientar, como nos ressaltam Santos *et al.* (2017), que ao custodiar um(a) cidadão(a), o Estado torna-se responsável por sua integridade física e mental, pois uma vez que foi cerceado do seu direito à liberdade, pelo fato de já ter sido sentenciado ou ainda provisoriamente encarcerado, este perde o seu direito de buscar de forma mais efetiva, o seu direito à saúde. Sendo então, esta garantia de assistência integral à saúde, fornecida pelo Estado, conforme direito reconhecido pela Lei de Execução Penal (LEP - Lei 7.210/1984).

Cabe salientar ainda que, quanto às informações estatísticas no que concerne à saúde mental da população carcerária capixaba, encontram-se dados relativos apenas a consultas psicológicas realizadas, segundo a base de dados estatísticos do sistema penitenciário (BRASIL, 2023). Os dados levantados apontam que, no período de janeiro a junho de 2023, no estado do Espírito Santo, foram realizadas 26.950 consultas com a população masculina e, 2.307 consultas com a população feminina, porém não há referências destes atendimentos, no que tangem aos motivos que os levaram a buscar pelos mesmos, e nem possíveis diagnósticos que possam subsidiar na proposta de elaboração de políticas públicas que colaborem com a mitigação e/ou redução destas causas nestas instituições.

Diante do todo o exposto, este artigo propõe uma reflexão, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, alicerçada em uma revisão narrativa, que se centrou em publicações científicas indexadas nas bases de dados *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), *Google Acadêmico*, PUBMED, bibliografias, e nos sites dos governos Federal e do estado do Espírito Santo, sobre como este aprisionamento impacta a saúde mental das pessoas privadas de liberdade, no estado do Espírito Santo e os empecilhos dos sistemas que trazem a inviabilidade de haver promoção da saúde

mental nestes ambientes, apontando assim para um modelo punitivista que produz sofrimento psíquico.

Ademais, buscou problematizar como a privação de liberdade impacta a saúde mental da população prisional, descrever as condições do ambiente em que pessoas privadas de liberdade estão inseridas e analisar as legislações que assegurem fatores protetivos à saúde mental das pessoas em privação de liberdade.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 População Carcerária**

Conforme já apontado, de acordo com os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o estado do Espírito Santo possui uma população carcerária de 23.179, em números absolutos em 2022, o que em comparação ao 7º anuário (2013), esta população era de 14.733, no ano de 2012, apresentando um aumento significativo de 57% em 10 anos. Mediante tal dado, se faz necessário levantar a discussão acerca de questões referentes a problemas sociais e agravantes a respeito da população carcerária.

Em consonância com essa realidade, de acordo com Cardoso e Monteiro (2013), os jovens são considerados alvos fáceis do processo de criminalização e seletividade do sistema penal, representando assim a maior parte da população encarcerada no país (considerando a faixa etária de 18 a 29 anos), ao passo que, em 2022, esta faixa etária passou a abranger jovens e adultos de 18 a 34 anos, conforme o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

Torna-se importante colocar o debate sobre a criminalidade em um plano que leve em consideração questões sobre desigualdade social e econômicas enquanto elementos partícipes dessa “equação”, acompanhados da discussão sobre o acesso à justiça (CARDOSO; MONTEIRO, 2013, p. 101).

Desta forma, faz-se necessário entender que há questões para além da simples relação entre crime-sujeito, para assim ser compreendido que se trata de um público encarcerado que, em sua maioria, possui características sociais determinadas, sendo elas, conforme o 17º anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 68,2% de negros, 62,6% entre 18 e 34 anos e 95% do sexo masculino. Dados estes que escancaram o racismo estrutural existente em nossa sociedade, pois conforme aponta o mesmo anuário (2023), se entre 2005 e 2022 houve crescimento de 215% da população branca encarcerada, passando de 62.574 para 197.084 do total de

custodiados brancos, em números absolutos respectivamente, houve crescimento de 381,3% da população negra, que em 2005, o número absoluto era de 91.843 do total desta população, já em 2022, este número saltou para 442.033, o maior da série histórica disponível, ou seja, evidenciando que a seletividade penal tem cor.

Além disso, Cardoso e Monteiro (2013) complementam que os “clientes naturais” das prisões são as pessoas com baixa renda familiar, oriundos de famílias do subproletariado e condenados por envolvimento com drogas, furto ou roubo, sendo assim, em grande parte, pequenos delitos. Dado este reforçado pelo Conselho Federal de Psicologia (2021), que aponta que:

Fica evidente que a vida das pessoas encarceradas, na grande maioria oriundas da periferia das cidades, pessoas negras e de baixa escolaridade, é considerada uma vida “matável”, pois o que se observa é a ausência de investimentos nas políticas públicas sociais, em uma articulação entre o assistencialismo minimalista e as políticas de segurança pública que, por meio do encarceramento em massa, conformam instituições penais que também não garantem o acesso à saúde, à cultura, à educação, ao trabalho, à justiça dentro do cárcere, enfim aos direitos previstos na Constituição Federal Brasileira (CFP, 2021, p. 51).

Desta forma, trata-se de uma população que, desde o contexto social no qual estava inserida previamente às prisões, já lidavam com a precariedade de acesso e auxílios a alguns direitos básicos do ser humano, como emprego, renda e educação, tendo isso agravado a partir do momento em que são privados de liberdade.

Em relação à baixa escolaridade, grande parte da população carcerária capixaba é composta por pessoas que não possuem instrução escolar, ou possuem o ensino fundamental incompleto, conforme a base de dados estatísticos do sistema penitenciário (BRASIL, 2023), tendo por referência a população até junho de 2023, ao que: 166 se declararam analfabetos, 7.647 com o ensino fundamental incompleto e 2.913 com ensino médio incompleto.

Além disso, as informações acerca da população carcerária levantadas, acabam por retroalimentar a justificativa que forja a estes como “criminosos” e as pessoas “mais perigosas” são os mais jovens, pobres e/ou negras. (FREITAS, 2013).

Vieira *et al.* (2019) pontuam assim que não se pode atribuir a estratégia policial-penal à responsabilidade total de garantir o “bom funcionamento da sociedade”, como se a prática punitiva a população carcerária capixaba fosse a única proposta para a resolução da criminalidade vivenciada.

Nesse sentido, em relação à falta de políticas públicas efetivas, vivencia-se a

redução dos direitos sociais da população prisional capixaba, numa política cada vez mais frágil, compensatória e pontual, justificada pela constante situação de crise fiscal do Estado. Sendo assim, a relação entre a crise e a desassistência a essa população resulta na edificação de uma estratégia de contenção da população, gerando o aprisionamento em massa (FERNANDES, 2021).

## **1.2 Sistema Prisional**

As diferentes formas de punição e disciplina estão presentes na sociedade há séculos, sendo atualizadas e renovadas com o passar dos anos. Entretanto, não é uma renovação a uma penalidade indiferenciada, abstrata e confusa, e sim é a atualização de uma arte de punir a outra forma de punir (FOUCAULT, 2014).

Dentre as diversas formas punitivas já existentes, podemos citar, no século XVII, onde o suplício era utilizado como um estilo penal da época. Suplício este que funcionava e era caracterizado por torturas físicas e remissão pública, onde os sujeitos eram obrigados a pedir perdão publicamente e/ou torturados e mortos por terem cometido algum crime (FOUCAULT, 2014).

Um dos modelos mais atuais de disciplina são as prisões, onde as pessoas perdem o direito da liberdade como instrumento corretivo por conta de algum ato considerado criminoso. De acordo com Foucault (2014), as prisões constituem-se como uma nova configuração social pautada no disciplinamento, construída a partir das relações de poder que agem sobre os corpos dos sujeitos. Esse sistema instaura um regime de submissão, baseado na correção dos indivíduos através da vigilância e da punição.

Além disso, Goffman (2019), traz o conceito de prisão como uma instituição organizada e elaborada para “proteger” a comunidade contra perigos intencionais, assim dizendo, “proteger” a comunidade contra pessoas que possam ser consideradas perigosas. Seria assim uma instituição que confinaria pessoas que cometeram crimes, independentemente de sua natureza, em um mesmo local, com regras rigidamente estabelecidas e com o intuito de “proteção” da comunidade.

Entretanto, esse sistema possui algumas considerações que devem ser levadas em questão. Percebe-se em análises, segundo Oliveira e Ricardo (2020), que o sistema penitenciário do estado do Espírito Santo parece dificultar sua funcionalidade, isso porque o mesmo encontra-se agravado por questões como superlotação, violações de direitos, ausência de assistência básica de saúde, violências físicas,

dentre outros fatores. Devido à falta de assistência do Estado, a população privada de liberdade torna-se mais suscetível às doenças infecciosas e de alta morbidade, como a tuberculose, doenças respiratórias, além do adoecimento mental.

Mesquita *et al.* (2019) reforçam que o sistema prisional é um modelo que tem limitações físicas e, portanto, impede inclusive a circulação de ar adequada em seus espaços. Isso faz com que esta condição descrita favoreça o aparecimento de patologias de circulação aérea. No entanto, há outros agravos que são identificados nesta população e precisam de atenção, podendo citar as condições e tratamentos com estas pessoas privadas de liberdade.

Ao que relatam, Nascimento e Bandeira (2018) que ao entrevistar pessoas que estão privadas de liberdade, uma importante porcentagem de entrevistados(as) relataram já terem sofrido algum tipo de violência no sistema prisional, seja violência física, psicológica ou sexual.

Ainda, de acordo com Foucault (2014), as prisões sempre aplicaram certas medidas de sofrimento psíquico, onde há complementações punitivas referentes ao corpo, como redução alimentar, privação sexual e expiação física.

Sendo assim, o cenário do sistema prisional capixaba, em que pese está preconizado em lei a ressocialização, não oferece condições necessárias para que seja realizada esta sua “função”, visto que independente de qualquer tipo de intervenção que possa ser oferecida a esta população, a mesma continuará inserida no ambiente adoecedor.

Em consonância com o que foi relatado anteriormente, quando se trata do cárcere capixaba, como nos aponta Vitorino (2017), seu principal objetivo é a contenção e a docilidade do encarcerado. A própria Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo, conjuntamente com o Judiciário e o Ministério Público, violam direitos ao não ofertarem os cuidados necessários às pessoas privadas de liberdade, ou seja, uma afronta a Lei de Execução Penal (LEP), uma vez que, no Espírito Santo “se morrem poucos corpos, matam-se os sujeitos de direito. Temos cárceres cheios de indivíduos juridicamente mortos!”.

Ainda, conforme Vitorino (2017), ao informar dados, quando inquiridos nas inspeções realizadas por entidades de defesa dos Direitos Humanos, as direções das penitenciárias do Espírito Santo, não levam em consideração a pessoa encarcerada, ao menos não integralmente, já que, conforme o relato do próprio, estes dados

apontam que, com a justificativa de uma falta de agentes penitenciários, embora exista a garantia na LEP de que, ao preso seja dado 01 hora diária de “banho de sol”, lhes é tirado este direito, e o que eles recebem na realidade é bem menos que isto, e as vezes, sequer é diário. Além de excessivo controle dos encarcerados, excesso de disciplina, a permanência ociosa nas celas, o afastamento de seus familiares ou a redução de seu tempo de visita, entre outros, de forma a garantir certa “ordem” dentro do cárcere capixaba, sem se levar em consideração os direitos desta população, viola-se mais uma vez seus direitos básicos, revelando um serviço público à margem da lei.

Logo, a precariedade do sistema prisional brasileiro, como sugere Pereira (2017), se constitui em um mecanismo de múltiplas violações de direitos humanos, revelando a falha e a incapacidade do Estado em cumprir um dos principais objetivos deste encarceramento, que é a dita “ressocialização” desta população privada de liberdade e a sua reinserção para uma vida plena de garantias em sociedade.

### **1.3 Privação de Liberdade**

Apesar de todo detalhamento precário do ambiente prisional, cabe ressaltar que a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 regula infraconstitucionalmente os direitos da população carcerária, ressaltando que mesmo que os sujeitos sejam privados de liberdade, não podem ser limitados em seus direitos da dignidade humana.

Entretanto, torna-se visível que a saúde mental desses sujeitos não constitui preocupação imediata por parte do Estado, ou seja, a prioridade é isolá-las, sem colocar em foco em como esse processo de privação afetará esses indivíduos.

A privação de liberdade traz para esta população inúmeros riscos no que diz respeito à sua saúde mental, posto que, segundo Maria e Costa (2020) no sistema carcerário, os seres humanos se tornam um número, perdem a sua individualidade, autonomia e ainda podem desenvolver transtornos mentais, devido ao ambiente hostil no qual estão inseridos.

Tal sistema, citado acima, é caracterizado por Goffman (2019) como uma instituição total. De maneira geral, o autor define que as instituições totais podem ser caracterizadas como estabelecimentos que possuem tendências de “fechamento”, ou seja, simbolizadas pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saídas que muitas vezes são impostas devido a barreiras físicas, como por exemplo portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos etc. No caso das prisões, estas

são instituições criadas com o intuito de “proteção” da comunidade contra “perigos”.

Sendo assim, as instituições totais como as prisões, são locais onde se desenrolam processos que desencadeiam um rompimento devastador entre a concepção de mundo e de si mesmo. Esse rompimento, de acordo com Goffman (2019) oprime o eu existente implicando em uma deterioração da imagem que o indivíduo faz de si mesmo, em um processo que o autor chama de mortificação do eu.

Logo, nas instituições totais, o indivíduo é impregnado por uma atmosfera em que a construção de sua subjetivação é feita de maneira adoecedora, sendo impedido de deliberar sobre aspectos básicos de sua existência, como a decisão de ir ao banheiro, alimentar-se, dormir, entre outros.

Maria e Costa (2020) citam ainda, que toda a rotina do encarceramento, a mudança de ambiente, a privação de liberdade, o isolamento social, e outras situações presentes no cotidiano da pessoa encarcerada, são situações de riscos que podem desencadear sofrimento psíquico.

Ao que aponta Foucault (2014), que o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade, ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal.

Desta forma, o que pode ser analisado é que, no momento em que a pessoa é privada de liberdade, ela não passa apenas a cumprir a pena que lhe foi imposta, mas se torna uma vítima de diversas violações de direitos que deveriam ser garantidos e amparados por diversas normas e legislações, tendo então, a punição estatal se tornado um castigo, dado a falta de respeito com sua vida e a sua dignidade, sendo ainda mais agravada devido esta violação ser encarada com uma indiferença social, e largamente aceita por uma parcela da população brasileira, que acredita que este é o tratamento que deve ser dado a população encarcerada, além da abstenção dos poderes públicos, no sentido de agir e reverter esta situação (PEREIRA, 2017).

Por outro lado, Goffman (2019) diz que as pessoas aprisionadas tendem a desenvolver um certo tipo de amargura ao mundo externo, o que marca um movimento importante para o desenvolvimento moral dos internados.

Depois de um delinquente ter sido submetido a castigo injusto ou excessivo, bem como a tratamento mais degradante do que o prescrito pela lei, passa a justificar o seu ato - o que não podia fazer quando o cometeu, decide "descontar" o tratamento injusto na prisão, e a vingar-se, na primeira oportunidade, através de outros crimes. Com essa decisão, torna-se um

criminoso (GOFFMAN, 2019, p. 57).

Logo, para que o sistema prisional cumpra seu papel dito ressocializador, ele precisa ser totalmente revisto, e conforme pontua Dourado e Alves (2019, p. 55), “deixar de ser um depósito de pessoas com problemas de adaptação social, oriundas de várias ordens”, e em seu lugar, ser um local em que essas mesmas pessoas possam ser tratadas com dignidade, além da assistência ao retorno deste egresso à sociedade, de forma a ampará-lo em garantias de direitos em sua passagem pela instituição de forma que, como apontado acima por Goffman (2019), não passe a justificar o seu ato, e vingar-se em sua primeira oportunidade.

#### **1.4 Saúde Mental da População em Privação de Liberdade**

De acordo com Amarante (2019), a saúde mental é um campo plural e polissêmico, visto que, diz respeito não só ao estado mental dos sujeitos, mas também das coletividades, que são igualmente complexas.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), as necessidades não atendidas de saúde mental estão entre as principais causas de morbimortalidade na Região das Américas, com enormes consequências sociais, econômicas e para a saúde. Ainda conforme a mesma, com a pandemia de COVID-19, houve um agravamento da crise de saúde mental na região, o que requer ações urgentes nos níveis mais altos de governo e em todos os setores para reconstruir sistemas e serviços de saúde mental melhores, e sugere algumas recomendações de forma a elevar a questão da saúde mental em diversos âmbitos, dentre eles, as diversas instituições criminais de todo o território brasileiro.

Mediante sua entrada em instituições criminais, como estas, Goffman (2019) aponta que o indivíduo tem sua identidade impactada por uma nova vivência, que tem como base, a limitação e a padronização do “eu”, perdendo sua individualidade, ao que o encarcerado não possui mais um nome, nem os bens pessoais que o identificavam e é iniciado um ajustamento institucional por meio de roupas padronizadas, corte de cabelo, instruções de convivência embasadas em regras de habitação, obediência e nenhuma privacidade.

Ainda de acordo com Goffman (2019), no cotidiano das instituições totais - das quais as prisões são parte - o alheamento do indivíduo em relação aos seus pares sociais, a perda da imagem de si, a perda da própria ligação do eu com os outros é

vivida de forma dolorosa, gerando intenso sofrimento psíquico.

Em corroboração com o que é proposto pelos autores antes citados, a Organização Mundial da Saúde (2023) aponta que a população privada de liberdade tem maior probabilidade de apresentar problemas de saúde mental do que a população em geral, visto que, antes do encarceramento, é mais provável que tenham sido expostos a circunstâncias sociais adversas que se apresentam como fatores de risco tanto para problemas de saúde mental, quanto para o crime.

Ao passo que, sendo a saúde mental uma preocupação de proporção mundial, vale destacar que o artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (ONU, 1948).

Logo, teoricamente, toda a população teria seu direito assegurado à saúde e aos demais serviços voltados também à saúde, como assistência médica e serviços sociais.

Diante de tal dado, é pungente a necessidade de se garantir direitos a todos os cidadãos, e se faz necessário avaliar e reivindicar políticas públicas para fortalecer a saúde mental no que tange a população encarcerada.

Entretanto, como verificou Bahiano (2019), os serviços e atenção que são prestados à saúde mental das pessoas que se encontram sob privação de liberdade carecem da elaboração de ações e estratégias em saúde que sejam mais assertivas e resolutivas, para fins de diagnósticos precoces e tratamentos de desordens da saúde mental na prisão.

Apesar das necessidades apontadas acima, uma vez na prisão, as pessoas encarceradas estão sujeitas não só ao isolamento social, como também a más condições de vida, agressão física e/ou sexual e/ou abuso psicológico, aumentando assim o risco de desenvolver problemas relacionados à saúde mental.

O que se encontra também é uma barreira no que se refere a uma base de dados estatísticos sobre a saúde mental da população encarcerada, tendo somente dados relativos à quantidade de consultas psicológicas realizadas, já apontadas anteriormente. No que tange a dados quanto a diagnósticos e suas causas, tanto em

território nacional, quanto no próprio estado do Espírito Santo, informações mais detalhadas possuem suma importância para que seja possível reivindicar medidas efetivas de enfrentamento às demandas referentes à saúde mental da população carcerária. Vale ressaltar ainda que, conforme apontam o Conselho Nacional de Saúde (2023), mesmo no que diz respeito à população geral, o Brasil é o país com maior número de pessoas ansiosas, havendo ainda um enorme alerta no que se refere a saúde mental do brasileiro, já que dados apontam que uma em cada quatro pessoas no país poderá sofrer com algum transtorno mental ao longo da vida.

Além dos dados apresentados pelo Boletim Fatos e Números (BRASIL, 2022), no tocante a saúde mental, em 2019, 10,2% da população com 18 anos ou mais, referiram ter recebido diagnóstico de depressão, o que equivale a aproximadamente a 16,3 milhões de pessoas, este percentual apresentou ainda um aumento de 34%, quando se faz um comparativo com o ano 2013, em que se havia 7,6% de pessoas em situação equivalente.

E ainda, fazendo um paralelo com tais dados, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), no primeiro ano da pandemia de COVID-19, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%, e uma das principais explicações apresentadas para este considerável aumento foi o estresse causado pelo isolamento social em decorrência da pandemia, também ligado a isso, estavam as questões envolvendo as restrições à capacidade das pessoas de trabalhar, de buscar o apoio dos entes queridos e seu envolvimento com a comunidade.

Logo, correlacionando todos estes dados à realidade das pessoas que vivem essa “pandemia” de isolamento por vários e vários anos, durante o cumprimento de suas penas, sugerem que estes também passem por questões que impactam sua saúde mental, ainda que, não se tenham dados estatísticos que subsidiem em efetivo.

Diante de todo o exposto, como ratifica Bahiano (2019), compreender o estado mental desse indivíduo encarcerado amplia as possibilidades de intervenção no campo da prevenção e promoção à saúde e diminui/controla os agravos psicológicos decorrentes da sua reclusão.

### **1.5 Políticas Públicas Voltadas às Pessoas Privadas de Liberdade**

No que se refere aos direitos das pessoas em situação de privação de liberdade,

estes foram compreendidas com a elaboração da Lei de Execução Penal (LEP), assim como itens elencados na Constituição Federal de 1988. Diante de tal cenário, conforme Santos e Menezes (2016) o(a) encarcerado(a) passou então a ser considerado um(a) sujeito(a) de direito e a ter condições de uma vida digna e, desta forma o Estado passou a ser o responsável por então garantir essa dignidade ao recluso(a). Isto é o que está previsto na legislação, porém a realidade do sistema prisional brasileiro foge completamente a esta regra, não fazendo valer totalmente estas garantias.

Como dito, dentre as garantias das pessoas encarceradas, o previsto pelo artigo 5º, XLIX, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), ao que é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. Logo, cabe ao Estado, a garantia da execução deste item, sendo este algo primordial. Outra legislação que não lhes é efetivamente garantida, visto as condições precárias às quais as pessoas encarceradas são expostas.

Assim, como anteriormente citado, o sistema prisional é norteado pela Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, cujo objetivo é o de fortalecer o código em relação à sistemática do estabelecimento prisional, inclusive dando ênfase a ressocialização mediante os cumprimentos dos direitos e a execução dos deveres e trabalhos concedidos à pessoa presa, como o disposto em seu art. 10º, que reporta que a assistência à pessoa presa é dever do Estado, tendo por objetivo “prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, e conforme o parágrafo único, tendo essa assistência que estender-se ao egresso.

Ainda, dentre as garantias previstas na LEP (1984), estão as estabelecidas em seu art. 88, em que a pessoa encarcerada deverá ser alojada em cela individual, com área mínima de 6 metros quadrados, e salubridade do ambiente pelas concorrências dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana, e em seu art. 85, ao qual prevê que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação. No que tange a ambos os artigos, o que fica evidenciado, entre autores e notícias veiculadas, não é garantido pelo Estado, visto a superlotação e ao alto índice de doenças existente nos presídios brasileiros.

Dentre outras garantias da LEP (1984), em seus artigos 12 e 14, a pessoa encarcerada, deverá ter garantido assistência material, consistindo em fornecimento

de alimentação, vestuário e instalações higiênicas, bem como a assistência à saúde de caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Sendo estes, mais uma vez, uma violação de garantia aos mesmos, visto as péssimas condições de higiene aos quais estão submetidos.

E mesmo com a existência de tal legislação, o que é nítido nas instituições prisionais é um colapso, uma quebra dos direitos da população encarcerada, sendo alvo de diversas notícias veiculadas na imprensa nacional e internacional, cuja questão é levantada em discussões entre os autores penalistas e outras autoridades, sendo visto por uns com um sistema em processo de falência, e por outros como um sistema já falido, conforme aponta Santos e Menezes (2016).

Em relação a garantias a acesso a saúde, temos a portaria nº 482, de 1º de abril de 2014, que institui as normas para a operacionalização da política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional (PNAISP - 2014), elaborada para atender ao princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas privadas de liberdade, tendo então por objetivo, garantir o acesso destes aos cuidados do Sistema Único de Saúde (SUS), que os serviços de saúde deste sistema prisional passem a ser ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS, qualificando também a Atenção Primária no âmbito prisional como porta de entrada do sistema e ordenadora das ações e serviços de saúde pela rede.

Porém, dentre uma das questões que dificultam a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde das pessoas privadas de liberdade, conforme o PNAISP (2014), é a superação das dificuldades impostas pela própria condição de confinamento, o que dificulta o acesso às ações e serviços de saúde de forma integral e efetiva.

Insta também apresentar a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, que traz em seu artigo 6º os tipos de internação psiquiátrica previstas, dentre as quais está a internação compulsória, que em seu inciso III, complementada pelo artigo 9º, aos quais expressam que, esta deverá ser determinada pela justiça, sendo de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, levando-se em conta as condições do estabelecimento, a salvaguarda do paciente e demais internados e/ou funcionários. Cabendo ainda, como responsabilidade do Estado, em seu artigo

terceiro, “o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais”, tendo a participação da sociedade e da família, prestadas em instituições que ofereçam esta assistência em saúde mental, ao passo que esta internação, em qualquer que seja a modalidade, deverá ser indicada em casos em que os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, sendo vedada a mesma em instituições com características asilares.

Ainda, no que diz respeito as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, foi elaborada a Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014, que institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis a estas pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), levando-se em consideração a legislação anterior 10.216/2001, e entre outras resoluções, de forma a atender estratégias de redirecionamento dos modelos de atenção a estas pessoas que forem consideradas beneficiárias deste serviço, sendo estas, conforme seu artigo 2º, pessoas que comprovadamente ou presumidamente, apresentam transtorno mental e que esteja em conflito com a Lei, sob algumas condições, dentre as quais: com inquérito policial em andamento; já com processo criminal, tendo cumprimento de pena privado de liberdade ou em prisão provisória ou ainda respondendo em liberdade, e que tenha o incidente de insanidade mental instaurado; ou, com medida de segurança extinta e necessidade expressa pela justiça criminal ou pelo SUS de garantia de sustentabilidade de um Projeto Terapêutico Singular (PTS).

Ainda, conforme esta portaria, os beneficiários da mesma contarão com uma Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), cujo objetivo é o de apoiar ações e serviços para atenção a estas pessoas, juntamente a Lei de Atenção à Saúde (RAS) realizando avaliações biopsicossociais e apresentando proposições fundamentadas na Lei 10.216/2001 e nos princípios da PNAISP, orientando, sobretudo, para a adoção de medidas terapêuticas, em preferencial de base comunitária, a serem implementadas segundo um PTS, (BRASIL, 2014).

Quanto ao cenário capixaba, se faz notar que são criadas diversas portarias, normativas, legislações, entre outras, também na tentativa de manutenção deste sistema, como já pontuado, falido, tais como: a Lei 6.611, de 2001, que dispõe sobre o sistema de revista nos sistemas prisionais, sendo esta, que autoriza em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que a revista íntima poderá ser realizada, com expressa autorização

do Diretor do estabelecimento prisional, baseada em grave suspeita ou em fato objetivo específico, ao que, deverá ser concedida ao visitante uma declaração escrita informando os motivos justificando tal procedimento, porém, caso não se tenha tempo suficiente para uma expedição prévia, este visitante pode ser informado em até 24 (vinte e quatro) horas depois da revista íntima, tendo que passar por essa violação, sem ao menos ser informado dos motivos que o levaram a tal. Além de leis complementares que instauram a criação de mais instituições prisionais, como a Lei complementar nº 449, de 2008, que cria o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim - ES, o Centro de Detenção Provisória de Itapemirim-ES, o Centro de Detenção Provisória de Aracruz-ES e o Centro de Detenção Provisória de São Gabriel da Palha-ES.

Diante de tantas legislações, o que realmente falta aos legisladores é o olhar para a causa principal do aumento desta população, de analisar e refletir sobre a base da questão, e não de criação e perpetuação de um punitivismo penal, gerida por uma parcela da população, na tentativa de atingir a uma outra, na manutenção de preconceitos tão enraizados em nossa sociedade, visto que, como já pontuado anteriormente, o crime é uma categoria social com uma seletividade penal.

E como ratificam Santos *et al.* (2017), para que os direitos desta população sejam de fato garantidos, se faz necessário uma maior participação da sociedade civil, exigindo de todos os entes federativos, ações concretas e efetivas, para o reconhecimento e o cumprimento dessas garantias e direitos constitucionais, e a elaboração de políticas públicas que garantam melhores condições a esta população, tanto em sua passagem pela instituição prisional, quanto a efetiva reinserção em um ambiente integrativo e garantidor de direitos, após o cumprimento de sua pena junto ao Estado, ainda que a realidade ao qual estamos inseridos, aponte que tal questão seja um tanto quanto utópica.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir que o sistema prisional como um todo, e não somente os do estado do Espírito Santo, estão tendenciados à falência, e o Estado não tem cumprido com seu papel de garantia de direitos fundamentais às pessoas que estão cerceadas sob sua tutela.

Torna-se evidente que as pessoas que são encarceradas, não perdem apenas o seu direito à liberdade, mas como pontua Pereira (2017), também têm violadas a sua

dignidade, a sua integridade física e psicológica, entre outros direitos, que deveriam ser garantidos pelo Estado.

E como é confirmado por Constantino *et al.* (2016), para além do diagnóstico e atenção aos problemas de saúde mental da população encarcerada, o próprio sistema prisional precisa ser revisto, visto que existem diversos elementos que configuram como fatores de risco ao adoecimento, como superlotação, as condições das celas, a ociosidade ao qual são submetidos, a alimentação inadequada, dentre outros, logo é urgente refletir sobre as perdas de direitos aos quais esta população está sendo “condenada”, uma vez que assim como os demais cidadãos, os tem garantidos pela Constituição.

E, por mais que os indicadores do sistema prisional nacional apontem para este colapso, ainda assim, como apontam Rocha e Cardozo (2017), segue-se uma marcha de insensatez, em que não se modifica a metodologia utilizada e as políticas adotadas, pautando-se por uma parcela da população e por alguns órgãos de comunicação, em que se iludem de que “a prisão é o remédio para todos os males”, (p. 715).

Ainda, em relação a estes indicadores, se faz necessário avaliar urgentemente a questão da superlotação, que conforme aponta o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), demonstra que existe uma ausência importante de vagas, enfatizando este colapso e uma violação de direitos humanos ao quais os custodiados estão submetidos, tendo pois 1,4 indivíduos por vaga disponível, logo a integridade física, moral e psicológica dessas pessoas é banalizada, contradizendo direitos previstos na LEP (1984), ao qual, esta população deveria estar alojada em cela individual, contendo dormitório, aparelho sanitário e lavatório, sendo adequado a existência humana em questões de aeração, insolação e condicionamento térmico.

Logo, é possível verificar uma grave violação de garantia de atendimento a legislação existente, de forma efetiva, como a prevista na Constituição Federal, em que o Estado não garante condições dignas de direitos que não foram atingidos pela sentença, tendo este custodiado perdido a sua liberdade, mas também sendo submetido a ambientes degradantes, considerando a superlotação, a precariedade de alimentação, a falta de assistência médica, a carência de higiene pessoal provocada pelo sistema prisional, acarretando em condições precárias de vida, desta forma, a instituição prisão segue sendo somente uma forma de punição a estas pessoas e não como um local de “ressocialização”, como prevê o objetivo da legislação penal.

Diante disso, nos cabe evidenciar que, é um tanto quanto ilusório, pois não se resolvem problemas sociais somente com a criação de legislação penal, mas com um olhar voltado para as causas principais, que levam a um aumento cada vez mais gradativo desta população tão “seletiva”, como demonstrado durante o referencial, e analisando e propondo a criação de políticas públicas que deem garantias de direitos humanos a esta população, alcançando a todos de forma efetiva, e não agindo apenas conforme a lógica punitivista acentuando ainda mais a desigualdade, além de garantias de um ambiente diferente daquele ao qual este indivíduo estava inserido anterior a sua entrada na instituição, visto que, ao sair da mesma, para qual ambiente ele irá retornar? Possivelmente, para aqueles que já não se tinham garantias integrais amparadas pelo Estado, e ainda com uma estigmatização maior, sendo um egresso do sistema penitenciário ao qual foi encarcerado.

Perante o exposto, mesmo que a realidade do sistema prisional fosse diferente do que se apresenta hoje, a privação de liberdade, em si, continuaria sendo um vetor de sofrimento, sendo necessário que, como nos problematiza Nascimento e Bandeira (2018), seja revisto e reconheçamos que a maneira mais eficaz para se reduzir os danos à saúde causada por esta perda deste direito, seja por via do desencarceramento.

Logo, mediante todo o apresentado, as informações acerca do tema tornam-se pertinentes para os(as) profissionais da área a fim de compreender e desenvolver uma melhor perspectiva e atuação profissional, assim como sugerir novas pesquisas sobre o tema que contribuam com a elaboração de políticas públicas para a população em questão.

### 3. REFERÊNCIAS

AMARANTE P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

BAHIANO, M. A. Depressão e enfrentamento de adversidades em pessoas sob condição de privação de liberdade. **Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe**, São Cristóvão, SE, agosto de 2019. Disponível em: Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS: Depressão e enfrentamento de adversidades em pessoas sob condição de privação de liberdade. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BISPO, J. F.; *et al.* Perfil de saúde física e mental de homens e mulheres privados de liberdade: um estudo comparativo. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 9, setembro de 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8532>. Acesso em: 04 jun.

2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 05 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Observatório Nacional da Família. **Boletim Fatos e Números**, Brasília, Vol.1, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/5.SADEMENTALLTIMAVERSO10.10.22.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014**. Legislação em Saúde no Sistema Prisional/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/legislacao\\_saude\\_sistema\\_prisional.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/legislacao_saude_sistema_prisional.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014**. Institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Dados estatísticos do Sistema Penitenciário**. 14º ciclo de coleta (dados obtidos entre janeiro e junho de 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 10 out. 2023.

CARDOSO, G. R.; MONTEIRO, F. M. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/wjmWpRx3yMLqSJ6fQJ9JkNG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) NO SISTEMA PRISIONAL**. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logasos-no-Sistema-Prisional-FINAL.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS promoverá live sobre a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil**. 24 de abril de 2023. Disponível em:

<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-live-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar#:~:text=Dados%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de,mental%20ao%20longo%20da%20vida>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSTANTINO, P.; *et al.* O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência Saúde coletiva**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Ndb37V3vPt5wWBKPsVvfb7k/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

DOURADO, J. L. G.; ALVES, R. S. F. Panorama da saúde do homem preso: dificuldades de acesso ao atendimento de saúde. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 39, nº96, janeiro / junho, 2019, p.47- 57. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Nilton-Formiga/publication/335210125\\_Analise\\_confirmatoria\\_da\\_medida\\_do\\_suporte\\_organizacional\\_em\\_enfermeiros\\_de\\_um\\_hospital\\_publico\\_de\\_uma\\_capital\\_do\\_nordeste\\_brasileiro/links/5d56f4c545851545af48e13e/Analise-confirmatoria-da-medida-do-suporte-organizacional-em-enfermeiros-de-um-hospital-publico-de-uma-capital-do-nordeste-brasileiro.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Nilton-Formiga/publication/335210125_Analise_confirmatoria_da_medida_do_suporte_organizacional_em_enfermeiros_de_um_hospital_publico_de_uma_capital_do_nordeste_brasileiro/links/5d56f4c545851545af48e13e/Analise-confirmatoria-da-medida-do-suporte-organizacional-em-enfermeiros-de-um-hospital-publico-de-uma-capital-do-nordeste-brasileiro.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **LEI COMPLEMENTAR Nº 449 de 21 de julho de 2008**. Cria o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim, o Centro de Detenção Provisória de Itapemirim, o Centro de Detenção Provisória de Aracruz e o Centro de Detenção Provisória de São Gabriel da Palha e dá outras providências. Palácio Anchieta em Vitória. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Media/Sejus/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20SEJUS%202019/Lei%20Complementar%20n%C2%BA%20449%20de%202008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **LEI Nº 6.611 de 05 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre o Sistema de revista nos estabelecimentos prisionais do Estado e dá outras providências. Palácio Anchieta, em Vitória. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Media/Sejus/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20SEJUS%202019/Lei%20Ordin%C3%A1ria%20n%C2%BA%206.611%20de%202001.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

FERNANDES, I. S. Aglomeração legal e morte indeterminada: economia prisional e COVID-19. **Argumentum**, Vitória-ES, v. 13, n. 1, p. 108-122, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4755/475570159010/475570159010.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 42ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. Disponível em [https://forumseguranca.org.br/storage/7\\_anuario\\_2013-corrigido.pdf](https://forumseguranca.org.br/storage/7_anuario_2013-corrigido.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

FREITAS, M. M. B. Entre mortificações e resistências: A saúde e o psicotrópico no sistema prisional. **RiUfes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**Institucional.** Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1173>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

MARIA, M. L. S.; COSTA, R. F. ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM DETENTOS. **UNIFUNEC CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS**, Santa Fé do Sul, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 1–11, 2020. Disponível em: [Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfce/article/view/4093>](https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfce/article/view/4093). Acesso em: 25 de maio de 2023.

MESQUITA, D. S.; *et al.* Agravos e assistência à saúde em um sistema prisional. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 7, p. 606, março de 2019. Disponível em: [Agravos e assistência à saúde em um sistema prisional | Revista Eletrônica Acervo Saúde \(acervomais.com.br\)](https://www.acervomais.com.br). Acesso em: 25 de maio de 2023.

NASCIMENTO, L. G; BANDEIRA, M. M. B. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 2, pág. 102 - 116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzBgK7y7GJzqQy98JxLPsGP/?lang=pt>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

OLIVEIRA, F. L; RICARDO, A. S. R. O sistema penitenciário do Espírito Santo/ES. **Repositório Institucional - Universidade Federal Fluminense**, Volta Redonda, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25930> . Acesso em: 02 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depressão**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Nova Agenda de Saúde Mental para as Américas: Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde – Resumo executivo**. Washington, D.C.: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727225>. Acesso em: 10 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. Março de 2023. Disponível em [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)). Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, L. M. O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. **RIDH| Bauru**, v. 5, n. 1, p. 167-190, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/472/206>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROCHA, L. R. L.; CARDOZO, J. E. Precariedade do sistema penitenciário brasileiro como base temática para a proibição ou legalização das drogas. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 7, nº 3, p. 714-730, 2017. Disponível em

<https://www.gti.uniceub.br/RBPP/article/view/4630>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, C.A.F.; *et al.* O direito fundamental à saúde no sistema penitenciário brasileiro: um estudo crítico. **Cad. Ibero Am. Direito Sanit.** [Internet]. 347-54. 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/1086>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, E. M. R.; & MENEZES, J. R. V. T. SISTEMA PRISIONAL: PROBLEMÁTICAS E SOLUÇÕES. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais** - UNIT - SERGIPE, 3(2), p. 261–280, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2589>. Acesso em: 10 out. 2023.

VIEIRA, J.; *et al.* O Sistema Penitenciário Capixaba: Um Debate Acerca Do Racismo Institucional Como Condicionalidade Para A Manutenção Do Perfil Carcerário. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. v. 1, n.1, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/282>. Acesso em: 06 jun. 2023.

VITORINO, G. **O ENGANOSO SUCESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO CAPIXABA**. Pastoral Carcerária. Em Combate e Prevenção à Tortura. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/o-enganoso-sucesso-do-sistema-carcerario-capixaba>. Acesso em: 10 out. 2023.

## PERCEPÇÃO DO ENDOMARKETING PELOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Gabrielly Pifer Fraga<sup>1</sup>,  
Rebeca Barbosa Pancho Villa<sup>1</sup>,  
Bruno Arrigoni Pazini<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda

<sup>2</sup>Professor e Orientador – Docente Multivix – Vitória

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo reiterar a relevância do endomarketing nas organizações, destacando seus impactos tanto para os clientes internos quanto para a empresa, enfatizando a perspectiva dos colaboradores na área publicitária em relação ao endomarketing e sua implementação. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas diversas revisões bibliográficas sobre temas pertinentes à área em questão, além de uma pesquisa quantitativa não-probabilística envolvendo comunicólogos capixabas atuantes em corporações e agências de publicidade e propaganda. De maneira geral, os profissionais de comunicação em agências manifestam níveis de insatisfação superiores em relação ao endomarketing, se comparados aos comunicólogos que atuam em corporações. Assim o trabalho reiterou que a implementação do endomarketing permite que os próprios colaboradores encarregados de divulgar essas estratégias se mantenham engajados e se sintam pertencentes à empresa. Isso vai além de simplesmente comunicar, trata-se de efetivar, incorporando verdadeiramente a essência da causa.

### PALAVRAS-CHAVE

Endomarketing; Clima Organizacional, Colaborador; Cliente Interno; Engajamento.

### ABSTRACT

This study aims to reaffirm the importance of internal marketing (endomarketing) within organizations, highlighting its impact on both internal customers and the company, with a focus on employees' perspectives in the advertising field regarding endomarketing and its implementation. To achieve this objective, several literature reviews were conducted on relevant topics, along with a non-probabilistic quantitative survey involving communication professionals from Espírito Santo working in corporations and advertising agencies. Generally, communication professionals in agencies expressed higher levels of dissatisfaction with endomarketing compared to those working in corporations. The study underscored that implementing endomarketing enables the employees responsible for promoting these strategies to remain engaged and feel a sense of belonging to the company. This goes beyond mere communication; it is about genuinely embodying the essence of the cause.

### KEYWORDS

Internal Marketing; Organizational Climate; Employee; Internal Customer; Engagement.

### INTRODUÇÃO

Segundo Brum (1998), a denominação de programa de endomarketing é dada a um conjunto de ações e instrumentos criados, produzidos e distribuídos com o objetivo de informar, integrar e encantar o público interno, podendo transformar a relação em

uma parceria mais justa e equilibrada, enxergando o trabalhador como um elemento-chave para o êxito da organização, com seus talentos, habilidades e experiências sendo reconhecidos e incentivados.

Como Figueiredo Neto, Machado e Silva (2003), citam em uma das suas vinte e cinco Leis do Endomarketing, a Lei do Diferencial Humano estabelece que o valor que se almeja acrescentar ao empreendimento está estreitamente associado ao corpo de colaboradores, tendo em vista que são eles que materializarão o propósito perante o consumidor, seja de maneira direta ou indireta.

“Toda empresa em qualquer organização tem um mercado interno de empregados que deve receber a primeira atenção.” (GRÖNROOS, 1995, p.278), nesse contexto, é necessário usar estratégias para fazer com que os mesmos sejam participantes efetivos e reconhecidos, que tendem a demonstrar comprometimento tanto dentro quanto fora da empresa, reverberando uma imagem positiva da instituição. De um trabalho minucioso e elaborado, podendo contribuir para que se comuniquem de dentro pra fora.

A opinião do público interno tem influência nas opiniões e nas perspectivas do público externo, do consumidor em geral. Partindo desse princípio, as empresas cada vez mais têm investido no endomarketing como estratégia de recursos humanos. (Bolina e Crivelaro, 2020, página 20, *Comunicação institucional: endomarketing e relações sindicais*).

Observando que o cenário social e os comportamentos individuais estão sempre em fluxo, influenciados por mudanças de hábitos, avanços tecnológicos e novas formas de comunicação. Em virtude das mudanças é preciso estar atento às consequências do ambiente atual e o comportamento humano diante de situações recorrentes no cotidiano, circunstância essa, de suma responsabilidade do setor responsável por aplicar o endomarketing. Segundo Brum:

Empresas mudam rapidamente. Costumo dizer que para os diretores de uma empresa, ela nunca está igual de um dia para outro. São mudanças de estrutura física, de recursos humanos, de foco, de objetivos, de mercado, de comportamento etc. (Brum, 2010, página 59, *Endomarketing de A a Z como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa*).

O que se faz questionar, essa aplicação, observação de mudança, implementação desde o onboarding, está sendo de fato absorvida pelos comunicólogos? Por meio de uma pesquisa quantitativa envolvendo profissionais da área de comunicação no mercado capixaba, exploraremos dados por meio de uma amostragem não-probabilística criteriosa. Utilizando perguntas objetivas, buscando

compreender a percepção e a eficácia da implementação das funções desses profissionais, a fim de avaliar se sua responsabilidade como comunicador está sendo exercida com maestria.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Saul Faingaus Bekin foi o responsável por descrever em 1996 com sua própria experiência profissional o conceito de endomarketing, sentindo a falta de conectar os colaboradores da empresa o qual fazia parte, segundo ele: “Endomarketing é visto como um meio de diminuir o isolamento departamental, reduzindo atritos internos e superando resistências a mudanças. Pode ser aplicado em qualquer tipo de organização, e não apenas nas empresas de serviços.” (BEKIN,2004).

O significado de endomarketing na análise etimológica da palavra provém do grego, em que “endo” quer dizer “ação interior” ou “movimento para dentro”, e marketing é um processo de interligação com o mercado, portanto o endomarketing é o marketing para dentro, de acordo com o entendimento de Bekin (1995), Silva (2005) e Brum (2010).

A partir de Bekin, surgiram outros autores que compartilharam suas próprias perspectivas sobre o assunto, e, desde então esse conceito vem sendo “recheado” e desvendado, afinal, o marketing interno é ligado em pessoas, e cada geração é moldada por um ambiente sociocultural e uma experiência de vida diferentes (KOTLER, 2021) resultado em desafios singulares.

Há diferentes interesses envolvidos nas relações de trabalho. Empregadores e empregados se orientam por lógicas distintas ao buscar a prosperidade. De um lado, a empresa e aquilo que ela oferece às pessoas em troca de seu trabalho; de outro, as pessoas e sua percepção de valor acerca daquilo que recebem, percepção que acaba refletida em seus desempenhos. (Costa, 2022, página 13, *Não existe gestão sem comunicação*).

Brum (2017) cita em sua obra Henry Ford que uma hora diz que “O problema é que cada vez que eu preciso de um par de mãos, vem sempre um ser humano junto com elas.” Essa observação ressalta a essência de que a mão de obra, por sua natureza, requer a presença física de profissionais, sendo cada trabalho e produto resultado do envolvimento individual de uma pessoa. Este indivíduo merece ser reconhecido, compreendido e cuidado. A autora, ainda, completa nas suas citações:

O problema de comunicação, de alguma forma, sempre é atribuído à empresa. Para as pessoas, ela é quem gera e, ao mesmo tempo, ela é quem deveria resolver o problema de comunicação. Mas, precisamos lembrar que a empresa é uma entidade abstrata. Sem as pessoas, ela não existe. Portanto, é evidente que o problema de comunicação está nas pessoas. (Brum, 2017, página 51, *Endomarketing estratégico: Como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores*).

Atualmente a relevância de zelar pelo bem-estar dos colaboradores está sendo reavaliada, a colaboração se tornou vital para as organizações que desejam obter o melhor da sua equipe (BRUM, 2017).

O endomarketing é uma ferramenta importante, moderna, para as organizações, por contemplar ação de marketing voltada para a satisfação, motivação e engajamento do cliente interno e aumentar o comprometimento dos empregados com os objetivos das organizações (COSTA, ZACARIAS, 2012).

Se levarmos em consideração que o empregado é um formador de opinião por natureza, nos daremos conta de que essa realidade sempre existiu, pois ele fala de empresa nos encontros da sua família, na comunidade em que vive, na universidade em que estuda, no clube que frequenta e em tantos outros lugares, gerando imagem o tempo todo. (Brum, 2017, página 88, *Endomarketing estratégico: Como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores*).

Quando o funcionário se sente pertencente, isso determina um nível maior de motivação (BRUM, 2010). No livro “Comece pelo porquê” do Simon Sinek, uma exposição é realizada acerca da teoria do Círculo Dourado, onde se explica que as pessoas são movidas e engajadas pela inspiração, quando entendem as razões e os objetivos de líderes ou empresas.

O círculo dourado acha ordem e previsibilidade no comportamento humano. Em outras palavras, ele ajuda a compreender porque fazemos o que fazemos. O círculo dourado fornece uma evidência convincente de quanto podemos alcançar se nos lembrarmos de começar tudo o que fazemos perguntando primeiro porquê. (Sinek, 2009, página 50, *Comece pelo Porquê*).

Segundo Machado (2009) “Divulgar o enunciado de Missão, Visão e Valores de uma organização, de forma a influenciar positivamente seus públicos somente sustenta-se na medida em que sua aplicação seja verificada nas ações que precedem à comunicação.”

De acordo com Sinek (2009), ao aplicar a teoria do círculo dourado, a ênfase na exposição transparente dos valores assume uma importância crucial, não apenas para os colaboradores internos, mas também para os clientes externos da organização. Isso se deve ao impacto significativo que esses valores exercem sobre o sentimento

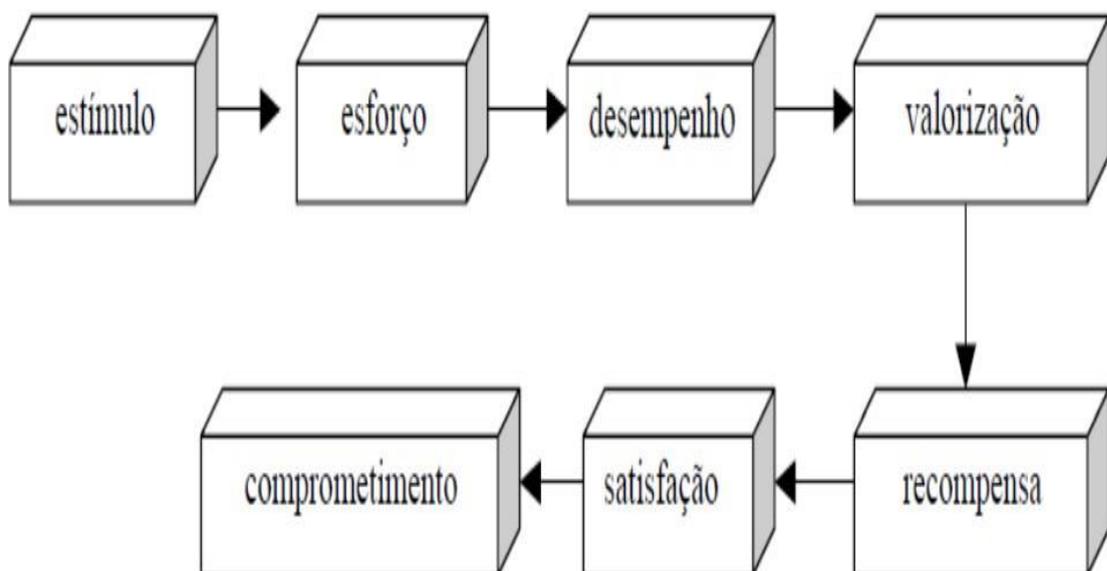
de pertencimento e reconhecimento, fatores essenciais para fortalecer os laços entre indivíduos e a empresa.

Essa visão alternativa não é útil apenas para mudar o mundo; também existem aplicações práticas para a capacidade de inspirar. Ela pode ser usada como guia para aprimorar de modo amplo a liderança, a cultura corporativa, as contratações, o desenvolvimento de produtos, as vendas e o marketing. Explica até a fidelidade e como criar o ímpeto necessário para transformar uma ideia em um movimento social. E tudo isso começa de dentro para fora. Tudo começa pelo porquê. (Sinek, 2009, páginas 50 e 51, *Comece pelo Porquê*).

No contexto empresarial contemporâneo, a aplicação desta visão alternativa, guiada pela clareza na definição da missão, visão e valores da empresa, transcende a simples transformação do mundo. Essa abordagem possui implicações práticas valiosas, especialmente quando incorporada em estratégias de endomarketing.

Ao adotar a teoria do círculo dourado (SINEK 2009), a exposição nítida dos valores corporativos não apenas direciona a conduta dos colaboradores internos, mas também desempenha um papel crucial na percepção dos clientes externos. Sinek (2009) reforça que a forte percepção de uma cultura cria um sentimento de pertencimento e funciona como uma rede.

**Figura 1: Processo de motivação**



Fonte: Adaptado de Bekin, 1995

O comprometimento dos colaboradores é potencializado por diversos elementos presentes na comunicação interna, os quais destacam o propósito da empresa e promovem a motivação. A implementação de estratégias de endomarketing, que

estimulam a participação ativa dos funcionários, não apenas motiva, mas também fortalece o comprometimento dentro da organização, como evidenciado na representação visual da Figura 1.

## 2. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

### 2.2 Tipo de Pesquisa

O presente estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa quantitativa. Seu objetivo principal foi avaliar a compreensão dos profissionais de comunicação, tanto em agências de publicidade quanto em departamentos de Comunicação, em relação às estratégias de endomarketing. Além disso, buscou-se mensurar o nível de familiaridade desses profissionais com o tema e sua eficácia na execução das estratégias.

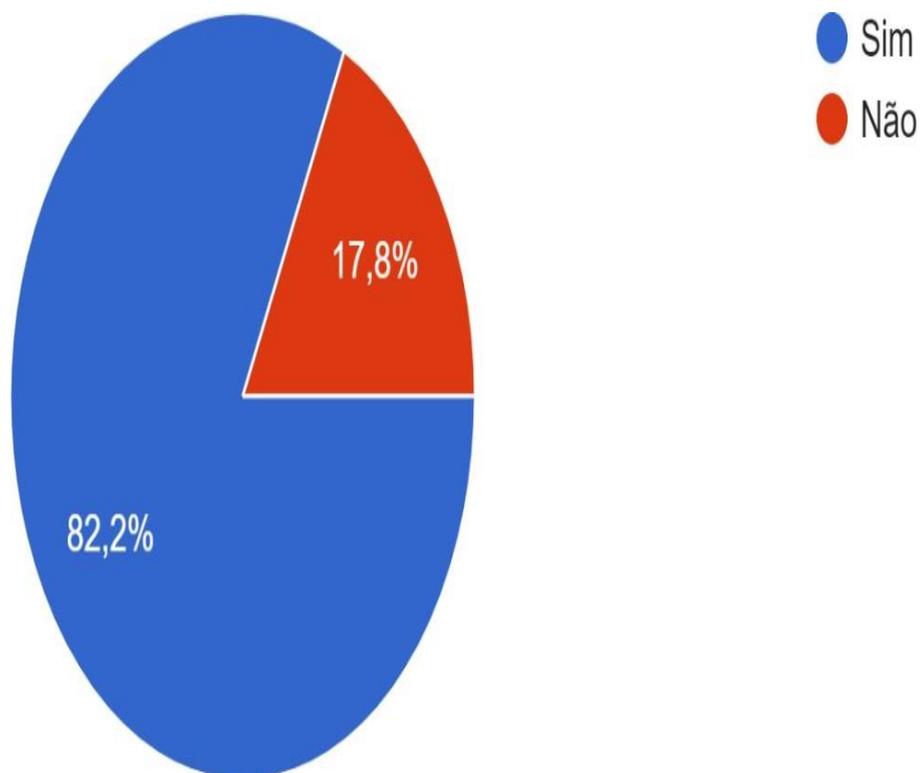
O objetivo geral das pesquisas quantitativas é explicar e prever fenômenos. Para isso, procuram identificar relações de causa e efeito, medir, relacionar e comparar variáveis. Além disso, boa parte das pesquisas quantitativas formula hipóteses, privilegia amostras aleatórias e amplas e utiliza questionários e testes para a coleta de dados. (Matar e Ramos, 2021, página 133, *Metodologia de pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas*).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma seleção de amostragem não-probabilística. Utilizando um questionário anônimo, de natureza objetiva, foram empregadas escalas de Likert para avaliar a percepção dos participantes em relação ao tema e a eficácia de suas funções.

Na condução da pesquisa, contou-se com a participação de 146 indivíduos. Para atingir o público-alvo previsto e garantir uma amostragem precisa, uma filtragem foi aplicada no início do questionário, restringindo-o aos profissionais atuantes na área de comunicação. Caso os participantes indicassem que não estavam envolvidos nesse setor, o formulário era encerrado.

Essa decisão foi tomada com o propósito de atender ao objetivo do estudo, que consiste em destacar a perspectiva dos profissionais de comunicação. Dessa forma, proceda à segmentação dos entrevistados para obter uma amostragem, conforme ilustrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Você é um profissional colaborador de alguma organização que atua no setor de comunicação?**



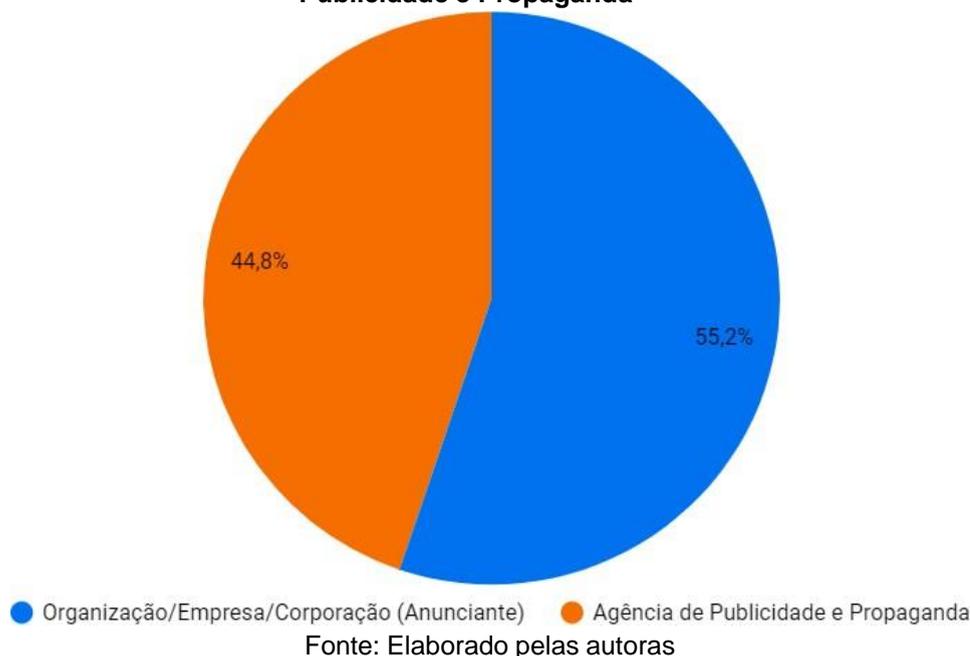
Fonte: Elaborado pelas autoras

Entre os 120 participantes que afirmaram estar envolvidos com comunicação, incluíam-se profissionais de Organização/Empresa/Corporação, agências de publicidade e propaganda, assessorias de imprensa, relações públicas, veículos de comunicação, fornecedores e autônomos freelancers.

O objetivo da análise foi focar exclusivamente em Organizações/Empresas/Corporações e agências de publicidade, excluindo outros setores. Isso foi comprovado em 58 entrevistados.

Destes, 44,8% eram profissionais de comunicação de agências de publicidade e propaganda, enquanto os restantes 55,2% eram representados por profissionais vinculados a Organizações/Empresas/Corporações, conforme apresentado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Resultado: Organização/Empresa/Corporação (anunciante) e Agência de Publicidade e Propaganda**



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

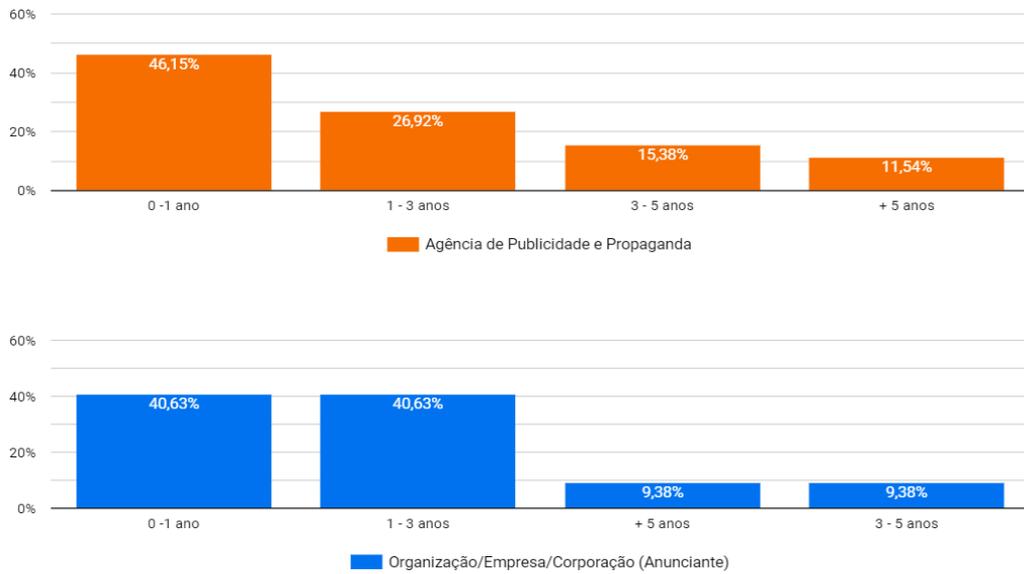
O presente capítulo tem como propósito apresentar os resultados da pesquisa e analisá-los à luz do referencial teórico. Conforme os dados fornecidos no formulário, após a confirmação de que o entrevistado é um profissional que contribui para a área de comunicação, procedesse à apresentação e detalhamento das informações que evidenciam a percepção em relação ao endomarketing, utilizando como referência os resultados obtidos na pesquisa.

O processo de retenção está diretamente associado ao engajamento, ou seja, à capacidade que a empresa possui de entregar ao seu empregado a mesma experiência que disponibiliza para seu consumidor final. Desde o momento em que passa pela portaria da empresa do primeiro dia de trabalho até o momento em que percorre os seus corredores pela última vez, tudo o que uma pessoa vivencia no ambiente corporativo são experiências que impactam a sua vida dentro e fora da empresa. Isso inclui questões físicas, profissionais, sociais e emocionais. (Brum, 2017, página 155, *Endomarketing estratégico: Como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores*).

De acordo com BRUM (2017), a prática do endomarketing possui uma significativa contribuição para a retenção de talentos. As estratégias empregadas nesta área fortificam os laços entre empresas e seus colaboradores, aprimorando a satisfação, engajamento e a permanência desses talentos nas organizações.

Elementos como a promoção de um ambiente positivo, o reconhecimento e a valorização do colaborador, o cultivo de uma forte cultura organizacional, e a oferta de incentivos para o desenvolvimento profissional são determinantes para a manutenção de profissionais nas suas respectivas empresas.

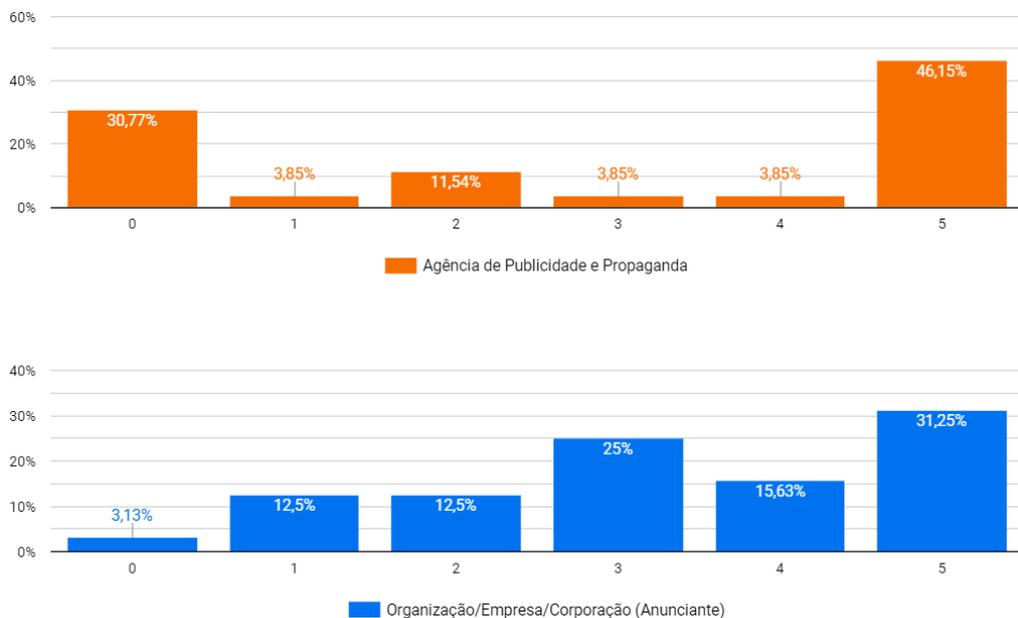
**Gráfico 3 - Tempo de atuação na empresa na qual colabora atualmente**



Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico 3, através de uma múltipla escolha definida na pesquisa, mostra o tempo de atuação nas empresas. As agências de publicidade e propaganda possuem 73,07% de colaboradores que atuam até 3 anos, e as Corporações com representação de 81,26%.

**Gráfico 4 - A empresa fornece treinamento para desenvolvimento e crescimento profissional?**



Fonte: Elaborado pelas autoras

Através da escala de Likert, o Gráfico 4 representa a perspectiva dos funcionários sobre a iniciativa da empresa em fornecer treinamento para desenvolvimento e crescimento profissional. De acordo com o apresentado, os profissionais de corporações apresentam um percentual de 28,13% na avaliação entre 0 e 2, e parecem indicar uma menor insatisfação em comparação aos profissionais de agência, cuja avaliação totaliza 46,16%.

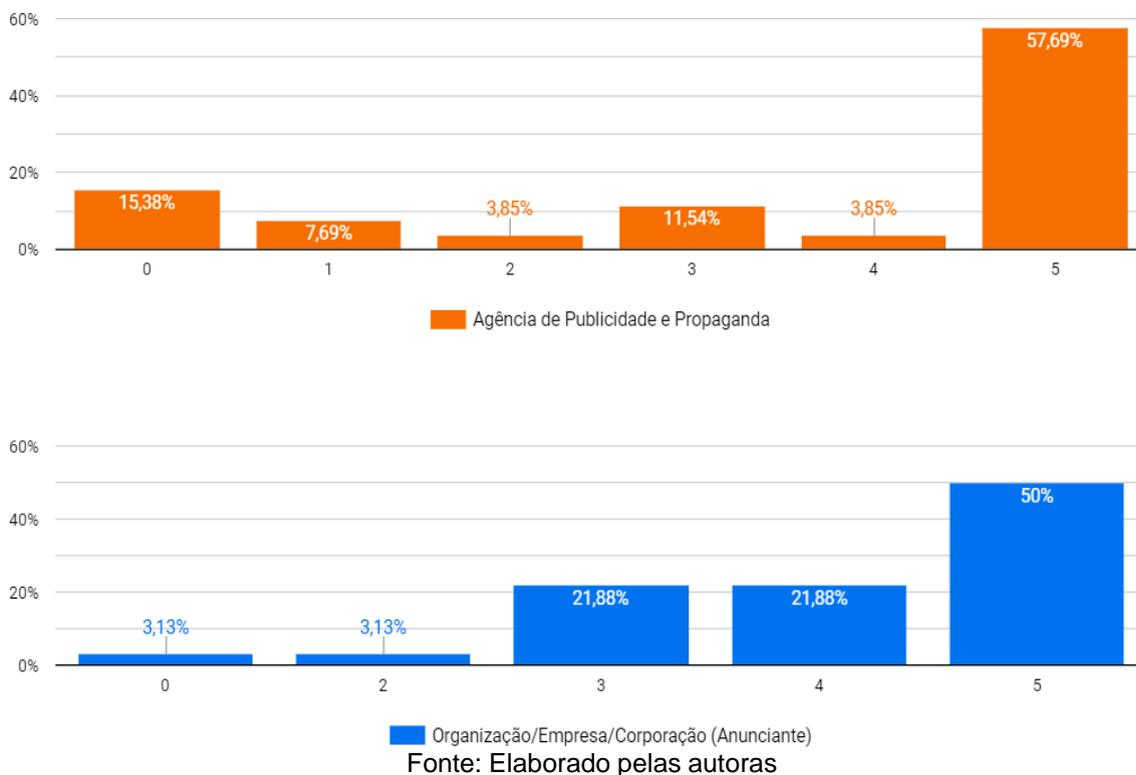
Nos dias atuais, o grande diferencial competitivo das organizações são as pessoas e a forma como as mesmas percebem a sua empresa. Esta percepção tem um valor acentuado no comprometimento e obtenção de resultados positivos à imagem da empresa e ao fortalecimento da marca (Birck e Gomes, 2013, página 1, *Endomarketing: como diferencial competitivo*).

Nesse contexto, a valorização dos colaboradores por meio da disponibilização de novos recursos para o desenvolvimento profissional contribui para um diferencial, promovendo o comprometimento e sucesso da organização. (BIRCK, GOMES 2013) Como descrito por Silva (2015), a decisão de compartilhar decisões com os colaboradores pode representar um elemento significativo para cultivar um senso de aliança deles com a empresa, resultando em maior responsividade ao negócio.

As empresas quando compartilham suas metas, realidade e possibilidades de ganhos com o funcionário, automaticamente despertam nele a responsabilidade pelo sucesso do negócio, pois se sente através da valorização como o próprio dono da empresa. O diferencial para o sucesso por meio da comunicação só será possível, quando os colaboradores deixarem de ser vistos pela empresa como simples funcionários e receberem um tratamento de verdadeiros aliados do negócio. (Silva, Macedo, Estender e Barbosa, 2015, página 4, *Comunicação interna: Benefícios para as empresas e motivação para os funcionários*).

Os dados apresentados no Gráfico 5 indicam a percepção dos colaboradores em relação à importância atribuída pela empresa à colaboração e ao trabalho em equipe. Um total de 93,76% dos colaboradores de corporações parecem avaliar positivamente, atribuindo uma classificação entre 3 e 5 para essa questão. Enquanto isso, os profissionais de agências, com a mesma classificação, apresentaram um percentual de 73,08%.

**Gráfico 5 - É uma cultura da empresa onde eu trabalho, valorizar a colaboração e o trabalho em equipe.**



Conforme destaca Brum (1998), o principal objetivo do endomarketing é fazer com que todos os funcionários tenham uma visão compartilhada sobre o negócio da empresa, incluindo itens como gestão, metas, resultados, produtos, serviços e mercados nos quais atua.

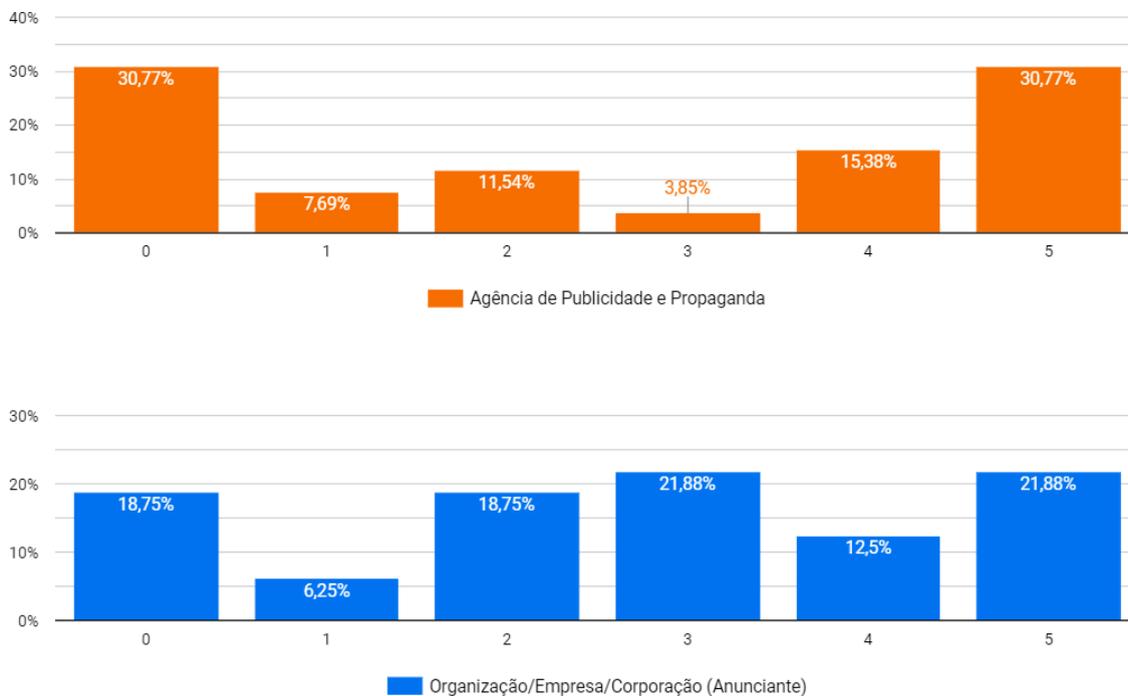
O monitoramento de desempenho busca servir para que os processos de comunicação interna sejam aperfeiçoados sistematicamente (BRUM, 2010). Destaca-se, portanto, a importância fundamental de preservar um elevado nível de contentamento e comprometimento, fortalecendo as conexões entre os membros da equipe e a instituição.

A empresa também precisa da opinião e da participação do seu público interno para produzir mais e melhor. Isso significa que a informação não pode apenas descer da alta direção para a base da pirâmide organizacional, passando pelas lideranças. (BRUM, 2017, página 56, *Endomarketing estratégico: Como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores*).

No gráfico 6, evidencia-se o nível de satisfação e engajamento dos profissionais ao analisar a cultura de feedback em relação à percepção e desempenho destes. Os dados obtidos nas agências de publicidade e propaganda indicam que 50% dos profissionais recebem feedback sobre seu desempenho, enquanto nas organizações

esse índice é mais elevado, atingindo 56,26%.

**Gráfico 6 - A empresa onde atuo sempre pesquisa o meu nível de satisfação e engajamento por meio de pesquisas ou feedback.**



Fonte: Elaborado pelas autoras

Bekin (2004) ressalta que “a maioria das empresas informa, mas não se comunica”. Nesse contexto, compreende-se que a comunicação eficaz exige feedback, a confirmação de que a mensagem está sendo recebida, e compreendida, seja de maneira positiva ou negativa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo exploratório identificou evidências que apontam para uma disparidade substancial nos níveis de satisfação entre os profissionais de comunicação que trabalham em agências e aqueles que desempenham suas funções em corporações, especialmente no que diz respeito ao campo do endomarketing.

O propósito fundamental da pesquisa foi investigar se esses comunicadores estão efetivamente cumprindo suas responsabilidades profissionais. A hipótese levantada sugere que os profissionais encarregados de promover os serviços de endomarketing percebem uma demanda ainda mais premente por esses serviços dentro de seus próprios ambientes de trabalho, o que pode impactar diretamente em sua satisfação profissional. Dessa forma, busca-se entender as nuances dessa disparidade de satisfação e explorar os fatores subjacentes que podem influenciar o desempenho e

a percepção desses profissionais no contexto do endomarketing.

Adotando o paradigma de motivação delineado por Bekin (1995), conforme exemplificado na Figura 1, presume-se que a participação ativa dos colaboradores é intensificada por uma variedade de elementos intrínsecos à comunicação interna. Estes componentes não apenas destacam a missão da empresa, mas também servem como impulsores essenciais da motivação. Nesse contexto, sublinha-se que a implementação do endomarketing tornou-se um aspecto vital para as organizações que buscam extrair o máximo potencial de sua equipe (BRUM, 2017). Diante desse cenário, enfatiza-se a importância de reconhecer que os profissionais de comunicação devem operar em um ambiente impregnado pelo engajamento. Isso se justifica pelo fato de que, ao desempenharem um papel crucial na construção da imagem transmitida aos clientes externos, é imperativo que também internalizem esses princípios no contexto de trabalho interno. Dessa forma, propomos a criação de um ambiente laboral mais agradável, participativo e motivador, que não apenas comercialize seus serviços, mas também coloque em prática os valores inerentes a esses serviços.

Segundo Costa (2022), emerge uma dualidade crucial na interação entre uma empresa e seus colaboradores, destacando que, de um lado, a empresa se define pela natureza dos benefícios oferecidos em troca do trabalho e do treinamento fornecido aos funcionários. Por outro lado, essa dualidade ressalta a importância da percepção de valor por parte dos colaboradores em relação ao que recebem da empresa, transcendendo considerações estritamente materiais. Essa percepção abrange uma avaliação subjetiva dos elementos proporcionados pela organização, desempenhando um papel essencial na motivação que impulsiona o comprometimento, conforme delineado no modelo de motivação de Bekin (1995). Esse modelo aborda elementos como estímulo, esforço, desempenho, valorização, recompensa, satisfação e, por fim, a conquista do comprometimento. Dessa forma, a interação dinâmica entre empresa e colaboradores é caracterizada pela reciprocidade de benefícios e pela influência significativa da percepção de valor na formação de uma relação motivacional duradoura.

Seguindo a perspectiva de GRÖNROOS (1995), que afirma que "toda empresa em qualquer organização tem um mercado interno de empregados que deve receber a primeira atenção", é possível inferir dos dados apresentados que o termo "primeira

atenção" está intrinsecamente ligado ao público interno, ou seja, aos próprios colaboradores. Essa abordagem parte do pressuposto de que os profissionais em questão desempenham o papel de propagar ideias, vender conceitos e assumir o compromisso profissional de promover um endomarketing eficiente na empresa. Como resultado, esses colaboradores devem ser considerados os primeiros clientes, estando imersos em um ambiente onde a eficácia do serviço é comprovada e serve como exemplo para os demais. Essa abordagem ressalta a importância de cultivar um ambiente interno que não apenas reflita, mas também inspire os princípios e práticas de endomarketing, reconhecendo os colaboradores como peças-chave na construção e transmissão da identidade e valores da empresa.

Ao incorporar a teoria do Círculo Dourado de Simon Sinek (2009), percebemos que a clara exposição dos valores corporativos não apenas serve como guia para o comportamento dos colaboradores internos, mas desempenha um papel fundamental na formação da percepção dos clientes externos em relação à empresa. Esse modelo estratégico salienta a importância de começar com a pergunta "por que" antes de abordar "como" e "o que", destacando a necessidade de uma comunicação específica e centrada nos valores da organização. Tal abordagem, por sua vez, resulta na motivação intrínseca dos colaboradores, sugerindo que a implementação prática dessa metodologia pode acarretar benefícios significativos para a empresa. A ênfase na comunicação baseada em valores não apenas influencia o ambiente interno, mas também cria uma narrativa consistente que ressoa com os clientes externos, contribuindo assim para a construção de uma reputação sólida e alinhada com os princípios fundamentais da empresa. Portanto, a aplicação do Círculo Dourado não apenas orienta a cultura interna, mas também projeta uma imagem coerente e autêntica no cenário externo, fortalecendo a posição da empresa no mercado.

Ressalta-se que a implementação efetiva do endomarketing transcende a mera eficácia na comunicação, estendendo-se para promover um engajamento mais produtivo e nutrir o sentimento de pertencimentos dos colaboradores. Essa observação reforça a importância estratégica do endomarketing não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um meio capaz de integrar verdadeiramente os colaboradores à essência e à missão da empresa. Ao reconhecer essa dimensão mais profunda, as organizações não apenas comunicam suas estratégias internas, mas têm a oportunidade de incorporar efetivamente uma cultura que inspira e envolve seus profissionais. Assim, a implementação cuidadosa do

endomarketing não apenas fomenta uma comunicação efetiva, mas também contribui para a construção de uma comunidade interna coesa, onde os colaboradores se sentem conectados, valorizados e alinhados com os propósitos e valores fundamentais da empresa. Essa abordagem não só fortalece o ambiente de trabalho, mas também posiciona a organização de maneira mais robusta no panorama empresarial, refletindo um compromisso genuíno com o bem-estar e o desenvolvimento de sua equipe.

## 5. REFERÊNCIAS

BEKIN, Saul Faingaus. **Endomarketing: Como praticá-lo com sucesso**. Pearson Prentice Hall, 1,ed. São Paulo, 2004.

BEKIN, Saul Faingaus. **Conversando sobre endomarketing: um ciclo de entrevistas com Saul Faingaus Bekin**. Makron Books, 1995. p.150.

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing estratégico: Como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores**. 2.ed. São Paulo, 2017

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing como estratégia de gestão: encante seu cliente interno**. 1.ed. Porto Alegre: L&PM, 1998

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing de A a Z: Como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa**. 6.ed. São Paulo, 2010

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de marketing**. São Paulo, 2003.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing – Gerenciamento e Serviços: a competição por serviços na hora da verdade**. Rio de Janeiro, 1995. 406p.

KOTLER, Philip, Hermawan Kartajaya, Iwan Setiawan. **Marketing 5.0**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2021

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2016.

SINEK, Simon. **Comece pelo Porquê: Como grandes líderes inspiram pessoas e equipes a agir**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2009

COSTA, Daniel. **Não existe gestão sem comunicação**. Dublinense, 21 de jan. de 2022. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OGFaEAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 de Novembro de 2023

CRIVELARO, Marcos; BOLINA, Roberto. **Comunicação institucional: endomarketing e relações sindicais** - São Paulo, 14 de jan. de 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QzDKDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 de Novembro de 2023

MACHADO, Denise Selbach. **FILOSOFIA INSTITUCIONAL: missão – visão – valores do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Faculdade de biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18488/000730113.pdf> Acesso em:

03 de março de 2023.

MATTAR, João. Metodologia de pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas Quantitativas e Mistas. 2021

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618518/pageid/133>

Acesso em 10 de novembro de 2023.

BIRCK, K., & Gomes, L. D. S. Endomarketing: como diferencial competitivo. **Rev. acadêmica**: Contribuciones a la Economía, Málaga/Esp. Maio. 2013 Disponível em: <https://www.eumed.net/ce/2013/endomarketing.html>. Acesso em: 07 de Setembro de 2023.

DEL-MASSO, M. Ética em pesquisa Científica: conceitos e finalidades. **Acervodigitala UNESP**. Disponível em:

[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead\\_reei1\\_ei\\_d04\\_texto2.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf). Acesso em: 09 de Setembro de 2023.

GOUVEIA, Valdiney V.; MILFONT, Taciano L.; FISCHER, Ronald ;COELHO, Jorge A.

P. de Miranda. Teoria funcionalista dos valores humanos: aplicações para organizações. **Rev. de administração Mackenzie**: v. 10, n. 3., Maio/Junho. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ram/a/3Zx4cZQkN5GsKLBp5JvpWp/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em 26 de setembro de 2023.

FIGUEIREDO, Neto; Á. L. V., Machado, D. T. S., & Silva, Y. P. M. . O endomarketing como maximizador do capital humano e seus resultados nos objetivos finais da organização. **Revista Científica do ITPAC**, 2010. Disponível em: <https://assets.itpac.br/arquivos/Revista/34/6.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2023.

**O endomarketing como ferramenta estratégica de gestão**. Disponível em <https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/1954> (pdf 1856). Acesso em 03 de Setembro de 2023.

QUALIBEST, equipe. O que é amostra de pesquisa quantitativa e como definir a sua?. Dezembro 2020; Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com/blog/dicas/o-que-e-amostra-de-pesquisa-quantitativa-e-como-definir-a-sua/> Acesso em: 03 de Setembro de 2023.

SILVA, V. S.; MACEDO, D., ESTENDER, A. C., & BARBOSA, L. **Comunicação interna: Benefícios para as empresas e motivação para os funcionários**. Outubro 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13422124.pdf> Acesso em: 03 de Setembro de 2023.

# **A NUTRIÇÃO COMPORTAMENTAL NA DIMENSÃO CULTURAL: RESGATE DE RECEITAS DE PREPARAÇÕES CULINÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ES**

Drielly Kirmse<sup>1</sup>,  
Ana Cristina de Oliveira Soares<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do Curso de Nutrição – Centro Universitário Multivix – Vitória

<sup>2</sup>Doutora em Saúde Coletiva – Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Multivix - Vitória

## **RESUMO**

A cultura de um povo é construída através de práticas que atravessam gerações e possui significado para a comunidade praticante, são às raízes de um povo sob qualquer aspecto. A cultura capixaba é rica por sua diversidade. Constituído por inúmeras comunidades tradicionais, o Espírito Santo se orgulha em poder desfrutar de tantos patrimônios importantes para a formação da história do Estado. O modo como um povo se alimenta diz muito sobre suas origens, revelam estratégias utilizadas para enfrentar adversidades e expressa o modo de vida. As técnicas alimentares são patrimônios imateriais, ou seja, são transmitidos através da oralidade e práticas, estão susceptíveis a alterações ao longo do tempo, porém a essência é preservada, o que é fundamental. Para a realização desse trabalho foram escolhidas três comunidades tradicionais: quilombola, indígena. Os pesquisadores visitaram as comunidades para coletar dados e conhecer mais da história, ouviram pessoas de diferentes gerações e compararam as informações. Como produto final foi montado um livro de receitas tradicionais das comunidades pesquisadas como forma de preservação e divulgação dessa riqueza. O resgate de culturas é uma viagem na história com diversas descobertas inéditas e um ato de respeito com a memória de um povo. Contrapor ações passadas com ações atuais e destacar o resultado final, salientar a essência é algo que legitima e enriquece a história.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Técnicas Alimentares, Quilombolas, Indígenas.

## **ABSTRACT**

The culture of a people is built through practices that cross generations and have meaning for the practicing community, are at the roots of a people in any aspect. The culture of Capixaba is rich in diversity. Constituted by numerous traditional communities, the Holy Spirit prides itself in being able to enjoy so many important patrimonies for the formation of the history of the State. The way a people feed themselves tells a lot about their origins, reveals strategies used to face adversities and expresses the way of life. Food techniques are immaterial heritages, that is, they are transmitted through orality and practices, are susceptible to changes over time, but the essence is preserved, which is fundamental. For the accomplishment of this work three traditional communities were chosen: quilombola, indigenous. Researchers visited communities to gather data and learn more about history, listen to people from different generations, and compare information. As a final product, a traditional recipe book was assembled from the researched communities as a way of preserving and disseminating this wealth. The regaste of cultures is a trip in history with several unpublished discoveries and an act of respect with the memory of a town. Contrasting past actions with current actions and highlighting the end result, stressing the essence is something that legitimizes and enriches history.

## **KEYWORDS**

Food Techniques, Quilombolas, Indigenous.

## INTRODUÇÃO

A alimentação tem sido ao longo da história da humanidade uma das ferramentas de expressão de modo de vida, traduzindo de forma indireta os valores da sociedade envolvida, expresando na mesa a cultura dos povos. A partir do esclarecimento desta vertente da alimentação, o padrão alimentar tem se constituído num dos pilares da identificação cultural de populações, fato este identificado claramente com o crescimento do turismo gastronômico como estratégia de conhecimento de comportamento dos povos nas mais diversas ocasiões do cotidiano (LIMA FILHO, 2008).

As práticas alimentares, além de traduzirem valores culturais, têm como objetivo final a preservação da vida na dimensão fisiológica, e a diversidade destas práticas reflete necessidades fisiológicas diversas determinadas pelas condições internas e externas do ambiente habitado – condições inerentes ao próprio indivíduo, bem como relacionadas ao meio: social, físico e cultural. Desta forma, a associação entre biológico e social é clara denotando a integralidade do ser humano, direcionando assim, o estudo da preservação da vida ao conhecimento e resgate das estratégias comportamentais adotadas pelo homem ao longo da história como técnica de sobrevivência da espécie, e a alimentação constitui-se uma destas técnicas (MONDINI, 2012)

Assim, o estudo e resgate das técnicas alimentares de comunidades tradicionais é caminho para identificação do comportamento humano frente às diversas situações do cotidiano, bem como elemento essencial na preservação de patrimônio cultural imaterial de populações, estratégia esta que ganha destaque no Brasil dentro da Política de Alimentação e Nutrição ao salientar o papel da cultura na determinação de hábitos alimentares e a orientação para ações que envolvam tradições alimentares e culinárias como eixo estruturante na dimensão ao Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA. Desta forma, surge a pergunta problema: “Quais as receitas e preparações culinárias de comunidades tradicionais do ES que traduzem o modo de vida e aspectos culturais destas comunidades? Responder a esta pergunta foi o alvo principal deste trabalho.

O DHAA é um dos pilares da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e consiste na condição de acesso permanente a alimentos em quantidades e com qualidade adequadas de forma contínua e sustentável. Esta definição apresenta-se consonante

à ideia de preservação de aspectos culturais e desta forma, a exequibilidade deste direito, garante aos cidadãos a condição básica de sobrevivência, bem como o fornecimento de nutrientes necessários ao bom desenvolvimento da saúde humana. (HOFFMANN, 2008).

No campo da saúde pública no Brasil, as políticas de redução da fome, da miséria e da extrema pobreza vêm ganhando destaque e salientam a importância de ações de preservação de aspectos que reforcem a identidade cultural dos povos. Embora trabalhando desde as últimas décadas do século XX a eliminação/redução dos quadros de carências alimentares e nutricionais que embora venham apresentando redução, estes ainda representam um desafio na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente entre culturas tradicionais que vem sofrendo processo de aculturação a despeito dos avanços na redução de quadros nutricionais carências. Neste sentido, o Brasil vive um paradoxo com a coexistência de quadros carenciais justapostos às situações de doenças do excesso também caracterizados como condições de Insegurança Alimentar e Nutricional principalmente nestes povos. (BATISTA, 2003).

A sociedade brasileira encontra-se entre aquelas em que a transição epidemiológica já é realidade, com o deslocamento da carga de doenças infectocontagiosas para doenças crônico-degenerativas, com destaque para as DCV que têm na base etiológica entre outros fatores, o hábito alimentar não saudável, que por sua vez tem sido objeto de estudo no campo da saúde (MONTEIRO, 2009); no entanto, encontra-se ainda no país uma situação dicotômica em que embora dados de pesquisas revelem a redução gradativa da condição de miséria de sua população, a desigualdade social ainda persiste, principalmente entre comunidades tradicionais, o que afeta a garantia do DHAA nas mesmas, inclusive em relação a logística de acesso e a prática alimentar como condição de garantia de DHAA. Assim, a condição geofísica e a globalização podem criar um cenário de perda de identidade cultural, o que reforça a necessidade de ações de políticas afirmativas em comunidades tradicionais, sendo o resgate de tradições alimentares uma destas ações (BURITY, 2010).

A condição de globalização pode favorecer à adoção de hábitos alimentares potencialmente prejudiciais à saúde e ao patrimônio culturas com a adoção de consumo de alimentos mais práticos e menos perecíveis, comercializados

comumente. Este fato por sua vez, pode ainda ter associação direta com a mudança no padrão cultural de populações tradicionais, comprometendo a preservação de patrimônio cultural imaterial representado pela cultura culinária, alterando ritual tradicional dispendido para atividades de confecção de alimentação e conseqüentemente aumentando a demanda pelo consumo de produtos alimentícios de fácil preparo. Estes produtos por sua vez, teriam em sua composição, excesso de gorduras trans, sódio, corantes, conservantes e outros que associado a condição de carência de produtos saudáveis nutricionalmente, pode se configurar uma situação preocupante em relação à saúde destas populações. (BATISTA, 2003).

Considerando que o acesso a alimentos pode e deve ser aliado no processo de seleção alimentar como instrumento de disseminação de saúde, considerando ainda que a educação em saúde e a garantia de acesso à alimentação saudável é eixo prioritário na política de saúde brasileira, e considerando que o aspecto cultural é fator de destaque na proposta do Novo Guia alimentar para População Brasileira, este projeto se justifica pela relevância da ação proposta que pretende a partir da identificação e resgate de receitas e preparações culinárias de comunidades tradicionais preservar patrimônio cultural e imaterial do ES.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi resgatar as receitas de preparações culinárias de comunidades tradicionais do ES, além de identificar hábitos alimentares do e fatores culturais associados ao consumo de cada preparação culinária identificada.

## **1. MATERIAIS E MÉTODOS**

Foi realizada pesquisa qualitativa com grupos focais, a partir de roda de conversa. O trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira etapa constou no mapeamento das comunidades no ES e a segunda etapa foi realizada com entrevistas com moradores das comunidades para identificação das receitas tradicionais das comunidades.

Para realização do trabalho, inicialmente as comunidades foram mapeadas por regiões e classificadas em relação ao reconhecimento de comunidade tradicional. A partir daí, serão identificados os líderes culturais em cada região. Após a identificação, os indivíduos foram convidados a participar da ação e informados sobre o objetivo da proposta. Com a aceitação da participação pelos líderes, será realizado levantamento

nas comunidades por meio de conversas e questionário validado para identificação de tipos de alimentos com associação cultural, a partir do Questionário de Frequência Alimentar (QFA). A classificação dos alimentos com associação cultural seguiu os critérios de: alimentos com fins religiosos, comemorativos, fins de saúde, ritualísticos e finalidades diversas.

Os moradores foram selecionados de forma aleatória nas diversas regiões das comunidades em conjunto com as lideranças locais. Para a inclusão de participantes foram adotados os critérios: ser maior de 18 anos, ser alfabetizado, ser morador da comunidade, estar no pleno gozo de suas capacidades mentais, ter concordado voluntariamente em participar do projeto.

Os participantes foram previamente informados sobre todo o processo e caso aceitem participar, deverão assinar um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE I) antes do início das atividades. Todas as atividades foram desenvolvidas nas comunidades envolvidas.

A pesquisa foi do tipo transversal, exploratória, observacional, de base populacional, descritiva.

Os resultados do mapeamento de receitas serão apresentados sob a forma de livreto de caderno de receitas e os resultados quantitativos serão analisados por meio de estatística descritiva com medidas de frequência, desvio padrão e estatística paramétrica com teste de diferença de média com nível de significância de 5%. Os resultados quantitativos serão apresentados por meio de tabelas e gráficos.

As comunidades entrevistadas foram: 1. Indígena Tupiniquim, Aldeia Santa Clara e Areal, ambas localizadas no distrito de Aracruz; 2. Comunidade Quilombola Angelim I, localizada em Itaúnas – Município de Conceição da Barra.

## **2. ANÁLISE DE RESULTADOS**

A partir das respostas dadas ao questionário aplicado aos moradores das comunidades pesquisadas e conversos durante as visitas técnicas foi possível identificar a resistência a mudanças da sociedade para manterem vivas suas tradições, que são de grande importância para identidade dessas comunidades e composição da história do Espírito Santo. Também foi identificadas semelhanças entre a alimentação comum e folclórica das comunidades Quilombola e Indígenas, a base alimentar das duas comunidades são raízes, em especial a de aipim. A qualidade

da alimentação dessas comunidades é elevada, haja vista que os alimentos são plantados por eles mesmos, sem utilização de agrotóxicos com predomínio de alimentos in natura e diversificados.

A diminuição territorial dessas comunidades ocorreu, principalmente, devido a globalização. Indústrias se apropriaram de suas terras para expansão de produção. Esse fato afetou diretamente a qualidade de vida dessas comunidades, entretanto, eles continuam mantendo seus costumes vivos e mantendo a tradição.

A alimentação está envolvida em todas as fases da vida, embora não haja muitas datas e pratos especificamente correlacionados, as pessoas de faixas etárias diferentes agregam valor as técnicas e sabores praticados.

Como as técnicas alimentares são rústicas, perduram gerações a segurança alimentar se torna comprometida. Não proposital, porém há meios que não condizem com normas da vigilância, entretanto a cultura permanece com seu valor.

As preparações alimentares derivadas dessas comunidades ganharam as mesas dos capixabas e se tornou sendo fonte ou complemento de renda para descendentes e não descendentes dos povos que iniciaram essas técnicas alimentares. Sendo mais um motivo de valorização.

A utilização de chás de e ervas naturais para problemas de saúde e alívio de sintomas também está bem presente no cotidiano dessas comunidades. Conhecimentos que foram passados de gerações e, mesmo sem saber exatamente o poder dos princípios ativos presentes nas plantas utilizadas, os membros das comunidades fazem uso de acordo com as tradições e sentem resultado.

1. Observem na tabela abaixo as respostas dadas por representantes das comunidades ao questionário aplicado

Perguntas	Quilombolas	Tupiniquins
Quais são os pratos mais comuns da comunidade?	Caruru, beiju, pato no quioio, bolo de aipim	Tapioca, mingau de tapioca, bolo de aipim e pamonha
Quais são os temperos mais comuns?	Cebolinhas, quioio, tomate do mato e hortelã grande	“Cheiro Verde ” e colorau
Há algum alimento proibido?	Não	Não

Há alguma preparação especial para festividades?		
1. Réveillon e Natal	Peru Assado	Não
2. Casamento	Não	Não
3. Mulher em Período de amamentação	Frango da mulher parida	Galinha da mulher parida
4. Mulher em período menstrual	Evita frutas cítricas	Evita cebola e mariscos
5. Outros	Não informado	Dia do índio: além das preparações tradicionais é feito Coaba (bebida feita do com aipim)
A partir de qual idade a criança passa a ter contato com alimentos? Há algum alimento especial que seja o primeiro a ser oferecido?	A partir dos seis meses. Caldo de farinha de aipim e sopa de legumes	A partir dos seis meses. Papinhas comuns de legumes.
As receitas são ensinadas a partir de um momento específico da vida?	Não. As técnicas são passadas no cotidiano, porém os adolescentes têm mais contato	Não. As técnicas são aprendidas naturalmente ao longo da vida
Quem prepara os alimentos, homens, mulheres ou ambos?	As mulheres	Ambos
Quais alimentos são consumidos todos os dias?	Farinha	Feijão e Arroz
Os utensílios e métodos se mantiveram ao longo das gerações?	Alguns sim	Alguns sim. Ex: utensílios de madeira.
Há algum alimento dado especificamente para pessoas com problemas de saúde?	“Mingau de cachorro” (como se fosse soro caseiro): água quente, farinha peneirada e sal. Além do caldo de frango. Se o problema for dor de	Não. Porém utiliza-se chás de plantas conhecidas por eles e

	barriga, a indicação é banana prata.	xaropes caseiros.
Há alguma planta cultivada para fins de medicamento?	Hortelã Grande, Boldo, Mastrus com Leite, Arnica, Capim Santo e Erva de Santa Maria	Cura Talho, Pitanga, Arueira, Reforcina, Broto de Caju, Broto de Goiaba
Quais são os alimentos industrializados consumidos com maior frequência?	Óleo, açúcar e sal	Óleo, sal e carne
Algum alimento foi deixado de ser consumido em função de não ser encontrado no local (relação com agricultura, criação ou compra)?	Peixe por causa do rio. Milho, cana e animais deixaram de ser cultivados/criados por causa da diminuição do território	Não.
A agricultura local é para consumo próprio da família ou é fonte/complemento de renda?	Consumo e complemento, para algumas famílias é fonte de renda.	Consumo e complemento.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível concluir a riqueza cultural do ES. Embora apenas duas comunidades tenham sido visitadas, foi possível ter ciência sobre várias outras comunidades tradicionais que resistem as mudanças e diminuição de território e mantêm sua cultura viva.

As comunidades visitadas apresentaram semelhanças entre si. Semelhanças no modo de cultivar preparar alguns alimentos e nas crenças – alimentares e medicinais. Mostraram que valorizam suas culturas e quão difícil é nos dias atuais. Foi notada a pouca visibilidade que é dada a algumas culturas, inclusive as alimentares, que estão presentes na mesa de muitos capixabas. Esse trabalho foi de grande valia para resgatar a memória e identidade de povos tão significativos para a história do Espírito Santo

#### 4. REFERÊNCIAS

BATISTA, Malaquias Filho and Rissin, Anete. Nutritional transition in Brazil: geographic and temporal trends. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 1):S181-S191, 2003

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

LIMA-FILHO, Dario de Oliveira; et al. Comportamento alimentar do consumidor idoso. **Revista de Negócios**, ISSN 1980-4431, Blumenau, v. 13, n. 4 p. 27 – 39 Outubro/Dezembro 2008.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C. A. **Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988)**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 433-39, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v28n6/07.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2012.

MONTEIRO, Carlos Alberto. Nutrition and Health. The Issue is not Food, nor Nutrients, so much as Processing – **Public Health Nutrition**, vol 50, , pages 729 – 731, 2009

SOUSA, Adriana Alvarenga de; et al. **Fatores motivacionais determinantes na compra de produtos alimentícios**. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.

## INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA E CAPS-CIDADE: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS(OS) USUÁRIAS(OS)

Nilson Sant' Ana Aliprandi<sup>1</sup>,  
 Patriana dos Santos Teixeira<sup>1</sup>,  
 Vitória Tedoldi Moreira<sup>1</sup>,  
 Adriana Elisa de Alencar Macedo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Acadêmicas(os) do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix – Vitória

<sup>2</sup> Doutora - Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix – Vitória

### RESUMO

O presente artigo resulta do desdobramento da Iniciação Científica (IC), do Centro Universitário/Faculdade Multivix Vitória, juntamente com a FAPES, Edital nº 05/2021, intitulada “Saúde Mental, Direitos Humanos e a Reforma Psiquiátrica no CAPS Cidade de Cariacica – ES”. A metodologia utilizada é com base na pesquisa narrativa, através de entrevistas semiestruturadas das(os) usuárias(os) do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Cidade que tiveram experiência com internações psiquiátricas, sendo que a coleta de dados científicos intitulada *história oral* possibilita o protagonismo das(os) usuárias(os) participantes da pesquisa. Os resultados apontaram o CAPS como o serviço de preferência das(os) entrevistadas(os) em comparação aos serviços de internação psiquiátrica.

### PALAVRAS-CHAVE

CAPS; Internação Psiquiátrica; Relato do Usuário; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica.

### ABSTRACT

The present article is a result of the development of scientific initiation program at the Multivix University Vitória, jointly with FAPES, Notice no. 05/2021, entitled "Saúde Mental, Direitos Humanos e a Reforma Psiquiátrica no CAPS Cidade de Cariacica – ES". The methodology employed is based on narrative research, through semi-structured interviews with users of the Centers for Psycho-social Attention - CAPS Cidade who have had experiences with psychiatric hospitalizations. The collection of scientific data, titled oral history, enables the protagonism of the users involved in the research. The results indicated that CAPS was the preferential choice service among the interviewees compared to psychiatric hospitalization services.

### KEYWORDS

CAPS; Psychiatric Hospitalization; User Report; Mental Health; Psychiatric Reform.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta do desdobramento da Iniciação Científica (IC), do Centro Universitário/Faculdade Multivix Vitória, juntamente com a FAPES, Edital nº 05/2021, intitulada “Saúde mental, direitos humanos e a reforma psiquiátrica no CAPS Cidade de Cariacica – ES”. A pesquisa utilizou mais de uma metodologia, no entanto para a elaboração deste artigo se fez o uso da ferramenta de coleta de dados científicos intitulada história oral a fim de ampliar o protagonismo das(os) usuárias(os) participantes da pesquisa, apresentando-se como uma pesquisa narrativa. Neste sentido, na presente reflexão discorreremos sobre a participação das(os) usuárias(os) dos serviços de saúde como uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS),

visto que a participação destes desempenha um papel fundamental na execução das políticas públicas na área da saúde, por se tratar de quem é impactado diretamente pela qualidade desses serviços (BRASIL, 1990). Os autores Moreira e Bosi (2019) destacam uma lacuna dentre os artigos sobre saúde mental que utilizam a abordagem qualitativa, ao passo que Rodrigues *et al.* (2020) verificou a existência de poucas pesquisas sobre a avaliação do tratamento em serviços ambulatoriais. Portanto, esta pesquisa justifica-se com base na importância da avaliação das(os) usuárias(os) dos serviços de saúde mental, assim como, na escassez de produções científicas envolvendo-as(os) e a relevância da sua experiência.

Ao longo da história, a loucura ocupou diferentes espaços e diferentes significados na sociedade, ou seja, na antiguidade, a loucura obteve caráter mitológico misturada à normalidade, no tempo em que a escrita inexistia e os deuses decidiam tudo, o “louco” era uma espécie de ponte com o oculto; Neste sentido, Foucault (1978), teoriza acerca da existência da produção de uma forma de relação com a loucura, especificamente, afirmando ser a loucura uma “alienação mental” que depois tornaria-se “doença mental”.

Essa mudança traz diversas consequências em como o sujeito dito louco ocupa seu espaço na sociedade, esse sujeito passa a ser isolado dos “não loucos”, retirado do convívio social sob a justificativa da necessidade do afastamento desse sujeito para que ele pudesse ser curado (Almeida, 2020).

Esse modo de tratar a loucura iniciou na Europa, mas aportou em outros continentes. No Brasil o primeiro hospício foi inaugurado em 1852, sendo sucedido pela abertura de vários manicômios pelo país, sendo o tratamento dos transtornos mentais voltados a esses espaços. Mas esse espaço que tinha intuito terapêutico, se tornou um lugar de violação de direitos, exclusão social, marginalização, práticas violentas, cerceamento da autonomia e liberdade. (Guimaraes *et al.*, 2013).

Neste sentido, movimentos críticos ao modelo manicomial surgiram em diversos países, que influenciaram o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil (Almeida, 2020). Em relação a isto, podemos citar o Movimento de Redemocratização do Brasil, os diversos movimentos sociais emergidos entre as décadas de 70 (período ditatorial) e 1988 (ano da Constituição Federal Cidadã), que engendra o movimento de Luta Antimanicomial.

Segundo Amarante e Nunes (2018), até a década de 1970, não existiram grandes feitos pela luta da reforma psiquiátrica no Brasil. A partir de 70 com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e sua subsidiária Organização Panamericana de Saúde (OPAS), é que essa luta começa a ganhar forma e movimento no país. No Brasil, o trabalho do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) foi um marco histórico de mobilização na luta que buscava transformações no campo da saúde mental.

A RPB foi um movimento complexo e seus desdobramentos resultam no que hoje conhecemos como campo da saúde mental. Uma das conquistas mais expoentes da Reforma Psiquiátrica no Brasil foi a implementação de um modelo substitutivo ao modelo manicomial, que são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que tem como principal proposta, a inserção social e autonomia das pessoas com sofrimento mental (BRASIL, 2011).

Apesar das conquistas que a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial têm alcançado ao longo dos anos, como o fim dos manicômios, ainda se observa uma hegemonia na instituição hospitalar, contrária ao que é proposto nas regulamentações dos serviços substitutivos organizados em oposição a tal hegemonia. Assim, após décadas de instituições manicomiais, estigmatização e exclusão da loucura, a existência do modelo alternativo não garante a mudança instantânea da cultura e da postura das(os) profissionais frente aos sujeitos com sofrimento psíquico, podendo reproduzir práticas semelhantes às práticas manicomiais ainda hoje, como a desvalorização dos sujeitos ditos loucos (Almeida, 2020).

Desta forma, faz-se necessário que esses sujeitos sejam valorizados e suas experiências levadas em consideração no planejamento e construção dos serviços de saúde mental, de forma que essas pessoas tenham seus direitos respeitados, em concordância com os ideais da Reforma Psiquiátrica. Neste sentido, o presente artigo abordará sobre a internação psiquiátrica e o CAPS, partindo da perspectiva das(os) usuárias(os) do CAPS-Cidade, localizado na cidade de Cariacica – ES, que já experienciaram ambas as modalidades de tratamento em saúde mental.

## 1. INSTITUIÇÕES TOTAIS

Segundo Goffman (2005) uma instituição total tem como identificação um espaço que se caracteriza por ser fechado e que promove internação de pessoas, afastando esses indivíduos da sociedade. Esses espaços podem ser de uma residência, de trabalho ou de alguma atividade específica, podendo ter caráter terapêutico, educacional ou corretivo. Que as pessoas nessa instituição total estão sob acompanhamento ou vigilância de uma equipe. Goffman (2005.p.16) pontua que “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse dos seus participantes e lhes dá algo de um mundo”.

Continuando com Goffman (2005), ele traz algumas características de instituições totais que foram divididas em cinco grupos: a) espaço para cuidar de pessoas que são incapazes e inofensivas, como casas para cegos, velhos e órfãos; b) espaço para cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesma e que podem ser uma ameaça a sociedade, mesmo não intencionalmente são sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) espaço organizado para proteger a sociedade de perigos intencionais e o bem estar das pessoas que são isoladas como cadeia, penitenciárias, campos e etc; d) espaço para realizar algum trabalho ou tarefa de forma adequada como quartéis, navios, escolas internas e etc; f) espaço para ser um refúgio do mundo, principalmente para religiosos como abadias, conventos e etc.

Desta forma, iremos abordar nos próximos tópicos, 2.1, 2.2 e 2.3, o histórico de constituição e as características das instituições analisadas, internação psiquiátrica, CAPS e CAPS Cidade, evidenciando as características que as aproximam ou distanciam de instituições totais. A compreensão da análise dos relatos das(os) usuárias(os) e das relações entre a instituição analisada e as(os) usuárias(os), para que assim trace e traçado uma ideia de como se configura e comporta a política de saúde mental no CAPS Cidade e no município de Cariacica ou a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

### 1.1 Internação Psiquiátrica

A partir dos estudos empreendidos até aqui, compreendemos que, devido ao desenvolvimento da industrialização, o crescimento das cidades, o poder das relações políticas, dentre outras mudanças, em meados do século XVIII, a loucura foi colocada

como uma forma de exclusão. Cabe registrar, que foi nessa época, na Europa, que ocorreu a criação das primeiras instituições de internação para receber o sujeito dito louco.

Porém, vale dizer que tais instituições tratavam seus assistidos como prisioneiros, e cada um deles portava uma necessidade/condição específica, como por exemplo: mendigos, portadores de doenças venéreas, loucos, vagabundos, libertinos, eclesiásticos em infração, bandidos, enfim, todos aqueles que demonstravam potencial para colaboração com a desordem social e de desorganização moral (Millani e Valente, 2008).

Segundo os autores, Teixeira e Ramos (2012), o Brasil, teve como primeira instituição para atendimento do sujeito dito louco, o Hospício de Pedro II, este inaugurado em 1852, na sede da corte imperial brasileira, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Também conhecido como “Palácio da Praia Vermelha”, ele chamava atenção pela grandeza arquitetônica, símbolo da modernidade científica e tecnológica de uma nação; este foi também o primeiro manicômio ao sul da linha do Equador, primeiro hospício da América Latina.

Contudo, o avanço com a criação do Hospício de Pedro II, no Brasil, coincidiu com o mesmo período em que foi promulgada a Lei de 30 de junho de 1838, na França. Esta lei colocou os asilos de alienados na posição de frente da medicina hospitalar naquele período. O alienismo, que emerge no início do século XIX, sugere uma resposta da ciência médica à questão da loucura, como alienação mental, e que esta deveria ser tratada por uma especialidade médica.

Esse espaço que se dizia dotado de um intuito terapêutico, se tornou um lugar de violação de direitos, exclusão social, práticas violentas, cerceamento da autonomia e liberdade, violando direitos dessas pessoas com transtornos mentais, desrespeitando-os, agindo com violência, reduzindo suas potencialidades até se tornarem incapazes de se reintegrar na sociedade. (Guimarães *et al.*, 2013). Essa mudança de perspectiva da loucura aconteceu no mundo todo, devido a fatores sociais, inclusive no Brasil.

No Brasil, na década de 1970, século XX, as instituições manicomiais começaram a ser bombardeadas de denúncias sobre a precariedade, negligência, abandono, violência e diversas violações de direitos que ocorriam nesses espaços, culminando na organização do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), que

lutam por melhores condições de assistência às pessoas em sofrimento psíquico e, sob influência de movimentos reformistas que aconteciam em diferentes países, na mesma época, também lutaram pelo fim do modelo manicomial (Almeida, 2020).

Após as conquistas dos diversos segmentos, quais sejam: MTSM, das pessoas com transtornos mentais e seus familiares; destaca-se a promulgação da Lei nº 10.216/2001, que “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001). A assistência à saúde mental no país é redirecionada, priorizando os serviços comunitários de saúde mental e estabelecendo regras para as ocasiões nas quais as internações se fazem necessárias.

Sendo assim, a internação psiquiátrica ainda é utilizada, mas de acordo com o Artigo 4º da Lei 10.216/2001, “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.” (BRASIL, 2001). Contudo, a legislação não descreve o que é “insuficiente” e não estabelece critérios delimitados que justifiquem a escolha da internação como opção terapêutica.

Em síntese, nota-se que a internação hospitalar se caracteriza enquanto uma instituição total, porque mesmo com sua proposta terapêutica, continua sendo um espaço fechado, que promove a internação de pessoas, afastando-as do convívio social e mantendo-as sob o acompanhamento e a vigilância constante de uma equipe de saúde.

## **1.2 O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**

O surgimento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) deriva das críticas à institucionalização da loucura nos manicômios, e da busca pela criação de um serviço substitutivo, com práticas inovadoras.

Nesse contexto surgiu o primeiro CAPS inaugurado na cidade de São Paulo em 1986, nomeado Professor Luís da Rocha Cerqueira. Esse serviço foi instituído nacionalmente pela Portaria n. 224/1992. Em 2001 foi promulgada a Lei 10.216/2001, que redireciona a assistência à saúde mental no país, priorizando os serviços comunitários, que tem o CAPS como principal equipamento de execução desta política. No ano de 2002 ele foi regulamentado, reestruturado e ampliado pela Portaria

nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, ganhando novas modalidades. E em 2011, com a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o CAPS passou a ser integrado aos outros pontos de assistência e atenção à saúde articulados por essa Rede.

De acordo com a Portaria nº 336/2002, os CAPS são serviços de saúde mental que têm como objetivo oferecer atendimento e acompanhamento às pessoas que sofrem com transtornos mentais graves e persistentes, em um espaço acolhedor e integrado à comunidade, onde as pessoas possam ser tratadas de forma humanizada. Seu funcionamento baseia-se em uma abordagem multidisciplinar e integrada, que busca valorizar a singularidade de cada pessoa atendida, com um projeto terapêutico individual, que é uma elaboração conjunta da(o) usuária(o) e da equipe. A equipe é composta por profissionais de diferentes áreas, como psicólogas(os), psiquiatras, enfermeiras(os), assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outras(os).

O serviço é organizado em diferentes modalidades que se diferenciam de acordo com porte, complexidade e abrangência populacional. As características de cada modalidade são descritas no Artigo 4º da Portaria nº 336/2002.

Nota-se que as seguintes atividades são comuns a todos os CAPS: atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros); atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras); atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio; visitas domiciliares; atendimento à família; atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social; fornecimento de refeição diária aos pacientes de acordo com o tempo de permanência no serviço.

De acordo com as regulamentações que os instituem, os CAPS se propõem a romper com a lógica manicomial, sendo que a única característica total que se mantém seria o acompanhamento por uma equipe. Logo, a partir do surgimento dos CAPS, o Brasil avançou no campo da saúde mental, promovendo a desinstitucionalização das instituições manicomiais, bem como o fortalecimento da atenção comunitária. O CAPS representa um importante conquista na luta pela garantia dos direitos das pessoas com transtornos mentais, proporcionando cuidado humanizado, inclusão social, respeito à diversidade psíquica, contribuindo para o rompimento dos estigmas acerca da loucura e dos transtornos mentais.

### 1.3 O CAPS Cidade

O local da coleta de dados foi o CAPS Cidade, que é identificado como um CAPS II, localizado no Centro Regional de Especialidades (CRE) Metropolitano, um serviço de saúde com características hospitalares, do município de Cariacica, integrante da região metropolitana da Grande Vitória. Sua administração é realizada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria da Saúde (SESA), e atende 333 usuárias(os). O CAPS é voltado para pessoas adultas com transtornos mentais graves assistidos por meio de demanda espontânea ou por encaminhamento de outros serviços de saúde do território de Cariacica. Os profissionais realizam o acolhimento e uma avaliação psicossocial para continuidade do tratamento. (SESA, 2023).

É importante ressaltar que o CAPS Cidade deveria funcionar como serviços especializados de saúde mental de caráter aberto e comunitário, ou seja, as(os) usuárias(os) deveriam estar inseridas(os) na comunidade, mas na realidade estão em um ambiente que tem características hospitalares, afastado de outras estruturas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e de um território que possibilitaria ter a convivência com a comunidade local. Tal característica destaca-se por estar distante do que orienta a Portaria nº 336/2002 para a localização dos CAPS e contribui para a perpetuação da lógica manicomial de que o lugar da pessoa com transtorno mental é somente nos serviços de saúde. Em adição, Cariacica possui outro CAPS anexado a um hospital, o CAPS Moxuara é vizinho do HEAC - Hospital Especializado em Atenção Clínica, que opera na mesma estrutura física onde funcionava o antigo manicômio Aduino Botelho<sup>1</sup>. A localização desses serviços dá indícios de como a política de saúde mental é vista no município de Cariacica, voltada para os espaços hospitalares, com resquícios da lógica manicomial segregadora.

No CAPS Cidade os atendimentos são realizados de forma individual e/ou coletiva, essas usuárias(os) são acompanhadas(os) periodicamente de acordo com o Projeto Terapêutico Singular (PTS), é uma forma de organização da gestão do cuidado, instituída no processo de trabalho em saúde entre as equipes da Atenção Básica. que

---

<sup>1</sup> O Hospital colônia Aduino Botelho - hoje chamado de Hospital Estadual de Atenção clínica (Heac) - Localizado na cidade de Cariacica, município da Região Metropolitana de Grande Vitória, aproximadamente 11km do centro da capital do Espírito Santo. Hospital psiquiátrico, que realizava internações de pessoas com transtornos mentais e as isolavam. (Carrion *et al*, 2014)

viabiliza a interação entre profissionais e usuárias/os da atenção básica, permitindo o estudo dos casos a partir do compartilhamento entre equipes (Miranda *et al*, 2012). Em que a quantidade de acolhimento diária varia entre 30 e 40 pessoas. É um serviço porta aberta, acolhendo as pessoas encaminhadas por outros serviços de saúde ou por demanda espontânea. O seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, exceto nos feriados.

Na unidade são prestados serviços de Psiquiatria, Psicologia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Enfermagem, Serviço Social e assistência farmacêutica. Além disso, durante o tratamento na unidade, as(os) usuárias(os) recebem refeições de café da manhã, almoço e café da tarde, participam de oficinas terapêuticas como: oficinas de economia solidária, grupo de Gestão Autônoma de Medicação (GAM), artesanato, fala livre, karaokê, cinema, recitais, pintura de quadros, passeios, dentre outras atividades que têm como objetivo incentivar a interação, o laço afetivo e a reabilitação psicossocial.

Além disso, no CAPS Cidade constituiu um grupo de ouvidores de vozes que são grupos de pessoas que buscam autoajuda mútua, sendo espaços coletivos para a troca de experiências, compartilhamento de informações e experiências para melhor convivência com as vozes. (Kantorski *et al.*, 2017). Atualmente o grupo de ouvidores de vozes não está mais disponível no CAPS Cidade.

Como já mencionado neste trabalho, os CAPS que opera alinhado às regulamentações que o instituem mantém a característica total de as(os) usuárias(os) serem acompanhados por uma equipe, ainda assim, representam um serviço potente para a promoção da desinstitucionalização da loucura e a integração das pessoas com transtorno na comunidade. No entanto, ao se distanciar do que é proposto para a localização do serviço, o CAPS Cidade acaba indo de encontro com o objetivo de integrar essas pessoas à comunidade e em vez disso ocorre o afastamento deles, sendo essa mais uma característica de instituição total percebida neste serviço.

#### **1.4 A Importância da Experiência das(os) Usuárias(os) na Política de Saúde Mental**

A experiência das usuárias(os) dos serviços de saúde desempenha um papel fundamental na execução das políticas públicas na área da saúde e é uma das diretrizes do SUS. As usuárias(os) são a peça-chave do sistema de saúde, pois são

aquelas(es) que vivenciam diretamente os resultados dos serviços oferecidos, e suas experiências e opiniões podem fornecer informações valiosas para melhorar a qualidade e a eficiência do sistema como um todo (BRASIL, 1990).

A Política Nacional de Humanização, que se faz presente em todo o SUS, destaca a importância da comunicação entre as(os) trabalhadoras(es), usuárias(os) e gestoras(es) do SUS na produção e gestão do cuidado e dos processos de trabalho, com potencial de gerar mudanças, as quais são construídas de forma coletiva e compartilhada (BRASIL, 2010).

O parecer das(os) usuárias(os) é importante para a política pública, também deveria ser valorizada no meio acadêmico, contudo, na produção de seu artigo “Qualidade do cuidado na Rede de Atenção Psicossocial: experiências de usuários no Nordeste do Brasil” as autoras fizeram uma busca nas bases bibliográficas por artigos sobre a saúde mental que utilizavam a abordagem qualitativa e constataram uma escassez no emprego desse método de estudo comparado ao uso do método quantitativo (Moreira; Bosi, 2019). De modo semelhante Rodrigues *et al.* (2020) também se depararam com poucos estudos sobre a avaliação do tratamento em serviços ambulatoriais e enfatizaram a importância de ter ciência da opinião dos usuários sobre o tratamento que utilizam.

Portanto, a pesquisa sobre a percepção das(os) usuárias(os) sobre os serviços de saúde, além de beneficiar o próprio serviço servindo de indicativo de qualidade e possíveis melhorias, beneficia a comunidade científica preenchendo uma lacuna e fornecendo dados com características diferentes dos dados quantitativos hegemônicos, os dados coletados nesta pesquisa contém mais sobre os significados das experiências das(os) participantes do que sobre o acontecimento concreto. Pereira e Palma (2018) fizeram a mesma escolha para a sua pesquisa intitulada “Sentidos das oficinas terapêuticas ocupacionais do CAPS no cotidiano dos usuários: uma descrição fenomenológica” e na ocasião justificaram:

É nosso objetivo neste artigo verificar a percepção dos usuários acerca dos sentidos das atividades terapêuticas ocupacionais do CAPS em seu cotidiano, buscando sempre o seu ponto de vista. A relevância desse projeto está em enfatizar que são os usuários que sabem, porque experimentam, tudo aquilo da experiência que os mantêm presos aos códigos ou, pelo contrário, tudo que os liberta e acata sua voz (Pereira; Palma, 2018, p.3).

Além do benefício à ciência e às políticas públicas citadas anteriormente, a escolha do uso da história oral também se trata de uma escolha política. A escolha feita no presente projeto, de analisar as entrevistas das(os) usuárias(os) que passaram pela internação psiquiátrica e fazem uso do CAPS, buscou dar destaque à sua narrativa, ampliando o alcance da sua experiência e colaborando para o protagonismo das(os) usuárias(os) dos serviços de saúde mental, valorizando o relato trazido pelo sujeito dito louco, que trata-se de uma população que passou e ainda passa por um histórico de marginalização e opressão, resultando no silenciamento ao longo do tempo. Então, entrevistar as(os) usuárias(os) garante uma nova perspectiva e permite questionar a verdade unicamente produzida a partir do saber-poder do profissional de saúde.

Conclui-se, portanto, que para além da melhoria na qualidade do serviço e na formulação e/ou reformulação de políticas públicas, a participação social e comunitária é um fundamento democrático do Sistema Único de Saúde (SUS), importante para promover a inclusão e romper com a hierarquização do poder, que inclusive tem sido uma das principais vias de movimentação da reforma psiquiátrica e da inclusão das pessoas em sofrimento mental (Amarante e Nunes, 2018).

## **2. METODOLOGIA**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica estratégica, de acordo com Gil (2022), esse tipo de pesquisa tem o propósito de adquirir novos conhecimentos relacionados a áreas amplas, sendo que esses conhecimentos produzidos objetivam a solução de problemas práticos.

Quanto aos propósitos gerais, essa pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratório por ter como objetivo uma maior familiaridade com a problemática proposta, de forma a torná-la mais evidente; e descritivo porque, uma vez que a problemática tiver sido investigada e mais bem compreendida, sendo realizada uma descrição da população participante, assim como do fenômeno do qual se trata o presente trabalho (Gil, 2022).

Trata-se de uma pesquisa narrativa e as informações coletadas foram sujeitadas à abordagem qualitativa de análise de dados. A escolha dessa abordagem se justifica pelo fato de que o objeto de estudo, a perspectiva das(os) usuárias(os) em relação à internação psiquiátrica e o CAPS, teve como objetivo a descrição da vivência

de um grupo de pessoas, com o intuito de compreender os significados e o entendimento dessa população sobre o fenômeno estudado, tais dados não são melhor explicados ou interpretados através de uma abordagem quantitativa, os meios de quantificação seriam insuficientes para alcançar o proposto por este estudo, portanto, o método qualitativo foi elegido por ser o mais adequado, através de interpretações, relações e organização dos dados, considerando os significados proporcionados pelo contexto em que eles foram coletados (Gil, 2021).

O projeto de iniciação científica contou com a entrevista de 20 usuárias(os) e para este trabalho utilizou-se a pergunta “você já foi internada em um hospital psiquiátrico?” como critério de exclusão, uma vez que um objetivo deste artigo seria fazer um comparativo entre a internação psiquiátrica e o acompanhamento no CAPS Cidade, reduzindo para 12 o número de entrevistas analisadas. As perguntas utilizadas foram “Você já ficou internada em um hospital psiquiátrico? Como foi essa experiência?” e “Tem diferença entre o CAPS e o hospital psiquiátrico? Qual?”.

As(os) participantes desta pesquisa foram 12 usuárias(os) do CAPS Cidade de Cariacica, maiores de 19 anos e que já experienciaram um ou mais períodos de internação psiquiátrica, seja em instituições asilares ou hospitais gerais.

A coleta de dados, realizou-se através de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram à pesquisadora uma aproximação e maior conhecimento acerca dos participantes. Posteriormente, de forma mais diretiva ao objetivo do trabalho, será usada a metodologia da história oral. Este novo campo de pesquisa, é uma metodologia tem sido utilizada pela Psicologia como uma ferramenta política de protagonismo da(o) usuária(o) de saúde mental, que permite questionar a verdade unicamente produzida a partir do saber do profissional de saúde, que pode ocupar um espaço hierarquizado de poder (Portelli, 2012).

A metodologia da história oral foi a escolhida uma vez que a população alvo da pesquisa trata-se de sujeitos historicamente menos valorizados, tendo suas narrativas menosprezadas ou invisibilizadas. Portanto, tem o objetivo de evidenciar esses sujeitos, realçando os fatos que não foram descritos ou valorizados por outros meios.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, em consonância às resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Plataforma Brasil.

Deu-se continuidade à pesquisa e fora apresentado aos usuários do serviço, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde constam os riscos e benefícios da atividade proposta, bem como suas garantias de sigilo e segurança, outorgando-nos autorização para prosseguir com os passos propostos.

Após a coleta de dados através das entrevistas, os relatos serão analisados e as informações observadas serão organizadas e verificadas de acordo com o que é previsto para o funcionamento tanto das internações psiquiátricas quanto dos CAPS, assim como serão elencados os impactos que cada participante observou ao acessar cada serviço, com o objetivo de averiguar a satisfação das(os) usuárias(os) do serviço, assim como efetividade do tratamento, melhoria de qualidade de vida e maior adesão às terapêuticas propostas.

As informações obtidas serão analisadas tendo como parâmetro o que já é proposto pelas leis 8.080/1990; 8.142/1990; 10.216/2001; a portaria nº 336/2002; a portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); e a Política Nacional de Humanização, de modo a verificar se o proposto por essas regulamentações está sendo respeitado, assim como de modo a fornecer novos dados com o protagonismo das(os) usuárias(os) dos serviços de saúde mental, com a utilidade de gerar impactos na reformulação das políticas públicas atuais e na formulação de políticas públicas futuras e na elaboração de outros trabalhos acadêmicos sobre o tema.

### **3. RESULTADO E DISCUSSÃO**

As(os) respondentes foram 7 usuárias e 5 usuários e a partir das respostas obtidas nas entrevistas é possível observar alguns tópicos comuns no conteúdo das falas, sendo que os eixos temáticos identificados foram dos relacionamentos das(os) profissionais com as(os) usuárias(os) e das(os) usuárias(os) com sua própria rede social, medicalização e a autonomia das(os) usuárias(os) nos serviços.

Os trechos abaixo apontam para um afastamento dos vínculos afetivos familiares vivenciados pelas(os) usuárias(os) no momento de internação, sendo essa uma das características das instituições totais.

*“[...] num foi um momento muito bom pra mim, que foi quando o meu esposo me deixou... que eu tava muito doente... ele me deixou... e foi mora com a minha vizinha... aí eu fiquei sozinha lá... aí meus filho que ia me ve... o dia de visita... ia lá leva as coisa pra mim.” (Participante 1).*

*“Eu tive que ficar longe do meu filho, meu filho ficou com a minha sobrinha e eu fiquei internada seis meses, aí depois eu falei “ó, eu quero ir embora porque eu não aguento mais ficar longe do meu filho, ficar longe do meu bebê.” (Participante 3).*

Os próximos trechos abordam a relação entre as(os) trabalhadoras(es) do CAPS Cidade de Cariacica e as(os) usuárias(os). O relacionamento entre estes é descrito como afetuoso, carinhoso, respeitoso e atencioso, com frequência descrevem como se fossem uma família, aparentando um vínculo bem construído. Enquanto isso, a internação é percebida como um momento desagradável, onde foram desrespeitadas(os) e relatam terem se sentido maltratadas(os).

*“No início que eu fui bem tratada quando a doutora [...] era daqui ainda responsável ela me tratava super bem me deu uma agenda... né... aqui:... aqui eu já falei pa todo mundo e inda falo que é como se fosse minha segunda casa... aqui é pra mim como se todo mundo fosse minha família... sou bem respeitada aqui todo mundo me trata super bem... quando eu preciso desabafar alguma coisa chama a [...] elas me escutam... então aqui pra mim é supe/excelente aqui é como se fosse minha segunda casa e minha... minha segunda família... já lá pra mim... num tem nada de agradável... porque lá eles num trata a gente bem:... eles machuca a gente... e do jeito que eles me tratavam lá eu num gostava... aí eu queria sair de lá por isso que eu fiquei só um mês lá.” (Participante 2).*

E contrastando com os relatos de acolhimento e vínculo relacionados ao CAPS, existe uma repetição de experiências que indicam uma prescrição excessiva de medicamentos nos períodos de internação, um tratamento desumanizado, uma hierarquia entre o saber-poder da(o) profissional de saúde e da(o) paciente e o uso feito da medicação e da contenção física, que pode ser visto como disciplinar, normatizador e de controle dos corpos, conforme é possível observar nos relatos seguintes:

*Eu fiquei por muitas vezes no pronto socorro do São Lucas, mas a minha primeira longa internação foi no Adauto Botelho a mais de 11 anos atrás onde eu cheguei lá amarrada numa cadeira, dopada de remédio, e com a marca de uma botina no rosto. Amarrada. É foi uma internação de 3 meses ... e que sinceramente quando eu a gente volta se quando diminuíram meus remédios dentro do adauto botelho eu não tinha ilusão de ser tratada... quando você tem a sua vida roubada numa internação e quando você é internado num hospital psiquiátrico você perde a sua vida... totalmente! sua liberdade, sua credibilidade. Então a ilusão nenhuma de ser tratada. O bom, o ruim... que me aconteceu dentro hospital pra mim na época não fazia diferença. De qualquer forma eu tava... enterrada ali... e é isso, depois dessa internação eu ainda tive mais algumas (risos) mas eu também já estava acostumada para mim era indiferente, para mim se eu apanhasse ou se não, se eu comesse ou senão, era indiferente.” (Participante 8).*

Ressalta-se que o relato a seguir é o único que aponta a internação como um momento de diminuição da medicação.

*“Eu tava tomando muita quantidade de controlado... aí me internaram pa vê se eu levantava um pouco e... e se me dintoxicava... um pouco aí eu saí de lá tomando vinte e cinco... de crise eu tava tomando vinte e cinco... aí foi diminuindo agora eu to tomando dezesseis...” (Participante 1).*

Os recortes abaixo trazem relatos sobre a autonomia que as(os) usuárias(os) têm nesses serviços de saúde mental. No CAPS é permitido decidir o momento que se quer entrar ou sair e escolher se quer participar das atividades. Enquanto no hospital psiquiátrico é necessário seguir as ordens das(os) funcionárias(os), não é permitido sair quando quiser, fazendo as pessoas se sentirem presas.

*“Quando você tem a sua vida roubada numa internação e quando você é internado num hospital psiquiátrico você perde a sua vida... totalmente! sua liberdade, sua credibilidade. Então a ilusão nenhuma de ser tratada.” (Participante 8).*

*“Aqui a gente tem o direito de ir e vir. Aqui no CAPS a gente tem o direito você entra numa oficina se você não tiver vontade você pode sair ... você eu tenho liberdade.” (Participante 8).*

Nos relatos a seguir é possível observar situações nas quais ocorreram um desrespeito da autonomia e da vontade das(os) entrevistadas(os), possivelmente por desdobramento do estigma existente sobre os transtornos mentais que historicamente subjugou essas pessoas ao controle dos ditos normais.

*“olha eu não sei porque eu to aqui.<sup>1</sup> Aí depois meu esposo foi lá e falou comigo “você veio pra cá porque você fez umas coisas em casa que eu não gostei, aí eu chamei o SAMU e eles trouxeram você pra cá”. (Participante 3).*

Nesse trecho podemos destacar que essa usuária foi internada sem ao menos saber o motivo.

*“Eu vim (para o CAPS) indicada pelo HEAC. Eles pediram... Uma doutora lá o HEAC falou assim “ó, você vai pra casa, mas você vai ter que ir no CAPS, passar a frequentar o CAPS pra você ser observada.” (Participante 3).*

Esse relato indica a continuação da lógica manicomial. Quando a “doutora” coloca a ida ao CAPS como condição da alta hospitalar ela revela uma crença de que o lugar do louco é num serviço de saúde e que ele precisa estar sob observação de uma equipe profissional.

*“O CAPS mudou muito a gente não falava o acompanhante falava. Quem te trazia falava, contava a sua vida... dando sempre aquelas enfeitadas básicas, pra você ser aceita no serviço... e... paciente calado...calado! calado. A gente*

*não tinha, falar o que? Doido vai falar o que?... né? Louco vai falar, tem o que para dizer? E é aqui no CAPS que a gente aprende. Como é que é? Ai quando eles falam: calma. Calma não! Vocês não ensinaram que eu tenho voz? Então ninguém cala a minha mais não.” (Participante 8).*

É possível perceber com o relato dessa usuária que antigamente no CAPS Cidade existia uma desvalorização do que era dito pela pessoa com transtorno a respeito de si própria(o), enquanto era levado em consideração o que a(o) acompanhante teria a dizer sobre a(o) usuária(o), mas que houve uma mudança no serviço e passaram a incentivar que as(os) usuárias(os) falem e se façam ser ouvidas(os) e respeitadas(os).

*“Eu já passei muito aperto aqui tá; com médico. Sentado na frente do médico e o médico não me ouvir. Hoje, graças a Deus, eu tenho uma médica que já tem bastante tempo que a gente tá que ela minha médica minha psiquiátrica ela me escuta a gente briga mas a gente entra num acordo... não quero isso dotora esse remédio me faz mal ela briga comigo mas ela me escuta não existe manda quem pode obedece quem tem juízo entre eu e ela mas já, i o CAPS ... a diferença é é mui, é gritante a gente não ta preso a gente não apanha...” (Participante 8).*

Esse relato indica a existência de uma relação de saber-poder entre médico e paciente, no qual ela conta que em um momento não era ouvida pela(o) profissional, e atualmente é ouvida, pode discordar da profissional e opinar sobre o próprio tratamento, atenuando essa horizontalidade médico-paciente.

Portanto, é evidente nos relatos que nos relacionamentos entre as(os) trabalhadoras(es) do CAPS Cidade e as(os) usuárias(os) é perceptível o acolhimento, o cuidado, a troca de afetos e o respeito mútuo, sendo frequentemente descrito como um tratamento “de família”. Enquanto isso, as internações psiquiátricas são descritas como experiências desagradáveis, violentas e desrespeitosas.

É notável o destaque que é dado à medicação como forma de tratamento na internação psiquiátrica e no CAPS Cidade. Sendo que, durante a internação, esse recurso é utilizado em excesso, ficando óbvia a intencionalidade de disciplinar, normatizar e controlar esses corpos. No CAPS, embora a medicação não apareça sendo hiper utilizada, ainda assim a(o) médica(o) psiquiatra e a administração de medicamentos continuam tendo grande destaque nesse serviço, como se o uso da medicação fosse indispensável para o bem-estar dessas pessoas.

Ao comparar os relatos da internação e os relatos sobre o CAPS é possível perceber que durante a internação a hierarquia profissional-paciente é mais acentuada, as(os) usuárias(os) tem que seguir as ordens impostas pela equipe, são

contidos quimicamente, pelas medicações, e fisicamente, amarrados aos leitos, não podem deixar o serviço quando quiserem, se tratando sem dúvida de um período de supressão de sua autonomia. Enquanto no CAPS a hierarquia trabalhadora(or)-usuária(o) é mais atenuada, uma vez que as(os) usuárias(os) podem participar do planejamento da sua proposta terapêutica, escolher quando querem ir ou sair do local e opinar sobre o funcionamento do serviço, ainda que essa autonomia não seja plena, mas mediada pela equipe do CAPS. Ou seja, o CAPS proporciona uma maior autonomia quando comparado ao momento de internação. É importante ressaltar que tanto o CAPS quanto a internação hospitalar estão previstos na Política de Saúde Mental (Lei 10.214/2002), se tratando de níveis diferentes de atenção, produzindo vivências características de cada nível de atenção e complexidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas análises feitas, o relato das(os) usuárias(os) vai ao encontro da afirmativa de que a internação psiquiátrica é uma instituição total, da qual não é permitido sair a qualquer momento, as pessoas ficam internadas e afastadas do convívio social. Mesmo após o fechamento dos manicômios é perceptível a manutenção da lógica manicomial na experiência da internação psiquiátrica, marcada pela hierarquia do saber médico-paciente, pela supressão da autonomia, perda do controle sobre a própria vida, hiper medicalização, silenciamento e violência. As(os) entrevistadas(os) relatam que se sentiram sozinhas(os), destratadas(os), desrespeitadas(os), dopadas(os) e presas(os) durante a internação psiquiátrica.

Já o CAPS Cidade se diferencia de uma instituição total por ser um serviço de portas abertas e que não promove a internação das pessoas, mas ainda apresenta características de instituições totais por realizar o acompanhamento das usuárias(os) por uma equipe e pelo seu afastamento da comunidade. Esse afastamento é consequência da localização do serviço, que fica dentro das dependências físicas de um serviços com características hospitalares, o Centro Regional de Especialidades (CRE) Metropolitano, no município de Cariacica, em uma localização afastada de outros componentes da RAPS, comércios locais e outros espaços que poderiam ser utilizados para promover a integração dessas pessoas, de modo que a maioria das atividades desempenhadas nesse CAPS são voltadas para dentro do serviço e para

a interação entre as(os) participantes do mesmo, o que pode ser desafiador para o processo macro de socialização, e fortalecimento de vínculos com a comunidade.

Também foi possível perceber que a prioridade dada à medicação é um elemento comum às duas instituições, sendo que na internação se dá através da hiper medicalização, por vezes com intuito disciplinar, já no CAPS, apesar de não ser utilizada como ferramenta disciplinar, a medicação também é a intervenção terapêutica prioritária, a despeito de outras propostas terapêuticas.

Apesar das características totais descritas, o CAPS Cidade ainda é percebido pelas(os) usuárias(os) como um serviço preferencial em relação ao de internação psiquiátrica. O CAPS proporciona maior autonomia às(aos) usuárias(os) se comparado à internação, mas vale a ressalva de que essa autonomia não é absoluta, ela é assistida pela equipe. Ainda assim, existe essa abertura para a participação das(os) usuárias(os) na elaboração do próprio tratamento e na organização do serviço, de forma que é atenuada a hierarquia trabalhadora(or)-usuária(o) e feita uma busca por um relacionamento horizontalizado. Dessa forma as pessoas não se sentem presas, elas se sentem validadas, respeitadas, acolhidas, bem como observado nas entrevistas.

Diante do exposto, seria importante que o CAPS Cidade deixasse de funcionar dentro do CRE para que houvesse, de fato, uma inserção numa comunidade que possibilite a integração com outros equipamentos como: escolas, UBS, CRAS, comércios, centros comunitários, dentre outros. Além disso, seria interessante melhorar as atividades e oficinas terapêuticas, para que possuam objetivos mais bem delimitados, voltados para a promoção de autonomia, autoconhecimento, aprendizado de habilidades e outros possíveis benefícios. Essas sugestões têm como objetivo indicar possíveis meios para alcançar a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos no CAPS Cidade, no sentido de não reproduzir lógica manicomial e se aproximar da materialização da portaria nº 336 de 2002 do Ministério da Saúde.

#### 4. REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. Bahia. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067–2074, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29554>. Acesso em 17 out. 2023.

ALMEIDA, Patrícia Mattos. **Perspectivas da internação psiquiátrica: inventário do cuidado e da produção de redes**. Tese (Mestrado em Promoção e Tecnologia da Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22023>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. [S. I.], **Diário Oficial da União**. n.69-E, p. 2, 09 abr. 2001. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/04/2001&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=121>. Acesso em: 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 fev. 2002b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html). Acesso em: 17 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 13 jun. 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 24 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização – 4. ed. 4. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-ainformacao/acoes-e-programas/humanizadasus/redehumanizadasus/humanizadasus\\_documento\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-ainformacao/acoes-e-programas/humanizadasus/redehumanizadasus/humanizadasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria SNAS/MS/INAMPS nº 224, de 29 de janeiro de 1992: estabelece diretrizes e normas para o atendimento em saúde mental. **Diário Oficial da União**, 30 jan. 1994. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria\\_224.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_224.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, 26 dez. 2011. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html).

Acesso em: 11 jun. 2023.

CARRION, C. T. P.; MARGOTTO, L. R.; ARAGÃO, E. M. A. As causas das internações no Hospital Adauto Botelho (Cariacica, ES) na segunda metade do século XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 4, p. 1323–1340, out. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000400009>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa** / Antônio Carlos Gil. – 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

GUIMARÃES, Andréa Noeremberg; BORBA, Letícia de Oliveira; LAROCCA, Liliana Muller; MAFTUM, Mariluci Alves. Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto & Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 22, ed. 2, p. 361-369, abr/jun 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-678460>. Acesso em: 10 jun. 2023.

KANTORSKI, L. P. et al. Grupos de ouvidores de vozes: estratégias e enfrentamentos. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 115, p. 1143–1155, out. 2017.

MILLANI, Helena de Fátima Bernardes; VALENTE, Maria Luisa L. de Castro Valente. O caminho da loucura e a transformação da assistência aos portadores de sofrimento mental. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas** (Edição em português), [S. l.], v. 4, n. 2, p. 01-19, 2008. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.v4i2p01-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38679>. Acesso em: 21 out. 2023.

MIRANDA, Fernanda Alves Carvalho de. **Projeto Terapêutico Singular**. In: MIRANDA, Fernanda Alves Carvalho de et. al. (Org.) Especialização Multiprofissional em Saúde da Família. Eixo III: A Assistência na Atenção Básica. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MOREIRA, Daiana de Jesus; BOSI, Maria Lucia Magalhães. Qualidade do cuidado na Rede de Atenção Psicossocial: experiências de usuários no Nordeste do Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1040762>. Acesso em: 5 jun. 2023.

PEREIRA, Ondina Pena; PALMA, Ana Carolina Ribas. Sentidos das oficinas terapêuticas ocupacionais do CAPS no cotidiano dos usuários: uma descrição fenomenológica. **PHENOMENOLOGICAL STUDIES: Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 24, ed. 1, p. 15-23, jan/abr 2018. DOI 10.18065. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672018000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000100003). Acesso em: 7 jun. 2023.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, Maria Therezinha Janine; FENELÓN, Déa Ribeiro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 18 out. 2023.

RODRIGUES, Thayane Alves dos Santos; RODRIGUES, Lauane Pereira de Sousa; CARDOSO, Ângela Maria Rosas. Adolescentes usuários de serviço de saúde mental: avaliação da percepção de melhora com o tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 69, ed. 2, p. 103-110, 2020. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7a39c876-e642-46b8-ba2f-a373e6e9ec1d>. Acesso em: 9 jun. 2023.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro; RAMOS, Fernando A. de Cunha. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. **Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 15, n. 2, p. 364–381, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/CDJLGj8ZFKZgdwcSHMwN4LQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

# AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DA UTILIZAÇÃO DO DRONE NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Letícia Gonçalves Valadares<sup>1</sup>,  
Manuely Lirio Foratini<sup>1</sup>,  
Maria Eduarda Oliosy Mariano<sup>1</sup>,  
Gabriel Batista Martinelli<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do Curso de Direito do Centro Universitário Multivix - Vitória

<sup>2</sup>Mestre em Segurança Pública e Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Multivix - Vitória

## RESUMO

A pesquisa em questão tem por objetivo analisar o uso de drones pelas forças de segurança pública, especialmente na atividade policial e investigação criminal, além de implicações e limites constitucionais associados a essa tecnologia. Para tanto, será feita uma abordagem qualitativa, baseada em análises interpretativas, utilizando levantamento bibliográfico em teses, dissertações, livros e periódicos publicados entre 2019 e 2023. A metodologia inclui estudos de caso e análise de exemplos, sem depender de análises estatísticas. A coleta de dados foi realizada em várias fontes, incluindo bancos de teses, bibliotecas digitais e sites governamentais, entre outros. Quanto à análise dos dados, foi conduzida por meio de um método dedutivo, partindo de premissas gerais para chegar a conclusões específicas, considerando as implicações éticas, legais e constitucionais do uso de drones na aplicação da lei. A pesquisa, portanto, busca preencher lacunas no conhecimento existente sobre o tema, explorando as implicações éticas e legais do uso de drones na segurança pública, especialmente no contexto das investigações criminais. O trabalho oferece uma compreensão mais profunda da função dos drones como ferramentas policiais, destacando os desafios e limites em relação aos direitos individuais dos cidadãos, particularmente no que diz respeito à privacidade e intimidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Drone; Segurança Pública; Investigação Criminal; Direitos Fundamentais.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the use of drones by public security forces, particularly in police activities and criminal investigations, as well as the constitutional implications and limitations associated with this technology. A qualitative approach will be applied, based on interpretive analyses and a literature review of theses, dissertations, books, and journals published between 2019 and 2023. The methodology includes case studies and example analysis, without relying on statistical analyses. Data collection was conducted across various sources, including thesis databases, digital libraries, and government websites. Data analysis followed a deductive method, moving from general premises to specific conclusions, considering the ethical, legal, and constitutional implications of drone use in law enforcement. This research seeks to fill gaps in existing knowledge on the topic, exploring the ethical and legal implications of using drones in public security, particularly in criminal investigations. The study provides a deeper understanding of the role of drones as police tools, highlighting the challenges and limitations regarding citizens' individual rights, especially concerning privacy and intimacy.

## KEYWORDS

Drone; Public Security; Criminal Investigation; Fundamental Rights.

## INTRODUÇÃO

Os drones surgiram no século XX, mas ganharam notoriedade somente em 1980, quando a tecnologia foi utilizada para fins militares na Segunda Guerra Mundial. Inicialmente os drones eram utilizados apenas como equipamentos de espionagem e em ações de patrulhamento aéreo. Entretanto a indústria comercial viu que poderia

ser utilizado para diversas finalidades e expandiu sua produção com o intuito de alcançar o público civil (VIEIRA, 2017. p. 24).

A natureza do drone traz como objetivo a coleta de informações através de captação de imagem, em proporções que não poderiam ser captadas ao olho humano. Tem como uma de suas principais qualidades o fato de não ser percebido quando está no ar, por conta de seu tamanho e material de fabricação, que facilmente se camufla. Por isso, esses aparelhos vêm se tornando fortes aliados ao serviço policial no Brasil.

Com o fenômeno do avanço tecnológico, e as demandas da segurança pública em ampliar suas ferramentas no auxílio da fase preliminar da persecução penal, surgem questões relevantes que precisam ser discutidas. Em destaque, será abordada no decorrer da pesquisa quais são as implicações e limites constitucionais do uso do drone no exercício da segurança pública e sua relação com a violação do princípio da privacidade. Sobre isso, EDSON LEIRIAS preceitua:

Considerando que a população pode ter preocupações acerca da privacidade, se faz necessário apresentar para a opinião pública os benefícios que a utilização dos drones pelas forças de segurança podem trazer, da mesma forma que uma regulamentação efetiva deve ser pensada para que os drones não operem em uma zona cinzenta acerca da licitude ou não das operações com o equipamento. (LEIRIAS, 2021, p. 170)

Essa conjuntura suscita uma série de indagações quanto à viabilidade da utilização desse meio como prova e, mais crucialmente, se seu emprego inadequado poderia resultar na ilegalidade da evidência obtida. A ponderação entre a eficácia na aplicação da lei e a salvaguarda dos direitos fundamentais torna-se essencial nesse contexto, instigando a busca por uma abordagem equilibrada que harmonize os imperativos da justiça com a proteção integral dos princípios legais e individuais.

O desafio reside, portanto, em estabelecer parâmetros claros e éticos para o uso dessas tecnologias, assegurando que contribuam para a verdadeira justiça sem comprometer os fundamentos essenciais que garantem a equidade e a dignidade de todos os cidadãos.

Para tal análise, a presente pesquisa objetiva analisar as implicações do uso de drones por agentes de segurança pública, na atividade policial como ferramenta nos procedimentos de investigação criminal, promovidos para apurar infrações penais no cometimento de ato ilícito.

No que concerne ao campo de possíveis infrações, busca-se compreender os

limites entre o exercício da segurança pública e as violações às garantias fundamentais do ser humano, no tocante ao direito à privacidade e intimidade.

A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico, utilizando-se materiais e obras já publicadas. Em virtude da forma como o tema será abordado, a metodologia utilizada será qualitativa, podendo ser definida pela não utilização de instrumentos estatísticos na análise dos dados, tendo por base o conhecimento teórico-empírico.

Quanto aos objetos caracteriza-se como pesquisa exploratória simples, objetivando a ampliação do conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. A técnica de coleta de dados foi realizada a partir de levantamento bibliográfico em bancos de teses e dissertações, trabalhos acadêmicos, livros, periódicos e endereços eletrônicos governamentais dentro do intervalo 2019-2023 prioritariamente.

Quanto à interpretação das informações será feita uma análise dedutiva. Existe um forte embate, em que de um lado está o sistema penal e a busca pela verdade real. Por outro lado, há a garantia dos direitos fundamentais inerentes ao ser humano. Diversas unidades policiais da federação estão adquirindo drones e realizando suas respectivas regulamentações internas. Assim, surgem diversas questões acerca da viabilidade da utilização desse meio de prova e se seu uso inadequado resultaria na ilegalidade da evidência.

## **1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

A necessidade de se sentir seguro tem relação direta com a sobrevivência humana e antecede até mesmo a racionalidade. Ela pode ser definida como a sensação de paz e tranquilidade, com a garantia de valores considerados vitais para o bem-estar. Logo, uma pessoa segura é livre de medos, incerteza, perigos e ameaças.

Ao longo do tempo, diversos documentos e constituições passaram a se referir a garantir a segurança. A própria Constituição Federal de 1988, deu à segurança um valor supremo. Está presente em diversos momentos de seu texto. Em primeiro, é encontrada no preâmbulo. Depois, entre os direitos fundamentais do artigo 5º, ao lado de direitos como a vida e igualdade e em seu artigo 6º junto aos direitos sociais. Por fim, encontra amparo no artigo 144, especificamente relacionado à segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

Os dados relacionados a esse assunto no Brasil são alarmantes. Segundo o Instituto Igarapé no ano de 2018, aconteceram cerca de sessenta mil homicídios. Isso significa que a cada nove minutos um brasileiro foi morto. O primeiro governo a se preocupar com a situação foi o de Fernando Henrique Cardoso. Em 1996, o Presidente implementou o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, que ganhou grande notoriedade por ser o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo. E, segundo Pinheiro e Mesquita Neto (1997), como resultado, a sociedade começou a exigir que o governo fizesse a implementação do plano.

Por isso, em 1997 é criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Ela tem regimento próprio e suas principais atribuições são a assessoria ao Ministro de Estado nas definições, implementações e acompanhamentos da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade.

O artigo 144 da Carta Magna, estabelece a segurança pública como um dever do Estado, exercido por meio da polícia para garantir a preservação da ordem pública, a integridade das pessoas, bem como seu patrimônio. É composta, em rol taxativo, pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Penais Federais, Estaduais e Distritais (BRASIL, 1988).

Aveline (2009), explica a divisão dos órgãos que compõem a segurança pública no país. Entre eles, destacam-se: Policiais Militares, com funções ostensivas; Polícia Federal na investigação e na parte aeroportuária; a segurança dos presídios fica sob responsabilidade das Polícias Penais Federais, Estaduais e Distritais; a Polícia Rodoviária Federal faz o patrulhamento ostensivo das rodovias; e, por fim, as Polícias Civis que recebem incumbência investigativa a nível estadual.

No Brasil, o exercício do poder de polícia está submetido aos princípios da Administração Pública postos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Está sempre pautado em princípios como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tem como objetivo garantir a não arbitrariedade nos atos de polícia, valorando-se os direitos fundamentais, que não podem ser feridos pela administração

pública, limitando-se somente com base legal e quando for em prol da sociedade como um todo. (FILOCRE, 2017, p. 112).

Não há dúvidas que o advento da tecnologia trouxe inúmeras mudanças para a vida da sociedade. Novos riscos surgiram, e outros já existentes foram maximizados em proporção. Isso exigiu uma posição do Estado em equilibrar a proibição de excesso e a proteção deficiente quando no cumprimento de seus deveres de proteção constitucional aos bens jurídicos essenciais à dignidade da pessoa humana.

Dada a sociedade contemporânea e suas tecnologias inseridas no contexto cotidiano, a dogmática jurídico-penal necessita alcançar, ou pelo menos aproximar-se do real cenário social. É necessária uma atuação incisiva em reestruturar-se, pois em uma imaginada efetividade no combate aos novos riscos, acaba por causar uma perturbação social quando mitiga princípios e garantias fundamentais que seriam as barreiras da intervenção estatal. EDSON LEIRIAS, pontua que:

É senso comum que, nos dias atuais, a sensação de insegurança está presente em níveis cada vez mais elevados na sociedade. O sistema penal, instigado pelas novas exigências de criminalização, é incrementado por normas repressoras, distanciando-se de seus princípios subsidiário e fragmentário, tomando uma posição mais punitiva, ignorando, por vezes, direitos e garantias penais e processuais penais. Assim sendo, o denominado “risco” obriga o ordenamento criminal a uma readaptação de seus institutos objetivando a garantia efetiva da tutela dos bens jurídicos, diante das incertezas da sociedade de risco.

Nesse sentido, muitos investimentos têm sido feitos pelas forças de segurança nos aparatos tecnológicos para seu aprimoramento técnico e para garantir a segurança de seus agentes. A utilização dos drones promete maior efetividade na apuração de ilícitos penais. Em contrapartida, causam inúmeras preocupações quanto à flexibilização das garantias materiais e processuais (MAYA, 2017, p. 100), conforme exposto no decorrer da pesquisa.

É dever do estado assegurar e garantir a ordem pública, evitando que a atividade de um particular venha a gerar perturbação social. Nesse caso, cabe à Administração ter um olhar atento para a atuação policial para garantir que a ordem seja mantida e que não haja excesso nas medidas protetivas em prol do social em detrimento do particular.

## **2. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E O USO DE DRONES**

A investigação criminal é a fase inicial da persecução penal, exercida pela polícia judiciária, através do inquérito policial, presidido pelo delegado de polícia, visando à

colheita preliminar de provas para que se possa apurar autoria e materialidade na prática de uma infração penal. Possui caráter administrativo e é um procedimento preparatório da ação penal (RANGEL, 2023, p.73).

Sob um conceito geral é compreendido como ponto de partida da persecução penal, em que se busca verificar um fato determinado e apurar sua ilegalidade ou não. Nessa senda, o doutrinador Lopes Jr (2006, p. 40) a classifica como “investigação preliminar”.

A investigação criminal cumpre um importante papel na tutela de direitos fundamentais, sendo um meio de o Estado exercer seu poder punitivo, exercendo a função político-criminal, e encontrando seus limites na observância dos direitos fundamentais, quais são nesta seara a garantia penal e processual penal (PEREIRA, 2019, p. 139).

Em síntese, ao mesmo tempo em que busca o Estado exercer seu poder punitivo o processo penal serve como instrumento de limitação estatal, primando pela garantia plena e efetiva dos direitos individuais constitucionalmente tutelados, tais como a presunção da inocência do acusado, o contraditório, ampla defesa, entre outros direitos garantidos.

É dever do estado punir o autor de determinada Infração penal, garantindo assim a preservação da lei e da ordem no prisma da coletividade, como idealizado pela Constituição Federal em seu artigo 5º Caput. Nesse sentido o inquérito policial é uma ferramenta para afastar qualquer dúvida e determinar com especificidade os fatos, buscando-se evitar o erro judiciário (NUCCI, 2023).

Para atingir sua finalidade precípua, a investigação criminal deverá ser pautada pela eficiência, com procedimentos e recursos técnicos adequados capazes de enfrentar em paridade de armas a criminalidade contemporânea. Contudo, para atingir à efetividade na investigação criminal, faz-se necessária a adequação da legislação frente à nova realidade social, para que não sejam demandados procedimentos arcaicos no atendimento de demandas modernas de segurança pública. (LEIRIAS, 2021, p. 13).

Assim como ocorre no mundo, em aspecto global de maneira rápida e volumosa a evolução das tecnologias e concomitantemente o comportamento humano diante dessas, a criminalidade também revela mudanças e uma espécie de “aprimoramento” em seu *modus operandi*, valendo-se de tais recursos tecnológicos.

Com isso, é necessário que as forças de segurança pública incumbidas da neutralização e apuração de condutas criminosas também estejam em condição de igualdade e superioridade adaptadas e condicionada a usar de forma benéfica e eficaz tais tecnologias, dirigindo as investigações criminais com aparatos condizentes com a realidade em que está inserida no plano atual.

A investigação criminal é conduzida no sentido de reconstruir o evento fático da maneira mais próxima da realidade, buscando-se alcançar a verdade dos fatos, nesse sentido, para alcançar a verdade dos fatos são utilizados os meios de prova, que podem ou não estar previstos em lei, sendo os previstos chamados de provas nominadas, e os não previstos provas inominadas. Os meios de prova seriam o caminho utilizado pelo magistrado para formar sua livre convicção acerca dos fatos (RANGEL, 2023, p. 398).

Dentro da seara que trata sobre as provas no Processo Penal, tem-se as fontes de prova, que nada mais é o meio pelo qual as provas são obtidas, essas podem ser pessoais e reais. Quando pessoais, podem ser produzidas pelo ofendido, testemunhas, acusados e peritos, por exemplo. E as reais podem ser produzidas por documentações em sentido amplo.

Os meios de provas ilícitos não devem ser acolhidos pelo magistrado, haja vista sua vedação no processo penal brasileiro. Além dos meios contidos no Código de Processo Penal, têm-se fixado também em leis penais especiais outros mecanismos, a exemplo a Lei 12.850/2013 – Lei de Crime Organizado.

A Lei de Crime Organizado apresenta o conceito de organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado (BRASIL, 2013) preceituando que em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos como meio de obtenção de provas, sem prejuízo das já previstas em lei, a colaboração premiada, captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, ação controlada, acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, entre outros (NUCCI, 2023, p.21) refletindo a transformação no processo de investigação criminal em um mundo tecnológico.

A captação ambiental à luz do que leciona o doutrinador Brasileiro de Lima, pode ser compreendida a expressão “captar” como o ato de tomar conhecimento de conteúdo relativo à comunicação alheia, sendo essencial a participação de um terceiro, e

geralmente sem o conhecimento dos interlocutores, que podem ser duas ou mais pessoas.

Os dispositivos de captação ambiental podem ser microfones, câmera oculta, escutas, monitoramento à distância por satélites, antenas direcionais, dentre outras tecnologias que postas no cenário atual, e dentro dessa transformação e evolução tecnológica, podemos citar a utilização de drone como dispositivo de captação ambiental.

Conforme conceituação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, a terminação “Drone” é o termo genérico que define aeromodelos, bem como Veículos Aéreos não tripulados, esse último, conhecido pela sigla VANT. A forma adotada pela agência para distingui-los foi através de sua finalidade, sendo aeromodelos os drones de uso recreativo, lazer e VANT’s, os de uso não recreativo. Antes de definir a terminação VANT, era adotada a RPA, aeronaves remotamente pilotadas (ANAC, 2019).

Os drones possuem grande versatilidade quanto ao seu uso, alguns exemplos são: no mapeamento de cidades: Os drones podem ser adaptados com câmeras de alta resolução e sensores especiais que permitem capturar imagens aéreas de uma cidade, ajudando na criação de mapas precisos e atualizados, gerenciamento e fluxo de tráfego, nas buscas e resgates do corpo de bombeiros, gerenciamento de eventos de grande porte, na ajuda humanitária auxiliando em desastres, na agricultura, entre outras mais formas de utilização. (GALANTE, 2019).

No contexto contemporâneo da sociedade, atrelado ao rápido e crescente desenvolvimento de tecnologias, possibilitou-se o acesso de qualquer pessoa à compra desses equipamentos, seu valor ficou acessível e variável. Entretanto, já tem sido utilizado voltado para a atividade criminosa. De acordo com a notícia, criminosos estariam utilizando drones para monitorar a comunidade e a polícia na Grande Vitória, estado do Espírito Santo. (G1/ES, 2018).

Cite-se, como exemplo, o evento ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023, em que manifestações ocorreram na praça dos Três Poderes, em Brasília, após a posse do novo presidente do Brasil, sendo que, na ocasião, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi alvo de ataques, ocorrendo uma sequência de atos de vandalismo.

A polícia Judiciária, responsável pela segurança do local, registrou imagens e vídeos através da operação de um drone sobre o local, e de acordo com o material

produzido foi possível acompanhar em tempo real e de forma ampla a ocorrência dos fatos é possível identificar suspeitos, de acordo com o noticiado pelos meios de comunicação da imprensa.

Os avanços advindos da informática e telemática representam extenso efeito no mundo jurídico, em se tratando de prova em processo, há o perigo da falsificação, erros, uso indevido e inclusive abusos. Os sistemas jurídicos buscam reagir a essa situação em uma tentativa de regulação adequada para as provas informáticas, tratando de seu valor probatório. Não obstante, é necessário considerar a prova informática como espécie de prova documental, podendo ser submetida à prova pericial para checar sua veracidade. (TARUFFO, 2014, p. 85).

Com isso, a prova informática no âmbito da investigação criminal não pode ser objeto de desprezo, tampouco ignorada, devendo ser incorporada ao sistema probatório. Restando conhecer seu grau de confiabilidade, em que pese, somente o tempo será capaz de demonstrar (NUCCI, 2023, p.573).

### **3. DIREITOS À INTIMIDADE, À VIDA PRIVADA E A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO**

Com o avanço da tecnologia da informação e as facilidades disponíveis atualmente para a divulgação de informações, surgem também os desafios da exposição da intimidade das pessoas. Ao utilizar cada vez mais meios tecnológicos para se comunicar e administrar suas vidas pessoais, como redes sociais e blogs, as pessoas se tornam vulneráveis a intromissões indesejadas (PAZIM, 2021, p.120). Isso levanta uma importante discussão sobre a proteção da privacidade das pessoas, que se tornou um problema de grande magnitude.

O direito à privacidade, uma extensão do direito da personalidade e parte dos direitos fundamentais da primeira geração, foi firmemente estabelecido neste século devido aos avanços tecnológicos. Contudo, atualmente, esse direito enfrenta ameaças constantes, especialmente com a justificção estatal de violações em nome da defesa (GOMES, 2022, p. 6). Um exemplo ilustrativo dessa situação é a utilização de drones equipados com câmeras, os quais, ao sobrevoarem, capturam imagens de pessoas, acarretando violação da privacidade.

De acordo com o sistema jurídico brasileiro, todos os indivíduos detêm o direito fundamental de resguardar sua privacidade e salvaguardar sua intimidade, prevenindo intrusões em suas vidas pessoais e assegurando a inviolabilidade de seus lares contra

a curiosidade pública.

A inviolabilidade domiciliar, estabelecida no artigo 5º, XI, da Constituição Federal de 1988, é uma das garantias individuais mais antigas e cruciais em uma sociedade civilizada. Essa proteção abrange não apenas a intimidade, a vida privada e a honra, mas também garante a paz e a tranquilidade individual e familiar (DE MORAES, 2022, p. 79).

No contexto constitucional, o termo "domicílio" tem um significado amplo, incluindo qualquer espaço exclusivamente ocupado por alguém, seja para fins pessoais ou profissionais, conforme estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal. Essa relação entre indivíduo e espaço serve como uma preservação indireta da vida privada do sujeito. Os direitos à intimidade e à vida privada, conforme o artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, abrangem pertences e documentos pessoais dentro do domicílio, tornando-o inviolável contra intrusões e arbitrariedades.

É importante salientar que possuem conceitos distintos. O termo intimidade se refere à esfera pessoal e privada de um indivíduo, abrangendo seus pensamentos, sentimentos e atividades íntimas (MARTINS, 2022, p. 412). Isso inclui segredos, particularidades íntimas e expectativas relacionadas ao modo como agem, pensam e vivem em privado. Protege o controle das informações pessoais e a escolha sobre o que compartilhar, defendendo contra invasões como vigilância não autorizada e intromissões não consentidas na vida pessoal.

Enquanto o direito à vida privada é a prerrogativa individual de evitar interferências externas na vida pessoal e familiar, protegendo contra acesso e divulgação não autorizados de informações pessoais (MARTINS, 2022, p. 412). Esses direitos asseguram uma esfera íntima protegida, preservando a autonomia e a privacidade dos cidadãos.

No Brasil, a utilização de drones é regulamentada por diferentes órgãos, como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A ANAC, por meio da Resolução 419/2017, estabelece as principais regras e diretrizes para a operação de drones no país (GOV, 2023). Essa resolução abrange aspectos como categorias de drones, registro, habilitação do operador, restrições de voo, autorizações especiais e normas operacionais específicas.

É de extrema importância que os operadores de drones no Brasil estejam

familiarizados com todas as normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes. Isso garante a segurança durante as operações e ajuda a evitar possíveis penalidades legais (TULLER; SACHETT, 2022).

Além desse comprometimento com a conformidade regulatória, é imperativo que os operadores ajam com responsabilidade ao respeitar a privacidade e a segurança das pessoas durante o uso de drones. Evitar voar em áreas proibidas ou que possam representar riscos e transtornos não apenas demonstra uma postura ética, mas também contribui para uma integração harmoniosa e segura dessas tecnologias inovadoras na sociedade.

A interação entre segurança pública e direitos fundamentais da Constituição se apresenta intrincada, demandando um equilíbrio sensível entre a salvaguarda da sociedade e a preservação das liberdades individuais.

Em dezembro de 2022 foi publicado o acórdão AgRg no RHC 158206 DF 2021/0395221-1, que referiu-se à ilicitude das provas obtidas em razão de violação de domicílio com imagens capturadas por drone. E o entendimento seguiu-se no seguinte sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O

TRÁFICO. INVASÃO À DOMICÍLIO. IMAGENS CAPTURADAS POR DRONE. ILICITUDE DAS PROVAS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. OUTRAS PROVAS COLHIDAS ANTERIORMENTE. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. ATIPICIDADE DAS CONDUTAS. INVESTIGAÇÃO PRÉVIA. INDÍCIOS DE TRÁFICO NA CHÁCARA DA AGRAVANTE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No que se refere à ilicitude das provas obtidas em razão de violação do domicílio, é cediço que "o ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio" (AgRg no HC 678.069/SP, Rel. ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 20/9/2021).

No caso, verifica-se que houve o deferimento pelo Juiz primevo de busca e apreensão na chácara que possui contrato de aluguel em nome da agravante, sendo apreendidas no momento de sua prisão em flagrante 24 plantas grandes de maconha com peso de 16.800g e 105 mudas pequenas com peso de 24,85g; além de instrumentos de estufa, iluminação artificial, sementes, vasos, tesouras, balanças de precisão e documentos relacionados ao delito de tráfico de drogas. Observa-se que o Juiz primevo não se baseou apenas nas imagens capturadas pelo drone, pois houve uma investigação anterior, iniciada em 17/11/2020, conforme se depreende da peça acusatória.

Destacou-se que a polícia civil do Distrito Federal observava a rotina dos acusados, com acompanhamento à distância, fotos em locais públicos, inclusive analisando dados bancários na internet. Ressaltou-se que houve denúncia anônima quanto à prática de tráfico de drogas por seu companheiro, delegado da polícia civil do Distrito Federal, na chácara da agravante. Assim sendo, não há falar em ilicitude das provas produzidas, tendo em vista que persistem todos os outros elementos de provas colhidos antes do uso do drone e que são, por si só, suficientes à fundamentação da busca e apreensão na propriedade da agravante. Com efeito, verifica-se que as imagens extraídas do sítio eletrônico Google Earth, como também, o relatório técnico n. 143/2020 das investigações da Polícia Civil sobre o caso, também foram considerados relevantes na decisão.

2. Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, inquérito policial ou procedimento investigativo, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado – de plano e sem necessidade de dilação probatória – a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade.

Na hipótese, após análise detida dos autos, e na esteira das conclusões da Corte a quo, tem-se que mediante investigação prévia, sobretudo durante campanhas, foram produzidas diversas imagens que indicaram a existência de indícios veementes da prática do tráfico de drogas na chácara da agravante, sendo apreendida grande quantidade de plantas de maconha, além de instrumentos de estufa e caderno de anotações de tráfico, durante a busca e apreensão no local, que ensejou a prisão em flagrante da acusada e dos demais corréus. Todavia, o enfrentamento de tais alegações demandaria precipitado revolvimento de fatos e provas em verdadeira instrução probatória, incabível no rito sumário habeas corpus. Ademais, as instâncias ordinárias asseguraram a presença de elementos suficientes para justificar o prosseguimento do inquérito, porquanto há indícios mínimos de autoria e prova da materialidade que justificam a continuidade das investigações.

3. Agravo regimental desprovido.

Portanto, o desafio é encontrar um equilíbrio que permita o efetivo combate à criminalidade, garantindo, ao mesmo tempo, o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, evitando abusos e violações.

É papel do sistema jurídico e das políticas públicas buscar essa harmonização, promovendo uma segurança pública eficaz e compatível com os princípios democráticos consagrados na Constituição. Em síntese, o cumprimento de normas, aliado ao respeito pelos aspectos éticos e de segurança, é essencial para a utilização responsável e bem-sucedida dos drones no contexto brasileiro.

Diante dessas considerações, torna-se evidente que a vida privada, conforme delineada pela Constituição Federal de 1988, constitui a fusão do estilo de vida e da modalidade de existência de um indivíduo, representando o direito que este possui de conduzir sua própria vida sem interferências externas. Vale ressaltar que a preservação da intimidade, da vida privada e da inviolabilidade domiciliar deve ter

como princípio norteador a defesa da dignidade da pessoa humana, que é a fonte primordial de toda e qualquer forma de resguardo ao indivíduo.

Nesse contexto, a segurança pública emerge como protagonista fundamental na reconciliação desses direitos, assegurando um equilíbrio que resguarda tanto a integridade pessoal quanto a preservação da ordem social. Nesse cenário, a efetiva atuação dos órgãos de segurança torna-se essencial para manter um ambiente onde os direitos individuais coexistem de maneira justa e equitativa, promovendo, assim, uma sociedade segura e respeitadora dos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na trajetória do desenvolvimento social, o progresso tecnológico surge como uma inevitável constante, moldando não apenas o passado, mas também o cenário contemporâneo. O avanço tecnológico, perceptível de maneira cada vez mais pronunciada na sociedade atual, encontra-se fortemente impulsionado pela produção em larga escala de tecnologias ao redor do mundo.

Conforme apontado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), um indicador palpável desse avanço reside no expressivo aumento do registro de drones aeromodelos no Brasil. Em 2021, o registro para uso recreativo atingiu a marca de 51.833 unidades, e nos primeiros quatro meses de 2022, esse número já ultrapassou a totalidade do ano anterior, totalizando 52.906 registros. Esse fenômeno ilustra não apenas o crescimento exponencial do uso de drones, mas também a sua crescente integração na vida cotidiana e nas práticas recreativas da população brasileira.

Diante desse cenário dinâmico e em constante evolução, é fundamental analisar de forma crítica as implicações dessas inovações tecnológicas, especialmente no que diz respeito às áreas de privacidade, segurança e legislação. A introdução crescente de drones na sociedade contemporânea revela a necessidade urgente de se abordar não apenas os benefícios, mas também os desafios éticos e legais associados ao seu uso generalizado.

No Brasil, assim como em todo o mundo, a tendência de utilização dos drones, principalmente para fins recreativos, tem se intensificado. Isso se deve à maior acessibilidade dos modelos disponíveis no mercado, impulsionada pelo avanço da tecnologia e sua popularização. Os drones proporcionam uma variedade abrangente de possibilidades, como a fotografia e a gravação de vídeos, permitindo a captura de

imagens a partir de diferentes ângulos e proporcionando perspectivas únicas.

Os drones foram considerados como a tecnologia mais presente para combater a criminalidade, adotados por cerca de 63% das forças de segurança pública das 27 unidades da federação, segundo apontou a pesquisa da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV): “*Segurança Pública na era do Big Data: mapeamento e diagnóstico da implementação de novas tecnologia no combate à criminalidade*” (FGV, DIREITO RIO, 2023).

O jurista Scarance Fernandes destaca que o tratamento de provas ilícitas tem ganhado importância crescente no campo do direito processual moderno. Essa preocupação surge devido ao rápido avanço tecnológico, que ameaça a privacidade, a intimidade e o domicílio das pessoas, tornando-as mais vulneráveis. Isso coloca uma responsabilidade maior sobre o legislador para evitar autorizar violações desnecessárias e desproporcionais na vida dos indivíduos em detrimento da segurança pública.

Nesse contexto, emerge um intenso embate entre a busca pela verdade intrínseca ao sistema penal e a preservação dos direitos fundamentais dos indivíduos. A inadmissibilidade de provas obtidas de forma ilícita, conforme determinado no artigo 157 do Código de Processo Penal, representa uma salvaguarda essencial para a integridade do processo judicial.

Paralelamente, observa-se que diversas unidades policiais em todo o território nacional estão adotando estratégias inovadoras, como a aquisição de drones, e implementando regulamentações internas por meio de portarias. Essa iniciativa visa empregar tais equipamentos como ferramentas valiosas no enfrentamento ao crime, consolidando-se como aliados fundamentais nos sistemas de inteligência das corporações, como evidenciado pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES, 2022).

No entanto, é imperativo que o avanço tecnológico e o uso de drones na segurança pública sejam efetuados com absoluto respeito aos preceitos legais e aos direitos individuais, garantindo uma aplicação ética e responsável dessas inovações. O equilíbrio entre a eficácia no combate ao crime e o respeito aos princípios legais e fundamentais é essencial para assegurar que tais avanços contribuam para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

Em suma, os drones representam uma revolução na indústria e no entretenimento, graças às suas habilidades de voo estável, captura de imagens e exploração de locais

remotos. Contudo, a garantia da segurança e responsabilidade em sua utilização é imperativa, demandando a adesão rigorosa às regulamentações dos órgãos competentes.

Ao empregar essas tecnologias de forma consciente, os drones continuam a desempenhar um papel significativo na sociedade, proporcionando benefícios e abrindo possibilidades inovadoras em diversos setores, incluindo a segurança pública. O equilíbrio entre aproveitar as vantagens oferecidas pelos drones e respeitar as normativas estabelecidas é crucial para assegurar que essas ferramentas contribuem positivamente para o avanço e a segurança da sociedade como um todo.

## 5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Fernando Ramos. **Drones entram de vez na atuação dos policiais**. 2017. Disponível em: <https://www.pilotopolicial.com.br/drones-entram-de-vez-na-atuacao-dospoliciais/>. Acesso em: 15 de jun. 2023

ALMEIDA, Mário de S. **ELABORAÇÃO DE PROJETO, TCC, DISSERTAÇÃO E TESE: Uma Abordagem Simples, Prática e Objetiva**. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788597025927. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025927/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

AMARAL, Augusto Jobim do. SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. MEDINA, Roberta daSilva. **Militarização Urbana e Controle Social: primeiras impressões sobre o policiamento por “drones” no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/35835> Acesso: 20 out. 2023. ANAC. **Drones**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/drones>-Acesso em 13 de abr. de 2023

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). **Quantidade de cadastros-Drones**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/drones/quantidade-de-cadastros>Acesso em: 04 jun 2023.

ANAC. **RBAC-E no 94. Regulamento brasileiro da aviação civil especial. Requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil assuntos legislação**. Disponível em: [https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-e-94-1/@@display-file/arquivo\\_norma/RBACE94EMD00.pdf](https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-e-94-1/@@display-file/arquivo_norma/RBACE94EMD00.pdf). Acesso em 20 de abr. 2023

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida. Diálogos com Lyon**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2014. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=B3PTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=drones+de+vigil%C3%A2ncia+e+a+m%C3%ADdia+social&ots=sRUinwRq1\\_&sig=CVe4IUaIVygMMn7isSk6FutBq1A#v=onepage&q=drones%20de%20vigil%C3%A2ncia%20e%20a%20m%C3%ADdia%20social&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=B3PTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=drones+de+vigil%C3%A2ncia+e+a+m%C3%ADdia+social&ots=sRUinwRq1_&sig=CVe4IUaIVygMMn7isSk6FutBq1A#v=onepage&q=drones%20de%20vigil%C3%A2ncia%20e%20a%20m%C3%ADdia%20social&f=false). Acesso em 04 de mai. 2023.

BRASIL. **Agência Nacional de Aviação Civil. Resolução no 419 de 02 de maio de**

**2017.2022.** Disponível em: <<https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/2017/resolucao-no-419-02-05-2017> > Acesso em: 17 abr 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução no 20, de 28 de maio de 2007.** <https://www.cntp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-0201.pdf>. Acesso em: 03 de jun. de 2023.

BRASIL. **Lei No 12.850, de 2 de agosto de 2013. Lei de Crime Organizado.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em 13 de jun. de 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 158206 - DF (2021/0395221-1). Agravante: T C C L. Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS e M M DE N. Relator: MINISTRO JOEL ILAN

PACIORNIK. Distrito Federal, 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Supremo Tribunal de Justiça. O Ministério Público no controle externo da atividade policial: prerrogativas e limites segundo o STJ.** Notícias. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/26022023-O-Ministerio-Publico-no-controle-externo-da-atividade-policial-prerrogativas-e-limites-segundo-o-STJ.aspx#:~:text=Entre%20as%20fun%C3%A7%C3%B5es%20institucionais%20do,ao%20aparato%20repressivo%20do%20Estado>. Acesso em: 03 de jun. de 2023.

BRASIL. **Uso de drones na segurança pública é aprovado na CCJ e vai à Câmara Notícias.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/06/uso-dedrones-na-seguranca-publica-e-aprovado-na-ccj-e-vai-a-camara> Acesso em: 13 jun 2023.

BRASIL PARALELO. **O problema da (in)segurança pública no Brasil.** Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/seguranca-publica-brasil> Acesso em: 20 out. 2023.

BULOS, Uadi L. **Curso de direito constitucional.** Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624818. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624818/>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASILEIRO DE LIMA, Renato. **Manual de Processo Penal.** 8a edição. Salvador: JusPodivm.

BITENCOURT, Marcos. **O controle judicial da legalidade da Captação Ambiental a partir da Lei Anticrime.** 2021.

DECEA. **Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Drone. Assuntos.** Disponível em: <https://www.decea.mil.br/>. acesso em: 03 jun 2023.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 43. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2020.

DE MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 39. Ed. São Paulo: Atlas, 2022.  
EREIRA, Eliomar da S. **Teoria da Investigação Criminal**. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FILOCRE, Lincoln D. **Direito Policial Moderno: Polícia de Segurança Pública no Direito Administrativo Brasileiro**. Grupo Almedina (Portugal), 2017. E-book. ISBN9788584933273. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/> Acesso em: 17 jun. 2023.

GALANTE, Anthony. **10 Ways That Police Use Drones To Protect And Serve**. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/stephenrice1/2019/10/07/10-ways-that-police-use-drones-to-protect-and-serve/?sh=6b15d4fb6580#70baf4946580%3E>. Acesso em: 16 de mai. de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4o ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) Acesso em: 02 de jun. de 2023.

GLOBO. G1. Espírito Santo. **Criminosos usam drones para vigiar a comunidade e a polícia na grande vitória notícia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/10/25/criminosos-usam-drones-para-vigiar-a-comunidade-e-a-polícia-na-grande-vitória.ghtml>. Acesso em 14 jun. 2023.

GLOBO.G1. **STF divulga imagens dos ataques golpistas de 8 de janeiro**. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/25/stf-divulga-imagens-dos-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro.ghtml> acesso em: 14 jun. 2023.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOMES, Eliete Fernandes. **O uso de drones e o direito à privacidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. Universidade São Judas Tadeu – USJT, São Paulo, 2022. Disponível em:  
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/28345/1/TCC%20II%20-%20RA%20818144673-Eliete.pdf> Acesso em: 23 out 2023. GOV.BR. **Drones - Agência Nacional de Aviação Civil**. 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/drones>> Acesso em: 17 abr 2023.

JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **DIREITO PENAL SOB A PERSPECTIVA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA: Crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio e crimes contra a dignidade sexual**. JusPodivm, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/29239>. Acesso em: 27 mai. 2023.

LIMA, Gabriel Domingues de. OLIVEIRA, Natan Flores de. COSTA, Simone Teles da Silva. **Gestão da Segurança Pública no Brasil: A utilização da tecnologia a favor da sociedade**. 2021. Disponível em:  
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2361> Acesso em: 20 out. 2023.

LEIRIAS, Edson César Pereira. Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do

Ministério Público. programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito-Mestrado. **A investigação criminal na sociedade tecnológica - possibilidades e limites na utilização de drones na fase preliminar da persecução penal.** Disponível em: <https://fmp.edu.br/publicacoes/a-investigacao-criminal-na-sociedade-tecnologica-possibilidades-e-limites-a-utilizacao-de-drones-na-fase-preliminar-da-persecucao-penal/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 23<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

MAYA, André Machado. **O Processo Penal na Sociedade de Risco: A Persecução Penal entre os Ideais de Liberdade e Segurança.** Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição, 2017. p. 100. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c865/6284bae3e63491a91a9fa54c6820e16a4660.pdf>. acesso em: 03 de jun. de 2023.

MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Zavaglia P. **Direito, inovação e tecnologia. v.1. (Série direito, inovação e tecnologia).** Ed. Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502227217. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502227217/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>. Acesso em: 22 out. 2023.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

PAZIM, Ronaldo Zanata. **Drones e invasão da privacidade alheia.** São Paulo: Clube de Autores, 2021.

PEY, Jeferson Nascimento Aquilar. **Estudo sobre emprego de drones em operações de inteligência de segurança pública.** 2022. x, 76 f., il. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PMES. **Polícia militar apresenta novo drone em programa de tv.** notícias. Disponível em: <https://pm.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-militar-apresenta-novo-drone-em-programa-de-tv> acesso em: 07 jun. 2023.

RAMOS, André de C. **Curso de Direitos Humanos.** Ed. Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622456. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622456/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.** Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773060/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

REIS TRINDADE, André Fernando dos. **Manual de direito constitucional.** Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502230057. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230057/>. Acesso em: 22 out. 2023.

RODRIGUES, Rita Catarina Barbosa. B. **Admissibilidade dos Meios de Vigilância como Meios de Prova no Direito Processual Penal Português: Os Drones**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/80e6c06e42639528b62c8d52a40be508/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. **A incorporação de drones para vigilância de espaços urbanos brasileiros: O uso pelas Forças Armadas e órgãos de segurança pública**. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, v. 4, n. 2, p. 83-103, 2018. disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Salles/publication>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

SÁNCHEZ, Jesus Maria Silva. **La Expansión del Derecho Penal**. ambiente virtual USP. disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5250881/mod\\_resource/content/1/La%20expansi%C3%B3n%20del%20derecho%20penal%20-%20Aspectos%20de%20la%20pol%C3%ADtica%20criminal%20en%20las%20sociedades%20postindustriales%20-%20Jes%C3%BA%20Maria%20Silva%20S%C3%A1nchez.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5250881/mod_resource/content/1/La%20expansi%C3%B3n%20del%20derecho%20penal%20-%20Aspectos%20de%20la%20pol%C3%ADtica%20criminal%20en%20las%20sociedades%20postindustriales%20-%20Jes%C3%BA%20Maria%20Silva%20S%C3%A1nchez.pdf) acesso em: 07 jun. 2023.

SEGURANÇA ELETRÔNICA. revista. **Pesquisa da FGV analisa o impacto das novas tecnologias na segurança pública no Brasil**. Disponível em: <https://revistasegurancaeletronica.com.br/pesquisa-da-fgv-analisa-impacto-das-novas-tecnologias-na-seguranca-publica-no-brasil/> acesso em: 08 jun. 2023.

SENASP. **Regimento interno**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/asenasp#:~:text=A%20Secretaria%20Nacional%20de%20Seguran%C3%A7a,Nacionais%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20%E2%80%93%20SEPLANSEG> Acesso: 20 out. 2023.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod\\_label/intro/SEVERINO\\_Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cientifico\\_2007.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf). acesso em: 07 jun. 2023.

SOBRINHO. **O uso de drone como técnica de investigação criminal**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/102701/o-uso-de-drone-como-tecnica-de-investigacao-criminal> -acesso em: 15 de mi. de 2023.

SOUSA, Duarte Domingos Moura. **Da ilegitimidade dos drones no processo penal**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/52860>. acesso em: 27 de mai. de 2023.

STF – 2ª T. – **HC nº 82.788/RJ** – Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 2 jun. 2006, p. 43.

TARUFFO, Michele. **A prova**. São Paulo: Marcial Pons, 2014. Disponível em: [https://cdnv2.moovin.com.br/acasadolivrojuridico/imagens/files/manuais/19437\\_a-prova.pdf](https://cdnv2.moovin.com.br/acasadolivrojuridico/imagens/files/manuais/19437_a-prova.pdf). acesso em: 08 de jun. de 2023.

TULLER. Ana Paula Rodrigues; SACHETT, Barbara Mourão. **Os desafios do direito na era da tecnologia: O uso de drones e suas implicações**. Revista do Curso de Direito, v. 17, n. 17, p. 77-94, 2022. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/1037129>.

Acesso em 28 de mai. de 2023.

VAN MAANEN, John. **Recuperando métodos qualitativos para pesquisa organizacional: um prefácio.** Ciência administrativa trimestral, v. 24, n. 4, pág.520-526, 1979.

VIEIRA, Thiago Bravo. **Os Perigos do Drone: Os limites de seu uso civil e a Proteção aos Direitos Fundamentais de Privacidade e Intimidade.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177392>. acesso em: 03 de abr. 2023.

VULEJ, Rafael. MARINHA DO BRASIL. **Drones em operações militares.** <https://www.marinha.mil.br/spolm/sites/www.marinha.mil.br.spolm/files/O%20Uso%20de%20Drones%20%28VANT%29%20em%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20Militares.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2023

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa.** SEAD/UFSC, 2006. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2023.

# **A FERRAMENTA DA ARTETERAPIA COMO FATOR DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Carolina Vieira de Souza Oliveira Rezende<sup>1</sup>, Moara Sant'Ana<sup>1</sup>, Suelen Araújo do Rosário Ferreira<sup>1</sup>, Gustavo Tassis Baptista<sup>2</sup>, Kirilla Cristhine Almeida Dornelas<sup>3</sup>, Jhuli Keli Angeli<sup>3</sup>, Barbara Ribeiro Malacarne Paiva<sup>3</sup>, Rodolfo Nicolau Soares<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup>Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

## **RESUMO**

A maneira do sujeito se perceber, interagir com suas dificuldades e potencialidades em sua trajetória acadêmica expressam a conscientização dele sobre sua experiência presente, cabendo à escola a função de inserção social e construção da identidade desses indivíduos. Por séculos, o modelo dualista de educação valorizou as habilidades cognitivas em relação às competências emocionais do ser humano. Em contrapartida o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a inclusão do conteúdo de habilidades socioemocionais para a formação básica nas escolas. A implementação da BNCC sobre as competências socioemocionais atua como fator de proteção à saúde mental e, pela ótica da abordagem gestáltica, a arte como ferramenta de manejo e expressão emocional poderá contribuir para o aprendizado das competências socioemocionais dos alunos. O objetivo do trabalho é apresentar um relato de experiência da aplicação da técnica de arteterapia com uma visão gestáltica num grupo de adolescentes trazendo as facilidades e dificuldades de execução dessa ferramenta sob o olhar do psicólogo. O relato descreve uma sessão de arteterapia, como ela é percebida e vivenciada pelos alunos de uma instituição e traz a percepção do psicólogo na condução desta ferramenta. Os resultados demonstram como a atividade pode somar com a construção de espaços de diálogo e o consequente fortalecimento das competências socioemocionais e do autoconhecimento dos alunos, além de contribuir com a concretização da BNCC nas escolas.

**Palavras-chave:** Arteterapia, BNCC, Gestalt.

## **INTRODUÇÃO**

Durante muitos séculos, foi perpetuado em salas de aulas o modelo dualista de educação e ensino, em que as habilidades cognitivas eram separadas e por vezes superiorizadas em relação às competências emocionais do ser humano, considerando que as emoções fossem fonte de desequilíbrios e disfunções da racionalidade do indivíduo (RÊGO E ROCHA, 2009). A partir desse entendimento o Ministério da Educação (MEC) edita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluindo o conteúdo de Habilidades Socioemocionais como parte da formação básica nas escolas.

A escola possui uma fundamental função de inserção social e construção da identidade de uma criança e de um adolescente, podendo ser um espaço de conquistas ou de sofrimento para cada indivíduo, sendo, portanto, um espaço de socialização que marca qualquer pessoa ao longo de toda sua vida (OLIVEIRA; PRESTRELO, 2018). A maneira como um indivíduo se percebe no ambiente escolar pode afetar seu desempenho, sobretudo quando percebemos os aspectos emocionais

envolvidos nesse lugar de inserção (MUNIZ e FERNADES, 2016).

Compreender o sofrimento psíquico infantil envolvido no contexto escolar ajudará numa ótica de entendimento do papel estruturador do sujeito, sendo esse, um dos maiores determinantes de patologias no desenvolvimento do indivíduo (PEREIRA e ANDRIOLA, 2019). O sofrimento infantil pode ter conexão com diversos aspectos em que a criança está inserida, como fatores econômicos, políticos e sociais, bem como perspectivas biológicas e genéticas de cada um (PEREIRA e ANDRIOLA, 2019).

Por esta razão o relato de experiência proposto refere-se à aplicação da técnica de arteterapia em um grupo de adolescentes com objetivo de incentivar práticas que contribuam com a construção de uma saúde mental favorável para toda a vida. Cuidar da saúde mental do ser humano, a partir de sua infância, auxiliará na compreensão da sua formação como indivíduo, sendo esse, um dos maiores determinantes de patologias no desenvolvimento do sujeito.

A Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo – AATESP (2018) define que a ferramenta de arteterapia acontece de forma inata entre o sujeito e o mundo dos fenômenos, ela é revelada (ou resgatada) e incorporada por meio do ato criativo somado ao produto da criação no ambiente adequado ao desenvolvimento do indivíduo e dos acontecimentos, ou seja, no contexto arteterapêutico. Violet Oaklander (2022), relata em seus livros que a utilização de várias técnicas criativas, expressivas e projetivas que seus pacientes empregam, possibilita a expressão de alguma coisa dentro dela, sendo agradável ou não.

A arteterapia ajuda a externar os sentimentos e manifestações que antes estavam sem espaço para aparecer, quando coberta de subjetividade torna-se possível dar lugar para o desbloqueio dessas energias psíquicas (URRUTIGARAY, 2023). A psiquiatra Nise da Silveira narra que as criações artísticas não somente trazem componentes elucidativos acerca do processo psicopatológico, mas também acarreta um valor terapêutico em si mesmas, materializando as emoções tumultuosas, enfraquecendo-as e fortalecendo energias de curas internas que se movem em direção à consciência, isto é, à realidade (REIS, 2014).

O objetivo do trabalho é apresentar um relato de experiência da aplicação da técnica de arteterapia com uma visão gestáltica num grupo de adolescentes trazendo as facilidades e dificuldades de execução dessa ferramenta psíquica sob o olhar do psicólogo. Para tal finalidade deve-se compreender sobre a implementação da BNCC sobre as competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental nas escolas; estudar como a abordagem gestáltica poderá contribuir nas escolas para o aprendizado das competências socioemocionais dos alunos e a arte como expressão emocional e ferramenta de manejo emocional, para isso será aplicada uma sessão de arteterapia e relatado como ela é vivenciada pelos alunos de uma instituição e qual a visão do psicólogo na aplicação da técnica.

## **MATERIAL E MÉTODO**

O presente trabalho consiste num relato de experiência com foco na arte como instrumento de promoção da saúde mental e autoconhecimento. A experiência

relatada no estudo foi desenvolvida numa turma de adolescentes de 14 a 17 anos junto a um instituto do terceiro setor, localizado no município de Vitória – ES, que realiza um trabalho de atividades socioassistenciais, com público de 2 a 17 anos, na busca por oferecer mais oportunidades pautadas na arte e educação, priorizando a inclusão social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma, esse instituto contribui diretamente para a defesa e afirmação dos direitos das crianças e dos adolescentes e para o alcance de alternativas emancipatórias por meio da Educação Social, do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos e do Desenvolvimento Comunitário.

O percurso pedagógico do instituto é compreendido pelas oficinas ofertadas anualmente, essas oficinas são vivências que buscam qualificar o trabalho, sejam elas na área do esporte, lazer, arte ou cultura. Os temas a serem abordados nesses grupos (2 a 6 anos, 7 a 10 anos, 11 a 13 anos e 14 a 17 anos) são definidos a partir das necessidades apresentadas pelas famílias e pelos próprios educandos, com a finalidade, também, de assegurar as conquistas de acolhida, convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento e autonomia.

A aplicação de uma seção de arteterapia tem como proposta a contribuição do olhar e da ação da psicologia com objetivo de trazer autoconhecimento para esses adolescentes, a fim de colaborar para o seu autoconhecimento, bem-estar e melhorar a sua qualidade de vida. Dessa forma, o instituto busca contribuir para o desenvolvimento do exercício de cidadania e potencialidades de crianças e adolescentes com atividades socioeducativas, esportivas, artísticas e culturais.

Toda a estrutura da dinâmica aplicada foi inspirada nos livros da Violet Oaklander somado ao curso de formação em Arteterapia, um processo de reaprendizagem emocional, ministrado por Vera Signorelli Silveira, arteterapeuta especializada em sensibilização criativa para um processo de reaprendizagem emocional através da arteterapia, por meio da empresa PEGASUS Desenvolvimento e Consultoria Ltda, situada na cidade de Vitória/ES, no período de 2019 a 2020, cursado por uma integrante deste trabalho. A intervenção se deu de forma coletiva, em grupo, visto que, a arteterapia quando trabalha em grupos permite “o alcance tanto dos objetivos pessoais (a individualidade) quanto dos objetivos sociais, já que ela fornece à personalidade em formação o viés de integrar-se às necessidades de adaptação às exigências externas da coletividade” (URRUTIGARAY, 2023, p. 86).

Essa forma escolhida fortalece a ideia apresentada por Melo, Filho e Chaves (2014, p. 01) que “o ser humano é um ser social e somente existe em função dos seus relacionamentos grupais”, em razão do fato que o sujeito nasce, aprende, trabalha e morre em grupo, torna evidente a necessidade de trazer percepção para esses adolescentes enxergarem o meio que os cerca. É sabido que essa fase da adolescência o indivíduo se distancia do núcleo familiar para aproximar-se de outros grupos na busca por uma identidade. Conforme descreve Aberastury e Knobel:

Na sua busca da identidade adolescente, o indivíduo, nessa etapa da vida, recorre como comportamento defensivo à busca de *uniformidade*, que pode proporcionar segurança e estima pessoal. Aí surge o espírito de grupo pelo

qual o adolescente mostra-se tão inclinado. Há um processo de superidentificação em massa, onde todos se identificam com cada um. Às vezes, o processo é tão intenso que a separação do grupo parece quase impossível e o indivíduo pertence mais ao grupo de seus coetâneos do que ao grupo familiar. Não se pode separar da *turma* nem de seus caprichos ou modas. Por isso, inclina-se às regras do grupo, em relação a modas, vestimenta, costumes, preferências de todos os tipos etc. (ABERASTURY e KNOBEL, 1981, p. 37, grifo do autor).

A técnica escolhida mostrará aos adolescentes a importância do indivíduo no grupo, sobre a base teórica do conceito de Gestalt - parte/todo. Uma cartolina foi cortada em vários pedaços para eles enfeitarem, desta forma irão perceber que cada parte (indivíduo) se unindo as outras partes formam um todo (grupo), ilustrando como somos influenciados e influenciadores na sociedade. Poderão perceber a tolerância e a paciência com a dificuldade do outro ser e, por conseguinte, para com a sua, o indivíduo tem a oportunidade de sentir-se incluído, ou fazendo parte de um grupo, conforme relata Urrutigaray (2023) nos trabalhos realizados em grupo.

Inicialmente foi realizado um movimento corporal (dança), seguido de respirações para um relaxamento (já deitados ao chão), iniciando assim a contação de uma viagem fantasia. Ao despertar, cada adolescente escolherá um pedaço de cartolina para efetuar o seu desenho/arte sobre a estória ouvida. Ao terminar a arte, cada participante cria um nome para seu produto e apresenta aos demais, respondendo as seguintes indagações sobre sua obra de arte: Quem sou eu? Como me sinto? Onde estou? O que quero para minha vida?.

Esse recurso da escrita usado em arteterapia gestáltica, como forma de dinamizar a *awareness*, poderá tornar a mensagem visual mais clara para o próprio indivíduo compreender a sua produção artística (REIS, 2014). Depois que todo o grupo se expressar foi solicitado que montassem o quebra-cabeça com suas partes/arte. O terapeuta nesse momento realiza o *link* das figuras e aponta os limites/fronteiras com as quais uma parte faz contato, ilustrando que as imagens criadas contribuem para um coletivo, ampliando a percepção do todo criado, já que uma imagem criada não tem um significado particular por si mesma, apenas pelo modo como as percebemos que o significado fará sentido (RHYNE, 1996).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Competências sócioemocionais como fator de proteção à saúde mental nas escolas (Lei BNCC)**

O cenário educativo passou a se deparar com grandes desafios, derivados de grandes avanços e mudanças em diversos âmbitos das esferas sociais, impulsionando os ambientes escolares a ampliarem seus debates acerca da função da afetividade nos processos de aprendizagem. Dessa forma, as escolas, que se configuram em um ambiente facilitador de aquisição de conhecimentos formais, passaram a se adaptar aos novos avanços impostos pela sociedade moderna, e se viram na necessidade de agregar questões para além de suas limitações pedagógicas (RÊGO E ROCHA, 2009).

Com o avanço e a modificação de diversas esferas do cenário socioeconômico mundial, a visão de que as competências socioemocionais são menos importantes do que as habilidades técnicas se tornaram insuficiente para suprir as demandas e as necessidades do mercado de trabalho global, que exigia um sujeito cada vez mais *multifuncional* e resistente às constantes transformações do sistema comercial produtivo (CANETTIERI, PARANAHYBA E SANTOS, 2021). Conforme relata Rêgo e Rocha sobre a valorização apenas do saber lógico:

Acostumamo-nos, durante anos, a valorizar o binômio conhecimento lógico matemático e capacidade de ler e escrever bem, para que a pessoa fosse considerada inteligente. Os testes de QI para medir a inteligência de pessoas foram aceitos por longo tempo, mas hoje sabemos que eles medem conhecimentos cristalizados, dando ênfase ao método de uso do papel e do lápis, mas não avaliam a capacidade de assimilar e resolver problemas do cotidiano, profissionais ou mesmo, pessoais (RÊGO E ROCHA, 2009, p. 142).

Segundo Canettieri, Paranahyba e Santos (2021, p. 04) “foi somente no século passado, a partir de novas concepções sociológicas, filosóficas e psicológicas, que a afetividade e a cognição passaram a ser vistas como dimensões indissociáveis” essa quebra de paradigmas possibilitou o desenvolvimento de diversos estudos e teorias que favoreceram o conhecimento sobre o assunto. Em vista disso, após décadas de discussões e formulações o MEC define a BNCC, um documento previsto no art. 210 da Constituição Federal de 1988, que regulamenta e normatiza os conteúdos pedagógicos administrados nas unidades de ensino em âmbito nacional. O documento foi homologado em 20 de dezembro de 2017 trazendo mudanças significativas para o cenário educacional brasileiro, pois reorganizou o ensino nacional em dez competências gerais, dentre elas as habilidades socioemocionais, que começaram a ser implementadas nas salas de aula a partir do ano de 2020 (BNCC, 2018).

A inserção destas habilidades nas competências educacionais previstas pela BNCC está embasada em um projeto global de educação organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em concomitância com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, segundo Canettieri, Paranahyba e Santos (2021), visa estabelecer um parâmetro em todo território nacional do Brasil acerca das competências socioemocionais, se configurando como uma política pública com objetivo de viabilizar e promover estas habilidades no contexto educacional brasileiro. Os autores destacam que:

A visão de educação pautada no desenvolvimento de competências da BNCC está embasada nas dimensões conceituais trazidas pelo projeto de Educação para a Cidadania Global, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sendo também esse o enfoque das avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CANETTIERI, PARANAHYBA E SANTOS, 2021, p. 10).

Logo, as competências socioemocionais implementadas na BNCC se configuram em saberes pautados na ética e nos direitos humanos, onde o saber é compreendido para além de uma habilidade utilitária, visando a formação integral do indivíduo. Pois, para Rêgo e Rocha (2009), é a partir deste entendimento que surgiu o estudo sobre inteligência emocional que se refere à capacidade do sujeito de lidar com a emoção de modo inteligente, através de uma relação harmoniosa entre a razão e a emoção, construindo uma nova perspectiva educacional.

Sendo assim, para Goleman (1999, p. 448) “inteligência emocional refere-se à capacidade de identificar nossos próprios sentimentos e os dos outros, de motivar a nós mesmos e de gerenciar bem as emoções dentro de nós e em nossos relacionamentos”, ou seja, esta é uma habilidade que possui a capacidade de influenciar e modificar o ambiente em que o sujeito está inserido. Dessa forma, em contexto de sala de aula, o gerenciamento das emoções por parte dos alunos e professores podem favorecer o desempenho escolar e facilitar a troca de conhecimentos entre os indivíduos. Esse método de aprendizagem decorre de diversos fatores que não se limitam aos conteúdos e metodologias pedagógicas transmitidas em sala de aula, mas é diretamente afetado pelo estado emocional do indivíduo inserido neste meio. Os autores Batista, Pasqualini e Magalhães (2022) afirmam que as emoções interferem no processo de aprendizagem por possuírem relações e interconexões dos processos mentais e emocionais com os cognitivos.

As emoções afetam diretamente o funcionamento cognitivo do indivíduo, podendo agir como um inibidor ou um motivador das habilidades cognitivas. Haja vista que as emoções são compreendidas na atualidade como habilidades indissociáveis para vida em sociedade, sendo que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos pedagógicos ensinados em sala de aula, mas é afetado por diversos fatores que extrapolam as metodologias pedagógicas, sobretudo o fator emocional dos alunos (RÊGO e ROCHA, 2009).

A BNCC (2018) afirma que as habilidades socioemocionais estão presentes em todas as dez competências gerais de seu documento, porém as subdivide em cinco habilidades, sendo estas: a autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Entre as competências socioemocionais descritas pela BNCC encontram-se concomitâncias referentes à teoria de Goleman (1999), onde este descreve as seis competências emocionais e sociais básicas que consistem em autopercepção, autorregulação, motivação, autorregulamentação, empatia e habilidades sociais. Segue uma descrição de cada habilidade socioemocional descrita pela BNCC relacionando-as com os conceitos desenvolvidos por Goleman (1999).

### **Autoconsciência**

A competência de autoconsciência configura-se como uma capacidade de autoconhecimento, em que o indivíduo passa a conhecer as próprias limitações, seus pontos fortes e fracos, e pode avaliar as consequências das suas atitudes. Goleman (1999) caracteriza esta habilidade como autopercepção, e a descreve como a capacidade de avaliar internamente e de forma realista os sentimentos e emoções

que ocorrem no próprio sujeito, levando-o à tomada de decisões com base em seus valores. Esta habilidade aguça a percepção emocional, a autoavaliação e a autoconfiança, três competências emocionais que são de grande importância para o bom desempenho social do indivíduo, pois podem facilitar o seu entendimento sobre si mesmo e levá-lo a possuir relacionamentos pessoais mais saudáveis e longos.

### **Autogestão**

A autogestão é configurada como uma capacidade de autocontrole, manejo do estresse, em que o indivíduo passa a refletir antes de agir, além das capacidades de perseverança e autodisciplina. Rêgo e Rocha (2009) asseguram que desenvolver esta habilidade no indivíduo irá contribuir com o autocontrole das emoções, das frustrações, da raiva e sobretudo ajudará o aluno a lidar com situações de pressão e aflição. Goleman (1999) caracteriza esta habilidade como autorregulação, e a descreve como a capacidade de gerenciar e administrar reações impulsivas do organismo como sentimentos negativos ou desagradáveis e até mesmo provocar intencionalmente uma emoção. A autorregulação promove no indivíduo a aptidão de foco e concentração facilitando a realização de tarefas desafiadoras onde não há resultado imediato, em que o indivíduo passa a lidar bem com as próprias emoções.

### **Consciência social**

A consciência social está relacionada aos sentimentos de empatia, refere-se a pressentir o que o outro está sentindo ou acolher a perspectiva do outro sem julgamentos ou pré-conceitos, além da capacidade de respeitar a diversidade dos indivíduos. Serrano e Nascimento (2019, p. 08) descrevem a consciência social como “condição do bem-estar social”, “capacidade interior do indivíduo de distinguir entre o bem e o mal”, “responsabilidade social” e “práticas de boas ações”. Segundo a perspectiva de Goleman (1999), em sua teoria, a consciência social é compreendida como um dos tópicos que compõem a inteligência emocional: as habilidades sociais descritas no tópico a seguir.

### **Habilidades de relacionamento**

A habilidade de relacionamento envolve diversos aspectos necessários que englobam as demais habilidades já descritas neste estudo, como a empatia, o autocontrole e gerenciamento das próprias emoções, além da consciência e percepção do outro e de si. Segundo Goleman (1999), as habilidades sociais consistem em saber manejar bem as situações nos relacionamentos interpessoais e lidar emocionalmente bem com todas as redes de comunicação em que se está inserido, o que promove no indivíduo a capacidade de liderança, resolução de conflitos, trabalho em equipe e comunicação assertiva, pois a habilidade de relacionamento é a condição de saber ouvir e pedir ajuda, conforme ressaltam Rêgo e Rocha (2009, p. 142), “a educação emocional amplia os relacionamentos, cria possibilidades de afeto entre pessoas, torna possível o trabalho cooperativo e facilita o sentido de comunidade”.

### **Tomada de decisão responsável**

A tomada de decisões consiste na capacidade de avaliar as situações e as consequências dos próprios atos com base em valores sociais, padrões éticos e morais e fazer escolhas que possibilitem a realização pessoal, mas que não afetem negativamente o coletivo. Goleman (1999, p. 85) compreende esse aspecto como uma “sensação intuitiva do que é certo ou errado”. Rêgo e Rocha (2009) reiteram a necessidade do indivíduo saber agir por meio da coerência, assumindo seus próprios atos e se responsabilizando pela própria conduta, admitindo suas ações com ética e autenticidade.

Dessa forma, o ato de aprender configura-se como uma rede de interações entre processos cognitivos e afetividade, pois este processo decorre da elaboração de informações que são percebidas no processamento cerebral. Conforme Santos (2007), para que a aquisição de conhecimentos se efetive de forma consolidada, é necessário que haja a formação de novas memórias, pois este processo é permeado e modulado pelas emoções. Por conseguinte, Souza e Salgado (2015, p. 145) afirmam que “o aprendizado é um processo que conduz ao armazenamento de informação como consequência da prática, da experiência e ou da introspecção, produzindo uma alteração relativamente permanente no comportamento real ou potencial”. Logo, mesmo que o sujeito possua maturação cerebral regular e não apresente distúrbios neurológicos de aprendizagem, este pode desenvolver dificuldade de concentração ou um déficit na memória de trabalho, quando não estimulado afetivamente, podendo ter seu processo de aprendizagem afetado negativamente.

### **A escola sob o olhar da gestalt**

No Brasil, entende-se dificuldade de aprendizagem como fracasso escolar caracterizado por repetência e evasão escolar, mas nem sempre tais consequências estão associadas a questões cognitivas, e podem estar ligadas a problemas emocionais ou físicos, como visão e audição, ou ainda questões relacionadas à comunicação e relacionamento interpessoais. Valle (2004) traz estudos de autores que relacionam a dificuldade de aprendizagem com a própria percepção do indivíduo sobre sua capacidade de realizar tarefas escolares com sucesso. Parte daí a importância de pensar nas práticas pedagógicas e menos nos transtornos, de maneira a ampliar a capacidade de ensinar.

De acordo com Martinelli (2012), quando uma criança começa a frequentar a escola muitas questões vêm à tona, e elas podem contribuir ou prejudicar sua inserção naquele novo ambiente dependendo da maneira como são encaradas. Tais questões perpassam pelo contexto social, cultural e econômico dessa criança, além das crenças e costumes que ela traz consigo, e ao desconsiderar essa realidade a escola perde a chance de desenvolver essa criança plenamente, além de poder provocar um fracasso escolar na vida futura.

As práticas educacionais precisam tornar a educação mais inclusiva, contribuindo com melhores condições de participação de todos, pois “educação deve desenvolver e aperfeiçoar o ser humano” (GUENTHER, 2004, p. 28). Neste contexto, incluir significa assegurar o desenvolvimento das potencialidades de cada criança na escola, respeitando suas diferenças e possibilidades (VALLE, 2004). Por isso, pensar na

educação como espaço para incluir e desenvolver é fundamental para solucionar questões de aprendizagem no contexto escolar.

A escola precisa ser, inicialmente, um espaço de compartilhar experiências e expressar sentimentos e emoções, um espaço de fortalecimento da autonomia e da construção de opinião, por isso a orientação prevista pela lei para se trabalhar competências socioemocionais na escola é de fundamental importância para a construção do indivíduo e o desenvolvimento de potencialidades saudáveis emocionalmente. Quando a escola reproduz o espaço de autoridade, não privilegia a escuta e o diálogo entre os estudantes e não percebe esse indivíduo como um todo, acaba não contribuindo com o desenvolvimento de suas potencialidades, tornando-se um espaço onde o indivíduo não quer estar (CEZAR, 2018).

De acordo com Maia e Cunha (2017, p. 107), a corrente teórica da Gestalt defende que “a experiência e a percepção são mais importantes que as respostas específicas no processo de aprendizagem”, isso significa que o mesmo estímulo e as mesmas condições oferecidas no processo de aprendizagem nem sempre resultarão da mesma maneira, portanto cada criança irá perceber essa experiência de forma diferente, logo o saber é adquirido através da percepção que ela possui sobre aquilo que tem contato, sobretudo quando se leva em conta o que a ela já traz de bagagem. Olhando o contexto escolar sobre a ótica da Gestalt-terapia destaca-se o conceito de *awareness* (CEZAR, 2018), que consiste na conscientização total do sujeito sobre sua experiência presente, e a maneira como ele se percebe naquele contexto escolar e como interage com suas dificuldades e potencialidades pode marcar sua trajetória no espaço escolar. Outro conceito da Gestalt que pode ser trabalhado diz respeito à postura fenomenológica do indivíduo (ASSUNÇÃO, *et al.*, 2021) em que o ser humano é capaz de construir seu caminho com autonomia, explorando suas potencialidades sem necessariamente depender do sistema político, social e econômico no qual esteja inserido, e essa visão pode ser seguida por educadores e demais profissionais a escola. Ainda, segundo Assunção, *et al.* (2021, p. 65) “a criação de espaços de escuta pode ser uma das estratégias possíveis para a solução de conflitos cotidianos que favorecem o clima positivo e o alargamento do processo da educação.” Daí a importância de criar espaços dentro da escola que permitam ao indivíduo construir seu caminho com autonomia.

A educação baseada no afeto, cujo olhar esteja voltado para as questões que permeiam a individualidade de cada criança, é portanto, fundamental para evitar dificuldades de aprendizagem do decorrer da vida escolar de uma criança. Importante levar em consideração que para aprender o indivíduo precisa estar interessado em aprender, por isso a cognição e afeto são essenciais para o aprendizado de uma pessoa, conseqüentemente a afetividade positiva desperta interesse no indivíduo em aprender (MARTINELLI, 2012).

Sadalla e Azzi consideram a afetividade como “fenômenos psicológicos” (p. 344) expressos por meio das emoções. Wallon (1959, *apud* SADALLA, 2004) define emoção como sendo a expressão de afetividade, de modo duradouro e menos orgânica, sendo ela tão importante para o desenvolvimento humano quanto a inteligência. Exemplifica que “o afeto é a energia necessária para que o ‘motor’

cognitivo passe a operar” (SADALLA e AZZI, 2004, p. 349), portanto há uma relação intrínseca entre afeto e cognição, processos psicológicos e sociais/culturais no contexto ensino-aprendizagem.

### **Arte como expressão emocional ferramenta da arteterapia gestáltica**

No Brasil, uma das precursoras no trabalho terapêutico com artes é a psiquiatra Nise da Silveira. Para ela, as criações artísticas não somente trazem componentes elucidativos acerca do processo psicopatológico, mas também acarreta um valor terapêutico em si mesmas, materializando as emoções tumultuosas, despotencializando-as e fortalecendo energias de curas internas que se movimentam em direção à consciência, isto é, à realidade (REIS, 2014). A importância de somar esse potente recurso direcionado, que a expressão artística proporciona, para uma percepção atualizada, leva à transformação e ao crescimento. O estado alterado de consciência, no momento da execução da atividade artística, ajuda o sujeito a adentrar seu mundo interno, busca um canal mais intuitivo e mágico, as próprias imagens e os significados que o sujeito encontra o surpreende, o encanta e o transforma (CIORNAI, 2004).

A ferramenta da ideia artística como reconstrução de si mesmo perpassa diferentes práticas em arteterapia, pois, sem isso, existiria somente uma finalidade lúdica, e não terapêutica. Quando a Psicologia se apropria desse instrumento, a cura pela arte não pode ser avaliada de maneira independente da função criadora que qualquer atividade artística poderia ter. Independe da forma de atuação do psicólogo e de sua abordagem, o compromisso ético no sentido de colaborar para que os sujeitos se reconheçam como criadores, não só como atores sociais, contudo percebendo que são autores e que podem participar de maneira criativa na sociedade em que estão fazendo parte (REIS, 2014).

Conforme a psicóloga Urrutigaray (2023) descreve a arteterapia surge perpassando quesitos ligados além do desenvolvimento de habilidades para fins artísticos ou para a instrumentalização de diagnósticos e prognósticos. Essa é uma técnica que possibilita o indivíduo de todas as faixas etárias efetivar algo subjetivo, interno e latente em algo real, material e concreto. Ajuda o indivíduo no processo de entendimento de si e sobre o mundo, como relata a autora:

O trabalho com Arteterapia visa exatamente permitir a ação mental, ou a elaboração, com o intuito de extrair a emoção (afetividade, sentimento) que se encontra “oculta”, como ideia na imagem formada, a princípio, inexistente no sentido empírico. O assim chamado conteúdo ideal provido de coloração afetiva, como parte ainda inconsciente e presente na imagem criada, transmuta-se em realidade capaz de ser identificada, porque encontra um campo para ser materializado (URRUTIGARAY, 2023, p. 29).

Essa ferramenta pode ser utilizada a partir de diferentes referenciais teóricos da psicologia, a arteterapia converge em todos eles por um ponto em comum: a expressão da subjetividade com o uso de materiais artísticos (argila, tinta, massinha, colagem, lápis de cor e cera). Sua percepção central é que a linguagem artística reflete

- em muitos casos melhor do que a verbal - nossas experiências interiores, assegurando uma ampliação da consciência em relação aos fenômenos subjetivos (CIORNAI, 2004). Oaklander (2022) ressalta o terapeuta deve estar sempre atento ao que o indivíduo cria, mesmo através da verbalização de uma história, pois com certeza haverá conteúdo que reflete sua vida ou quem ela é, e exterioriza algum desejo, necessidade, carência ou sentimento que ela tem.

A luz da teoria da Gestalt-terapia, as funções de contato elucidadas por Polster e Polster (2001) falam dos ajustamentos não saudáveis ou pouco satisfatórios em sua criação e que aparecem na forma de comportamentos rígidos, padronizados e estereotipados, acarretando distorções e bloqueios no uso das funções de contato. Perls, Hefferine e Goodman descrevem o contato:

[...] fundamentalmente, um organismo vive em seu ambiente ao manter suas diferenças, e mais importante, ao assimilar o ambiente em suas diferenças; e é na fronteira que os perigos são rejeitados, os obstáculos são superados e as coisas assimiláveis são selecionadas e integradas. Agora, aquilo que é selecionado e assimilado é sempre novo; o organismo persiste ao assimilar o novo, ao mudar e crescer. Por exemplo, a comida, como Aristóteles costumava dizer, é o “diferente” que pode se tornar “igual”; e no processo da assimilação, o organismo por sua vez é transformado. Basicamente, o contato é a consciência “de” e o comportamento “para” com as novidades assimiláveis, e a rejeição das novidades não assimiláveis. O que é difuso, sempre igual, ou indiferente não é um objeto de contato (PERLS, HEFFERINE E GOODMAN, 1997, p.44, aspas do autor).

Os autores Polster e Polster (2001, p. 113) sintetizam que “o contato é o sangue vital do crescimento, o meio para mudar a si mesmo e a experiência que se tem do mundo”. É pelo instrumento das funções de contato que são organizados os sentimentos e eles passam a ter significado, quando se interrompe o curso saudável da satisfação da necessidade têm-se os mecanismos de evitação de contato ou ajustamentos evitativos, as formas mais comuns em crianças são: “introjeção, confluência, retroflexão, deflexão e projeção”, aponta Aguiar (2015, p. 87).

Ainda descortinando o conhecimento da Gestalt-terapia, temos o funcionamento não saudável da criança, segundo Aguiar (2015), acontece quando ela, repetidamente, apresenta o mesmo comportamento e não consegue vislumbrar outras possibilidades para as situações que se manifestam. A seguinte metáfora ilustra o looping que a criança se encontra:

[...] o funcionamento não saudável ocorre quando o ser humano, tendo uma mala de ferramentas para lidar com o mundo, utiliza somente uma, duas ou três, lidando com as situações sempre com os mesmos instrumentos. Se a ferramenta escolhida é uma chave de fenda, ao encontrar um parafuso, ela será adequada. No entanto, nem todas as situações demandarão o uso de uma chave de fenda: talvez sejam necessários um alicate, um martelo ou um serrote, e a chave de fenda deixará a desejar (AGUIAR, 2015, p.84).

Em outras palavras, para restaurar a saúde o ser humano deverá sempre ter a

possibilidade de viver a novidade que se apresenta a cada situação como algo original, e não como repetição de algo antigo ou mera sombra. Em seu livro Kiyon (2006), apresenta os conceitos centrais em Gestalt-terapia: figura e fundo, homeostase, *awareness*, contato e fuga, saúde e doença e ajustamento criativo. Na qual, o todo é diferente da soma de suas partes e se difere em figura e fundo. Ela informa que:

É possível afirmar que a figura é a necessidade que emerge a cada momento a fim de ser satisfeita; fundo é toda a gama infinita de possibilidades de outras vivências, necessidades e percepções que naquele instante cedem lugar para o surgimento e configuração de uma necessidade dominante (KIYON, 2006, p. 152).

Oaklander (2023) discute a integração da teoria e prática da Gestalt-terapia com uma variedade de técnicas expressivas. Uma das técnicas descrita pela autora é baseada numa contação de história, com as crianças de olhos fechados. A terapeuta os conduz numa viagem de fantasia, primeiro solicita que as crianças prestem atenção em seus corpos, na sua respiração, trazendo os para o momento presente; inicia-se então com uma história que é narrada em cada detalhe, perpassa pela natureza e finaliza dentro de uma sala ou ambiente. Ao abrir os olhos, as crianças são convidadas a manterem o silêncio e desenharem essa sala ou ambiente experienciado, imaginado na contação da história. A partir desse momento, a terapeuta exerce sua função de facilitar para a criança o contato consigo para expressar verbalmente seus sentimentos, suas emoções e suas percepções sobre a imagem materializada, dessa forma, permite-se que o indivíduo tome consciência de si mesmo (OAKLANDER, 2023).

Alicerçado nesses argumentos acima citados, percebe-se a importância e eficácia no uso dessa ferramenta de arteterapia para cuidado psíquico, para estabelecer o funcionamento saudável do ser humano, a mente necessita ser nutrida e cuidada. E a arte e a criatividade recuperam a saúde, quando somos dominados pelo ato da criação e a mente entra no vazio (AGUIAR, 2015). Entrar no vazio, quer dizer que estamos abertos a novas soluções, segundo Perls, é sair do vazio estéril para o vazio fértil, criativo, é estar aberto a novas possibilidades, concebendo caminhos singulares, novas experiências na vida (PERLS, HEFFERINE E GOODMAN, 1997).

O uso desse tipo de ferramenta ainda na infância pode permitir desenvolver vários recursos internos para o indivíduo no intuito de evitar que o adoecimento venha acontecer em sua fase adulta, ou seja, o sofrimento psíquico no adulto poderá ser mitigado de patologias geradas em sua infância. Uma vez que a criança que entra em contato com a arte começa a perceber como elaborar e compreender os sentimentos contidos em sua essência, além de somar ao desenvolvimento cognitivo, neurológico, afetivo e emocional, podendo aprimorar algumas funções, como memória, pensamento, execução, percepção, exploração, além de integração social do sujeito, concebendo assim, seres humanos com equilíbrio em sua saúde mental para compor uma sociedade mais fraterna, altruísta e compassiva, transformando-se num ser humano biopsicossocial saudável (PEREIRA e ANDRIOLA, 2019).

### **Análise da Literatura**

A atividade de arteterapia proposta foi realizada no dia o horário previsto com a equipe do instituto, e estavam presentes no dia da intervenção quatro adolescentes e uma colaboradora do instituto, além das alunas que aplicaram a atividade. O contato com o instituto para autorização da aplicação da técnica foi realizado por uma estagiária de psicologia dessa turma de adolescente.

Inicialmente colocou-se uma música para incentivar o movimento, os participantes adolescentes ficaram tímidos nessa atividade, por isso é fundamental que o grupo tenha um vínculo anterior para que se envolvam no processo. O fato dos adolescentes terem grande influência uns sobre os outros, conforme descreve Lewin (1978) que um grupo é um todo mutável, ou seja, uma mudança realizada em uma das suas partes provoca mudança em todas as outras, por isso é essencial que o grupo já tenha um vínculo anterior. Zimerman e Osório (1997) elucidam que na adolescência os grupos são comuns, isto é, o *habitat* natural nesta fase, gerando sentimento de conforto, pertencimento e de que juntos poderão superar questões difíceis. Com isso, priorizam e confiam mais em seus pares e, dessa forma:

A tendência a se agruparem também se deve ao fato de que: sentem-se menos expostos às críticas diretas; discriminam-se dos adultos; confiam mais nos valores de seus pares; diluem os sentimentos de vergonha, medo, culpa e inferioridade quando convivem com outros iguais a eles; reasseguram a auto-estima através da imagem que o outros remetem (ZIMERMAN E OSÓRIO, 1997, p. 45).

Essa influência do grupo foi percebida quando a colaboradora do instituto realizou o movimento corporal sendo seguida pelos adolescentes. Em seguida, o grupo deitou-se para o relaxamento, realizando algumas respirações profundas e guiadas, prontamente participaram da viagem fantasia. Notou-se apenas que dois participantes demoraram um pouco para relaxar e se entregar a viagem de fantasia que percorreu as cores do arco-íris. Nesse instante, não se fez intervenção com esses adolescentes, apenas observou-se e permitiu-se aguardar o tempo individual para entrar em estado de relaxamento por livre espontaneidade.

Para a finalização da estória, eles foram conduzidos a despertar seus corpos lentamente, ir se sentando, depois levantando-se e direcionando-se até a mesa repleta de materiais artísticos de colagem, giz de cera, com uma variada gama de cores. Orientou-se que cada um escolhesse um pedaço de cartolina para a execução da sua obra prima. O comando foi escolher um pedaço de cartolina e enfeitá-lo, com o que a mente trouxesse referente à viagem de fantasia, sem direcionar nada ou ilustrar o que poderiam executar. No momento de montar a arte nos recortes, cada um elaborou um desenho concreto nas figuras recortadas, procuraram uma forma ou um objeto para representar sua arte, não ficando apenas no plano abstrato. Eles utilizaram materiais diversos, com texturas diferentes para decorar a figura, tornando o desenho colorido e não monocromático.

Ao observar os resultados da arte desenvolvida pelos alunos cabe destacar o exemplo

de técnica relatado por Oaklander (2023), que traz o caso de uma menina de 13 anos, após finalizar o desenho, a terapeuta solicita que ela descreva o desenho e faz perguntas sobre as imagens materializadas. A criança acaba por relatar uma solidão: “Eu me sinto sozinha, totalmente só” (p. 18). Nesse momento, a terapeuta exerce sua função de fornecer a criança “um canal para que se torne mais cônica da sua postura de vida, para que possa ser dona de sua vida” (p.18), permitindo que a criança desse voz aos sentimentos de isolamento e solidão retratados no papel através de sua verbalização.

Na intervenção proposta os alunos trouxeram a figura de um Pato que fazia fronteira com um Emoji - imagem utilizada para representar atividades ou emoções na comunicação virtual -, o animal precisava se comunicar, se sentia perdido e sem saber para onde ir, enquanto o emoji, seu vizinho era o comunicador e acolhedor, que ajudaria o pato naquela situação. Essas falas emergiram dos alunos durante a atividade da escrita em respostas às perguntas propostas e o papel do terapeuta foi conduzir a verbalização, deixando que os sentimentos viessem à tona e indicando o acolhimento que aconteceria entre os personagens.

Segundo Oaklander (2023), a indagação verbal possibilita a criança refletir, entrar em contato consigo, com suas emoções e respondendo verbalmente sobre a sua produção artística, o terapeuta poderá perceber se a criança compreendeu o que essa imagem trouxe como símbolo subjetivo para sua percepção individual proporcionado seu autoconhecimento.

Levando em consideração que o instituto já utiliza em seu cotidiano a expressão com arte e em suas várias possibilidades, observou-se que eles não tiveram ressalvas ou dificuldade ao iniciar o comando solicitado. Observar os resultados foi bastante significativo. Foram elaboradas propostas completamente diferentes entre si, com a mesma vivência, o mesmo comando de execução e disponibilidade de materiais, a percepção da subjetividade que cada indivíduo carrega, o modo como elas se expressão e interpretam ficou evidente na produção artística.

A arteterapia não se limita aos métodos utilizados em abordagens tradicionais, em que sua forma de expressão é prioritariamente verbal e para que o sujeito expresse seu estado psíquico e emocional ele tenha que perpassar os parâmetros da racionalização, cujos métodos são cristalizados e estruturados de forma delimitada em padrões, “assim, os símbolos expressos na arte não são vistos como simples projeção de conteúdos inconscientes, mas como mecanismos à sua transformação qualitativa, contribuindo para o equilíbrio psíquico” (REIS, 2014, p. 152), logo, a arte criada pelo indivíduo não é validada pela aparência estética, mas pelo potencial expressivo que produz de experiências interiores e da transformação emocional de forma a promover o equilíbrio psíquico.

Dessa forma, o psicológico ao se deparar com as diversas manifestações trazidas pelos indivíduos durante a intervenção, representadas por inúmeras reações emocionais e comportamentais, deve ter a clareza de que a finalidade da abordagem é trazer ao sujeito a possibilidade de expressar, criar e se reinventar em seu ser interior, devendo ter como foco a individuação destes e auxilia-los de forma a incentivar a criatividade fluida, não impondo suas concepções ou interpretações de

modo que interfira no processo de introspecção dos mesmos. Reis esclarece que:

Nessa abordagem, a interpretação da expressão artística acontece sempre na relação transferencial, na qual o sujeito é incentivado pelo terapeuta a descobrir por si mesmo o significado de suas produções, estimulando-se o uso da livre associação, a fim de que ele expresse em palavras os sentimentos e os pensamentos projetados nas imagens pictóricas (REIS, 2014, p. 151).

As criações do grupo foram o pato, o emoji, o arco-íris, o pássaro, o sonho, a natureza e a cabeça, conforme fotografia 01. Havia 8 partes para serem decoradas e 8 participantes, incluindo as três estudantes, decidiu-se não decorar uma parte para exemplificar o vazio, a falta que um indivíduo faz no todo e ou as futuras possibilidades que poderão ser criadas (vazio fértil). Os termos relacionados aos desenhos foram comunicação, aceitação, imaginação, pertencimento, entre outras, e cada representação trouxe histórias e sentimentos que poderiam ser amplamente explorados pela intervenção.

Fotografia 01 – Resultado do quebra-cabeça



Fonte: produzido pelas autoras

Ao revelar que todas as artes formavam um quebra-cabeça, notou-se uma admiração e curiosidade somadas a uma ajuda mútua entre eles para união das partes. A autora Urrutigaray (2023) confirma esse sentimento de união e ajuda mútua nos trabalhos executados em grupo, que essa tarefa coletiva consegue desenvolver “sentimentos de companheirismo, intimidade, satisfação, identificação, semelhança, atração, compreensão, orientação, esclarecimento, apoio, proteção e ajuda” (p. 87), e que:

O sentimento e a vivência de apoio facilitados no grupo assumem uma dimensão simbólica de solidariedade e cooperação por meio da relação com o outro. O sujeito tem a possibilidade de experimentar novos papéis pelo confronto com diferentes tipos de atitudes originadas diante de uma mesma

situação explicitada como tarefa (URRUTIGARAY, 2023, p. 86).

Entre as considerações em relação ao tipo de intervenção proposta destaca-se a necessidade de conhecer o grupo previamente, criar vínculos afetivos e propor essa atividade de arteterapia após essa interação do grupo e do profissional que irá comandar, para que haja engajamento entre eles, liberdade de se expressar, envolvimento em cada etapa e principalmente evite constrangimentos diante de pessoas pouco conhecidas. Uma das integrantes do grupo já realiza trabalhos há cerca de seis meses no Instituto por intermédio da faculdade, o que contribuiu muito com a criação de vínculo e aceitação dos participantes na adesão à atividade.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho proporcionou o entendimento e uma vivência na aplicação da ferramenta de arteterapia e pode ser observado, as facilidades e dificuldades na execução dessa ferramenta psíquica sob o olhar do psicólogo. Ficou claro que a ferramenta de arteterapia é de grande valia para promoção de autoconhecimento do indivíduo. Através dela os alunos puderam expor suas fragilidades e angústias naquele momento, puderam abrir um ambiente para diálogo e trazer para o grupo questões que muitas vezes são comuns a vários deles. Eles participaram, interagiram e imaginaram como a atividade propunha, através da arte puderam contar seus sentimentos, buscar o autoconhecimento e olhar o outro com empatia, uma vez que todos estavam no mesmo contexto. Foi significativo perceber o papel fundamental da arte como ferramenta significativa de promoção do autoconhecimento e autogestão, além de ser uma porta de entrada para a atuação do psicólogo nas escolas como fonte de fortalecimento socioemocional, proteção da saúde mental e gestão das competências socioemocionais.

Percebeu-se a importância do psicólogo ter um preparo prévio para aplicação desta técnica, estudando qual será o público, qual técnica aplicar, quais materiais usar, considerar o tempo disponível para execução e a abordagem que será utilizada como lente. Dessa maneira, o profissional de psicologia ao se deparar com as imprevisíveis reações advindas do processo arteterapêutico deverá ter como princípio norteador o objetivo de levar o indivíduo à sua autorrealização, através de um diálogo permeado por técnicas relacionais, e, para que alcance êxito em seu objetivo é de suma importância que o psicólogo possua compromisso ético com sua técnica.

Essa técnica de autoconhecimento é uma das ferramentas que poderá contribuir com a educação escolar para implementação da BNCC sobre as competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental nas escolas. Através da arte, de forma mais lúdica e inconsciente, os alunos não são validados pela aparência estética, mas sim, pelo potencial expressivo que produz de experiências interiores e da transformação emocional de forma a promover o equilíbrio psíquico. O resultado da experiência demonstra como a atividade pode contribuir com a construção de espaços de diálogo e o consequente fortalecimento das competências socioemocionais e do autoconhecimento do indivíduo. Para isso é preciso mais experimentos dentro da sala

de aula para contribuir no conhecimento desse assunto e facilitar a implementação da BNCC nas escolas.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal** – um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2015.

ASSOCIAÇÃO DE ARTETERAPIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AATESP. **Estatuto Social**. São Paulo: 13 de março de 2018. Disponível em: [https://www.aatesp.com.br/resources/files/downloads/estatuto\\_aatesp\\_2018.pdf](https://www.aatesp.com.br/resources/files/downloads/estatuto_aatesp_2018.pdf). Acesso em: 10 de outubro de 2023.

ASSUNÇÃO, C. N.; HOFFMANN, F. M.; BERNARDO, W. S. L.; NUNES, A. L.; A escola sobre o olhar da Gestaltpedagogia. **Revista Esfera Acadêmica Humanas**, Vitória, vol. 6, n. 2, p. 61-81, 2021. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/02/revista-esfera-humanas-v06-n02-artigo04.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

BATISTA, J. B; PASQUALINI, J. C; MAGALHÃES, G. M. Estudo sobre Emoções e Sentimentos na Educação Infantil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e116927, p. 1-25, jan. 2022. DOI 10.1590/2175-6236116927vs01. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432022000100305&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432022000100305&script=sci_abstract). Acesso em: 13 março de 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. 600 p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. 600 p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

BRASILEIRA, Faculdade. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos e científicos da MULTIVIX/Faculdade Brasileira**. 3 ed. Vitória, ES: MULTIVIX, 2023.

\_\_\_\_\_; **Manual de trabalho de conclusão de curso**. Vitória, ES: MULTIVIX, 2023.

\_\_\_\_\_; **Orientações para a disciplina metodologia científica aplicada: Alunos**. Vitória, ES: MULTIVIX, 2023.

CANETTIERI, M. K; PARANAHYBA, J, C, B; SANTOS, S. B. Habilidades socioemocionais: da BNCC às salas de aula. **Educação e Formação**, Ceará, v. 6, n. 2, e4406, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i2.4406>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/index>. Acesso em: 13 setembro de 2023.

CEZAR, A. T. **Gestaltpedagogia: um caminho trilhado na intersubjetividade**. Debates em Educação. Vol. 10, No. 20, Jan./Abr., 2018.

CIORNAI, S. (Org). **Percursos em arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.

GUENTHER, C. Zenita. **Educação inclusiva**: celebrando a diversidade cultivando a diferença. In Valle, Luiza Elena L. Ribeiro. Temas multidisciplinares de neuropsicologia e aprendizagem. Editora Científica, São Paulo, 2004.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

KIYAN, Ana Maria Mezzarana. **E a Gestalt emerge**: vida e obra de Frederick Perls. 2 ed. São Paulo: 2006.

MAIA, Adriana M.; CUNHA, Francisco R. B. Psicologia da Educação: Essência da Educação Emancipatória. Id on Line **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Fevereiro de 2017, vol.11, n.34, p.104-112. ISSN: 1981-1179. Disponível em <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/679>. Acesso em: 20 de maio 2023.

MARTINELLI, Selma de Cassia. Os aspectos afetivos das dificuldades de aprendizagem in: Sisto, Fermino Fernandes. **Dificuldade de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 8 ed. Petrópolis, RJ: vozes 2012.

MELO, A. S. E. de.; FILHO, O. N. M.; CHAVES, H. V. Conceitos básicos em intervenção grupal. **Encontro Revista de Psicologia**, v 17/26, 2014. Disponível em <https://psibr.com.br/leituras/psicologia-clinica/conceitos-basicos-em-intervencao-grupal>. Acesso em: 01 jul. de 2023.

MUNIZ, M.; FERNANDES, D. Autoconceito e ansiedade escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 20, n. 3, p.427-436. Set/Dez. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/6XmcRh7Zy5FNXwvmVWRhbFm/?format=pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

OAKLANDER, V. **Descobrimos crianças**: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. 18 ed. São Paulo: Summus, 2023.

OAKLANDER, V. **O tesouro escondido**: a vida interior de crianças e adolescentes. 1 ed. São Paulo: Summus, 2022.

OLIVEIRA, L. M. de; PRESTRELO, E. T.; Mediando vidas na escola: reflexões acerca da inclusão escolar numa perspectiva gestáltica. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 10, n. 2, p. 165-183, ago. 2018.

PEREIRA, C. B. L.; ANDRIOLA, C. J. S. **A arteterapia como ferramenta de cuidado para o sofrimento psíquico da infância contemporânea**. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. Juazeiro do Norte, 2019. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1215.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2023.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**: Frederick Perls, Ralph Hefferline e Paul Goodman. 3 ed. São Paulo: Summus, 1997.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

RÊGO, C. C. A. B; ROCHA, N. M. F. Avaliando a educação emocional: subsídios para um repensar da sala de aula. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 135-152, jan./mar. 2009.

REIS, A. C. dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. **A Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 142-157, 2014. Disponível em

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100011>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

RHYNE, J. **Arte e Gestalt: padrões que convergem**. São Paulo: Summus, 1996.

SADALLA, Ana Maria Falcão de e AZZI, Roberta Gurgel. Contribuições da afetividade para a educação. In Valle, Luiza Elena L. Ribeiro. **Temas multidisciplinares de neuropsicologia e aprendizagem**. Editora científica, São Paulo, 2004.

SANTOS, F. M. T. As emoções nas interações e a aprendizagem significativa. **Ensaio**, Belo Horizonte, v. 09, n. 02, p. 173-187, jul./dez. 2007.

SERRANO, P. J; NASCIMENTO, G. A. F. A educação em valores como condição essencial para o desenvolvimento da consciência social: jurídica e moral. **Revista Jurídica Cesumar**, Paraná, v. 19, n. 3, p. 777-798, setembro/dezembro 2019, DOI: 10.17765/2176-9184.2019v19n3p777-798. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/7825/6335>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

SOUZA, A. B; SALGADO, T. D. M. Memória, aprendizagem, emoções e inteligência. **Liberato**, Novo Hamburgo, v. 16, n. 26, p. 141-151, jul./dez. 2015.

URRUTIGARAY, M.C. **Arteterapia: a transformação pessoal pelas imagens**. 6 ed. Editora: WAK, 2023.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro. Auto-estima - uma necessidade especial na aprendizagem. In: Valle, Luiza Elena L (Org.). Ribeiro. **Temas multidisciplinares de neuropsicologia e aprendizagem**. Editora Científica, São Paulo, 2004.

ZIMERMAN, D. L.; OSÓRIO, L. C.; e colaboradores. **Como trabalhamos com grupos**. Brasil: Jones & Bartlett, 2004.

# A RECORRÊNCIA DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS EM MULHERES: A TERAPIA DO ESQUEMA COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Edileuza Santos Camilo<sup>1</sup>, Elenilce Barbosa da Silva<sup>1</sup>, Marcia Freitas Rapchan<sup>1</sup>, Lilian Gazzoli Zanotelli<sup>2</sup>, Mauricio Vaillant Amarante<sup>3</sup>, Naeme José de Sá Filho<sup>3</sup>, Felipe Fernandes Moça Matos<sup>3</sup>, Camila Saltini Müller<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup>Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

## RESUMO

O relacionamento abusivo é marcado por vários elementos que o sustentam, exercendo uma influência direta nas vítimas e em seus relacionamentos pessoais. Nesse contexto, este estudo aborda as motivações que levam mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos e os fatores que influenciam a recorrência desses relacionamentos, assim como analisar os efeitos relevantes que a violência tem na saúde mental das mulheres. Este estudo se propôs, como objetivo, pesquisar os fatores que influenciam a recorrência dos relacionamentos abusivos na vida das mulheres pela perspectiva da Terapia do Esquema, propondo intervenções psicoterapêuticas. Foram analisadas as seguintes categorias: características do relacionamento abusivo e as principais consequências psicoemocionais sofridas pelas vítimas; conceituação da Teoria do Esquema, compreendendo o que são esquemas, como eles se instituem desde a infância e se perpetuam na vida adulta; e dinâmica de repetição de padrões na escolha de relacionamentos amorosos que podem trazer sofrimentos e apresentar como proposta de intervenção psicoterapêutica focada nos esquemas, a Terapia do Esquema. Como resultado a Terapia do Esquema possibilita uma compreensão acerca de fatores e funcionamento da recorrência de relacionamentos abusivos, o prejuízo psicológico para as vítimas, e da necessidade de intervenções terapêuticas direcionadas à quebra de padrões disfuncionais, visando promover relacionamentos saudáveis na vida de mulheres que enfrentam relacionamentos abusivos.

**Palavras-chave:** Relacionamento abusivo, Terapia do esquema, Violência contra mulheres.

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres tem sido objeto de pesquisas acadêmicas ao longo dos últimos anos e, neste contexto, a temática dos relacionamentos abusivos têm recebido atenção crescente (CURIA et al., 2020). Conforme o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2021, uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência física ou sexual ao longo da vida. Alarmantemente, essa violência começa cedo para as mulheres: uma em cada quatro adolescentes e jovens, entre 15 anos e 24 anos, que estiveram em um relacionamento, já enfrentou violência por parte do seu parceiro de acordo com a OMS. No Brasil, cerca de 16 milhões de brasileiras com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência ao longo dos anos de 2017 até 2019, e seus agressores eram pessoas do seu convívio (FBSP e DATAFOLHA, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) de 1993, define violência contra a mulher como qualquer violência baseada no gênero, capaz de causar danos físicos, sexuais e ou psicológicos. Isso inclui ameaças, a coerção e privação de liberdade tanto em ambientes público ou privado. Este fenômeno pode ser considerado uma questão de

saúde pública, pois alcança mulheres em diferentes classes sociais, regiões, estado civil, origens, escolaridades, orientações sexuais e idades e raça. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) representou um marco legislativo no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, categorizando diferentes tipos de violência e implementando redes de assistência e proteção de mulheres em situação de risco (LISBOA; ZUCCO, 2022).

Desta forma, em relacionamentos disfuncionais, o abuso emocional e a manipulação mental são características proeminentes, que aprisionam muitas mulheres em situações prejudiciais para sua saúde física e mental (DINIZ, 2017). Este estudo se propôs, como objetivo, pesquisar os fatores que influenciam a recorrência dos relacionamentos abusivos na vida das mulheres pela perspectiva da Terapia do Esquema, propondo intervenções psicoterapêuticas. Para Barreto, (2019), a persistência em relacionamentos disfuncionais pode resultar em sentimentos de baixa autoestima, depressão, ansiedade, estresse e insatisfação global com a vida amorosa. Ainda segundo o autor, entender as raízes desses padrões foi fundamental para promover o bem-estar psicológico das mulheres através de intervenção psicoterapêutica e auxiliá-las na superação de relacionamentos abusivos.

A partir dessas considerações, a Terapia dos Esquemas, desenvolvida por Jeffrey Young, foi adotada como principal referencial teórico. Isso se deve ao seu enfoque na compreensão e identificação dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) na experiência emocional e afetiva dos adultos. A Teoria do Esquema, desenvolvida por Jeffrey Young em 1994, postulou que as experiências com cuidadores primários e o ambiente social da infância moldaram a percepção da criança sobre si mesma e sobre os outros, influenciando suas relações amorosas na vida adulta. Segundo o autor, os Esquemas Iniciais Desadaptativos, são padrões mentais e emocionais oriundos da infância, originados de experiências primárias que exerce influência sobre a personalidade e a maneira como o indivíduo interage nas relações e explica a recorrência de relacionamentos abusivos na vida de mulheres (YOUNG et al., 2008). Dessa forma, na visão de Paim e Cardoso (2022), ao tratar do âmbito terapêutico da Teoria do Esquema, as dinâmicas abusivas nas relações infantis são internalizadas pela criança, sendo vistas como padrões normais que ela reproduz em seus futuros relacionamentos, seja como agressor ou vítima. Para (YOUNG, et Al., 2008), a ativação desses esquemas pode influenciar as escolhas afetivas e a permanência em relacionamentos abusivos, tornando possível compreender a dinâmica desses relacionamentos a partir da química esquemática presente nas relações amorosas.

O presente estudo desenvolveu uma revisão da literatura do tipo narrativa para fornecer explicações qualitativas sobre fatores que têm influência na recorrência de relacionamentos abusivos na vida de mulheres sobre a ótica da terapia do esquema. A pesquisa qualitativa, desenvolvida no âmbito desse trabalho, permitiu uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres e das dinâmicas subjacentes aos relacionamentos abusivos (BAUER; GASKELL, 2019). Trouxe também uma contribuição significativa para a compreensão das raízes dos relacionamentos abusivos, lançando luz sobre como os esquemas cognitivos moldados na infância puderam influenciar as escolhas afetivas na vida adulta, e

compreender o porquê que algumas mulheres acabam entrando de forma recorrente em relacionamentos disfuncionais como argumentado por Jeffrey Young em sua Teoria do Esquema.

Diante do exposto, espera-se que os resultados desta pesquisa possam mostrar as causas dessa recorrência em relacionamentos abusivos, as implicações dessa dinâmica nos relacionamentos e na saúde emocional das mulheres, e apresentar intervenções terapêuticas mais eficazes, visando a quebra dos padrões disfuncionais exposto pela Teoria do Esquema e a promoção de relacionamentos mais saudáveis e gratificantes.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Nesta pesquisa, foi adotado uma abordagem metodológica baseada em uma revisão de literatura do tipo narrativa, aliada a uma abordagem qualitativa, visando a compreensão e interpretação de fenômenos complexos relacionados à recorrência de relacionamentos abusivos na vida das mulheres, pela perspectiva da Terapia do Esquema (BAUER; GASKELL, 2019). Esta metodologia privilegia a subjetividade e os significados atribuídos pelas participantes, indo além de dados estatísticos para explorar as experiências pessoais e as perspectivas das mulheres envolvidas em relacionamentos abusivos.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, o que significa que sua ênfase recai sobre a compreensão dos fenômenos sob uma perspectiva subjetiva. A análise busca ir além dos números e estatísticas, concentrando-se nos aspectos subjetivos da vida das mulheres que enfrentaram relacionamentos abusivos, bem como nas particularidades da Terapia do Esquema e suas implicações (BAUER; GASKELL, 2019). Além disso, este estudo é caracterizado como pesquisa explicativa, e essa natureza metodológica visa a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos relacionamentos abusivos e fornece explicações sobre por que esses fenômenos acontecem (GIL, 2008).

Para conduzir esta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica que abrangeu fontes de informação já existentes, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações. Essa revisão bibliográfica serviu como uma base sólida para embasar e fundamentar a pesquisa, contribuindo para a compreensão completa do tema. A pesquisa bibliográfica envolveu uma extensa busca de publicações nas respectivas bases de dados acadêmicos: SciELO, na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-PSI), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Essas buscas abrangeram o período de 2019 a 2023, em português e inglês, com foco especial nos últimos 15 anos para abranger pesquisas mais recentes e relevantes. O critério de inclusão abrangeu publicações que tratavam especificamente da Terapia do Esquema em mulheres que estiveram em relacionamentos abusivos, detalhando os resultados da aplicação dessa abordagem terapêutica. A metodologia, baseada em revisão de literatura e abordagem qualitativa, contribui para uma compreensão mais profunda do fenômeno e serve de apoio para futuras intervenções e promoção de relacionamentos mais

saudáveis.

## **DESENVOLVIMENTO**

Neste referencial teórico são apresentadas as características dos relacionamentos abusivos e as principais consequências psicoemocionais sofridas pelas vítimas. Também conceitua a Teoria do Esquema e apresenta a Terapia do Esquema como intervenção terapêutica para a mudança comportamental na dinâmica de repetição de padrões na escolha de relacionamentos amorosos abusivos.

### **Características do relacionamento abusivo e as principais consequências psicoemocionais sofridas pelas vítimas**

Os relacionamentos abusivos são caracterizados por uma dinâmica desequilibrada de poder, na qual um parceiro exerce controle sobre o outro através de táticas manipuladoras e comportamento violento (BARRETO, 2019). A violência pode se manifestar de diversas formas, incluindo abuso físico, emocional, sexual, financeiro e psicológico.

A dinâmica de poder nesses relacionamentos é mantida por meio de ameaças, humilhação, controle e manipulação (SILVA; SILVA, 2020). Além disso, a violência psicológica é uma das características proeminentes desses relacionamentos, frequentemente acompanhada por ambiguidade afetiva, na qual o agressor intercala atos de afeto com palavras e atos agressivos (CURIA et al., 2020)

Em 2019, o Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra Violência realizou uma pesquisa de opinião pública sobre a percepção da violência contra mulheres, na qual as participantes da pesquisa eram mulheres. Os dados indicam que 60% entrevistadas conhecem mulheres que já foram vítimas de violência doméstica e familiar. Dentre essas vítimas, 89% são conhecidas pessoalmente pelas entrevistadas, e o tipo de violência sofrida sua maioria física (82%) e psicológica (39%). Além disso, das entrevistadas, 27% foram vítimas de violência, sendo em 41% dos casos o agressor foi o atual companheiro e 37% dos casos, os agressores foram ex-parceiros. (BRASIL, 2019).

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, representa um avanço significativo na proteção das vítimas de violência doméstica e é reconhecida internacionalmente por seu progressismo. Os tipos de violência contra a mulher reconhecida pela Lei Maria da Penha são: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Considera-se que, perante quaisquer tipos de violência, há repercussões negativas no desenvolvimento humano, que podem afetar os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e afetivos ao longo da vida. Essa legislação visa assegurar maior proteção às mulheres, punindo penalmente os agressores e fornecendo medidas protetivas (LISBOA; ZUCCO, 2022).

As vítimas de relacionamentos abusivos frequentemente sofrem consequências psicoemocionais profundas sendo o abuso associado a altas taxas de depressão e ansiedade, juntamente com sentimentos de desesperança, tristeza profunda, perda de interesse em atividades cotidianas, ataques de pânico e preocupação constante

(BARRETO, 2019). Além disso, muitas vítimas relatam sintomas físicos, como dificuldades para respirar e dormir, resultando em um processo de somatização (GOMES; ASSUNÇÃO, 2021).

Os relacionamentos abusivos podem transformar a vítima em um dependente emocional, alimentado pelo medo de ficar sozinho e pelo receio do abandono. Tanto homens quanto mulheres podem desenvolver essa dependência, levando a comportamentos violentos em casos de ameaça à relação conforme registra Silva e Silva (2020), entretanto segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) a maioria das vítimas de violência doméstica, principalmente em que o agressor é companheiro, ex-companheiro ou parente da vítima, são mulheres (IBGE, 2019).

A exposição prolongada ao abuso, seja de intensidade menor ou severa, pode resultar em transtornos mentais comuns, estresse pós-traumático, baixa autoestima, depressão, ansiedade, isolamento social e perda de suporte (GOMES; ASSUNÇÃO, 2021).

É fundamental compreender as características dos relacionamentos abusivos e suas consequências psicoemocionais, uma vez que essas relações afetam negativamente a vida das vítimas e têm um impacto significativo em sua saúde mental e emocional (BARRETO, 2019). Nesse contexto, é possível abordar não apenas a prevenção dos efeitos imediatos dos maus-tratos, mas também a atenção às consequências de longo prazo, como dificuldades persistentes nas relações interpessoais ao longo do desenvolvimento (BALDISSERA et al., 2021)

A identificação precoce e a intervenção adequada são essenciais para a recuperação psicoemocional das vítimas e para o estabelecimento de relacionamentos mais saudáveis conforme Gomes e Assunção (2021). Segundo o autor Profissionais da saúde, como psicólogos e assistentes sociais, desempenham um papel fundamental na identificação e apoio às vítimas de relacionamentos abusivos podendo oferecer suporte emocional, auxiliar na reconstrução da autoestima e fornecer estratégias para lidar com o trauma. A intervenção precoce e o acesso a serviços especializados são cruciais para auxiliar as mulheres a reestruturarem suas vidas de maneira segura e saudável (GOMES; ASSUNÇÃO, 2021).

Em resumo, a análise das características dos relacionamentos abusivos e de suas consequências psicoemocionais é essencial para a compreensão desse fenômeno, a promoção de relacionamentos saudáveis e o apoio às vítimas. O conhecimento sobre esses aspectos contribui para a prevenção e intervenção eficazes nesse contexto complexo e delicado (SILVA; SILVA, 2020).

### **Conceituação da Terapia do Esquema**

A Teoria do Esquema é uma abordagem psicológica desenvolvida por Jeffrey Young, que apresenta como as experiências vivenciadas na infância moldam a forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Neste referencial teórico, exploraremos a conceituação da Teoria do Esquema, compreendendo o significado dos esquemas, como eles se instituem desde a infância e se perpetuam na vida adulta. Sendo assim, a Teoria do Esquema (TE) desenvolvida pelo psicólogo clínico

Jeffrey Young em 1999, surgiu como uma forma inovadora e integrativa, essa abordagem traz perspectiva ampla acerca das Terapias Cognitivo- Comportamental (PAIM; CARDOSO, 2022).

Dessa forma, trata-se de uma teoria psicológica que descreve esquemas emocionais negativos e enfoque disfuncionais profundamente enraizados que se formam na infância e moldam o comportamento e a experiência emocional de uma pessoa ao longo da vida. Essa abordagem psicológica posteriormente ampliada por outros teóricos, mostra a importância do núcleo familiar, sendo a interação primária de um indivíduo, no desenvolvimento da sua personalidade, essa influência dita as escolhas da vida adulta dessa pessoa, busca compreender como as experiências vivenciadas na infância moldam a forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor (YOUNG et al., 2008).

Em sua obra, Jeffrey Young (2008), mostra a importância do núcleo familiar, sendo a interação primária de um indivíduo, no desenvolvimento da sua personalidade, essa influência dita as escolhas da vida adulta dessa pessoa, o teórico explica que o funcionamento ou o modo com que as relações primárias do indivíduo são vivenciadas irão afetar a formação da sua personalidade. O autor desenvolveu a Terapia do Esquema por entenderem que essa abordagem proporciona um novo sistema psicoterapêutico que amplia a Terapia Cognitivo-Comportamental, de forma a integrar técnicas de várias outras escolas, como a Psicanálise e a Gestalt.

Nesse sentido, se uma pessoa vivenciar experiências nocivas durante sua infância, isso pode levar a formação de Esquemas Iniciais Desadaptativos. De acordo com Jeffrey Young (2008), cada pessoa possui necessidades emocionais que devem ser supridas durante a infância, o não atendimento dessas necessidades produz os Esquemas Iniciais Desadaptativos. Assim, na psicologia “esquemas” referem-se a padrões mentais e cognitivos profundamente enraizados que organizam informações e experiências. Esses esquemas são estruturas cognitivas que ajudam as pessoas a interpretar e compreender o mundo ao seu redor. Durante a infância e ao longo do tempo esses esquemas são desenvolvidos com base nas experiências precoces de uma pessoa com os pais e cuidadores e familiares (CERQUEIRA; MENDES, 2022). Ainda nesse sentido, de acordo com Paim e Cardoso (2022), alguns esquemas são originados em ambientes agressivos e experiências estressantes. Experiências repetidas de altos níveis de tensão, privações, traumas ou negligência durante a infância e a adolescência desenvolvem esquemas disfuncionais. Esses esquemas são desenvolvidos como resultado de experiências de uma vida disfuncional, essa percepção dos esquemas representa estruturas cognitivas subjacentes que influenciam a percepção, o pensamento, as emoções e os comportamentos de uma pessoa. Nesse cenário, de esquema disfuncional, o aspecto que mais chama a atenção, é a identificação de mulheres que consideram haver explicações que justificariam a violência sofrida (FORMIGA et al., 2021).

Segundo os autores (YOUNG et al., 2008) os esquemas são construídos a partir das interações com os cuidadores primários e o ambiente e atuam como filtros que se organizam e interpretam as informações recebidas, moldando a percepção da criança sobre si mesma, sobre os outros e sobre o mundo. Os diferentes tipos de esquemas,

como abandono, desconfiança, inadequação, e descreve como esses esquemas afetam o funcionamento psicológico das pessoas, a Teoria do Esquema é um modelo teórico que explica que problemas psicológicos resultam de esquemas disfuncionais, padrões persistentes de pensamentos, emoções e comportamentos que se desenvolvem na infância e continuam ao longo da vida que são acionados por eventos ou situações que lembram as experiências que levaram à formação desses esquemas e a influência dos esquemas na vida das pessoas (YOUNG et al., 2008).

Essa percepção dos esquemas representa estruturas cognitivas subjacentes que influenciam a percepção, o pensamento, as emoções e os comportamentos de uma pessoa. Logo, essas interações podem levar à formação de esquemas saudáveis, que promovem o desenvolvimento emocional e cognitivo adequado ou de esquemas disfuncionais, que podem causar problemas na vida adulta. Porém, esquemas negativos podem levar a problemas emocionais, comportamentais e influenciando sua percepção, emoções, pensamentos e comportamentos, que se institui desde a infância e se propaga para a vida adulta, que podem causar sofrimento (YOUNG et al., 2008).

Algumas necessidades emocionais são universais aos seres humanos e classificam-se em cinco: vínculos de segurança estabelecidos com outras pessoas, a autonomia aliada a um estabelecimento de identidade própria, liberdade para expressar-se, espontaneidade e oportunidades de recreação, limites realísticos; dessa forma, considera-se uma pessoa saudável aquela cujas necessidades emocionais foram supridas. O esquema representa a familiaridade para o indivíduo, sendo aquilo que ele conhece. Apesar de causar sofrimento, é confortável e familiar, proporcionando uma sensação de segurança. As pessoas são atraídas por situações que despertam seus esquemas, o que é uma das razões pelas quais é tão desafiador mudar esses padrões (PAIM et al., 2022).

Os esquemas formados na infância tendem a se perpetuar na vida adulta, influenciando as percepções e os comportamentos das pessoas. Conforme os esquemas disfuncionais podem ser ativados em situações que remetem às experiências traumáticas ou negativas da infância, desencadeando emoções e comportamentos característicos. Os pacientes percebem como verdades fundamentais, o que impacta o processamento de experiências futuras, desempenhando um papel fundamental na maneira como eles pensam, sentem e se relacionam com os outros; levando assim, os pacientes a recriar, inadvertidamente, quando adultos, as condições da infância que lhes foram mais prejudiciais (BRASCO; ANTONI, 2020).

Segundo Paim e Cardoso (2022), essa perpetuação dos esquemas pode resultar em padrões repetitivos de pensamentos, emoções e relacionamentos ao longo da vida adulta mesmo quando as pessoas não estão cientes dos padrões que influencia suas escolhas amorosas, bem como do impacto significativo de suas experiências passadas nas relações atuais. Muitas vezes, é difícil perceberem que são responsáveis pela reprodução dessa história dolorosa transferindo ao outro a responsabilidade pelo sofrimento que está experimentando nos relacionamentos atuais. É essencial para o paciente aprender a reconhecer estes “gatilhos” que podem impedir a construção de um relacionamento amoroso na vida adulta. Nessa

perspectiva, o profissional, deve compreender que o cuidado as mulheres que vivenciam relacionamentos abusivos e estão em situação de violência vai além do rastreamento e tratamento, necessitando de escuta atenta e acolhimento adequado (LEITE et al., 2019).

### **Dinâmica de repetição de padrões na escolha de relacionamentos: a Terapia do Esquema como intervenção psicoterapêutica**

A dinâmica de repetição de padrões na escolha de relacionamentos amorosos abusivos é um fenômeno observado em diversas pessoas, que tendem a se envolver em relações que repetem padrões disfuncionais e de agressão que resultam em sofrimentos emocionais, quadros de ansiedade e depressão segundo Gomes e Assunção (2021).

Segundo Silva e Silva (2020), observando sobre as diferentes formas que a violência se instala em um relacionamento, na sua dinâmica e nos prejuízos que estas podem ocasionar na vida de mulheres, algumas áreas de estudos da Psicologia tentam explicar por que esse tipo de comportamento acontece. Para o autor é de suma importância compreender a dependência emocional, de mulheres que sofrem com relacionamentos abusivos, uma vez que essa dinâmica se repete em outros relacionamentos.

Neste referencial teórico aborda-se essa dinâmica, explorando como ela se manifesta, as possíveis causas subjacentes e as implicações para o bem-estar psicológico; no que se refere ao que é citado como escolhas amorosas, percebe-se uma dinâmica em que as pessoas buscam por aquilo que já lhe é familiar e padrões de relacionamento conhecidos. Essa escolha por algo conhecido; por experiências familiares; caracteriza-se por "química esquemática" sugerindo que as pessoas são atraídas por experiências familiares e padrões de relacionamento conhecidos. Isso pode levar a escolhas de parceiros que replicam dinâmicas prejudiciais, frequentemente resultando em relacionamentos abusivos (PAIM; CARDOSO, 2022).

Nesse sentido, conforme os autores Paim e Cardoso (2022), essa "química esquemática" está intrinsecamente ligada à ativação de Esquemas Iniciais Desadaptativos, que são padrões de pensamento e comportamento desenvolvidos ao longo da vida e que influenciam a maneira como percebemos e interagimos com o mundo e Isso pode levar a escolhas de parceiros que replicam dinâmicas prejudiciais, frequentemente resultando em relacionamentos abusivos.

Ainda nesse sentido, Jeffrey Young explica em 1999, que na dinâmica de repetição as escolhas são feitas no âmbito mais emocional e menos racional, levando as mulheres a terem atração por homens que promovam sensações e crenças já conhecidas e vivenciadas. Entende-se que essa escolha por parceiros abusivos não é intencional, e esse padrão de repetição pode ser influenciado por experiências passadas, podendo haver a presença de esquemas relacionados à desvalorização, baixa autoestima, dependência emocional, entre outros, e que podem estar ligadas e baseadas na química sentida pela ativação dos esquemas mentais e de memórias emocionais iniciadas desde a infância, período esse, em que o indivíduo tende em polarizar universos e categorizar coisas entre bom ou ruim; isso acontece também em

relação às pessoas, incluindo-se também (YOUNG et al., 2008).

Ou seja, através dessa categorização acerca de si e das pessoas, as crenças são constituídas, tornando-se a forma individual de enxergar e construir o mundo. Vale ressaltar que a relação parental é fundamental nesse processo, pois a partir da forma que os pais se relacionam, da forma de interação dos mesmos e, a forma como a relação dos pais foi observada, influencia na forma de categorizar as relações amorosas. Essas emoções e comportamentos adquiridos na infância que refletem de forma disfuncional na vida adulta são chamados de Esquemas Desadaptativos; assim, perpetuadas pela química esquemática, as taxas de Esquemas Iniciais Desadaptativos são recorrentes em mulheres que vivenciam relacionamentos abusivos, pois há uma tendência em contribuir para manutenção desses esquemas disfuncionais (CERQUEIRA; MENDES, 2022).

Os processos de manutenção dos esquemas mentais servem para retroalimentá-los, mesmo que sejam destrutivos emocionalmente, essa química esquemática resultará na repetição de padrões familiares que muitas vezes perpetuam situações angustiantes, conforme descreve Paim e Cardoso, (2022). A ocorrência de padrões desadaptativos nos relacionamentos românticos pode ter várias consequências negativas para o estado psicológico da mulher. Sentimentos como baixa autoestima, depressão, ansiedade, estresse e uma insatisfação com a vida afetiva é recorrente em relacionamentos disfuncionais. Essa compreensão é essencial para a identificação e a intervenção psicoterapêutica nos esquemas disfuncionais, visando ao desenvolvimento de uma saúde emocional e cognitiva mais equilibrada ao longo da vida.

Segundo Neves (2020), a intervenção terapêutica baseada na Teoria do Esquema que foi proposta por Young e colaboradores em 1990 e buscava uma ampliação dos protocolos e conceitos das terapias cognitivas comportamentais, busca identificar e modificar os esquemas disfuncionais, promovendo o desenvolvimento de esquemas saudáveis e adaptativos. A abordagem terapêutica também inclui mudanças comportamentais, à medida que os pacientes aprendem a substituir estilos de enfrentamento desadaptativos por padrões de comportamentos mais saudáveis.

Conforme Paim e Cardoso (2020), a Terapia do Esquema adota uma abordagem holística para a transformação, abrangendo intervenções cognitivas, afetivas e comportamentais, que enfrentam a dinâmica de repetição de padrões prejudiciais em seus relacionamentos, levando-se em conta que os indivíduos utilizam de dimensões e estratégias de avaliação distintas de interpretação e respostas às suas emoções, entende-se que a abordagem terapêutica aqui sugerida, a Terapia do Esquema, pode auxiliar na compreensão e interrupção desses padrões, identificando esquemas emocionais e crenças implícitos a respeito de si e dos outros, promovendo autoconhecimento, e tem se mostrado eficaz na promoção de relacionamentos funcionais e na melhoria do bem-estar emocional das mulheres.

Para Berlitz e Pureza (2018), na Terapia do Esquema, o psicólogo deve apropriar-se de uma conduta de confrontação mais empática, demonstrar compreensão para com os comportamentos, todavia, confrontá-los com foco na mudança além de ater-se ao objetivo: auxiliar a vítima a suprir as suas necessidades emocionais, dentro do limite e

ética terapêutica. O foco da terapia costuma ser em memórias, emoções, comportamentos, sensações corporais e cognições. Nas sessões, é frequente conversar sobre o passado e relembrar questões da infância. A intervenção também envolve a mudança comportamental, à medida que os pacientes aprendem a substituir estilos de enfrentamento desadaptativos por padrões de comportamentos adaptativos.

Sendo assim, o tratamento inclui intervenções cognitivas, afetivas e comportamentais (YOUNG et al., 2008). De acordo com a terapia do esquema incorpora técnicas que visam reconstruir a cognição, atribuir novos significados a experiências passadas e fortalecer habilidades emocionais saudáveis. Nesse sentido, a Terapia dos Esquemas tem se mostrado uma intervenção eficaz no tratamento dessas mulheres, através da combinação das suas técnicas cognitivas, experimentais, comportamentais e relacionais (CERQUEIRA; MENDES, 2022).

Logo, a Terapia de Esquemas surge como uma proposta de intervenção abrangente que explica e explora como se formam os Esquemas Iniciais Desadaptativos, que influenciam o comportamento tanto do agressor quanto da vítima, reforçando o papel fundamental das relações primárias com os cuidadores para a constituição de uma personalidade saudável (NEVES, 2020).

## **CONCLUSÃO**

Este estudo realizou uma revisão de literatura sobre a recorrência de relacionamentos abusivos na vida de mulheres e sua relação com a Terapia do Esquema. Esse estudo satisfaz o objetivo de pesquisar os fatores que influenciam a recorrência dos relacionamentos abusivos na vida das mulheres pela perspectiva da Terapia do Esquema, propondo intervenções psicoterapêuticas.

Nesse contexto, este estudo abordou as motivações que levam mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos e os fatores que influenciam a recorrência desses relacionamentos, assim como analisou os efeitos relevantes que a violência tem na saúde mental das mulheres propondo a Terapia do Esquema como intervenção. As análises dos estudos realizados foram a partir de uma revisão de literatura com base em materiais bibliográficos publicados sobre o tema nos últimos 15 anos.

Os principais resultados obtidos, de acordo com a literatura estudada de (YOUNG et al., 2008) e dos autores Paim e Cardoso (2022), deixam evidente que mulheres que enfrentam relacionamentos abusivos manifestam esquemas iniciais desadaptativos, que são acionados pela química esquemática, levando essas mulheres a buscarem padrões que sejam familiares que resultam na persistência e recorrência nesse tipo de relacionamento. As dificuldades em reconhecer esses esquemas, saírem desse ciclo abusivo e evitarem a recorrência de relacionamentos disfuncional, podem ter várias consequências negativas para o estado psicológico da mulher na ausência de acompanhamento e intervenções conduzidas por um profissional especializado nessa área de atuação.

Essas conclusões estão alinhadas com os resultados de Cerqueira e Mendes (2020),

e com os estudos de Paim e Cardoso (2022), pois os autores reconhecem que a compreensão desses esquemas desadaptativos é primordial para a quebra desse padrão de repetição de relacionamentos abusivos. Para os autores, é essencial identificar e modificar os esquemas disfuncionais, promovendo o desenvolvimento de esquemas saudáveis e adaptativos através de intervenção psicoterapêutica focada nos esquemas, visando o desenvolvimento de uma saúde emocional e cognitiva mais equilibrada ao longo da vida. Desta forma, a Terapia de Esquemas se apresenta como uma abordagem de intervenção para mulheres presas em relacionamentos amorosos disfuncionais, os quais causam grande sofrimento.

Diante disso, observa-se que, a intervenção precoce, o suporte apropriado e a disponibilidade de serviços especializados são de extrema importância para sua recuperação psicoemocional, permitindo-lhe estabelecer uma nova vida com segurança e relacionamentos mais saudáveis. Nessa perspectiva, o profissional, deve compreender que o cuidado as mulheres que vivenciam relacionamentos abusivos e estão em situação de violência vai além do rastreamento e tratamento, necessitando de escuta atenta e acolhimento adequado conforme (LEITE et al., 2019).

Perante o exposto, é importante destacar que a Terapia do Esquema como estratégia de intervenção em vítimas de relacionamentos abusivos, pode não apenas proporcionar apoio emocional e psicológico; que não foram atendidos na infância por seus cuidadores; mas também capacitar essas mulheres a fortalecerem sua autoestima, melhorando suas habilidades para romper o ciclo de repetição de relacionamento disfuncional.

Portanto, conclui-se que a compreensão da recorrência de relacionamentos abusivos na vida das mulheres, sob a perspectiva da Terapia do Esquema, destaca a importância de abordagens terapêuticas e sociais integradas. Essas abordagens são essenciais para quebrar o ciclo de abuso e capacitar as mulheres a estabelecerem vidas fundamentadas em relacionamentos saudáveis.

## REFERÊNCIAS

BALDISSERA, D., Paim, K., Predebon, B. M., & Feix, L. F. (2021). **Contribuições da Terapia do Esquema em relacionamentos conjugais abusivos: uma revisão narrativa.** PSI UNISC, 5(1), 51-67. doi: 10.17058/psiunisc.v5i1.15386

BARRETO, Raquel Silva. **Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final.** Gênero, Niterói, v. 18, n. 2, p. 142-154, 1º sem. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312/18401>. Acesso em: 25 set. 2023.

BAUER, M. W., & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Editora Penso. 2019.

BRASCO, P. J. & ANTONI, C. (2020). **Violências Intrafamiliares Experienciadas na Infância em Homens Autores de Violência Conjugal.** Psicologia: Ciência e Profissão, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003218119>.

BERLITZ, Daiana; PUREZA, Juliana da Rosa. **A relação entre a empatia e os esquemas iniciais desadaptativos.** Rev. bras.ter. Cogn., Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 31-41, jun. 2018.

Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872018000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em: 21 out. 2023.

CERQUEIRA, L. C. D. & MENDES, D. L. **Os esquemas iniciais desadaptativos (EIDs) de mulheres em situação de violência conjugal e a Terapia do Esquema como estratégia de intervenção**: uma revisão sistemática da literatura v.7, n. 1. 2022.

CURIA, B. G., GONÇALVES, V. D., ZAMORA, J. C., RUOSO, A., LIGÓRIO, I. S. E HABIGZANG, L. **Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>

DINIZ, Gláucia R. S.. **Trajetórias conjugais e a construção das violências**. *Psicol.clin.* [online]. 2017, vol.29, n.1, pp. 31-41. ISSN 0103-5665. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-56652017000100004&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-56652017000100004&script=sci_abstract). Acesso em: 15 nov. 2023

Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha, Instituto. (2019) **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo, 2a ed. [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/2020\\_Boletim/Bol06\\_01.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2020_Boletim/Bol06_01.pdf)

FORMIGA, K. et al.; **A violência cometida pelo parceiro íntimo: estudo observacional com mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde**. *Einstein*(São Paulo) v 19, p. eA06584, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.31744/einstein\\_journal/2021AO6584](https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2021AO6584). Acesso em: 20 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo:Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GOMES, L. K. G.R. & ASSUNÇÃO, M. M. S. **Relacionamento amoroso abusivo**. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas* v. 6, n. 12, jul./dez.2021 – ISSN 2448-0738. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/28325>. Acesso em: 10 out. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**, Rio de Janeiro, 2019.

LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana Patrícia. **“Os 15 anos da Lei Maria daPenha”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86982, 2022.

LEITE, F.M.C., LUIS, M. A., AMORIM, M.H.C., MACIEL, E. L. N. & GIGANTE, D.P.(2019). **Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190056>. Acesso em: 20 out. 2023

NEVES, Laís Regina de Souza. **Fatores que influenciam a manutenção do relacionamento abusivo**: a terapia de esquemas como uma proposta de intervenção. / por Laís Regina de Souza. Aríquemias: FAEMA,2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres** Resolução nº 48/104, 20 de dezembro de 1993[sob proposta da Terceira Comissão (A/48/629)], 85ª sessão plenária. Nova York: ONU, 1993.

PAIM, K. & CARDOSO, B. L. A. **Sua história de amor: um guia baseado na terapia do esquema para compreender seus relacionamentos e romper padrões negativos.** Porto Alegre: Artmed, 2022.

SILVA, D. da; SILVA, R. L. F. C. **Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação.** Humanidades & Tecnologia em Revista (FINOM), [s. l.], ano 2020, v. 1, ed. 20, 2020. Disponível em: [http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/100](http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/100)  
8. Acesso em 25 set. 2023.

YOUNG, J. E., KLOSKO, J. S., & WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras.** Porto Alegre: Artmed. 2008. Tradução Roberto Cataldo Costa.

## **PELA PLURALIDADE DE EXISTÊNCIAS: UMA PSICOLOGIA ANTI-CAPACITISTA**

Isabela Faria Moyzes da Silva <sup>1</sup>, Júlia Brandão Amorim Chagas <sup>1</sup>, Marina AlmeidaMoura <sup>1</sup>, Thiago de Sousa Freitas Lima<sup>2</sup>, Ana Carolina Simões Ramos<sup>3</sup>, Mauricio Vaillant Amarante<sup>3</sup>, Barbara Ribeiro Malacarne Paiva<sup>3</sup>, Laêmecy Emanuelle Gonçalves Martins<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup>Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o capacitismo e sua raiz, de forma a expor suas repercussões e impactos na vida social e subjetiva da pessoa com deficiência. Além disso, pretende-se avaliar como a Psicologia e seus fazeres podem contribuir para tornar o meio social menos excludente para as formas plurais de existência. Para isso, foi realizada revisão narrativa de artigos e obras já existentes sobre o tema, com o objetivo de analisar, correlacionar e avaliar criticamente sobre a construção do capacitismo, suas repercussões e de que forma a Psicologia pode contribuir na redução dos danos causados pelo preconceito. Pois se entende que a Psicologia enquanto ciência e profissão do cuidado, deve estar atenta às variadas formas de existir, estudando e divulgando os resultados.

**Palavras-Chave:** Capacitismo. Discriminação social. Pessoa com deficiência. Psicologia Social.

### **INTRODUÇÃO**

Há múltiplas maneiras de se estar em um corpo, diversas formas que trazem a ótica singular do sujeito, e a ressalva de que se fazer presente no mundo como uma pessoa com deficiência é também uma maneira de existência, pois, segundo artigo da Lei Brasileira de inclusão nº 13.146/2015, afirma-se que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146/2015).

De forma geral, para Diniz, Barbosa e Santos (2009) pode-se descrever deficiência em torno de uma pluralidade de existências nas quais as barreiras sociais, históricas e culturais do ambiente geram a desigualdade dentro da sociedade.

O modelo biomédico tem um viés de tratar a deficiência como uma desvantagem natural que necessita de conserto para o funcionamento típico da espécie. Por isso, além de uma avaliação médica é necessário averiguar o âmbito social que o sujeito se encontra, uma vez que o ambiente é um dos fatores que influencia consideravelmente na construção do capacitismo.

Segundo o Glossário do Programa de Pessoas com Deficiência (2020), capacitismo é o preconceito contra a pessoa com deficiência, em que há o julgamento desse sujeito como incapaz, devido às suas condições corporais comparadas às pessoas sem

deficiência (PSD), ditas como “normais”. Este termo tem sido cada vez mais usado para destacar as formas sutis e explícitas de discriminação enfrentadas pelas pessoas com deficiência, pois abrange a falta de acesso aos espaços públicos, transporte e serviços, assim como atitudes negativas, estereótipos e a crença na inferioridade das pessoas com deficiência. Além disso, o capacitismo também está relacionado à falta de representação adequada desses indivíduos nos meios de comunicação, na política e em outros setores da sociedade, podendo levar à invisibilidade e à exclusão dessas pessoas.

Em suma, o termo capacitismo refere-se à discriminação e ao preconceito enfrentados pelas pessoas com deficiência, destacando o carecimento de combater a exclusão, promover a igualdade de direitos e garantir a inclusão plena e igualitária de todas as pessoas independentemente de suas habilidades.

É de extrema importância que a psicologia social esteja sempre estudando e inteirada sobre este tema, já que permite trazer à tona as percepções dessa população em conjunto com os processos de inclusão e exclusão social. Promovendo conhecimento em diversas áreas do saber, retirando ideais reducionistas vistos na atualidade e nas políticas públicas (Gesser et al, 2012).

Baseando-se nisso, é fundamental colocar em discussão o papel da psicologia e refletir criticamente a correlação de uma estrutura que exclui o que não é padrão e impõe estereótipos demarcados de um corpo certo e o corpo errado. O compromisso da psicologia enquanto área do saber é ser uma bússola orientadora para compreender as dimensões ética, estética e política que contribuirão para o estabelecimento de uma psicologia anti-capacitista, que se alinha aos objetivos de romper com práticas que reforçam a configuração sócio-histórica do capacitismo, atentando para seu vínculo com a noção socialmente compartilhada de normalidade das diferenças; não somente, buscar entender a singularidade de um corpo que não deve ser restringido à deficiência, pois as discussões, antes de tudo, se referem a sujeitos que possuem um nome, gostos, desejos, família e ideais em meio a diversas manifestações de existir.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Neste projeto, a metodologia utilizada foi uma revisão narrativa que, segundo Rother (2007), não usa critérios explícitos e sistemáticos para a investigação e interpretação crítica da literatura, uma vez que o debate da pluralidade de existências e psicologia anti-capacitista é recente, mas de extrema relevância para se ter efetivamente inclusão e visibilidade das pessoas com deficiência.

Foram selecionadas fontes de informações identificadas através do seu recorte com o tema, focando-se em literaturas relevantes sobre capacitismo em bancos de dados, bibliotecas, periódicos científicos, entre outros, tendo como objetivo coletar, analisar, e sintetizar conhecimentos já produzidos sobre essa temática. As fontes foram analisadas e lidas criticamente identificando e categorizando conceitos-chave, teorias, métodos utilizados, resultados encontrados e lacunas de conhecimento.

A análise e a apresentação dos resultados foram divididos em 4 eixos de discussão,

tais quais: modelo biomédico, modelo social, repercussão subjetiva e o fazer de uma psicologia anti-capacitista.

## DESENVOLVIMENTO

### Modelo biomédico

O modelo biomédico, de acordo com Ballester et al (2010), tem sua origem associada ao período renascentista e ao movimento artístico-cultural, a partir do século XVI. Este modelo permeia sobre a racionalidade e o conhecimento científico possuindo como fundamento o mecanismo fisiológico, em que o corpo humano é igualado a uma máquina, colocando o valor do homem relacionado a quanto ele consegue produzir em menos tempo laboralmente e economicamente para a sociedade adequando-o às normas vigentes da época.

Um marco relevante do modelo biomédico foi a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, que, para Porciúncula e Botelho (2018 p.117), é uma: “ferramenta para a classificação de consequências de doenças, lesões e outras desordens e das implicações dessas consequências na vida das pessoas”, o que anos depois passou a ter funções políticas, sociais e estatísticas.

Além disso, para os autores, este modelo diz que se o indivíduo apresentar dificuldades físicas, sensoriais e ou mentais ao longo da sua vida, será alvo de intervenções com o objetivo de obter a cura balizada na normalidade estrutural existente. Todavia, ter uma deficiência não é sinônimo de ter doença e sim uma condição existencial. Assim:

Um corpo com impedimentos deve ser objeto de intervenção dos saberes biomédicos. Os impedimentos são classificados pela ordem médica, que descreve as lesões e as doenças como desvantagens naturais e indesejadas. Práticas de reabilitação ou curativas são oferecidas e até mesmo impostas aos corpos, com o intuito de reverter ou atenuar os sinais da anormalidade. Quanto mais fiel o simulacro da normalidade, maior o sucesso da medicalização dos impedimentos. Na ausência de possibilidades biomédicas, as práticas educacionais compõem outro universo de docilização dos corpos: a controvérsia sobre práticas oralistas ou manualistas para crianças surdas é um exemplo de como diferentes narrativas disputam a resposta sobre como os surdos devem habitar sociedades não bilíngues (Barbosa; Diniz; Santos, 2010, p. 101-102).

Dessa forma, é de suma importância pontuar como o conceito de normalidade interfere diretamente em um corpo com deficiência. De acordo com Davis (2014), o francês Adolphe Quetelet, em seus estudos, foi o primeiro a expor na Europa um sentido do que seria a “norma”, uma vez que pôde observar que a “lei do erro”, utilizada pelos astrônomos, pode ser empregue às características morais e físicas dos seres humanos, isto é, atribuir o que de “melhor” teria na espécie.

Assim, as pessoas com deficiência que não estão inseridas nos padrões considerados típicos da espécie e/ou das perspectivas do modelo social caem sob a curva do desvio. Para Mello (2016), as características das pessoas com deficiência se baseiam

coletivamente e, em sua maioria, em torno do descrédito das habilidades cognitivas e/ou físicas.

Atualmente, de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20.12.1999, existem váriostipos e níveis de deficiência, sendo elas: física, auditiva, visual e múltipla. o Decreto foi atualizado e definido como o Decreto nº 5.296 (2014), que descreve:

I- deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III- deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. (Decreto nº 5.296, 2014)

Em síntese, o discurso biomédico resulta na perspectiva da falta de autonomia, tanto na vida pessoal quanto na profissional das pessoas com deficiência, em que o médico é o detentor do saber absoluto e tem o dever de cessar as doenças e suas consequências, não levando em consideração as particularidades e vivências de cerca de 18,9 milhões de pessoas com deficiência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

### **Modelo social (interface do neoliberalismo)**

De acordo com Adriana Dias (2013), a organização do discurso capacitista ocorre desde o século XIX, com a formulação do discurso eugênico estatal definido por Francis Galton (1822-1911), cientista inglês que realizou uma série de publicações

acerca do melhoramento genético através de práticas de “limpeza populacional”. Este cientista acreditava que era necessário uma prática de enfraquecimento do potencial genético de indivíduos tidos como doentes, para que as futuras proles pudessem nascer “mais fortes”. Para isso, ele defendia que fossem utilizadas práticas como esterilização forçada e até mesmo assassinato (Dias, 2013).

Na perspectiva galtoniana, os problemas sociais derivariam da proliferação de indivíduos que se reproduziram mantendo no conjunto populacional, durante gerações consecutivas, características comportamentais e mentais viciosas, criminosas e degenerativas (Galton, 1865 apud Del Cont, 2008, p. 208).

Vemos assim como o aparelho estatal do século XIX entendia o que deveria ser feito com corpos que divergiam ou que não se apresentavam como totalmente úteis para o sistema que estava sendo estabelecido. Este fato foi discutido também na obra *Em defesa da Sociedade* (2008), de Michel Foucault; o livro versa sobre um fenômeno dos Estados do século XIX que é o que ele chama de “assunção da vida pelo poder” (Foucault, 2008, p. 286), o autor menciona que ocorre neste século uma espécie de estatização do biológico.

Para tal, ele explica, acerca do que define como a teoria clássica da soberania - em que o Estado possui o direito sobre a vida a morte -, que o soberano possuir esse direito implica no entendimento de que ele pode fazer morrer e deixar viver e em todo e qualquer caso, que a vida e a morte param de ser simplesmente fenômenos naturais e se localizam em um campo de poder político. O direito político do século XIX refina essa tecnologia já existente e implanta um “fazer” viver e “deixar” morrer como parte de seu funcionamento e desdobramento dessa tecnologia (Foucault, 2008).

Observou-se, nos séculos XVII e XVIII, técnicas de poder que eram centradas no corpo individual: procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos e seu alinhamento, bem como a disposição em série, de modo que facilitasse a vigilância para que os corpos pudessem trabalhar melhor. Foucault chama isso de tecnologia disciplinar do trabalho e se instalou no final do século XVII e no decorrer do século XVIII (Foucault, 1987).

Já na segunda metade do século XVIII, surge o que ele chama de outra tecnologia do poder, que não exclui a técnica de disciplinar, e sim “(...) a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia” (Foucault, 2008, p. 289).

À essa nova técnica, Foucault dá o nome de biopolítica: enquanto a lógica disciplinar lida com o homem-corpo, a biopolítica rege o homem vivo, o homem ser vivo. “Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.” (Foucault, 2008, p. 290). Os fazeres estatais referentes à conduta frente aos processos de natalidade, mortalidade e de longevidade são os que constituem objetos de saber e são os alvos da biopolítica. Vemos assim que o Estado, através de um direito positivo do fazer, se encontra na incumbência de lidar com os processos naturais da vida humana.

Foucault destaca que esse fazer estatal pode ser observado através das endemias, “ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população” (Foucault, 2008, p. 290).

Assim, a doença se mostra como fenômeno de população: não se trata de uma epidemia pontual que provoca mortes e é vista como algo destoante, mas trata-se do fenômeno de morte permanente que invade a vida, enfraquecendo-a sorrateiramente. São esses fenômenos que no final do século XVIII influenciaram, marcaram e criaram um modo de fazer da medicina com a função de realizar uma higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e também que adquire o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população (Foucault, 2008). Ainda, Foucault (2008) escreve:

O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros do acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acometem também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc (Foucault, 2008, p. 291).

O autor aponta, assim, um problema que vai aparecer no início do século XIX, “o que fazer com os corpos que caem no rótulo de incapacidade”, detalhe que afeta o indivíduo na velhice e nos casos de divergência, que apresentam funcionamento tido como *anormal* por essa política e que na idade moderna vai ser estigmatizado como *corpo menos capaz* de se encaixar nos moldes nos quais o sistema capitalista se compôs.

### **Repercussão subjetiva**

Tendo em vista o panorama social descrito anteriormente, esse eixo tem como objetivo discutir as implicações subjetivas que reverberam nos corpos dos indivíduos e que são obtidas a partir deste contexto econômico e social.

Na criação de normas está contido um entendimento dos corpos que são tidos como *capazes* e os *incapazes* para os moldes de funcionamento produtivista do sistema capitalista, um pano de fundo da criação dos Estados Modernos. O conceito de biopolítica descreve o processo de estatização do biológico, a saber, a forma como o corpo passa por um processo de disciplinamento.

Neste processo, o corpo que se adequa ao sistema produtivista é tido como funcional e o corpo que diverge, frequentemente, é discriminado, isto porque consolidaram-se normas e leis que versam sobre a ideia do que é tido como funcional. Da mesma maneira que o direito regulamentou isso, as práticas linguísticas colaboraram para a propagação das ideias e reforços num nível subjetivo, estrutural.

Tem-se, em Foucault, que a subjetivação se efetua de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis às quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em faltas que o expõem a um castigo (Foucault, 1984). Dessa maneira, é possível perceber que as leis que regem o estado de certa forma

regem também o funcionamento tido como subjetivo, pois este não está desassociado do que se conhece como Estado, mas se trata de um desdobramento do mesmo.

Nesse sentido, a subjetivação passa a ser pensada através de práticas de assujeitamento e práticas de si, ou seja, como o indivíduo entende seu papel no mundo e como ele adquire consciência de si: processo que acontece a todo momento através do contato com as diferenças (Mello, 2010). Por tratar-se de um processo, pode-se entender em uma visão deleuzogattariana de que a subjetivação é plural e polifônica (Guatarri, Deleuze, 2010), sendo assim, refere-se a um constante processo de construção e desconstrução que se baseia nas nomenclaturas e ideias do outro sobre o si.

Esse processo de aquisição de consciência pelo indivíduo foi assunto recorrente da filosofia e da psicologia, em que houve momentos históricos que referenciam a ideia de um indivíduo que destoa de seu meio, separando o sujeito do objeto; viu-se isso de modo contundente em Descartes e as correntes racionalistas, que possuíam o entendimento do corpo como modo de apreensão ilusório e o sentir, característica secundária no que se refere à apreensão.

No entanto, esse deslocamento, embora tenha sido potente para a filosofia em épocas anteriores, hoje se encontra obsoleto pelo entendimento de um sujeito que não pode ser entendido fora de seu meio.

O médico e biólogo Henri Atlan conta, em *Entre o cristal e a fumaça*, que a própria história da biologia foi muito marcada pela tentativa de escavar essas fissuras. Um bom exemplo foi o esforço para isolar uma estrutura celular, a fim de compreender os mecanismos de reprodução. Porém, toda vez que os cientistas tentavam fixá-la, a célula morria. A única coisa possível era representá-la, descrevendo sua lógica, formulando perguntas e reconhecendo que as organizações dinâmicas conta com duas noções simultâneas: por um lado a repetição, a regularidade e a redundância; e por outro, a variedade, a improbabilidade e a complexidade (Greiner, 2023, p. 16-17).

Assim comprova-se ser impossível falar do sujeito sem considerar seu meio, e que é impossível falar de meio sem considerar o corpo, modo pelo qual se interage com o todo. Nesse sentido, o filósofo Maurice Merleau-Ponty, coloca que: “Eu sou meu corpo (...) não uma reunião de partes e também a experiência de sua degradação na morte” (Merleau-Ponty, 1971, p. 434).

Têm-se, então, que o corpo é tido como fundamental no reconhecimento do indivíduo de si mesmo e de como opera no mundo. Através de sua imagem é que o interlocutor escolhe as palavras, intitula e escolhe modos de tratamento. É também através das palavras que vai se constituindo a ideia de si. É na linguagem que o indivíduo se declara. Nesse sentido, no caso do corpo que é tido como desviante para o sistema atual, coloca-se na enunciação e elaboração dessa subjetividade uma barreira linguística que passa por uma valorização ou desvalorização, que é o que trata o capacitismo.

Para Guimarães (2018), a significação é o que se apresenta por aquilo que sediz, assim, o significado atribuído a uma designação é fruto de uma enunciação constante e cultural. Assim como tantas outras questões corporais, a deficiência é vista como um regime de subjetivação, em que a pessoa que se apresenta assim aomundo passa a se constituir a partir disso.

Assim, de acordo com Anahí Mello, em seu texto *A tríade Pessoa, Corpo e Subjetividade: interfaces entre deficiência e saúde/doença*, discute que:

A imagem corporal desviante afeta a relação com o outro e com o próprio corpo naquele que se sente diferente, adquirindo um protagonismo superlativo que se soma à exigência de encaixar o outro dentro de padrões inalcançáveis (Mello, 2010, p. 143).

No caso do capacitismo, o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência (Marchesan et al., 2021), excluindo a pluralidade de existências e entendendo a deficiência como uma **doença**. Esse imaginário “de falta”, que foi criado pelo processo linguístico da normatização do entendimento de deficiência, cria nos indivíduos que estão sujeitos a isso uma série de dificuldades e sofrimento que afetam a qualidade de vida psíquica dessas pessoas. No texto *Fadiga de acesso: o trabalho retórico da deficiência na vida cotidiana* (Konrad, 2021, tradução nossa), Annika M. Konrad explicita o que ela chama de fadiga de acesso enfrentada por pessoas que possuem alguma deficiência. O texto traz relatos de diferentes pessoas que falam de como necessitam demonstrar que estão bem o tempo todo para que possam acessar locais que não estão preparados para elas. Os relatos mostram que essa necessidade de parecer estar bem o tempo todo para que possam ser ouvidas e atendidas, gera nas pessoas uma exaustão que causa sofrimento.

Um exemplo disso é o relato de Ethan, pessoa que possui deficiência visual e foi entrevistado por Annika: “Você fica tão cansado de tentar explicar para alguém que simplesmente não entra em detalhes, simplesmente não toca no assunto, simplesmente não transforma isso em problema. Às vezes você simplesmente não diz nada ” (Konrad, 2021, p.180, tradução nossa).

O acesso depende da habilidade de se comunicar (Konrad, 2021), e alguém que se comunica de forma diferente ou que demonstra fisicamente alguma diferença que é tido como normalidade, acaba tendo que fazer um esforço maior para ser ouvido. A isso denomina-se fadiga de acesso.

Em suma, a frustração, a fadiga de acesso e a estigmatização, são barreiras de comunicação que produzem também nas pessoas que passam pela dificuldade um nível considerável de sofrimento psíquico, por não conseguir uma comunicação efetiva apenas pelo fato de ser quem se é. Sendo assim, se faz presente o questionamento: O que pode a psicologia fazer para enfrentar esse problema?

### **O fazer de uma psicologia anti-capacitista**

Para realizar uma reflexão crítica a respeito desse eixo, é imprescindível resgatar

primeiramente o lema “Nada sobre nós, sem nós” utilizado pelo movimento das pessoas com deficiência internacionalmente.

Reconhecer a perícia e a autoridade das pessoas com deficiência é muito importante. O movimento das pessoas com deficiência se resume em falar por nós mesmos. Ele trata de como é ser uma pessoa com deficiência. Ele trata de como é ter este ou aquele tipo de deficiência. Ele trata de exigir que sejamos respeitados como os verdadeiros peritos a respeito de deficiências. Ele se resume no lema Nada Sobre Nós, Sem Nós (SASSAKI, 2007, p. 1).

Sassaki (2007) afirma que essa expressão remete ao fato de que se as pessoas com deficiência não participarem ativamente das decisões que envolvem suas vidas, não haverá resultados efetivos positivamente, por isso a relevância dessas pessoas serem reconhecidas e estarem presentes nos debates referentes à, como por exemplo, inclusão e às políticas públicas. Ademais, a autora evidenciaque:

Em outras palavras, as pessoas com deficiência estão dizendo: “Exigimos que tudo que se refira a nós seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência, dos órgãos públicos, das empresas, das instituições sociais ou da sociedade em geral, não mais aceitamos receber resultados forjados à nossa revelia, mesmoque em nosso benefício.” (SASSAKI, 2007, p. 8).

Diante disso, o presente eixo tratará da discussão do fazer da psicologia frente ao capacitismo. De acordo com o Artigo 23 da Constituição Federal de 1988,é dever do Estado o cuidado com as pessoas com deficiência:

**Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do DistritoFederal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (Vide ADPF 672) (Constituição, 1988)

Além disso, no Código de Ética Profissional<sup>4</sup> (2005, p. 7) encontra-se um dos princípios fundamentais: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Assim é crucial que a psicologia faça parte da luta anti-capacitista, uma vez que, enquanto ciência e profissão do cuidado, da escuta ativa e da igualdade, estude sobre as implicações de uma estrutura normativa eurocêntrica branca e hegemônica que impõe o corpo certo e, a partir disso, divulgue os resultados com o objetivo de permitir uma compreensão mais ampla e promover uma psicologia verdadeiramente inclusiva na prática, e verdadeiramente anti-capacitista.

Na psicologia, o uso do termo “cuidar” é muito evocado, sendo a definição da prática da psicóloga (Kittay, 2005). Em entrevista com a filósofa feminista e filósofa da deficiência, Eva Kittay, as pesquisadoras Marivete Gesser e Helena Fietz (2021) abordaram acerca da ética do cuidado, conceito criado pela filósofa que se baseia em

relações interpessoais, responsividade às necessidades específicas e relações de dependência e interdependência. Segundo Kittay (2005, p. 443, tradução nossa),

Há uma diferença entre cuidado e dependência. O cuidado é o suporte e assistência que uma pessoa requer de outra e tem significados culturais e éticos cruciais, enquanto a dependência é a condição inevitável de alguém que é muito jovem, doente ou frágil para se cuidar sozinho.

Assim, temos em Kittay (2005) e sua ética do cuidado, uma possibilidade de paradigma a ser adotado nas práticas de psicologia que busquem considerar a multiplicidade de existências. Essa posição supõe discutir que a deficiência se dá no corpo, que é natural e evidente, que não pode ser reconhecida a olho nu, pelo simples fato de "estar ali", porque aquele corpo não tem braço, é cego, usa cadeira de rodas ou tem Síndrome de Down (Rosato et al, 2009, p.97). Considerando a diferença e a afetação direta nas pessoas com deficiência que veem o cuidado dessa maneira dependente, é necessária uma ética global do cuidado a longo prazo e como a compreensão da dependência pode ajudar a estabelecer sistemas mais justos e compassivos de cuidado.

A autora enfatiza ainda a importância de alianças entre grupos com interesses semelhantes, mesmo que tenham diferenças e conflitos, para enfrentar a crise do cuidado a longo prazo (Kittay, 2005). Com as alianças mencionadas, nota-se a importância da criação de políticas públicas de assistência que tenham embutida a ideia do desenvolvimento de autonomia dos sujeitos com deficiência. Kittay, enfim, aborda a ideia de autonomia distinguindo entre autonomia individual e autonomia relacional.

MG e HF: Seguindo neste tema e considerando o modo como o mito neoliberal da independência constitui nosso modo de pensar sobre o sujeito, como é possível desenvolver estratégias para promover o cuidado de pessoas com deficiência baseado em nossas dependências inevitáveis e interdependência inextricável? EK: Bem, é aí que o uso do conceito de independência de fato se torna lesivo. Dizer que todo mundo deve estar trabalhando, por exemplo. Por quê? E por que chamar de "independência" ter um emprego qualquer, estúpido e repetitivo, quando alguém poderia estar sentado, pintando ou escutando música ou na piscina, atividades que poderiam trazer muito mais riqueza à vida do indivíduo do que o "trabalho independente" sem sentido (e, em sua maioria, não produtivo ou minimamente produtivo)?" (GESSER, FIETZ, 2021, p. 9).

Considerando isso, temos, no contato com a ética do cuidado, um questionamento constante dos paradigmas que estão sendo adotados ao se atender um paciente que possui deficiência; é necessário estar atento às repercussões subjetivas, sociais e biomédicas que versam sobre as pessoas e que isso se trata de algo construído culturalmente.

Assim, as pessoas com deficiência precisam ter seus direitos assegurados. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146), foi indispensável para a garantia de

direitos das pessoas com deficiência no país. Na Lei Brasileira de Inclusão,

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 20).

Nota-se que, na prática atual, a política da igualdade não leva em conta as necessidades específicas desses grupos adequadamente, tornando necessário adotar uma política da diferença e equidade para alcançar a justiça social. Nesta perspectiva, faz-se necessária uma leitura sócio-política da deficiência que dê conta não apenas do seu processo de produção, mas também da injustiça econômica e simbólica/cultural a que estão sujeitas as pessoas com deficiência.

Observa-se o quão legítimar apenas uma forma de existência transforma a sociedade em um sistema excludente, que não percebe o ser humano plural e diverso; a condição de limitação física que costuma ser referida à própria pessoa, naverdade, aponta uma estrutura social que é deficiente por não ser capaz de se relacionar adequadamente com a pluralidade.

Lau Patrón (2020) afirma em seu no *Tedx show*, O Futuro Anti-capacitista: curar preconceitos e celebrar diversidades, que “temos que mudar o ponto de vista, entender que o mundo é deficiente e descapacita corpos humanos que não se encaixam nos seus limites, pequenos, apertados e prepotentes”. Nesse sentido, pensar em uma nova forma de encontro é essencial, como aponta Márcia Moraes (2010):

É no estranhamento do encontro com o outro que um pensamento pode advir. O pensamento não se reduz à reconhecimento, ao reconhecimento de si mesmo ou de alguma forma dada e definida deantemão, mas ao invés disso, o pensar envolve outras aventuras, encontros inusitados com o mundo (Moraes, 2010, p. 27).

Assim, temos que a potencialidade do encontro com o outro produz noção de possibilidade de criação. É no estranhamento que ocorre o que Despret (1999) chama de mal entendido promissor, seja algo que no estranhamento do encontro com o diferente ajuda a formular novas formas de visualização do fenômeno, diferente da “ordenação estável das coisas” (Moraes, 2010, p.29). Para Jodelet (2014) a noção de exclusão é diversificada onde há pelo menos uma abordagem em que essa marginalização faz sentido, a psicologia social. Por isso a relevância dos estudos das relações sociais de Silva e Oliver (2019):

Espera-se contribuir com a consolidação do campo de conhecimento sobre a deficiência, particularmente sobre o fomento da participação social do segmento na construção de um mundo novo, mais sensível à diversidade humana e às necessidades específicas dessa pluralidade (Silva e Oliver, 2019, p. 281).

Por fim, é necessário compreender e validar a atuação profissional da Psicologia que também tenha alguma deficiência, uma vez que é também capacitismo quando há uma ideia geral direta de que esses profissionais não devem ter nenhuma deficiência. Além disso, a capacitação na área de recursos humanos, escolares e clínicos, torna-se um desafio na formação das profissionais anti-capacitistas; nesta linha, podemos citar como exemplos básicos capacitistas quando uma pessoa com deficiência auditiva não cabe ao imaginário de uma psicóloga clínica, uma vez que para o processo terapêutico existir deve ter a audição; na contratação de pessoas com deficiência, onde a psicóloga só leva em consideração o laudo médico reduzindo o sujeito a uma CID como mais importante do que as habilidades para a classificação dele; E também quando a atuação profissional não busca criar estratégias e mecanismos para a acessibilidade à pessoa com deficiência.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) define acessibilidade, por meio da norma NRB 9050, como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos utilizados, inclusive sobre as pessoas com mobilidade reduzida.

Assim a principal barreira para se ter acessibilidade e inclusão é a atitudinal, preconceito velado na sociedade ocidental que perpassa pela falta de estudos e conhecimento, a falta de um olhar pela lente do afeto orientadora para a diversidade humana. Por isso, neste sentido, Márcia Moraes (2010) aponta que é um desafio metodológico e político lidar com a deficiência como multiplicidade, pois seguir ordenamentos de ações trata-se do que ela chama de uma pesquisa que se engaja numa política ontológica, que trata de alterar as formas de visão de maneira constante e insistente para que, com a ajuda da linguagem e do estabelecimento de éticas, possa produzir um novo mundo para se viver (Moraes, 2010).

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, encontramos na literatura que a origem do corpo deficiente é marcada por um modelo biomédico que encarcera os corpos divergentes em ideais de tipicidade, sendo assumido como normalidade, reproduzindo grande estigmatização dessa divergência, que culmina no processo político de produção de normas, de linguagem e de subjetividades. Não se trata mais de encarcerar os indivíduos baseando-se na “funcionalidade” ou “disfuncionalidade” destes, mas sim compreender as pluralidades humanas e intensificar pesquisas que promovam a equidade real dos sujeitos excluídos.

Assim, entende-se que, para além deste processo, existem estudos e correntes de pensamento que consideram as condições a que esses corpos foram expostos, e buscam ativamente repensar as categorias que são utilizadas para defini-los, isto porque a psicologia não se trata somente de uma técnica, mas de uma construção de entendimentos que problematizam a linguagem e os saberes da forma como está posta para que a psicologia esteja alinhada efetivamente na luta anti-capacitista.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Paula; MELLO, Anahí; et. al. In. Maluf, Sônia Weider e Tornquist, Carmen Susana (organização). **Gênero, Saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis, Santa Catarina: Editora Letras contemporâneas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). (2004.) Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9050.

BALLESTER, Denise et al. **A Inclusão da perspectiva do paciente na consulta médica**: um desafio na formação do médico. Rev. Bras. Educ. Med., Rio de Janeiro, v. 34, nº. 04, p. 598-606, 2010. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-52712010000400016&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-52712010000400016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 04 nov. 2023.

BARBOSA, L.; DINIZ, D.; SANTOS, W. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.). Deficiência e discriminação. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. da Universidade de Brasília - UnB, 2010. p. 97-115.

BARBOSA, Livia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. **Diversidade corporal e perícia médica**: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6351/4650>>. Acesso em 10 de out. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016, 496 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 10 de out. de 2023.

BRASIL. **Estatísticas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/estatisticas>>. Acesso em 02 de out. de 2023.

BRASIL, L13146. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 12 de out. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Declaração do Direito das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em 01 de nov. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. In: **GLOSSÁRIO**, Programa de inclusão de pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/sobreoprograma/glossario>>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

CAMPBELL, F.K. **Exploring internalized ableism using critical race theory** *Disability & Society* 2008; 23(2):151-162.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Por uma Psicologia anti-capacitista**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/psicologia-promove-ato-virtual-para-marcas-dia>>.

[nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia/>](#). Acesso em 28 de out. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética do profissional Psicólogo. Resolução do CFP Nº 010/05. BRASÍLIA, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf>> . Acesso em 30 de set. de 2023.

DAVIS, Lennard J. **The Disability Studies Reader-Routledge**. 4 ed. New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

DESPRET, V. **Ces émotions que nous fabriquent**. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999.

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo**: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência; 2013; São Paulo. p. 5. Diniz D, Guerri.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. DOS. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/i/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt>>. Acesso em 10 de out. de 2023.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.68-69.

FOUCAULT, M. (1984). **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. (M. T. Albuquerque, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. Campbell FK. Inciting legal fictions: ‘disability’s date with ontology and the ableist body of the law”. *Griffith Law Review* 2001; 10:42-62.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p

GALTON, Francis. **Eugenia e hereditariedade**. DEL CONT, V. *Scientiae Studia*, v. 6,n. 2, p. 201–218, abr. 2008.

GESSER, M.; FIETZ, H. **Ética do cuidado e a experiência da deficiência**: uma entrevista com Eva Feder Kittay. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n264987.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H; TONELI, M. J. F. (2012). **A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social**. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566. doi: 10.1590/S0102- 71822012000300009.

GREINER, Christine. **Corpos Crip**. Instaurar estranhezas para existir. n-1, edições.org, 2023.

GUIMARÃES, E. **Semântica**: Enunciação e Sentido. Campinas, SP: Pontes Editora,2018.

KITTAY, Eva Feder. **Dependency, Difference and the Global Ethic of LongtermCare**. *The Journal of Political Philosophy*: Volume 13, Number 4, 2005, pp. 443–469

KONRAD, A. M. **Access Fatigue**: The Rhetorical Work of Disability in Everyday Life. *College English*; Urbana Vol. 83, Ed. 3, (Jan 2021): 179-199. Disponível em:

<<https://library.ncte.org/journals/CE/issues/v83-3>>. Acesso em 04 de out. de 2023.

MACIEL JR., Auterives. **Einfuhlung**: A ética do "sentir com". Tempo psicanál., Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 232-248, jun. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382016000100014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382016000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 19 jun. 2023.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. **Capacitismo**: entre adesignação e a significação da pessoa com deficiência. Revista Trama, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/trama/issue/view/1251>>. Acesso em 23 de out. de 2023.

MELLO, A. G. **A construção da pessoa na experiência da deficiência**: corpo, gênero, sexualidade, subjetividade e saúde mental. In: Maluf S.W.Tornquist C.S, organizadoras. *Gênero, Saúde e Aflição: abordagens antropológicas* Florianópolis: Letras Contemporâneas; 2010. p. 176.

MERLEAU-PONTY. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 03 de nov. de 2023.

ORTEGA, Francisco. **Biopolíticas da saúde**: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2004, v. 8, n. 14 pp. 9-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100002>>. Acesso em 03 de nov. de 2023.

ROCHA, Jorge Alberto. SALES, Davison Warlla Miranda. **Deleuze e Guattari**: a noção de processos de subjetivação. Nuevo Itinerário Revista digital de Filosofia. Septiembre 2018 ISSN 1850-3578 DOI: <<https://doi.org/10.30972/nvt.0133126>>. Acesso em 02 de out. de 2023.

ROSATO, et al. **El papel de la ideología de la normalidad en la producción de discapacidad**. Ciencia, Docencia y Tecnología Nº 39, Año XX, noviembre de 2009. Investigación Humanidades - Ciencias Sociales (87-105). Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/145/14512426004.pdf>>. Acesso em 27 de out. de 2023.

ROTHER, E. T.. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós**: Da integração à inclusão – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30. Disponível: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf>>. Acesso em 09 de out. de 2023<sup>5</sup>.

SOARES, Simaria de Jesus. **Pesquisa Científica**: Uma Abordagem Sobre o Método Qualitativo. Revista Ciranda, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–13, 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314>>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

# DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PARA O MANEJO DA ANSIEDADE EM ADOLESCENTES EM FASE ESCOLAR

Josiane Gramelich, Lilian de Jesus Brandão, Talissa Zara Riegert<sup>1</sup>, Eduardo Silva Miranda<sup>2</sup>, Lara Pignaton Perim<sup>3</sup>, Gabriela Vieira de Abreu<sup>3</sup>, Wakyla Cristina Amaro Corrêa<sup>3</sup>, Anderson Patrick Luchi<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup>Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

## RESUMO

A ansiedade é uma emoção intrínseca e necessária ao ser humano. No entanto, quando exacerbada, pode acarretar em riscos para a saúde mental. Estudos destacam a ansiedade como uma das condições mentais de maior prevalência no mundo, representando um desafio significativo em termos de saúde pública, com sua incidência crescente entre os adolescentes. A adolescência é caracterizada por mudanças e desafios potencialmente ansiogênicos, de forma que o desenvolvimento de habilidades sociais (HS) tem-se mostrado uma ferramenta útil para lidar com tais dificuldades. Delimita-se como público específico dessa pesquisa, adolescentes de 12 a 17 anos que estão inseridos em escolas brasileiras. Buscou-se compreender como o desenvolvimento de HS pode auxiliar no manejo da ansiedade em adolescentes em fase escolar. Também foram listadas algumas técnicas relevantes para a autorregulação das emoções. Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa em documentos digitais, tais como capítulos de livros da área, artigos científicos, revistas periódicas especializadas. Verificou-se que a promoção das HS no ambiente escolar auxilia o desenvolvimento socioemocional, reduzindo o nível de ansiedade. No entanto, ainda são encontradas poucas intervenções e programas fixos com esse intuito dentro das escolas. Destaca-se também a inserção limitada das psicólogas nesse ambiente.

**Palavras-chave:** Ansiedade; Adolescência; Habilidades sociais.

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui a maior taxa de pessoas com ansiedade no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde são 19 milhões de indivíduos ansiosos (BORGES; NAKAMURA; ANDAKI, 2022). A ansiedade é uma emoção intrínseca e necessária ao ser humano, no entanto, quando atinge um viés exagerado, pode acarretar em riscos para a saúde mental (MATOS; HEMANNY; OLIVEIRA, 2020). Ao tornar-se patológica, a ansiedade provoca um descontrole de reações, que pode causar prejuízos significativos na vida do sujeito, acarretando crises de pânico, afastamento do convívio social e no desenvolvimento de outros transtornos e comorbidades (ROLIM; OLIVEIRA; BATISTA, 2020). Ademais, Borges, Nakamura e Andaki (2022), afirmam que um em cada 14 adolescentes sofre com o transtorno de ansiedade, além disso, um em nove terão esse distúrbio ao longo de suas vidas.

Nesse contexto, um número elevado de jovens e adolescentes apresentam quadros clínicos de transtornos de ansiedade e alterações significativas de humor. Além das alterações psicológicas, há a prevalência de alterações físicas, como tremores, sudorese, tensão e fraqueza (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020). Durante essa etapa do

desenvolvimento humano, é comum que os indivíduos estejam mais vulneráveis e suscetíveis a apresentarem comportamentos ansiosos, devido às mudanças significativas que perpassam o contexto biopsicossocial, isto é, transformações que abarcam “as influências mútuas entre os contextos biológicos, psicológicos e sociais da saúde” (DUARTE; QUEIROZ, 2014, p. 266).

De acordo com Sousa e Silva (2023), é na adolescência que haverá significativa transição, caracterizada por um período de transformações e configurações, isto é, a busca pela identidade diferenciada de seus pares, tal como uma forma de adaptação ao seu ambiente. Para as autoras Binotto, Goulart e Pureza (2021), esta é uma fase referenciada como uma construção social, ou seja, os aspectos cognitivos, físicos, sociais e emocionais passam por expressivas alterações.

Para Fogaça *et al.* (2022), as habilidades sociais (HS) fazem parte de um repertório comportamental necessário para que hajam variações sistemáticas nas contingências que incluem as interações sociais, e que elas são necessárias para aumentar a probabilidade de convívio funcional. Os autores ressaltam ainda, que as HS são variáveis de grande importância para os adolescentes, uma vez que impactam no processo de desenvolvimento da socialização e desempenho acadêmico, além de ser fator preponderante na construção de vínculos e rede de apoio. Logo, para uma existência saudável, torna-se imprescindível agir de forma assertiva e adaptativa frente às diversas situações que se apresentam no cotidiano.

O desenvolvimento de HS tem-se mostrado cada vez mais relevante no que se refere a aquisição de repertório para lidar com as reações causadas pela ansiedade, favorecendo a autorregulação e minimizando estímulos aversivos, isto é, que possam desencadear aversão, sensação de desconforto ou incômodo no indivíduo (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Nobre e Freitas (2021) sublinham a importância das HS como fator aprimorador do desenvolvimento infantil, uma vez que possuem um papel relevante no desempenho escolar, aprendizagem e desenvolvimento sociocognitivo das crianças em contexto educacional. Freitas, Porfírio e Buarque (2018) salientam que pesquisas têm revelado uma associação entre a falta de repertório de habilidades sociais e ansiedade social. Em consonância, Nobre e Freitas (2021) destacam que as habilidades sociais têm sido amplamente relacionadas e utilizadas como ferramenta para o desenvolvimento de repertório comportamental dos sujeitos, criando assim, novas possibilidades de manejo para determinados transtornos mentais, como o transtorno de ansiedade.

Corroborando com o tema, estudos epidemiológicos indicam que os comportamentos ansiosos e os transtornos de ansiedade (TA) representam um desafio significativo em termos de saúde pública (SOUSA; SILVA, 2023). Esses estudos destacam a ansiedade como uma das condições mentais de maior prevalência no mundo, com sua incidência crescente entre os adolescentes. De acordo com a OMS, em 2019, quase um bilhão de pessoas enfrentaram transtornos mentais, e essa estatística incluía 14% da população adolescente global (WHO, 2022).

No Brasil, uma pesquisa incluindo adolescentes de 14 a 19 anos de escolas públicas municipais e federais em São Gonçalo, investigou os níveis de perda funcional e sintomas de ansiedade, depressão e estresse em adolescentes do ensino

fundamental e médio. Dos 113 participantes, sendo a maioria meninas, em 77% foram identificados altos índices de sintomas de depressão, 82% de ansiedade e 90% de estresse, geralmente em níveis moderados a severos (SANTOS *et al.*, 2021).

Em conformidade, Matos, Hemanny e Oliveira (2020), em uma pesquisa com crianças de idades entre 11 e 17 anos, de uma escola pública da cidade de Salvador, relacionaram sintomas de fobia social, transtorno do pânico e ansiedade de separação, em escala crescente, de acordo com a idade. Além da prevalência significativa, o impacto dos transtornos psiquiátricos tem sido considerado o mais prejudicial entre todos os problemas de saúde nessa faixa etária (dos 10 aos 24 anos), apresentando maior probabilidade de que a condição mórbida possa piorar progressivamente ao longo da vida (VIANNA; CAMPOS; LANDEIRA-FERNANDEZ, 2009).

Conforme visto, os padrões de adoecimento mental de crianças e adolescentes nas últimas décadas têm sofrido mudanças consideráveis. Ressalta-se ainda, que a pandemia do COVID-19, caracterizada como tal pela OMS no ano de 2020, agravou ainda mais a questão da ansiedade dos adolescentes, apresentando registros de alta prevalência de sintomas ansiosos e depressivos (OMS, 2022). Borges, Nakamura e Andaki (2022) apontam alterações consideráveis no estilo de vida e nos hábitos durante este cenário de isolamento. À exemplo disso, os adolescentes reduziram expressivamente a prática de atividades físicas e aumentaram o tempo em frente às telas de computadores, celulares e televisores, o que, de acordo com Binotto, Goulart e Pureza (2021), desencadeou uma piora na saúde mental. Comparando o ano de 2019 e 2020, Borges, Nakamura e Andaki (2022) relatam que o aumento foi significativo não só na ansiedade, mas também na depressão e estresse em adolescentes, além disso, pesquisas indicam que este índice foi bem superior nas meninas do que nos meninos.

Ressalta-se ainda, que grande parte dos adolescentes vivenciam momentos de angústia no ensino médio, com a preparação para o vestibular e a escolha profissional. Assim, é comum que estudantes se submetam a cargas horárias extensivas, estágios e outras atividades que, somadas, podem tornar-se fatores estressores e causadores de psicopatologias (SOARES; ALMEIDA, 2020). Por estarem em uma fase complexa, associada a uma alta reatividade emocional, os adolescentes podem apresentar dificuldades de cunho psicológico que, caso não sejam tratadas, podem levar a desajustamentos no futuro (GROLLI; WAGNER; DALBOSCO, 2017). Isto posto, com base em experiências profissionais recentes de uma das autoras deste trabalho em uma Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) em Vitória/ES, observou-se o despreparo dos profissionais da instituição para lidar com alunos que enfrentam crises de ansiedade. Além disso, constatou-se um ambiente escolar hostil que negligencia a saúde mental e subjetividade desses estudantes. Diante dessa realidade, a compreensão da relação entre as habilidades sociais e os transtornos de ansiedade, sob uma perspectiva psicológica, visando contribuir para minimizar as agruras vivenciadas pelos adolescentes, justifica a relevância desta pesquisa; que também pretende fomentar uma experiência saudável no âmbito escolar, no intuito de ser utilizado como fonte de desenvolvimento de materiais de estudo e apoio para

gestores, pais e alunos interessados em aprimorar o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Conforme explicitado, a falta de maturidade emocional e o baixo repertório dos jovens frente aos eventos significativos experienciados durante a adolescência, além do contexto escolar no qual estão inseridos, podem corroborar para desencadear crises de ansiedade. Portanto, esta pesquisa buscou responder: Como o desenvolvimento de habilidades sociais pode auxiliar no manejo da ansiedade em adolescentes em fase escolar?

Assim, este projeto tem como público específico adolescentes de 12 a 17 anos que estão inseridos em escolas brasileiras, a fim de investigar a relação entre o desenvolvimento de habilidades sociais e o manejo da ansiedade. Adicionalmente, objetivando propiciar a integração do conhecimento existente e a possibilidade de oferecer orientações práticas para o manejo da ansiedade, foram compiladas algumas técnicas relevantes ao tema, inseridas dentro do vasto campo de conhecimento da psicologia.

Dessa forma, tem-se como objetivo geral deste trabalho, compreender como o desenvolvimento de habilidades sociais pode auxiliar no manejo da ansiedade em adolescentes em fase escolar. Além disso, os objetivos específicos envolvem, mas não se limitam a, teorizar sobre habilidades sociais na perspectiva da psicologia, conceituar o transtorno de ansiedade e analisar a adolescência dentro do contexto escolar.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Para Gil (2022), a pesquisa pode ser classificada quanto à sua natureza, objetivos, abordagem do problema e procedimentos técnicos utilizados para conduzir de forma metodológica e sistemática o estudo.

Em relação à natureza, esta pesquisa utilizou o tipo básica, em que o objetivo “é gerar conhecimentos úteis para o progresso da ciência” (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010, p.26). Foi realizado um estudo sobre os benefícios do desenvolvimento das habilidades sociais para o manejo das crises ansiosas enfrentadas pelos adolescentes em ambiente escolar. Este processo se deu, através das análises dos temas de forma individual, isto é, pesquisas científicas específicas sobre os conceitos e aplicabilidade das HS, que, ao final, foram integradas. Além do transtorno de ansiedade e, por fim, da adolescência dentro do contexto escolar.

Quanto aos objetivos, foi adotado o tipo de pesquisa exploratória, que investigou e construiu hipóteses a partir de uma revisão narrativa, a fim de aumentar a compreensão acerca dos impactos sobre o tema pesquisado e aprimorar novas possibilidades junto à comunidade científica. Conforme salienta Gil (2022), este tipo de pesquisa tem como finalidade propiciar maior familiaridade com o problema, deixando-o explícito.

Para a abordagem do problema, este projeto adotou o tipo qualitativo. Isto é, não foram explorados dados estatísticos como base de análise e, sim, por meio da indução. De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa qualitativa

considera uma relação dinâmica da objetividade do ambiente e a subjetividade do sujeito indissociável, que requer interpretações e atribuições de significados e não dados numéricos.

De acordo com Gil (2022), é necessário delinear a pesquisa sob a análise do ambiente em que os dados serão coletados e definir inclusive a forma que o pesquisador fará para controlar as variáveis do estudo. Portanto, ao longo deste trabalho se fez uso das técnicas de pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico para alcançar os objetivos propostos. Já para a coleta de dados foram utilizados materiais já publicados, tais como capítulos de livros da área, artigos científicos e revistas e periódicos especializados. Para isso, foram incluídos os indexadores eletrônicos, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Os descritores utilizados foram, mas não se limitam a: “habilidades sociais”, “ansiedade”, “transtorno de ansiedade”, “manejo”, “intervenção”, “crise de ansiedade”, “adolescente”, “estudantes” e “escola”.

Além disso, foi apresentado um compilado de técnicas associadas ao desenvolvimento de habilidades sociais, que podem corroborar para o manejo da ansiedade dos adolescentes em contexto escolar. As técnicas exploradas foram: *mindfulness* ou atenção plena, relaxamento muscular progressivo, exposição interoceptiva e treinamento em habilidades sociais.

## DESENVOLVIMENTO

### Habilidades sociais

De modo a facilitar o entendimento do presente trabalho, faz-se necessário conceituar e relacionar alguns temas já citados anteriormente. Neste primeiro tópico, explicitam-se os conteúdos referentes às Habilidades Sociais (HS).

Freitas *et al.* (2022), enfatizam que a sociedade contemporânea passa por transformações constantes e em uma velocidade crescente. Os indivíduos são atravessados por relações, sejam elas interpessoais ou intrapessoais, nas quais precisam assimilar novos conhecimentos a fim de responder, de forma assertiva e eficaz, às necessidades que surgem nos diferentes contextos e situações. Nessa perspectiva, Benzana (2020) destaca a necessidade do desenvolvimento de um repertório rebuscado de habilidades sociais para lidar com os desafios e demandas que se apresentam.

O termo habilidades sociais, é utilizado para referir-se “às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que contribuem para a competência social, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005, p. 31). O comportamento socialmente hábil, para Caballo (2008), envolve a expressão adequada de sentimentos, atitudes, desejos, opiniões e direitos em situações interpessoais, respeitando os demais indivíduos e resolvendo problemas imediatos, minimizando prováveis problemas futuros.

Embora as HS possam ser aprendidas perenemente ao longo do desenvolvimento, a infância e a adolescência representam fases cruciais tanto para a aquisição, quanto para

seu aprimoramento, uma vez que são períodos do desenvolvimento em que se inicia a aprendizagem de comportamentos sociais e de normas de convivência (CABALLO, 2008; BENZANA; 2020). A *priori*, o aprendizado dá-se, principalmente, através da modelagem, onde a criança aprende observando os primeiros cuidadores e, posteriormente, no convívio social com a comunidade, isto é, demais familiares, vizinhos, creche e escola. Dessa forma, a cultura, o ambiente e as condições às quais a criança é exposta, irão influenciar diretamente na qualidade de suas futuras relações interpessoais, o que torna essencial levar em conta a conduta dos pais, já que muitos comportamentos são resultado direto de aprendizado e prática (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017; CABALLO, 2008).

Sobre o tema, Linehan (2018) acrescenta que:

Aprender habilidades comportamentais é particularmente difícil quando o ambiente imediato ou a cultura mais ampla de uma pessoa não dão suporte para essa aprendizagem. Assim, o indivíduo deve aprender não só as habilidades de autorregulação e como influenciar seu ambiente, mas também quando exercer essa regulação (LINEHAN, 2018, p.4).

Nesse sentido, uma classe de HS destacada por Del Prette e Del Prette (2017, p. 29) é a “capacidade de manejar conflitos e resolver problemas interpessoais”, que visa desenvolver estratégias eficazes para lidar com adversidades e resolver questões nas relações interpessoais. Seu objetivo é capacitar o indivíduo a lidar com crises ansiosas, exercitar o autocontrole, reconhecer e nomear problemas, além de identificar comportamentos em si mesmo e nos outros. Ao expressar necessidades de forma funcional e buscar soluções construtivas em momentos de tensão, os estudantes conseguem gerir melhor a ansiedade e, conseqüentemente, podem obter uma maior qualidade de vida (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

As HS devem ser compreendidas dentro de um contexto cultural, incluindo variações nos padrões de comunicação devido a fatores como idade, gênero, classe social e educação. A eficácia nas interações sociais depende do objetivo da situação, tornando inexistente um critério absoluto, portanto, “não pode haver uma maneira correta de se comportar que seja universal, mas uma série de enfoques diferentes que podem variar de acordo com o indivíduo.” (CABALLO, 2008, p. 4).

Rodrigues e Folquitto (2019) enfatizam que, ser habilidoso socialmente é algo que pode ser assimilado e desenvolvido. Em vários quadros psiquiátricos que surgem na infância, o comportamento pode parecer inadequado, seja manifestando atitudes externalizantes, que envolvem quebrar regras, ser agressivo e hostil nas relações interpessoais, ou atitudes internalizantes, que incluem o isolamento, queixas físicas, ansiedade e depressão. Para as autoras, manifestar opiniões e sentimentos com assertividade é desafiador não só para adultos, como também para crianças e adolescentes, que estão em uma fase do desenvolvimento em que podem se sentir mais vulneráveis às críticas, tendendo a reações impulsivas. Assim, padrões de comportamentos inadequados ao contato interpessoal podem ser moldados, auxiliando o indivíduo a se integrar melhor em grupos sociais (RODRIGUES; FOLQUITTO, 2019).

Tais habilidades, se desempenhadas com competência social, geram uma alta probabilidade de ocorrerem efeitos positivos e imediatos no ambiente. Além disso, considera-se a competência social como um indicativo de expressiva precisão no que se refere ao ajustamento psicossocial e às perspectivas favoráveis ao desenvolvimento, enquanto um repertório social escasso pode sinalizar um sintoma ou estar relacionado a problemas psicológicos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005). Para melhor elucidação, faz-se necessária uma distinção entre os termos desempenho social, competência social e habilidades sociais. O desempenho social, envolve qualquer comportamento emitido no contexto social, podendo ser classificado como socialmente competente ou não. A competência social, se refere à capacidade de “articular pensamentos, sentimentos e ações de acordo com objetivos pessoais e demandas da situação e da cultura.” (FREITAS; PORFÍRIO; BUARQUE, 2018, p.1). Ou seja, ao emitir um comportamento em determinada situação social, o sujeito está apresentando um desempenho social. Se este sujeito agir com coerência e funcionalidade, isto é, ter ações de acordo com seus pensamentos e sentimentos, que sejam adaptadas ao ambiente e gerando consequências positivas para este sujeito, seu desempenho será avaliado como competente. Por fim, as HS, abarcam as classes de comportamentos sociais que existem no repertório de um indivíduo, que visam contribuir para sua competência social e qualidade dos relacionamentos, isto é, quando o indivíduo consegue apresentar um desempenho social competente (RODRIGUES; FOLQUITTO, 2019). Objetivando facilitar a identificação dos recursos e dos déficits, ou seja, aquilo que o indivíduo traz enquanto potencialidade e aquilo que precisa ser estimulado, Del Prette e Del Prette (2017) organizaram o Portfólio de Habilidades Sociais, que consiste na divisão, em classes e subclasses, das habilidades sociais relevantes e pertinentes às tarefas e papéis sociais dos indivíduos. Segundo os autores, as principais classes de HS são: comunicação; civilidade; fazer e manter amizade; empatia; assertivas; expressar solidariedade; manejar conflitos e resolver problemas; expressar afeto e intimidade; coordenar grupo; falar em público. Assim, nota-se que um repertório bem estruturado de HS, pode promover relações mais harmoniosas na vida dos sujeitos, principalmente, se estimulado ainda na infância e adolescência, contribuindo, assim, para o aumento da capacidade adaptativa diante de situações adversas e com fatores estressantes, como a ansiedade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

### **Transtorno de ansiedade**

Segundo Freeman e Freeman (2015) a etimologia da palavra ansiedade deriva do grego e está relacionada a "apertar forte", "estrangular" e "estar oprimido pelo sofrimento"; assim como "carga", "fardo" e "problema". Essas definições remetem à sua natureza intensa e opressiva. Os autores destacam ainda que no século XIX, foi estabelecida a primeira conceituação da ansiedade como uma alteração na função da atividade mental.

Considerada uma emoção inerente ao ser humano, a ansiedade, segundo Sousa e Silva (2023), desempenha um papel adaptativo essencial, equiparado em importância à felicidade e à tristeza. As autoras elucidam ainda que, quando funcional, a ansiedade

auxilia na resolução de desafios, na autoproteção e na reação diante de possíveis ameaças. Além de sua função de alerta e preparação para lidar com situações adversas, a ansiedade também pode fornecer motivação e energia para o enfrentamento de obstáculos que são encontrados no cotidiano (SOUSA; SILVA, 2023).

Barlow e Durand (2016) apresentam a seguinte definição:

Ansiedade é um estado de humor negativo caracterizado por sintomas corporais de tensão física e apreensão em relação ao futuro [...] um estado de ânimo voltado para o futuro em que se está pronto ou preparado para lidar com acontecimentos negativos vindouros [...] Se fôssemos colocar a ansiedade em palavras, poderíamos dizer: “aquele episódio terrível pode acontecer novamente e eu talvez não seja capaz de lidar com ele, mas preciso estar pronto para tentar” (BARLOW; DURAND, 2016, p. 125-126).

Abraão e Lopes (2022) acrescentam que a ansiedade é uma característica daqueles que direcionam seu foco para o futuro e se preocupam com eventos por vir. Ela se manifesta como uma resposta física ao estresse, isto é, a partir de vivências de situações percebidas como ameaçadoras. Segundo as autoras, quando as tensões se acumulam, o organismo encontra uma maneira de tentar equilibrar o aparato psicológico por meio da descarga dessas tensões no próprio corpo. Isso resulta em sintomas que podem variar em termos de sua gravidade e intensidade, indo desde uma fadiga psicológica até doenças psicossomáticas graves decorrentes da tensão emocional crônica.

Ao se transformar em uma condição patológica, a ansiedade provoca um descontrole emocional, físico e comportamental, desencadeando reações excessivas. Diante da sensação de ameaça iminente, o nível de ansiedade foge do controle, tornando-se exacerbado e insuportável para a pessoa tentar lutar ou fugir, fazendo com que a mesma crie mecanismos de defesa, como a evitação à lugares, pessoas e situações que possam provocar reações ansiosas (ROLIM; OLIVEIRA; BATISTA, 2020).

Borba, Hayasida e Lopes (2019) destacam que, o transtorno de ansiedade pode caracterizar-se conforme a frequência das crises e o nível de prejuízo causado na vida do indivíduo. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2016) define que os transtornos de ansiedade (TA) abarcam os demais transtornos que possuem equivalência em suas características, além do medo e ansiedade excessivos e outras perturbações emocionais relacionadas.

Adicionalmente, os distúrbios de ansiedade se distinguem do medo ou da ansiedade adaptativos por serem desproporcionais ou durarem mais do que o esperado para a fase de desenvolvimento correspondente (APA, 2016). O medo é a “resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida”, estando mais associado a comportamentos de luta ou fuga. Já a “ansiedade é a antecipação de ameaça futura (...) sendo mais frequentemente associada a comportamentos de cautela ou esquiva” (APA, 2016, p. 344).

Nesse sentido, o DSM-5 (2016) define as diferentes formas que a ansiedade patológica pode se manifestar em: Transtorno de ansiedade de separação, Mutismo

seletivo, Fobia específica, Transtorno de ansiedade social (Fobia social), Transtorno de pânico, Agorafobia, Transtorno ansiedade generalizada (TAG), Transtorno de ansiedade induzido por substância/medicamento e Transtorno de ansiedade devido a outra condição médica (APA, 2016).

Silva Filho e Silva (2013), explicam que os transtornos de ansiedade possuem uma etiologia multifatorial, incluindo fatores genéticos, neurobiológicos, psicológicos e ambientais que desempenham um papel significativo em sua origem e desenvolvimento. Para Rolim, Oliveira e Batista (2020, p. 66) “um dos principais fatores que predispõe a ansiedade está relacionado aos aspectos emocionais que surgem de crenças desadaptativas obtidas durante a vida”.

Ressalta-se ainda, que existe uma conexão direta entre a ansiedade e o estresse, que pode ser definido como a sensação de incapacidade de lidar com as demandas do cotidiano. Essa associação deve-se às raízes comuns entre os dois, incluindo o mecanismo de lutar ou fugir, que pode desencadear respostas emocionais disfuncionais, como a ansiedade patológica (FREEMAN; FREEMAN, 2015). O estresse tem sido frequentemente relacionado ao contexto acadêmico, especialmente durante a adolescência. É importante salientar, que muitos transtornos de ansiedade têm origem na infância e tendem a persistir se não forem tratados, afetando negativamente o funcionamento social e escolar. Um exemplo disso, é o transtorno de ansiedade social, que é incapacitante e apresenta alta prevalência ao longo da vida em crianças e adolescentes (APA, 2016).

Portanto, é de extrema importância realizar uma análise mais aprofundada da fase do desenvolvimento humano compreendida como adolescência, levando em consideração o seu contexto biológico, psicológico e social. A visão mais abrangente desses fatores, permite identificar possíveis estratégias de intervenção e prevenção de transtornos ansiosos, objetivando a melhoria da saúde mental e o desenvolvimento pleno dos adolescentes.

### **A adolescência e o contexto escolar**

Conforme salientado, os comportamentos ansiosos, principalmente, na infância e adolescência, são esperados diante de determinadas situações. Contudo, quando se tornam excessivos, podem levar ao desenvolvimento de psicopatologias. Nesse sentido, é necessário compreender os aspectos relevantes que atravessam essa fase, marcada por expressivas transformações.

A utilização da idade como um critério conveniente para definir a adolescência, embora seja comum, deve ser considerada apenas como um dos elementos para delinear essa fase da vida (AZEVEDO; REATO, 2019). O Estatuto da Criança e do Adolescente considera crianças os indivíduos com até 12 anos de idade e adolescentes aqueles com 12 anos completos a 18 anos incompletos (BRASIL, 1990). Para a OMS, é caracterizado como adolescência o período entre 10 e 20 anos de idade (WHO, 2014).

Segundo Papalia e Martorell (2022), a adolescência é compreendida como uma construção social, isto é, não possui uma categoria física ou biológica delimitada. Configura-se como uma fase de transição no desenvolvimento, onde são esperadas

transformações significativas em termos físicos, cognitivos e psicossociais. Além disso, a adolescência se manifesta de maneira diversa em diferentes ambientes sociais, culturais e econômicos.

Outrossim, tal período também é relativo à maturidade psicossocial, no qual o sujeito faz a transição de criança para adolescente perante a sociedade, isto é, passa a vivenciar grandes responsabilidades, cobranças, alterações significativas na vida escolar, além da necessidade de ter novas experiências e de sentir-se pertencente a um grupo (RUFFATO 2006; JATOBÁ; BASTOS, 2007; TAVARES *et al.*, 2022).

Para Karina Fukumitsu (2021) a adolescência:

[...] é um período de produção de um novo saber. É a fase de busca de sabedoria de um novo corpo, jeito de se relacionar e de encarar a vida. É uma etapa do desenvolvimento humano em que a capacidade maturacional ainda não está desenvolvida e, por esse motivo, o adolescente ocupa temporariamente o lugar dos fragmentos entre desconhecimento e descoberta. Trata-se de fase matizada que se torna muitas vezes difícil de compreender e, por isso, equivale a um momento de crise. (FUKUMITSU, 2021, p. 66).

Durante esse processo dinâmico, de modificações intensas e busca pela construção da identidade, podem emergir crises, deixando os adolescentes mais vulneráveis e instáveis, uma vez que, geralmente, possuem um repertório escasso para lidar com todas essas demandas (GROLLI; WAGNER; DALBOSCO, 2017; TAVARES *et al.*, 2022). Esse período também pode ser confundido com depressão, portanto, é crucial observar como o adolescente se relaciona consigo e com o ambiente ao longo do tempo. Mudanças abruptas de comportamento, como automutilação, medos excessivos, isolamento e distúrbios do sono, entre outros, servem como sinais de alerta, visto que nesta etapa é comum o surgimento de quadros de transtornos mentais (FUKUMITSU, 2021).

Silva Filho e Silva (2013) apontam que, nos transtornos de ansiedade, principalmente nessa etapa da vida, é frequente o não reconhecimento dos próprios medos e preocupações como disfuncionais, tendo, como resultado recorrente, queixas somáticas. Os autores trazem ainda, que episódios de irritabilidade, choro intenso e “explosões” de raiva, que, muitas vezes, são erroneamente interpretados como desobediência e rebeldia, na verdade, podem expressar a tentativa do jovem de evitar o estímulo desencadeante da agressividade. Ignorar estes comportamentos ou considerá-los como exagerados pode ser prejudicial na identificação e tratamento das psicopatologias (OLIVEIRA-MONTEIRO *et al.*, 2012; TAVARES *et al.*, 2022).

Soares e Almeida (2020) ressaltam, que um dos contextos que mais contribui para que os adolescentes experimentem fatores ansiogênicos e estressantes é o ambiente escolar. Uma vez que, nessa faixa etária, os estudantes, geralmente, estão iniciando o ensino médio e precisam lidar com a exigência das provas e manter um bom desempenho escolar, além do acréscimo de disciplinas, conteúdo denso, dificuldades de adaptação e aprendizagem, escolha da profissão, vestibular, entre outros (TAVARES *et al.*, 2022). Ademais, estudos recentes dialogam sobre as metodologias,

carga horária extensa e estrutura curricular e pedagógica como potenciais causadores de TA em adolescentes estudantes do ensino médio integrado (SOARES; ALMEIDA, 2020). Segundo Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), uma pesquisa realizada com alunos de uma escola de ensino médio integrado, revelou que 43% dos participantes afirmaram já ter experimentado algum tipo de impacto negativo ou sofrimento emocional, incluindo transtornos de ansiedade e depressão.

Vale destacar, que um ambiente escolar hostil, marcado por atos de *bullying*, violência e discriminação racial, também pode resultar no surgimento de psicopatologias. Isso inclui um aumento significativo nos níveis de depressão e ansiedade entre as vítimas (DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Segundo as autoras, o racismo é uma forma de violência e opressão, que parte do pressuposto da superioridade de algumas raças sobre outras, cujo impacto tem sido investigado ao longo dos anos. As autoras destacam ainda, que o Ministério da Saúde reconheceu que a discriminação racial afeta a saúde mental, uma vez que a constante exposição a situações humilhantes e constrangedoras pode desencadear processos disruptivos nos aspectos psíquico e emocional, resultando em reações como ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de expressão, “explosões” de raiva e impacto na identidade e autoimagem. Isto posto, observa-se a interconexão entre adolescência, ansiedade e contexto escolar. Assim, a compreensão e interseção desses três fatores é primordial para identificar e abordar adequadamente os desafios emocionais e sociais enfrentados pelos jovens durante essa fase do desenvolvimento. Portanto, explorar o arcabouço teórico e prático das abordagens psicológicas, a fim de fornecer estratégias eficazes no manejo da ansiedade, é fundamental para promover a saúde mental e a qualidade de vida dos adolescentes.

### **Análise da Literatura**

Nessa pesquisa foram explorados os benefícios proporcionados pelo desenvolvimento das habilidades sociais, enfatizando sua relevância na capacidade de responder de forma assertiva e eficaz às necessidades que surgem diante de contextos adversos.

Verifica-se que a promoção das HS no ambiente escolar tem sido estimulada, a fim de fomentar o desenvolvimento socioemocional e mitigar problemas comportamentais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017). Fernandes *et al.* (2014) destacam uma crescente tendência na implementação de programas preventivos nas escolas, que se justificam pela capacidade de atingir uma amostra diversificada. Esses programas fortalecem o suporte entre colegas, reduzem problemas psicossociais na sala de aula e promovem o desenvolvimento saudável (FERNANDES *et. al*, 2014). Para Benzena (2020), a escola representa um ambiente intrinsecamente baseado na interação e amplamente reconhecido como fundamental para o crescimento interpessoal das crianças. Portanto, incentivar a aquisição de competências sociais é considerado um elemento de resguardo capaz de diminuir a probabilidade de problemas como: o *bullying*, a discriminação e preconceito.

O tema ganha mais relevância diante da prevalência de diversos atentados às escolas brasileiras. De acordo com Heck (2023), esses episódios vêm de uma cultura de

reprodução de outros países, como o EUA por exemplo, em que os próprios jovens atentam contra a vida de outros. Para o autor, não é apenas uma crise de violência, mas sim um projeto social e político que tem como pano de fundo ódio, intolerância, apologias, diversidades, frustrações e contrapontos de inclusão. Para Souza (2012), o enfrentamento desta violência precisa ser visto através das perspectivas de cidadania, aumento das relações sociais e construções de projetos participativos intersetoriais e interdisciplinares.

Em consonância com o exposto, estudos recentes apontam para a diminuição do nível de ansiedade por meio de diversas ações desenvolvidas em contexto escolar, como grupos de intervenção, práticas de meditação e *mindfulness*, campanhas de conscientização, e grupos de promoção da saúde mental, tanto para alunos quanto para professores. A implementação destas iniciativas apresentou resultados positivos na diminuição das queixas de saúde mental dos alunos, aprimoramento das relações interpessoais e fortalecimento dos laços entre estudantes e instituição escolar (SOARES; ALMEIDA, 2020; GONÇALVES; FURTADO; FERREIRA, 2021).

Nessa perspectiva, sabe-se que “o transtorno da ansiedade na adolescência é uma realidade cada vez maior e disseminada na população sem restrições de gênero, raça, idade e sexualidade.” (TAVARES *et al.*, 2022, p.6). No entanto, apesar de apresentar considerável variedade de técnicas e programas disponíveis para o manejo da ansiedade, ainda são encontradas, na literatura, poucas intervenções no contexto escolar.

À luz do exposto, compreende-se que o desenvolvimento das habilidades sociais é uma estratégia potente para o manejo das emoções. O acesso pode ser feito de diversas formas, a depender do objetivo. Assim, visando contribuir com o campo da psicologia e auxiliar os que buscam informações sobre esse processo, faz-se necessário enfatizar algumas técnicas relevantes para a autorregulação das emoções.

De acordo com Souza (2020), a autorregulação pode ser aprimorada por meio da meditação *mindfulness* ou “atenção plena”, que originou-se de práticas orientais como o budismo. Essa técnica enfatiza a aceitação das emoções, promovendo a compreensão de que não é necessário controlá-las, mas sim vivenciá-las sem julgamento, além de priorizar o contato com o presente e minimizar reações intensas. Linehan (2018) descreve o *mindfulness* como a antítese de viver no “piloto automático”, focando a conscientização no presente, a partir da observação intencional, descrição e participação da realidade, fazendo uma coisa de cada vez, com efetividade e fluidez. Além disso, Souza (2020) destaca que a prática do *mindfulness* reduz os indicadores fisiológicos do estresse, incluindo cortisol, pressão arterial e frequência cardíaca, e tem sido utilizada em abordagens psicológicas como a Terapia Cognitivo Comportamental e a Gestalt-terapia. Embora sua implementação no ambiente escolar seja inovadora, tem-se obtido resultados promissores no aprimoramento de diversas competências (CAMPOS, 2019).

Hofmann (2022) aponta que a ansiedade frequentemente resulta em tensão muscular, causando sintomas físicos. Leahy, Tirch e Napolitano (2013) explicam que isso ocorre devido à ativação do sistema nervoso simpático, que acelera a respiração, o ritmo

cardíaco e a tensão muscular, preparando o corpo para lutar ou fugir. Essa tensão pode ser prejudicial, e para contrapor isso, o Relaxamento Muscular Progressivo (RMP) é uma técnica eficaz, que envolve a aplicação breve de tensão muscular seguida por relaxamento prolongado, promovendo relaxamento completo do corpo e aliviando o estresse (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013; HOFMANN, 2022).

No intuito de lidar com a ansiedade de forma mais direta, a técnica “exposição interoceptiva”, objetiva trabalhar com grupos de crianças e adolescentes, a fim de modificar crenças disfuncionais, sendo realizada através de exercícios específicos, onde os jovens experienciam os sintomas similares aos provocados pelos transtornos de ansiedade, como por exemplo “correr no lugar para acelerar o ritmo cardíaco e induzir transpiração e rubor” (NEUFELD, 2015, p. 178). A exposição ajuda a aprender que situações catastróficas são improváveis de ocorrer na realidade, possibilitando praticar as habilidades de gerenciamento da ansiedade em situações do cotidiano (HOFMANN, 2022).

O Treinamento de Habilidades Sociais (THS), de acordo com Del Prette e Del Prette (2017), engloba uma série de atividades planejadas e estruturadas, que são conduzidas por um terapeuta ou facilitador, objetivando o aprimoramento das habilidades sociais. O THS pode ser administrado tanto em configurações de grupo como individualmente e tem aplicações preventivas, terapêuticas e profissionais, além de ser especialmente relevante em contextos educacionais e em diversas faixas etárias, podendo ser adaptado com módulos específicos para abordar a ansiedade. Suas técnicas incluem exercícios instrucionais, exposição dialogada, ensaios comportamentais e tarefas para casa. Ademais, podem incorporar *feedback*, reforço, modelagem, análise de contingências e recursos multimídia para otimizar a eficácia das intervenções, no intuito de aprimorar, não apenas, as habilidades sociais, mas também ampliar o desenvolvimento da competência social como um todo (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017). Neufeld (2015) explica que as atividades práticas, como teatralização, apresentações, grupos e dinâmicas, são utilizadas para cultivar um repertório prático que permita enfrentar situações desafiadoras.

Dessa forma, com base nas pesquisas realizadas, nota-se que os autores reforçam a necessidade de implementação de intervenções focadas nos transtornos de ansiedade entre estudantes, as quais podem ser administradas por psicólogos escolares, visando oferecer suporte emocional aos alunos (SOARES; ALMEIDA, 2020; GONÇALVES; FURTADO; FERREIRA, 2021; CAMPOS, 2019; TAVARES *et al.*, 2022; BENZENA, 2020). Esse consenso ressalta a significativa importância da introdução de programas de treinamento de habilidades sociais e outras abordagens psicológicas na comunidade educacional. Ao estimular o desenvolvimento do manejo das emoções, almeja-se capacitar os indivíduos a lidarem com o transtorno de ansiedade de maneira funcional, buscando soluções criativas em momentos de tensão. Essa perspectiva visa contribuir para uma gestão aprimorada da ansiedade e uma melhor qualidade de vida, conferindo a essa pesquisa uma significância notável no contexto escolar.

## CONCLUSÃO

Os estudos destacam a ansiedade exacerbada como uma das condições mentais de maior prevalência no mundo, representando um desafio significativo em termos de saúde pública, com sua incidência crescente entre os adolescentes. Além de transformações físicas, estudiosos da área do desenvolvimento afirmam que os jovens lidam com diversas questões emocionais ao longo da vida, portanto, o trabalho de compreender e atuar nas necessidades de manejo comportamental se fazem imprescindíveis.

Ao longo da pesquisa, foi possível reforçar que a fase da adolescência é marcada por construções sociais embasadas no pertencimento a um grupo. Acerca das habilidades sociais, constatou-se que elas podem tangenciar diversas formas de se comportar em prol da construção e manutenção de relações saudáveis.

No entanto, apesar dos dados reforçarem a importância destas habilidades, quando se trata da temática de ansiedade, há precariedade de programas fixos dentro das escolas. Os artigos encontrados mencionam intervenções pontuais, destacando também a inserção limitada das psicólogas no ambiente escolar.

Tais resultados se amparam na necessidade da atuação de uma equipe multidisciplinar nas escolas e a presença de psicólogas nesse contexto, uma vez que é local de aparecimento e fortalecimento de sintomas de ansiedade.

Assim, este trabalho demonstrou, através da vasta possibilidade de técnicas, como a promoção de HS pode melhorar o desempenho social e escolar dos adolescentes, corroborando para o gerenciamento do estresse e ansiedade de forma assertiva. Além disso, observou-se indicadores de transições mais saudáveis para a vida adulta, seja por meio de controle físico e das emoções, seja por possibilitar melhores interações com seus pares e demais membros da sociedade.

Foram abarcadas as práticas de meditação e *mindfulness*, campanhas de conscientização, grupos de promoção da saúde mental e o Treinamento de Habilidades Sociais (THS).

Como limitação deste estudo, destaca-se a predominância de artigos que enfatizam as escolas públicas na amostra analisada. Embora essas pesquisas tenham propiciado um panorama para a discussão em um contexto educacional amplamente acessível, é crucial expandir o escopo de investigação para incluir uma gama mais diversificada de instituições de ensino. Nesta perspectiva, futuras pesquisas devem ampliar sua abrangência, incluindo escolas diversas, populações indígenas e minorias étnicas, a fim de enriquecer as abordagens e soluções para promover as habilidades sociais e gerenciar a ansiedade em outros contextos educacionais.

Sugere-se, portanto, que mais pesquisas sejam realizadas no intuito de auxiliar esse público, visto que é uma fase de transformações extremamente relevantes no desenvolvimento humano. Além disso, sintomas e quadros estabelecidos durante a adolescência podem persistir ao longo da vida adulta.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, T. B.; LOPES, A. P. A. Principais causas do estresse e da ansiedade na sociedade

contemporânea e suas consequências na vida do indivíduo. **Contradição - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v.3 n.1, 2022. Disponível em <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/39/6> 1. Acesso em: 15 out 2023.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-**DSM-V**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

AZEVEDO, A. E. B. I.; REATO, L. de F. N. **Manual de adolescência**. Barueri, SP:Editora Manole, 2019.

BARLOW, D. H.; DURAND, V M. **Psicopatologia: Uma abordagem integrada -Tradução da 7ª edição norte-americana**. Cengage Learning Brasil, 2016.

BENZANA, I. B. Habilidades sociais infantis relevantes sob ponto de vista dos professores do ensino primário . **Revista Revise**, v. 6, n. Fluxo Contínuo (2020): Psicologia e Educação, p. 38-55, 2020. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/download/1444/1189/6561>. Acesso em: 10 out. 2023.

BINOTTO, B. T.; GOULART, C. M. T.; PUREZA, J. da R. Pandemia da Covid-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 195–213, 2021. Disponível em <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/782>. Acesso em: 10 out. 2023.

BORBA, C. de S.; HAYASIDA, N. M. de A., LOPES, F. M. Ansiedade social e habilidades sociais em universitários. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 119-137, dez. 2019. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472019000300006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472019000300006). Acesso em: 23 abr. 2023.

BORGES, J. A.; NAKAMURA, P. M.; ANDAKI, A. C. R. Alta prevalência de ansiedade e sintomatologia depressiva em adolescentes na pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 27, p. 1–8, 2022. Disponível em <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14973>. Acesso em: 10 out.2023.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html). Acesso em: 20 abr. 2023.

CABALLO, V. E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2008.

CAMPOS, A. C. T. **A influência das técnicas de mindfulness no comportamento em sala de aula, na ansiedade e no empenho acadêmico**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Psicologia Clínica e de Aconselhamento. Lisboa, dez. 2019. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/4597>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450-464, jul. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt#>. Acesso em 1 jun. 2023.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEL PRETTE A.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Competência Social e Habilidades Sociais: Manual Teórico-prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

DUARTE, A. N.; QUEIROZ, E. Contribuições do modelo biopsicossocial para adesão ao tratamento na obesidade. **Comun. Ciênc. Saúde**, v. 25, n. 3/4, p. 263-274, nov. 27, 2014. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs\\_artigos/2014\\_contribuicoe\\_modelo.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/2014_contribuicoe_modelo.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

FERNANDES, L. F. B.; ALCKMIN-CARVALHO, F.; IZBICKI, S.; MELO, M. H. S. Prevenção universal de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão sistemática. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 16, n. 3, p. 83-99, 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-3687201400030007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687201400030007). Acesso em: 1 abr. 2023.

FOGAÇA, F. F. S. *et al.* Avaliando ansiedade e habilidades sociais de universitários durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, 2022. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/364997651\\_Avaliando\\_ansiedade\\_e\\_habilidades\\_sociais\\_de\\_universitarios\\_durante\\_a\\_pandemia\\_da\\_COVID-19\\_Anxiety\\_and\\_social\\_skills\\_indicators\\_of\\_college\\_students\\_during\\_COVID-19\\_pandemic\\_Ansiedad\\_y\\_habilidades\\_soci](https://www.researchgate.net/publication/364997651_Avaliando_ansiedade_e_habilidades_sociais_de_universitarios_durante_a_pandemia_da_COVID-19_Anxiety_and_social_skills_indicators_of_college_students_during_COVID-19_pandemic_Ansiedad_y_habilidades_soci). Acesso em: 10 out. 2023.

FREEMAN, D.; FREEMAN, J. **Ansiedade: o que é, os principais transtornos e como tratar**. Tradução: Janaína Marcoantonio – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

FREITAS, L. C.; AGOSTINI, J. M. G.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Caracterização do campo das habilidades sociais e tendências de pesquisa para um mundo em transformação. **Latin American Journal of Business Management**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2022. Disponível em <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/691>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FREITAS, L. C.; PORFÍRIO, J. C. C.; BUARQUE, C. N. L. Indicadores de ansiedade social infantil e suas relações com habilidades sociais e problemas de comportamento. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v.12, n.2, p.109-118, jul. 2018. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472018000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000200012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 abr. 2023.

FUKUMITSU, K.O. Adolescência: fase dos fragmentos entre desconhecimento e descoberta. In: ZANELLA, R.; PINHEIRO, L (org.). **Adolescência na clínica gestáltica**. 1. ed., São Paulo: Summus, 2021.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 15 out. 2023.

GONÇALVES, A. C.; FURTADO, F. C. S.; FERREIRA, M. de L. B. F. Projeto de intervenção para a promoção de cuidado em saúde mental na escola: um relato de experiência. **Revista Docentes**. v. 6 n. 15. Formação Continuada – Itinerários Formativos, 2021. Disponível em <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/428>. Acesso em 3 nov. 2023.

GROLLI, V.; WAGNER, M. F.; DALBOSCO, S. N. P. Sintomas Depressivos e de Ansiedade em Adolescentes do Ensino Médio. **Rev. Psicol. IMED**, Passo Fundo, v.9, n.1, p.87-103, jun. 2017. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-50272017000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272017000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 2 abr. 2023.

HECK, J. X. Violência e ataques às Escolas no Brasil: como chegamos a este ponto e como podemos sair dele? **Revista Thema**, Pelotas, v. 22, n. 1, editorial 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/3361>. Acesso em: 31 out. 2023.

HOFMANN, S. G. **Lidando com a ansiedade: estratégias de TCC e mindfulness para superar o medo e a preocupação**. Porto Alegre: Artmed. Grupo A, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820581/>. Acesso em: 24 out. 2023.

JATOBÁ, J. D. V. N.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 56, n. 3, p. 171- 179, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bpsiq/a/qq3wLVwDfBpnZW9chB6wBtG/?lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2023.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna. Ed. Via Litterarum, 2010. Disponível em [http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010\\_011120181549.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010_011120181549.pdf). Acesso em: 30 mai. 2023.

LEAHY, R. L; TIRCH, D.; NAPOLITANO, L, A. **Regulação emocional em psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental**. Tradução: Ivo Haun de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LINEHAN, M. M. **Treinamento de habilidades em DBT: manual de terapia comportamental dialética para o terapeuta**. Artmed: Grupo A, 2018.

MATOS, T. P. de; HEMANNY, C.; OLIVEIRA, I. R. de. Presença de sintomas de fobia social, transtorno do pânico e ansiedade de separação em estudantes de 11 a 17 anos, em uma escola da rede pública de ensino de Salvador. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 19, n. 4, p. 560–564, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/42707>. Acesso em: 1 out. 2023.

NEUFELD, C. B. **Terapia cognitivo-comportamental em grupo para crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

NOBRE, M. R.; FREITAS, L. C. Habilidades sociais e ansiedade social na infância e adolescência: Revisão da literatura. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 23, n. 2, p. 1- 25, 2021. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1516-36872021000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-36872021000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 abr. 2023.

OLIVEIRA, T. A. de; OLIVEIRA, A. A. A Percepção da ansiedade pelos adolescentes. *In*: VI Seminário Científico do UNIFACIG, n. 6, 2020, Manhuaçu-MG. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, 2020. p.02-08. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/2231>. Acesso em: 3 nov. 2023.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. de *et al.* Estresse, competência e problemas psicológicos de adolescentes estudantes. **Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde**, n. 37, p. 23-29, 2012. Disponível em <https://www.portalnepas.org.br/abcs/article/view/45>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PACHECO, F. A.; NONENMACHER, S. E. B.; CAMBRAIA, A. C. Adoecimentomental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 01, n.

18, p. 1-25, 2020. Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 26 mai. 2023.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2022.

RODRIGUES, C. L.; FOLQUITTO, C. T. **Baralho das Habilidades sociais**: desenvolvendo as relações. Novo Hamburgo, RS: Sinopsys, 2019.

ROLIM, J. A.; OLIVEIRA, A. R.; BATISTA, E. C. Manejo da ansiedade no enfrentamento da Covid-19. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva- REVESC**, v. 5, n. 1, p. 64-74, 2020. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Josiane-Rolim/publication/343678426\\_Manejo\\_da\\_Ansiedade\\_no\\_Enfrentamento\\_da\\_Covid-19\\_Managing\\_Anxiety\\_in\\_Coping\\_with\\_Covid19/links/5f3827be299bf13404c8490a/Manejo-da-Ansiedade-no-Enfrentamento-da-Covid-19Managing-Anxiety-in-Coping-with-Covid-19.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Josiane-Rolim/publication/343678426_Manejo_da_Ansiedade_no_Enfrentamento_da_Covid-19_Managing_Anxiety_in_Coping_with_Covid19/links/5f3827be299bf13404c8490a/Manejo-da-Ansiedade-no-Enfrentamento-da-Covid-19Managing-Anxiety-in-Coping-with-Covid-19.pdf). Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, T. S.; TAVARES, J. S. L.; DONELATE, C.; SILVA, A. M. B. F. Analisando os distúrbios funcionais do transtorno de ansiedade em adolescentes de 14 a 19 anos pela terapia ocupacional. **Recisatec - Revista Científica Saúde e Tecnologia**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2021. Disponível em <https://recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/18>. Acesso em: 10 out. 2023. SILVA FILHO, O. C. da; SILVA, M. P. da. Transtornos de ansiedade em adolescentes: considerações para a pediatria e hebiatria. **Adolesc. Saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 3, p. 31-41, 2013. Disponível em <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Transtornos-de-ansiedade-em-adolescentes-considera%C3%A7%C3%B5es-para-a-pediatria-e-hebiatria.pdf>. Acesso em 3 nov. 2023.

SOARES, D. P.; ALMEIDA, R. R. Intervenção e manejo de ansiedade em estudantes do ensino médio integrado. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, 2020. Disponível em <https://www.rsjournal.org/index.php/rsd/article/view/6457>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SOUSA, K. S.; SILVA, P. O. Transtorno de ansiedade em adolescentes: Impactos no desenvolvimento e agravamento de outras patologias. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 1962–1973, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9733>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, K. O. J. de. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relato de diálogos com alunos e professores. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 25, n. 1, p. 71-79, 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/408/40823228011.pdf>. Acesso em 30 out. 2023.

SOUZA, I. C. W. **Mindfulness e terapia cognitivo-comportamental**. São Paulo: Editora Manole, 2020.

TAVARES, J. M. A. D. *et al.* Fatores de risco e prevenção dos transtornos de ansiedade na adolescência: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 11, p. e11353, 2022. Disponível em <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/11353/6719>. Acesso em: 15 out. 2023.

VIANNA, R. R. A. B.; CAMPOS, A. A.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Transtornos de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 46-61, jun. 2009. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872009000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872009000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 abr. 2023.

WHO. World Health Organization. Health for the World's Adolescents. Geneva: **World Health Organization**, 2014. Disponível em [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112750/WHO\\_FWC\\_MCA\\_14.05\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112750/WHO_FWC_MCA_14.05_eng.pdf). Acesso: em 1 abr. de 2023.

WHO. World Health Organization. Mental Health and COVID-19: Early evidence of the pandemic's impact: Scientific brief. Geneva: **World Health Organization**, 2022. Disponível em [https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci\\_Brief-Mental\\_health-2022.1](https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1). Acesso: em 24 out. de 2023.

## **UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA TRILOGIA “MINHA MÃE É UMA PEÇA”**

Lorena Sathler da Rocha Saiter; Viviane Reis Balestrero; Viviane Veronez<sup>1</sup>, Isabele Santos Eleotério<sup>2</sup>, Felipe Fernandes Moça Matos<sup>3</sup>, Joyce Karolina Ribeiro Baiense<sup>3</sup>, Gabriela Vieira de Abreu<sup>3</sup>, Wakyla Cristina Amaro Corrêa<sup>3</sup>, Naeme José de Sá Filho<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup>Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

### **RESUMO**

O artigo aborda a representação social da figura materna nos filmes da trilogia "Minha Mãe É uma Peça", que inclui "Minha Mãe É uma Peça", "Minha Mãe É uma Peça 2" e "Minha Mãe É uma Peça 3". Essas produções cinematográficas, originadas de uma peça de teatro, conquistaram uma ampla audiência nas salas de cinema em todo o Brasil entre os anos 2013 e 2019. O trabalho se concentra em analisar cenas protagonizadas pela personagem Dona Hermínia, com o objetivo de compreender como as mulheres-mães e suas responsabilidades familiares são retratadas a partir de conceitos que fazem parte da cultura brasileira. A análise sugere que essa personagem representa uma das diversas facetas possíveis da maternidade, considerando tratar-se de uma mulher de classe média, do meio urbano. Dona Hermínia emerge como uma personagem que captura elementos culturais e sociais da maternidade na realidade contemporânea do Brasil. Sua presença no cenário cultural oferece um reflexo das experiências de muitas famílias brasileiras, de classe média, em um período de mudança no que diz respeito aos papéis de gênero e à dinâmica familiar. Ela se tornou um ícone afetivo e ao mesmo tempo divertido, com o qual o público se identifica de alguma forma.

**Palavras-chave:** Figura materna, Mudanças na família, Representação social do feminino.

### **INTRODUÇÃO**

A percepção dos brasileiros em relação à figura da mulher-mãe é complexa e muda de acordo com diversos fatores, como sua própria experiência, valores culturais e sociais. No entanto, a representação da mãe, particularmente através da personagem Dona Hermínia na peça teatral "Minha Mãe É uma Peça" e nos filmes subsequentes, teve grande repercussão no Brasil. Dona Hermínia interrompe estereótipos tradicionais e romantizados da figura materna, apresentando uma mãe que é imperfeita, engraçada, com seus momentos de desespero e excentricidades. Isso contribuiu para uma representação mais realista e humana das mães na mídia, afastando-se de idealizações.

Diante disso, optou-se por analisar a trilogia devido ao sucesso da personagem Dona Hermínia, que em grande parte deve-se à sua capacidade de representar de forma humorística e realista muitas das experiências e desafios enfrentados por mães brasileiras, tais como conduzir a maior parte da rotina dos filhos em “modo solo”, equilibrar-se em múltiplos papéis, entre outros. Muitos espectadores, independentemente de seu gênero ou idade, conseguiram se identificar de alguma forma com as situações cômicas e emocionais retratadas nos filmes. A personagem Dona Hermínia também dialoga com as mudanças sociais no Brasil. Ela é uma mãe

divorciada, que assume a educação dos filhos e as rotinas da casa como suas principais atribuições na vida por um longo período e na sequência acumula também o trabalho fora de casa, refletindo a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nas estruturas familiares (ALMEIDA, 2018).

A trilogia "Minha Mãe É uma Peça" teve sua origem em uma peça de teatro que estreou em 2006. No monólogo, Paulo Gustavo, o autor e intérprete da protagonista Dona Hermínia, uma personagem que retrata os aspectos mais hilários de uma típica dona de casa de meia-idade sempre com acúmulo de funções, emoções e pensamentos. Ele construiu essa personagem com base em suas próprias observações e experiências domésticas. Em 2013, a peça foi adaptada para o cinema, dando origem ao longa-metragem "Minha Mãe É uma Peça", que se tornou o filme mais assistido no Brasil naquele ano, com mais de 4.600.145 espectadores. Em 2015, a história foi transformada em livro pela editora Objetiva. Devido ao sucesso tanto de crítica quanto de público, em 2016 foi lançado "Minha Mãe É uma Peça 2", seguido por "Minha Mãe É uma Peça 3" em 2019 (ALMEIDA, 2018).

Os três filmes levaram um público de mais de 22 milhões de pessoas aos cinemas (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2020), notado como uma prova da popularidade da comédia no Brasil. Na Antiguidade, esse gênero foi considerado por Aristóteles como inferior à tragédia, pois enquanto essa representava personagens nobres, a outra imitava homens comuns com seus defeitos, vícios e situações ridículas (VASCONCELOS, 2012). Outro autor, mais atual, enfatiza que é preciso que a situação social apresentada seja também compartilhada pelo público em seu dia a dia para gerar o riso (BERGSON, 2007). Nas obras analisadas temos, pois, a presença desses elementos: situações cotidianas, porém exageradas, de uma mulher-mãe comum como tantas conhecidas pelos espectadores.

No filme, encontramos a personagem Dona Hermínia, uma mãe que se dedica inteiramente aos seus filhos e às responsabilidades domésticas. Mesmo diante de atribuições da vida profissional, quando ela assume o papel de apresentadora de um programa de TV, ela ainda se sente responsável pelas escolhas e pelo bem-estar dos filhos. Mesmo que eles já tenham crescido e vivam distantes de seu olhar, ela continua demonstrando uma preocupação extremamente intensa em relação aos seus filhos, chegando ao ponto de exagerar em suas ações, xingamentos e expectativas em relação a eles (ALMEIDA, 2018).

Dona Hermínia personifica uma mulher que desempenha um papel que, por muito tempo, foi considerado o "verdadeiro" domínio feminino, envolvendo responsabilidades relacionadas à gestão da casa, à criação dos filhos e ao cuidado com o marido. Sendo assim, é uma personagem que encarna muitos dos estereótipos tradicionais da mãe brasileira. Ela é uma figura representativa de uma era em que as mulheres desempenhavam papéis predominantemente domésticos e caminhavam solitariamente na criação dos filhos. Seu estilo de vida, suas interações familiares e seu senso de humor refletem características comuns na cultura familiar brasileira.

No entanto, Dona Hermínia também é contemporânea e representa o Brasil do século XXI. Ao final do primeiro filme que compõe a trilogia ela é inserida no mercado de trabalho, haja visto um aumento significativo na participação das mulheres nele e uma

evolução nos papéis de gênero. Durante o período que os filmes foram realizados, o Brasil passou por mudanças políticas significativas, com vários governos e contextos políticos diferentes. A personagem de Dona Hermínia não está diretamente ligada a esses eventos políticos, mas sim à vida cotidiana das pessoas comuns, o que a torna uma representação da maternidade. No âmbito econômico o Brasil passou por altos e baixos nas últimas décadas e neste contexto a personagem de Dona Hermínia pode ser vista como uma representação das mulheres que enfrentaram desafios econômicos, equilibrando responsabilidades domésticas e a necessidade de trabalhar fora de casa para sustentar suas famílias.

O objetivo geral deste trabalho consiste em examinar a representação social da figura da mulher-mãe nos filmes da trilogia "Minha Mãe É uma Peça", tendo como ponto de partida a personagem principal, Dona Hermínia. A análise se concentrará em como essa personagem oferece uma das diversas perspectivas possíveis sobre a maternidade. Além disso, serão investigadas as mudanças nas identidades das mulheres como mães e suas funções familiares na contemporaneidade. É importante observar que essa mãe em particular gerou uma forte identificação por parte do público brasileiro, o que torna esta análise ainda mais relevante para compreender as representações culturais e sociais da maternidade. Os filmes foram inclusive tema de outras pesquisas acadêmicas. Para uma compreensão mais profunda dos enredos dos filmes, o trabalho apresentará e analisará a personagem principal por meio da descrição de algumas cenas.

A análise proposta neste artigo combina conceitos de autores relevantes, como os pertencentes à chamada Escola de Frankfurt com a Teoria Crítica, Simone De Beauvoir e sua visão do feminino, de Serge Moscovici, em sua Teoria das Representações Sociais, bem como de Carl Jung a respeito da Meia Idade. Isso auxiliará a compreensão das complexidades da personagem e dos temas tratados nos filmes.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Esse artigo resulta de uma pesquisa da área de Ciências Humanas, do tipo pesquisa básica pura, destinada à ampliação do conhecimento. A abordagem do problema é qualitativa.

Quanto aos objetivos do estudo, pode ser classificado como pesquisa exploratória, considerando que o problema foi demarcado sob diferentes aspectos em busca da construção de hipóteses de respostas possíveis. Segundo Gil (2020), essa forma de pesquisa é flexível e admite diferentes formas de coletas de dados. Aqui, além da pesquisa em fontes impressas e on-line, foi fundamental a pesquisa em obras cinematográficas.

A pesquisa bibliográfica para embasar a análise se deu parte em livros impressos, parte através de leituras via Internet, em portais especializados em base de dados de pesquisas científicas, entre eles a "SciELO" e "Google Acadêmico". Foram utilizados os descritores "feminismo", "Simone de Beauvoir"; "representação social" e "Moscovici"; "teoria crítica", "escola Frankfurt", "cinema"; e os anos de 2018 a 2023. Gil ressalta que

“praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica” (GIL, 2020, p. 43). Adotaram-se como objetos de pesquisa os enredos dos filmes da trilogia “Minha Mãe É uma Peça”, produções cinematográficas brasileiras produzidas por Paulo Gustavo, a partir de uma peça teatral também escrita por ele. Certa vez, em entrevista para o Correio Braziliense, o ator afirmou que manteve 95% do texto original da peça para a produção dos filmes, alegando que “não se deve mexer no que está dando certo”, dado que o registro de sucesso da peça se repetiu no cinema (ALMEIDA, 2018).

Paulo Gustavo, ator e escritor tanto da peça quanto do filme, baseou-se em cenas do cotidiano de sua própria mãe para escrever as histórias e foi quem representou a Dona Hermínia.

Os filmes “Minha mãe é uma peça”, “Minha mãe é uma peça 2” e “Minha mãe é uma peça 3” foram assistidos pelas pesquisadoras em ordem cronológica, com olhar atento a cada cena, especialmente sobre Dona Hermínia.

A etapa de análise das cenas foi dividida entre as pesquisadoras, sendo cada uma delas responsável por um dos filmes. Essa análise resultou em uma espécie de sinopse, onde cada uma trouxe um panorama geral da obra cinematográfica que estudou e na sequência foram feitas as conexões com os conceitos basilares deste artigo. Optou-se por explorar as cenas protagonizadas por Dona Hermínia que mais se assemelham à realidade da mulher no século XXI, dividida entre múltiplos papéis e responsabilidades.

Por fim, trabalhou-se a comparação entre os objetivos e resultado da pesquisa.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A Teoria Crítica dos meios de comunicação de massa**

A Teoria Crítica foi construída pelo grupo de intelectuais europeus pertencentes ao Instituto conhecido como Escola de Frankfurt, fundado em 1923. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial importantes figuras desse grupo migram para os Estados Unidos, retornando apenas após o seu desfecho. A ideia era criar uma teoria da sociedade entendida como um todo, indo em oposição às setorizações que eram praticadas na época, e que acabavam por se prestar à conservação da ordem social existente (WOLF, 2005).

É dessa escola a expressão “indústria cultural”, usada por Horkheimer e Adorno. Fazendo-se valer de uma análise sócio-histórica, eles trazem elementos fundamentais para se pensar os meios de comunicação de massa, entre eles o cinema. Para o presente trabalho interessa se apropriar dessa teoria de forma a desvelar a face capitalista presente até nos produtos de entretenimento, que não é de forma alguma inocente e sem pretensões.

Conforme Lachowski (2022), a cultura, especialmente a arte e seus processos de elaboração foram intensamente estudados por essa Escola. Para eles, os Frankfortianos, a verdadeira arte deve conter uma representação de realidade com visão crítica para o que precisa ser mudado na sociedade.

Especialmente crítico em relação à indústria cultural, Adorno afirma que a forma

capitalista de produção artística condiciona tudo à sua lógica: a forma, a função, a qualidade do consumo e a autonomia do consumidor.

Embora os indivíduos creiam que, no período em que não trabalham, eximem-se dos rígidos mecanismos produtivos, na realidade a mecanização determina de modo tão integral a fabricação dos produtos de distração, que o que se consome são apenas cópias e reproduções do próprio processo de trabalho (WOLF, 2005, p. 77).

É inegável que tudo isso pode ser facilmente verificável. Por exemplo, podemos citar como os personagens de filmes de sucesso rapidamente transformam-se, além de produto audiovisual, em objetos vendáveis como bonecos e estampas de canecas. Ou ainda que um modelo de enredo de sucesso de bilheteria é repetido em várias outras obras, trocando-se apenas os personagens, ou às vezes nem isso – como no caso das continuações de filmes que de fato já foram finalizados na primeira versão.

Diante disso, quase que inevitavelmente a visão das consequências para a humanidade é pessimista. “Para Adorno, a única possibilidade de salvação do mundo é por via da negação absoluta, da consciência crítica, da resistência contra tudo o que se impõe, tudo que é imposto” (DELLOVA; CARDILLI, 2021, p. 73).

O indivíduo pode ser capturado facilmente nesse processo, pois tudo, desde a música escolhida até a duração das cenas, sequências e do próprio filme, tudo é transmitido rapidamente para evitar muita atividade mental (WOLF, 2005). O jogo é desigual.

Entretanto, deve-se levar em conta que nos tempos atuais, mais do que na época dos escritos dos frankfurtianos, o acesso a discursos diversos é mais facilitado. Apesar da ideologia capitalista manter-se dominando nos vários aspectos da vida, compreende-se que a conscientização sobre todos os processos tão criticados pela Escola é possível e deve ser disseminada para todos e todas.

No caso da trilogia analisada, para além da visão crítica das relações familiares que está presente na obra, percebe-se a marca do capital pelo fato de que os filmes subsequentes vieram depois que os anteriores foram confirmados como grandes sucessos de bilheteria.

### **O Feminismo e De Beauvoir**

Uma importante corrente que tem muito a contribuir com o que se pretende no trabalho aqui proposto é o feminismo. O movimento feminista procura entender a posição da mulher e provocar um movimento consciente de mudança. Não existe uma data específica para seu surgimento, já que em cada país se inseriu em contextos diferentes. Para esse artigo considerou-se o contexto da França para referencial teórico e o contexto do Brasil para representação prática, por meio do exemplo da Dona Hermínia.

Segundo Alves e Pitanguy (1991), nos Estados Unidos, o feminismo ganhou espaço no século XVII, com a expansão do comércio e o respeito crescente à razão e à ciência; e no século XVIII através de uma intensa participação das massas na esfera política defendendo princípios de igualdade e a ideologia liberal. Ressurgiu na década

de 1960 junto com outros movimentos de libertação, como o dos negros, minorias étnicas e homossexuais. Não foi um movimento de comando centralizado. A estratégia adotada era incentivar a auto-organização de pequenos grupos e fortalecer a solidariedade entre as mulheres. Havia também uma preocupação com a construção de uma teoria feminista. Os estudos nessa área eram voltados à descoberta das raízes culturais das desigualdades entre os sexos promovendo um questionamento às teorias da inferioridade natural da mulher, fundamentalmente baseadas em fatores biológicos. As feministas afirmam que as diferenças estão mais ligadas ao sistema político e jurídico, à religião, à vida intelectual e artística. Ou seja, aprende-se a ser homem ou mulher (ALVES; PITANGUY, 1991).

Como registra Elena Gianini Belotti no livro “Educar para a submissão”,

[...] enquanto as origens inatas de certos comportamentos diferenciados conforme os sexos continuarem uma hipótese, permanece igualmente válida a hipótese oposta, segundo a qual são frutos dos condicionamentos sociais e culturais a que se submetem as crianças desde o seu nascimento (BELOTTI, 1981, p. 9).

A maior representante do feminismo entre os intelectuais do século XX foi a filósofa e romancista Simone de Beauvoir. Ela é um dos grandes nomes do movimento existencialista, nascida em 1908 na França, uma mulher branca, solteira, defensora e praticante do amor livre. Em seu clássico “O Segundo Sexo”, a mais conhecida de suas obras, ela argumenta pela desnaturalização de temas que ainda hoje são considerados tabus na sociedade, como a docilidade, a beleza, pureza e o amor materno.

[...] esses conceitos sustentam e estabelecem as estratégias de dominação masculina, no sentido de transformar a mulher em um ser que difere da própria condição humana, mantê-la na condição de ‘outro’ e convencê-la a assumir esse papel, o que resultou no aprisionamento da mulher na posição de passividade para evitar a sua resistência contra quem a oprimia (PINHEIRO; ÁLVARES, 2017, p. 16).

É descortinada em sua obra a ideia que impera por trás de todas em nossa sociedade: que à mulher é conferido apenas o lugar de “outro”; o segundo sexo. “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

Portanto, há um amplo conjunto de práticas, subjetividades e valores morais a ser contestado pela mulher. Valores humanos são dados por homens, para homens e mulheres, a partir da visão do homem (JOHANSON, 2018). A partir dessa afirmação, mostra-se necessária uma leitura geral dos dramas vividos pelas mulheres, das alternativas de escolha que têm e das decisões que tomam.

A autora questiona a maternidade como destino obrigatório para a mulher, um pilar da luta feminista (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

Segundo Pinheiro (2017), uma personificação desse ser predestinado é Maria,

propagada no cristianismo como a versão mais elevada de mulher, por aceitar sua sina sem questionar, mantendo-se dócil e obediente em prol da salvação em uma dimensão espiritual. Aceitando, portanto, as funções de procriar, ser filha, esposa e mãe para a mulher, enfatizando papéis socialmente desejáveis.

Em complemento à figura religiosa idealizada para a mãe, notam-se imposições que ocorrem ainda na infância, como parte da inserção no “mundo feminino”: meninas são engajadas em tarefas domésticas que podem incluir o cuidado dos irmãos mais novos, brincam em espaços limitados enquanto meninos brincam ao ar livre. Elas são estimuladas a utilizar bonecas e/ou miniaturas de utensílios domésticos, corroborando para o papel social materno e seu aprisionamento em uma condição secundária (PINHEIRO, 2017).

### **A Teoria da Representação Social**

Serge Moscovici criou a Teoria da Representação Social em 1961, a partir de uma pesquisa sobre como se apresentavam os conhecimentos da psicanálise que circulavam entre grupos de pessoas que não eram profissionais da área. Constatou que existiam várias psicanálises, e ainda que se mostravam diferentes do que os grandes nomes a definiam, de como a viam e de como gostariam que fosse vista (MOSCOVICI, 1976). As representações que circulavam se tornavam um conhecimento compartilhado por um grupo ou sociedade, uma realidade comum. Conforme Jean-Claude Abric, as representações são a forma de indivíduos e grupos darem “[...] sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências” (ABRIC, 2000, p. 28).

Assim fica estabelecida a existência de dois universos de representações: o científico (ou reificado) e o consensual. No científico, somente grupos seletos têm legitimidade para pôr ideias em circulação, desmerecendo as demais formas de conhecimento. “Nessa perspectiva a sociedade também é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais e somente a competência adquirida estabelece seu grau de participação de acordo com o mérito” (ALBUQUERQUE; SILVA, 2019, p. 3).

Moscovici dirigiu seus estudos no outro tipo, o consensual. A ele interessavam mais as representações vindas do senso comum, as consensuais, o que “se dá pela conversação informal entre os pares, na vida cotidiana” (NOGUEIRA; GRILLO, 2020, p. 6). Ele valorizou esse tipo de conhecimento, argumentando que nele estão presentes marcas históricas, econômicas, sociais e culturais que não podem ser ignoradas. A dinâmica é maior, considerando a necessidade real de assimilar de alguma forma transformações reais e ágeis.

O autor, portanto, afasta-se da teoria das Representações Coletivas de Durkheim, entendidas como formas de consciência impostas pela sociedade aos indivíduos (NOGUEIRA; GRILLO, 2020), mais adequadas para sociedades antigas, que apresentavam maior estabilidade nas relações e baixo nível de circulação e de variação de discursos. Moscovici entende que, em seu tempo, a elaboração e produção têm caráter social e não de imposição às consciências individuais.

Moscovici reafirma a importância de um olhar mais atento para essa máquina gigante

de sonhos, que é o cinema, pois considera que

a forma como o mundo é representado influencia de forma preponderante o modo como o indivíduo entende e constrói sua realidade concreta, pois as representações acabam possibilitando, ou não, a apreensão de determinados elementos concretos (LOBO; WERNECK, 2018, p. 8).

### **Meia Idade na Psicologia Analítica**

Para Carl Gustav Jung, autor da Psicologia Analítica, concebida no início do século XX, a meia idade começava entre 30 e 40 anos de idade - hoje poderíamos atualizar para 40 a 45 anos em virtude do crescimento na expectativa de vida. Pode representar um período de muita ansiedade em alguns casos e um período de grande potencial em outros (GRINBERG, 2017). A tentativa de permanecer jovem, ágil e atraente fisicamente faz parte dos valores sociais que podem ser perturbadores (FEIST; FEIST; ROBERTS, 2015).

Pessoas que não viveram a juventude e meia-idade com bases infantis estão preparadas para viver a outra parte da vida, deixam de lado as tendências extrovertidas - mais voltados para o objeto, para o exterior ao sujeito - e movem-se na direção introvertida da consciência expandida - para o próprio eu do sujeito - a fim de descobrir novos significados para essa fase. A meia idade pode envolver também uma orientação religiosa madura, em especial no que diz respeito à vida após a morte (MOTTA; PAULA 2005).

### **Análise da Literatura**

A Teoria Crítica perpassa pelos filmes da trilogia “Minha Mãe é uma Peça”, pois faz crítica aos interesses capitalistas presentes nas produções cinematográficas que visam ao sucesso e conseqüentemente ao lucro, como é o caso. Por outro lado, pode-se afirmar que contribui para uma leitura crítica da situação da mulher e da mãe, dos diversos sentimentos que vivenciam ao longo da vida, sendo capaz de provocar um novo olhar da sociedade.

Diante do exposto, nas discussões a seguir, entendendo que a Teoria Crítica está presente nos três filmes, em praticamente todas as cenas, ora de forma mais direta, ora nas entrelinhas, quer seja nas falas da personagem Dona Hermínia, quer seja em seu comportamento, optou-se por relacionar de forma direta a cada cena escolhida apenas as demais teorias propostas neste trabalho.

Sendo assim, inicia-se abaixo um resumo de cada uma das obras e uma seleção das cenas com maior relevância para a análise da representação social da mulher.

### **Minha Mãe é uma peça**

Lançado em 2013, esse longa trouxe para o cinema a história já contada na peça teatral de mesmo nome, com grande sucesso de público. Trata-se de algumas passagens da vida de Dona Hermínia, uma mulher branca, de classe média, moradora de área urbana na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, dedicada aos filhos, divorciada e dona de casa.

Não fica expresso o ano em que a trama ocorre, mas considerando cenário, figurino e enredo conclui-se que pode ser situada nos anos 90. Dona Hermínia foi casada com Carlos Alberto, com quem teve três filhos, Garib, Juliano e Marcelina (por ordem de idade). No início da trama, o filho mais velho já está casado, mora em Brasília-DF, longe da mãe, que já divorciada, se dedica exclusivamente à casa e aos mais novos – jovens na faixa dos 14 a 17 anos.

A mulher divorciada na tela é uma figura forte, mas que se ressentida pelo divórcio e pela opinião expressada pelos filhos a seu respeito. Isso pode ser visto na cena em que Carlos Alberto, o ex-marido, chega para buscar os filhos para um passeio, usando um carro conversível, moderno para a época, acompanhado de sua namorada - uma mulher jovem, preocupada em cuidar de seu corpo e aparência. Enquanto isso, Dona Hermínia, trajando roupas simples e com os cabelos cuidados em casa, enrolados em bobes, cobertos com lenço, se lamenta da janela após uma interação acalorada, seguida de um telefonema para notificar o filho mais novo a respeito do esquecimento de um remédio, quando acaba ouvindo comentários sobre seus excessos de proteção. Em termos históricos, o divórcio foi regulamentado no Brasil em 1977, como forma de extinção do vínculo conjugal. Após 20 anos dessa regulamentação, pode-se afirmar que a mulher divorciada ainda era estigmatizada. Beauvoir (1980) explica que isso se deve ao fato da mulher, em nossa sociedade, ser identificada em sua relação com o homem, o que nos ajuda a compreender o ressentimento de Dona Hermínia. Afinal de contas, diante do divórcio e das queixas de seus filhos durante um passeio com o pai e uma outra mulher, parece não haver sentido em sua existência, parece não haver uma identidade. É quando percebemos um movimento de reação da Dona Hermínia, que decide passar uma temporada na casa de sua tia, surpreendendo os filhos, que retornam do passeio e encontram a casa vazia.

Em seu clássico “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir argumenta pela desnaturalização de temas que ainda hoje são considerados tabus na sociedade, como a docilidade, a beleza, pureza, o amor materno. Na maior parte das cenas do filme, Dona Hermínia aparece com os cabelos enrolados com bobes, o que nos faz pensar em uma certa preocupação com a beleza. Entretanto, sua forma de comunicar está longe de expressar docilidade. Em conversas com os filhos, o tom de voz é predominantemente agressivo e alto, com uso de palavrões e baixa tolerância diante da desorganização da casa, por exemplo. O padrão de comunicação se repete nas interações com a irmã, com a empregada doméstica, com os amigos dos filhos, vizinhos e o porteiro.

A representação de mãe cuidadora e zelosa da vida dos filhos, controlando seus remédios, o que comem, com quem e para onde saem também é percebida em cenas nas quais Dona Hermínia chama a atenção da irmã mais nova por fumar. Contudo, ela também aparece fumando, o que parece ser um mecanismo para alívio do estresse, além de afastá-la novamente do lugar de perfeição idealizado para a mãe. Segundo Pinheiro (2017), Maria, propagada no cristianismo como a versão mais elevada de mulher, assume como identidade de mulher as funções de procriar, ser filha, esposa e mãe. Em boa parte do filme é possível perceber similaridade dessa versão elevada com Dona Hermínia, porém, em duas cenas ela se coloca em

oposição: quando deixa sua casa para uma temporada com a tia Zélia, sem avisar aos filhos para onde vai, o que os deixa de certa forma desorganizados, e quando ela aceita a proposta de trabalhar em um programa de TV, assumindo então uma nova função para sua identidade como mulher.

Percebe-se, portanto, que o autor brinca com a representação da mãe. Em seu cerne existe a ideia de devoção aos filhos, e enquanto esteve casada, também ao marido. Porém, por se tratar de um filme de humor, existem exageros nas situações de cuidado e nos relacionamentos que afastam a personagem de um modelo ideal. Importante reforçar ainda que a obra retrata a busca feminina por realização profissional, como espelho de seu tempo.

A teoria das Representações Sociais mostra-se pertinente para análise das representações circulantes nas situações cotidianas mostradas nesse filme e nos subsequentes, por retratarem o comum, o banal, o dia a dia de suas personagens. Perpassando pelas cenas, estão as marcas da sociedade e cultura capitalista, patriarcal e machista, entre outros atributos, que também fazem parte de uma leitura crítica. O filme, ao mesmo tempo que contém nele mesmo representações sociais, reforça e contesta representações sociais do feminino.

### **Minha Mãe é uma peça 2**

O filme “Minha mãe é uma peça 2” foi lançado em 2016, e é a continuidade da comédia brasileira que acompanha a personagem Dona Hermínia.

No segundo filme, ela ainda lida com as complexidades da maternidade, porém com seus filhos já adultos. Continua trabalhando no seu programa de TV, o que permite a ela oferecer uma vida mais confortável para sua família. No entanto, a trama se desenrola quando Juliano e Marcelina decidem seguir seus próprios caminhos e ela precisa lidar com o que chamamos na psicologia de “síndrome do ninho vazio”. O filme aborda temas como o amadurecimento dos filhos e também o início de um processo de reflexão importante para a personagem principal, que passa a repensar sua vida e redescobrir a si mesma enquanto mulher, sem viver exclusivamente em função da vida dos filhos.

A cena em que Dona Hermínia é interrompida em seu ambiente de trabalho com uma ligação da filha mostra claramente como a sociedade muitas vezes marginaliza as experiências e contribuições das mulheres, restringindo-as a papéis familiares. A cena pode ser vista ainda como uma representação dos desafios que as mulheres enfrentam em relação à sua autonomia. Muitas vezes acumulam uma sobrecarga de responsabilidades, equilibrando a vida profissional e as obrigações familiares. Essa “dupla jornada”, enfrentada por muitas mulheres, segundo Simone de Beauvoir (1980), pode ser esmagadora. Além de se esperar que ela esteja sempre disponível para atender/cuidar dos filhos, conforme estereótipos tradicionais de gênero.

Numa outra cena Dona Hermínia está na fila do caixa do supermercado e é abordada por sua vizinha elogiando-a e expressando como ela é uma influência positiva em sua vida. Simone de Beauvoir defendeu a importância de as mulheres encontrarem modelos de mulheres fortes e independentes para se inspirarem, e que deveriam ser livres para escolher seu próprio caminho na vida. Esta cena pode ser relacionada ao

feminismo de Simone de Beauvoir por meio da representação de mulheres se apoiando e inspirando umas às outras, desfazendo estereótipos de gênero e fazendo escolhas conscientes que promovem o empoderamento feminino.

Em algumas cenas do filme é possível ver o excesso de preocupação de Dona Hermínia com os filhos, seja com a vida profissional, visto que nenhum dos dois ainda se consolidou nesse campo, seja ainda cuidando pessoalmente da alimentação deles, apesar de já se encontrarem na fase adulta. Ou ainda quando num jantar com Carlos Alberto o assunto gira em torno dos filhos.

Com base na Teoria da Representação Social de Serge Moscovici, que se concentra na forma como grupos sociais constroem conhecimento e significado em conjunto (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE 2014), Dona Hermínia age de acordo com estereótipos e normas sociais sobre o papel das mães. Muitas vezes esses envolvem preocupações excessivas com os filhos, como aquela que deve viver em função deles, aquela que cuida. Suas ações no filme refletem as expectativas sociais em torno da maternidade, normas e valores ainda predominantes na cultura brasileira, talvez por isso uma identificação nacional com essa mãe por parte do público.

### **Minha Mãe é uma Peça 3**

O terceiro e último filme da série foi lançado em 2019. Dona Hermínia e os outros personagens aparecem um pouco mais velhos, em uma outra fase da vida. O filho Juliano decide se casar. E Marcelina anuncia que será mãe. Aqui Dona Hermínia já não aparece mais como profissional e tenta preencher seus dias com idas e vindas ao supermercado e com os assuntos dos outros membros da família.

O sentimento da solidão na personagem principal aparece em várias cenas. Nas conversas com o porteiro do prédio, com os feirantes, com o ex-marido e com a irmã ela se queixa de que os filhos, que já não moram com ela e pouco a visitam. Quando a procuram acabam recusando os planos que ela faz para eles, como a lista de providências para a festa de casamento de Juliano ou sobre o batizado do bebê de Marcelina.

Nesse momento Dona Hermínia se vê numa fase difícil. Sua principal fonte de identificação, o papel de mãe, foi radicalmente alterado, pois não tem mais o controle sobre os filhos. Ela está sozinha vendo a vida das outras pessoas seguir - sua irmã (leza) afirma já ter superado a partida do filho que foi estudar fora, e que está saindo para namorar; sua colega e ex-vizinha (Dona Lourdes) está cuidando do corpo na academia.

Em todas as tentativas que faz para encontrar um novo amor acaba encontrando o ex-marido, Carlos Alberto. Isso acontece na gafeira e ao se arrumar para conhecer o novo morador do prédio, que acaba descobrindo ser ele mesmo. Nos diálogos, Dona Hermínia demonstra sua mágoa por ter se dedicado a ele e aos filhos e hoje estar sozinha.

Beauvoir fala da disparidade na forma como a mulher é afetada pelos filhos, em comparação com o homem, ao falar sobre o efeito da biologia sobre os sexos. Na concepção, os espermatozoides são produzidos sem gerar fadiga no macho. No entanto, o desenvolvimento do ovo absorve o corpo da fêmea e altera suas

características físicas e psíquicas. O macho pode se afastar com facilidade de sua cria, e quando permanece é para desempenhar um papel protetor perante a sociedade (BEAUVOIR, 1980). Hoje é possível constatar que houve alterações nas relações pais e filhos. No entanto, a sociedade ainda cobra que os cuidados sejam da mulher. Todas as vezes que Carlos Alberto recebe uma fala dos filhos ou de Hermínia para ficar com eles, levá-los para sua casa, ele se esquivava do assunto.

Carlos Alberto parece se aproximar por se perceber numa situação de maior vulnerabilidade devido ao avanço da idade. Nessa fase aparece como um pai mais equilibrado, que deseja que os filhos tenham liberdade e espaço para suas escolhas, e argumenta isso com Hermínia. Inclusive, aconselha que ela procure uma terapia para superar a saída dos filhos, o que termina em cenas hilárias de uma sessão em grupo.

As alterações de comportamento apresentadas dialogam com o sol que já passou de seu zênite e começa sua descida, o momento de declínio na vida no qual as realizações não são pautadas em prestígio social, sucesso nos negócios ou satisfação com a vida familiar (FEIST; FEIST; ROBERTS, 2015). Novos significados são descobertos. Jung chamou esse processo de *Metanoia*, quando o Ego - que nessa fase é o sujeito da consciência - e o Si Mesmo - totalidade psíquica que inclui o inconsciente - estão no auge da separação. Em seguida o ego inicia uma descida na direção do si mesmo, fazendo com que o sujeito alcance na segunda metade da vida um momento de sabedoria (GRINBERG, 2017).

A teoria de Jung é interessante para a análise da trajetória da personagem Dona Hermínia ao longo da trilogia. Inicialmente voltada para cuidar dos outros ao seu redor, e, portanto, com objetivos mais extrovertidos no primeiro filme. No terceiro filme ela entra numa fase na qual começa a se questionar sobre o que já viveu, a relacionar como se dedicou à família a como está no presente, ou seja, se volta para objetivos introvertidos. Isso não acontece sem sofrimento, mas é um processo importante para o fechamento de um ciclo e a vivência da segunda metade da vida de forma mais plena.

## CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa, pode-se perceber como a representação social da figura “mãe” nos filmes da trilogia “Minha Mãe é uma Peça” é complexa e contribui para a compreensão das experiências e realidades das mães brasileiras. Dona Hermínia desafia estereótipos tradicionais da maternidade, permitindo um olhar mais humano sobre as mães. As alegrias, desafios do dia a dia e momentos de vulnerabilidade tornaram-na uma personagem querida para o público, que pôde se identificar ainda com as situações cômicas e emocionais apresentadas nos filmes.

Dentro da psicologia, este trabalho contribuiu na compreensão do feminino ao destacar como a representação da maternidade na cultura popular reflete mudanças sociais, econômicas e de gênero no Brasil contemporâneo. Explorou-se as influências da Escola de Frankfurt, Simone de Beauvoir, Serge Moscovici e Carl Jung, que enriqueceram as análises ao fornecer *insights* sobre a dinâmica das representações

sociais, o papel das mulheres na sociedade e a complexidade da meia idade. Além disso, ao examinar o enredo dos filmes e a jornada de Dona Hermínia, buscou-se enfatizar as pressões e expectativas lançadas sobre as mulheres que são mães, esposas e profissionais, simultaneamente. Percebe-se como essas mulheres se veem sobrecarregadas, o que reflete muitas vezes em sua saúde mental e emocional. Esta discussão se faz necessária para promover uma compreensão das experiências das mães e para incentivar a reflexão sobre essas mulheres em suas múltiplas tarefas. Ademais, sugere-se que futuras pesquisas usem o enredo dos filmes para explorar as representações da mãe de pessoas que fogem dos padrões tradicionais de beleza corporal e das mães de pessoas de orientação sexual não convencional, uma vez que não foi abordado nas análises. Essas investigações poderiam contribuir para uma compreensão ainda mais abrangente e inclusiva das complexidades da maternidade na sociedade atual, bem como promover um diálogo mais empático e sensível sobre essas questões.

De uma forma geral, a trilogia “Minha Mãe é uma Peça” e a personagem Dona Hermínia representam a realidade de muitas mães brasileiras, reconhecendo a complexidade e pluralidade das vivências maternas. O trabalho auxilia então na compreensão do feminino na psicologia, das representações sociais e dos obstáculos vividos pelas mães numa sociedade em permanente transformação.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. **Notícias**. Brasília, 2020. Disponível em: <[“Minha mãe é uma peça 3” já é o filme brasileiro com a maior bilheteria da série histórica — Agência Nacional do Cinema - ANCINE \(www.gov.br\)](#)>. Acesso em: 19 out. 2023.

ALBUQUERQUE, A. G.; SILVA, A. M. T. B. da. Gênero como objeto de pesquisa em Representações Sociais. In: **Research, Society and Development**, v. 8, n. 7. 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1120>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALMEIDA, S. V. **Luz, câmera, produção**: analisando as representações de gênero e de mulher mãe apresentadas nos filmes “minha mãe é uma peça” e “minha mãe é uma peça 2”. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Rio Grande — FURG. Rio Grande.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. 8. ed. São Paulo: Braziliense, 1991.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: 1 – Fatos e Mitos**. Tradução de Sergio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELOTTI, E. G. **Educar para a submissão**: o descondicionamento da mulher. 3. ed. Rio de

Janeiro: Vozes, 1981.

BERGSON, H. **O Riso**: ensaio sobre a significação do cômico. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

DELLOVA, P. N.; CARDILLI, L. Raízes da Escola de Frankfurt: uma reflexão sobre os aspectos da Teoria Crítica. **Revista de Ciências Sociais e Jurídicas**, v. 3, n. 1, p. 63-77, 2021. Disponível em: <[Vista do As raízes da escola de Frankfurt: uma reflexão sobre os aspectos da teoria crítica \(anchieta.br\)](#)>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FEIST, J.; FEIST, G., J.; ROBERTS, T. **Teorias da personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. p. 68-92.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2022, 7. ed. Barueri: Atlas. Disponível em: <[Minha Biblioteca: Como Elaborar Projetos de Pesquisa](#)>. Acesso em: 08 jun. 2023. GRINBERG, L. P. **Jung**: o homem criativo. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521210542/pageid/217>>. Acesso em: 30 out. 2023.

JOHANSON, I. **Moral da ambiguidade, liberdade e libertação**: filosofia e feminismo em Simone de Beauvoir. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n2p239>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LACHOWSKI, V. F. Escola de Frankfurt e ficção científica: diálogos entre teoria crítica, indústria cultural, marxismo e cinema. In: **Raído - Revista Do Programa De Pós- Graduação Em Letras Da UFGD**, Dourados, p. 67–91. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/raido.v16i41.15909>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LOBO, R. F.; WERNECK, M. M. F. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. In: **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano**, Taubaté, v. 11, n. 1, p. 8-18, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.32813/rchv11n12018artigo1>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MOSCOVICI, S. **La Psicanalyse, son image et son public**. Paris: Presse Universitaire de France. 1976.

MOTTA, F. C. P.; PAULA, A. P. P. de. Meia-Idade, Individuação e Organizações. **Revista O&S**. v. 12, n. 34, 2005.

NOGUEIRA, K.; GRILLO, M. D. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. In: **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6756>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PINHEIRO, I.; ÁLVARES, M. L. M. Mitos: pilares que sustentam o patriarcado na perspectiva de Simone de Beauvoir. In: **Revista Gênero na Amazônia**, Belém. n.07- 12 jul. / dez 2017. Disponível em: <[Mitos: pilares que sustentam o patriarcado na perspectiva de Simone de Beauvoir | Pinheiro | Revista Científica Gênero na Amazônia \(ufpa.br\)](#)>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VASCONCELOS, A. B. L. de. **Comédia no cinema brasileiro**: o gênero na cultura globalizada. 2012. 84 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/4216>>. Acesso em: 21 out. 2023.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

**FILMES**

MINHA MÃE é uma peça: O Filme. Direção: André Pellenz. Rio de Janeiro: Migdal Filmes, 2013. 1 bobina cinematográfica.

MINHA MÃE é uma peça 2. Direção: César Rodrigues. Rio de Janeiro: Migdal Filmes, 2016. 1 bobina cinematográfica.

MINHA MÃE é uma peça 3. Direção: Suzana Garcia. Rio de Janeiro: Migdal Filmes, 2019. 1 bobina cinematográfica.

# MULTIVIX

---

CENTRO UNIVERSITÁRIO